

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM
ADMINISTRAÇÃO**

EZIEL GUALBERTO DE OLIVEIRA

**CRÉDITO SOLIDÁRIO E MOEDAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL PARTICIPATIVO: POTENCIALIDADES E
LIMITAÇÕES FRENTE AO CAPITALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES**

**CAMPO GRANDE/MS
2017**

EZIEL GUALBERTO DE OLIVEIRA

**CRÉDITO SOLIDÁRIO E MOEDAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL PARTICIPATIVO: POTENCIALIDADES E
LIMITAÇÕES FRENTE AO CAPITALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES**

Relatório de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Elcio Gustavo Benini

**CAMPO GRANDE/MS
2017**

EZIEL GUALBERTO DE OLIVEIRA

**CRÉDITO SOLIDÁRIO E MOEDAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL PARTICIPATIVO: POTENCIALIDADES E
LIMITAÇÕES FRENTE AO CAPITALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES**

Relatório de dissertação apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. José Henrique de Faria (Examinador externo)
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Milton Pasquotto Mariani (Examinador interno)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande-MS, 18 de Maio de 2017

LEMBRANÇAS E AGRADECIMENTOS

Iniciar a minha alfabetização aos 10 anos de idade, pertencer a uma família que passou por diversas formas de dificuldades financeiras e ter sido um aluno de baixíssimo desempenho durante o ensino básico são circunstâncias que poderiam ter me paralisado. No entanto, a persistência, as boas escolhas e o crucial apoio de pessoas especiais foram determinantes para que eu chegasse até aqui.

Concluir essa fase de mestrado é para mim uma imensa conquista, uma etapa de muito aprendizado, realização pessoal e profissional. Num mundo onde grande parte das pessoas trabalham pela imposição de interesses coercitivos, ter a liberdade de pesquisar um objeto de estudo de seu próprio interesse, dentro de suas afinidades epistêmicas, é uma grande oportunidade. Apesar de todas as dificuldades e do longo caminho ainda a percorrer, tenho descoberto cada vez mais o prazer pela pesquisa científica e o gosto pelo trabalho acadêmico.

Ainda no início da graduação em Ciências Econômicas, os primeiros contatos com as aulas inspiradoras de meu futuro orientador Elcio Benini, já foram momentos de despertar para a alternativa de utilizar a crítica histórica e dialética como uma ferramenta fundamental para investigar a essência de formação do mundo social e de sua riqueza. Elcio, tenho imensa gratidão por sua amizade; seu apoio e incentivo tem feito toda a diferença para essa trajetória de conquistas. Também sou grato à parceria e amizade de outros professores que têm contribuído nesse processo, sobretudo, ao Gabriel Nemirovsky e ao Édi Benini.

Agradeço especialmente às contribuições do professor José Henrique de Faria; suas publicações me trouxeram esclarecimentos científicos e metodológicos fundamentais. Particularmente sou um admirador de sua trajetória; ter a sua participação em minha banca de dissertação é uma imensa honra. Agradeço também às contribuições do Milton Mariani, meu professor de longuíssima data.

Em toda minha trajetória sou imensamente grato ao apoio e incentivo da minha família, principalmente à atenção e dedicação incessante de minha mãe, e o esforço e otimismo contagiante de meu pai.

Também agradeço ao apoio e contribuição de todos os amigos. Agradeço especialmente à enorme parceria do Lucas Azuaga, um amigo extremamente presente nessa minha atual fase de vida. Não poderia deixar de agradecer ao companheiro de militância Rafael de Abreu que gentilmente me hospedou em sua casa nas fases de viagem para as pesquisas de campo em Dourados-MS.

Entre os companheiros de mestrado também fiz belas amizades entre os quais é merecido citar os participantes do Gepote (nosso grupo de pesquisa): o Raphael Penteadó, o Diego Frederich, a Carol Urt, Gabriel Melo, Yuri Durães e o Fábio Melges.

Agradeço a todos os trabalhadores e instituições que também estiveram envolvidos com as condições mantenedoras desse processo de mestrado, contribuindo de forma direta ou indireta para a minha formação.

Por fim gostaria de expressar enorme gratidão à contribuição dos entrevistados desta pesquisa, tive a oportunidade de conhecer a riqueza de três fantásticas experiências de finanças solidárias atuantes em nosso estado, promovidos pela dedicação inspiradora de pessoas que realmente acreditam na construção de um mundo mais inclusivo e solidário.

“[...] subdividir um homem é executá-lo, se merece a pena de morte; é assassiná-lo se não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo” (KARL MARX).

RESUMO

A presente pesquisa teve o objetivo de investigar as organizações de serviços de crédito solidário e de utilização de moedas sociais, buscando suas contribuições no âmbito da economia solidária como proposta de desenvolvimento local participativo, enfatizando as potencialidades e limitações para a construção de alternativas de reprodução social frente ao capitalismo e suas contradições. Em sua fase atual, este modo de produção tem sua configuração profundamente marcada pela financeirização, que pode ser entendida como uma gradativa autonomização dos rendimentos financeiros em relação à atividade produtiva, processo que corresponde a uma necessidade do próprio movimento contraditório da acumulação e tem promovido uma incontrolável expansão e predominância de formas especulativas e parasitárias de riqueza financeira, intensificando profundamente a centralização do capital e o agravamento de suas crises, tanto em níveis cíclicos quanto sistêmico-estruturais. Nota-se que o juro é um atributo típico de representação do capital em suas ilimitadas possibilidades de capitalização de rendimentos com a finalidade da máxima apropriação de excedente de trabalho humano sob diferentes formas de riqueza social, muitas vezes especulativas. Assim, as agências bancárias formais apresentam serviços financeiros caracterizados por um alto custo de acesso à população mais pobre. A exclusão financeira é uma situação sempre característica de populações que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica e está diretamente associado ao empobrecimento de territórios, pois a disponibilidade de meios de troca e de recursos ou serviços de financiamento é fundamental para viabilizar a realização de atividades produtivas e a circulação de riquezas que podem promover o atendimento de necessidades. As finanças solidárias podem ser representadas por várias experiências e se inserem no escopo de criação de economias solidárias como instrumento de democratização das relações econômicas, a partir da adequação de serviços financeiros às necessidades específicas de comunidades excluídas do sistema bancário tradicional. Face ao exposto, nesta pesquisa o processo de investigação e os procedimentos de sistematização da análise foram orientados pela epistemologia de crítica dialética. A aproximação empírica do objeto de investigação ocorreu por meio da análise de três experiências de finanças solidárias atuantes em Mato Grosso do Sul: o Banco Comunitário Pire localizado em um bairro periférico do município de Dourados; o Banco Comunitário Ita atuante no Assentamento Itamarati, maior assentamento da reforma agrária do Brasil, localizado na zona rural do município de Ponta Porã; e a experiência de moeda social criada junto ao Projeto Pet Mania, por meio da atuação do Instituto de Desenvolvimento Evangélico (IDE), uma ONG atuante em uma região periférica da cidade de Campo Grande. A partir da abordagem assumida realizou-se o esforço de ir além das aparências fenomênicas das experiências analisadas buscando a correspondência de sua estrutura dentro da totalidade histórica e social em seu movimento dialético. Os resultados das experiências estudadas apresentaram contribuições importantes para a geração de trabalho e renda, e melhoria da qualidade de vida nas comunidades dentro de um processo de organização socioeconômico solidário e participativo. A criação de moedas sociais possibilita o desenvolvimento de instrumentos de intercâmbio produtivo desvinculados do atributo de cobrança de juros. Assim, quando controladas por seus usuários podem ser utilizadas com a finalidade estratégica de enfrentar os problemas da escassez de dinheiro associada à dinâmica econômica concentradora de riqueza. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento dispõem de uma série de instrumentos e metodologias mais efetivas para adequar serviços de crédito ao público de baixa renda. De modo geral, alternativas de serviços financeiros e formas de intercâmbio social politicamente construídos com a finalidade de organizar os processos de produção e distribuição para além do sistema de mercado utilitarista, privatizador e competitivo se revelam como portadoras de grande potencial para fortalecer o desenvolvimento de formas sociais de produção essencialmente autogestionárias e participativas, que possa efetivamente contribuir com a construção de uma alternativa histórica e sistêmica ao modo de produção capitalista.

Palavras-chaves: Finanças solidárias. Moedas sociais. Financeirização do Capital. Economia Solidária. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The present research had as objective to investigate as organizations of solidarity credit and the use of social currencies, seeking their contributions in the ambit of the solidarity economy as a proposal of participatory local development, emphasizing as potentialities and limitations for a construction of alternatives of social reproduction in the capitalism and its contradictions. In its current phase, this mode of production has its profoundly marked configuration for finance, which can be understood as a gradual autonomization of financial income in relation to productive activity, the process corresponding to a need for a contradictory movement of accumulation and Has promoted an uncontrollable expansion and predominance of speculative and parasitic forms of financial wealth, deeply intensifying a centralization of capital and the aggravation of its crises, at both cyclical and structural-structural levels. It is noted that interest is a typical attribute of capital representation in its unlimited possibilities of capitalization of income with a purpose of maximum appropriation of surplus human labor under different forms of social wealth, often speculative. Thus, as banks are part of the financial services characterized by a high cost of access to the poorest population. Financial exclusion is a semi- characteristic condition of populations living in conditions of socioeconomic vulnerability and is directly associated with the impoverishment of territories, for an availability of means of exchange and of resources or services of financing fundamental to enable an exercise of productive activities. Riches that can be offered or meeting needs. Given that sound finances can be represented by diverse experiences and do not fall within the scope of creating solidarity economies as an instrument of democratization of economic relations, the adequacy of financial services to the specific needs of communities is excluded from the traditional banking system. In view of the above, research on the process of investigation and systematization procedures of the analysis oriented to the epistemology of dialectical criticism. The empirical approach of the object of investigation occurred through the analysis of three experiences of solid actions in Mato Grosso do Sul: the Pire Community Bank located in a peripheral neighborhood of the municipality of Dourados; The Itaú Community Bank is active, not the Itamarati Settlement, the largest agrarian reform settlement in Brazil, located in the rural area of the municipality of Ponta Porã; It is a social currency experience created together with the Pet Mania Project, through an update of the Institute of Evangelical Development (IDE), an NGO operating in the peripheral region of the city of Campo Grande. From the assumed approach the effort was made to go beyond the phenomenal appearances of the analyzed experiences seeking a correspondence of its structure within the historical and social totalization in its dialectical movement. The results of the experiments studied present important contributions to a generation of work and income, and improve the quality of life in the communities within a process of solidarity and participatory socioeconomic organization. Thus, when controlled by its users can be used with a strategic purpose of facing the problems of money shortage associated with the economic dynamics concentrator of wealth. The Community Development Banks have a series of instruments and methodologies and are more effective for adequate services of credit to the low income public. In general, financial services alternatives and forms of social exchange politically constructed with an organizational purpose, the processes of production and distribution beyond the privatizing and competitive utility market reveal as having great potential to strengthen the development of Social Forms Of production that are essentially self-managed and participatory, which can effectively contribute to the construction of a historical and systemic alternative to the capitalist mode of production.

Keywords: Solidarity finance. Social currencies. Capital Finance. Solidarity economy. Local Development.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro	1	Momentos da produção do conhecimento	35
Figura	1	Trajectoria do processo metodológico pós-apropriação do objeto	35
Figura	2	O capital industrial e suas formas funcionais	44
Figura	3	Circuitos do capital: do processo produtivo até as formas financeiras autonomizadas de capital fictício especulativo	88
Quadro	2	Experiências de Microfinanças pelo mundo	136
Quadro	3	Iniciativas e características das experiências de finanças solidárias	141
Quadro	4	Produtos oferecidos por sistemas de finanças solidárias	143
Quadro	5	Principais conceitos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento	146
Quadro	6	Modalidades de serviços financeiros oferecidos por um banco comunitário	148
Quadro	7	Principais produtos, instrumentos e projetos do Banco Palmas	149
Gráfico	1	Percentual de moradores do Conjunto Palmeiras que consomem no bairro	152
Quadro	8	Cronologia da construção da Rede Brasileira de Bancos Comunitários	154
Figura	4	Mapa da distribuição do número de BCDs e moedas sociais por estado brasileiro em 2013	155
Figura	5	Representação do circuito básico de circulação da moeda social nos BCDs	162
Figura	6	Fluxograma de funcionamento do Projeto Pet mania e sua moeda social	197

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	Categorias de análise e elementos constitutivos do objeto de estudo	36
Tabela	2	Localização e nome dos BCDs membros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários	156
Tabela	3	Relatório geral de movimentações financeiras anuais do Banco pine	176
Tabela	4	Relatório geral de movimentações financeiras anuais do Banco Ita	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADS** – Agência de Desenvolvimento Solidário
- AEFAF** - Associação da Escola de Família Agrícola na Fronteira
- AMFFI** - Associações de Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati
- ANTEAG** – Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão e Participação Acionária
- APOMS** - Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
- ASMOCONP** – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
- BCDs** – Bancos Comunitários de Desenvolvimento
- BM** – Banco Mundial.
- BNDES** - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- COOPERHAF** - Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
- CNES** – Conselho Nacional de Economia Solidária
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- Ecosol** – Economia Solidária
- EES** – Empreendimento Econômico e Solidário
- EAFs** – Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária
- FAF/MS** - Federação de Agricultura Familiar no Mato Grosso do Sul
- FAFI** - Funcionários Associados da Fazenda Itamarati
- FASE** – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FBES** – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FEES** – Fórum Estadual de Economia Solidária
- FETAGRI** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- FMI** – Fundo Monetário Internacional.
- FRs** – Fábricas Recuperadas
- FSM** – Fórum Social Mundial
- IDE** - Instituto de Desenvolvimento Evangélico
- ITCP** – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
- MST** – Movimento dos Sem-Terra
- MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego
- NESOL**- Núcleo de Estudo em Economia Solidária
- ONGs** - Organizações não Governamentais
- PACs** – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone-Sul
- PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos

RBBC - Rede Brasileira de Bancos Comunitários

RBESS – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SML – Sistemas de Moedas Locais

Unisol Brasil – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Contextualização e Problema	13
1.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos.....	17
2. MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	19
2.1 O Materialismo Histórico: um Caminho Epistemológico	19
2.2 Escolhas das Estratégias e Técnicas de Pesquisa	26
2.3 Procedimentos e Técnicas de Coleta de Dados	30
2.4 A Sistematização do Processo Investigativo e de Análise dos Dados.....	33
2.5 Relatório de Pesquisa a Campo	38
3. CONTRADIÇÕES DO PROCESSO GLOBAL DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A FINANCEIRIZAÇÃO DA RIQUEZA	42
3.1 O Capital Industrial e as Contradições da Acumulação	42
3.2 Moeda e Finanças na Circulação Capitalista.....	51
3.3 O Capital Fictício e a Financeirização.....	70
4. ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	91
4.1 Economia Solidária: Formação e Caracterização.....	91
4.2 A Economia Solidária na Visão das Distintas Perspectivas Teóricas	96
4.3 Antecedentes do Desenvolvimento Local	102
4.4 Desenvolvimento Local: Estratégias Práticas e Abordagens	117
5. AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS EM QUESTÃO: EXPERIÊNCIAS E DISCUSSÕES SOBRE SERVIÇOS DE CRÉDITO SOLIDÁRIO E MOEDAS SOCIAIS	128
5.1 Moeda, Exclusão Financeira e Precarização Social	128
5.2 Alternativas de Serviços de Crédito e a Proposta das Finanças Solidárias	131
5.3 A Atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs)	145
5.4 Moedas Sociais e Desenvolvimento Local.....	164
6. ANÁLISES DOS CASOS EMPÍRICOS.....	169
6.1 Banco Pire: um BCD no meio urbano - Dourados/MS	169
6.2 Banco Ita: um BCD no Meio Rural - Ponta Porã/MS	183
6.3 O Projeto Pet Mania e Sua Moeda Social - Campo Grande/MS	194
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS	207
APÊNDICE A – Roteiros das primeiras entrevistas exploratórias realizadas junto aos representantes das experiências analisadas.....	218
APÊNDICE B – Registros fotográficos de visitas a campo.....	222
APÊNDICE C – Questões sistematizadas e adaptadas às três experiências na realização das últimas entrevistas semi estruturadas	225

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problema

A presente pesquisa tem como tema central o fenômeno da utilização de moedas sociais e organização de serviços de crédito solidário, no âmbito da economia solidária, como proposta de desenvolvimento local participativo enquanto construção de alternativas de reprodução social frente às contradições do capitalismo.

Em sua fase atual, o capitalismo tem sua configuração profundamente marcada pela financeirização, processo que corresponde a uma necessidade do próprio movimento contraditório da acumulação e pode ser entendido como uma gradativa autonomização dos rendimentos financeiros em relação ao lastro produtivo ou à produção de valor. Este processo tem promovido uma incontrolável expansão e predominância de formas especulativas e parasitárias de riqueza financeira, intensificando profundamente a centralização do capital e o agravamento de suas crises, tanto em níveis cíclicos quanto sistêmico-estruturais (MARX, 2008; HARVEY, 2013; OLIVEIRA; 2014).

Na circulação capitalista, Marx (2004) afirma que o dinheiro se desenvolve como um signo das relações sociais, pois representa “a encarnação social do trabalho humano”, no entanto, seu poder representativo na forma de capital a juros serve como um instrumento de exploração e dominação social.

Desse modo, “as finanças seguem sendo essa arma terrível na competição capitalista e na centralização dos capitais a que se referia Marx”. De fato, elas têm “contribuído para a internacionalização do mercado de trabalho capitalista, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e debilita a solidariedade de classe entre eles” (BRUNHOFF, 2009, p. 72).¹

A imposição do neoliberalismo se constitui como uma faceta histórica e política frente à tais contradições próprias da lógica do desenvolvimento do capital, disseminado com maior força desde a década de 1980 por grandes instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e pelo que ficou conhecido como Consenso de Washington.

¹ Tradução do autor.

Numa situação onde, diversos Estados Nacionais são reféns de um endividamento exacerbado gerado pelo poder corporativo e financeiro², o regime econômico e político neoliberal é caracterizado pela desregulação dos mercados mundiais, práticas de medidas de austeridade fiscal do orçamento público e pela destruição de serviços de proteção social básicos (CHESNAIS; 1996; PAULANI, 2008).³

Meszáros (2002) caracteriza a atual crise do capitalismo como um quadro de irremediável crise estrutural ou generalizada do sociometabolismo do capital que tem repercutido no agravamento das crises cíclicas, do desemprego crônico, precarização do trabalho e das condições de vida, e no limite ameaçam a própria existência humana.

Singer (1998) argumenta que, a partir de fins do século XX, a busca por possíveis soluções à deterioração das relações de trabalho e exclusão social tem se manifestado no fortalecimento de práticas econômicas construídas por iniciativas que buscam organizar a produção, a distribuição e a sociabilidade a partir de formas de trabalho orientadas pela autogestão e por princípios cooperativos ou colaborativos, marcadas por uma diversidade de experiências e contextos, como fábricas recuperadas por trabalhadores, cooperativas de produção ou comercialização, clubes de troca, e uma diversidade de experiências de finanças solidárias.

De acordo com Coelho (2003a; 2003b), as finanças solidárias se inserem no escopo de criação de economias solidárias como instrumento de democratização das relações econômicas, a partir da adequação de serviços financeiros às necessidades específicas de comunidades excluídas do sistema bancário tradicional. Nesse campo estão inseridas experiências como as moedas sociais, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos, clubes de trocas, cooperativas de crédito solidário e algumas experiências de microfinanças (COELHO, 2003a; 2003b; SINGER, 2009).

² A dívida pública brasileira pode ser apresentada como exemplo dessa situação, anualmente quase metade do orçamento do Estado tem sido comprometido com os serviços dessa dívida. No ano de 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, 45,11% de todo o Orçamento Geral da União foi destinado ao setor financeiro privado enquanto os setores de saúde e educação receberam juntos parcela inferior à 8% do orçamento público (FATORELLI; ÁVILA, 2015).

³ Ver o trabalho de Antunes (1999) para contextualizar melhor a relação entre o desenvolvimento histórico das crises dos regimes de acumulação, sobretudo do modelo fordista-keynesiano, do processo de reestruturação produtiva e da imposição das políticas econômicas neoliberais como expressão da crise estrutural do capital. Para uma melhor relação institucional desse desenvolvimento histórico com o processo de mundialização financeira e especulativa das formas do capital fictício – desdobramentos do que este trabalho de pesquisa apresenta como financeirização - ver o trabalho de Chesnais (1996).

Carvalho e Abramovay (2004) analisam que as organizações bancárias formais apresentam comportamento e serviços financeiros caracterizados por desinteresse e um alto custo de acesso para a população mais pobre. Os autores sugerem que organizações locais pautadas em relações de proximidade podem criar serviços financeiros mais adequados às necessidades do público marginalizado.

A exclusão financeira é uma situação característica de populações que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica, estando diretamente associada ao empobrecimento de territórios. Pois de fato, a disponibilidade de meios de troca e de recurso ou serviços de financiamento é fundamental para viabilizar a realização de atividades produtivas e a circulação de riquezas que podem promover o atendimento de necessidades (LEYSHON; THRIFT, 1997). Desse modo, em oposição aos pressupostos da teoria econômica ortodoxa acerca da neutralidade da moeda, entende-se, neste trabalho, que numa economia capitalista a moeda desempenha papel de extrema importância para a organização econômica e espacial do desenvolvimento.

As moedas sociais – vezes denominadas de circulantes locais, moedas complementares ou paralelas – podem ser compreendidas como um meio alternativo de troca de bens e serviços, cuja administração é realizada por seus usuários. Também apresentam validade restrita espacial e geograficamente, tendo como princípio fundamental o estímulo à produção e circulação de riquezas locais. Diferentemente dos meios de pagamento tradicionais, não servem como meio de acumulação, pois geralmente não rendem juros e, ao circularem dentro de restrições espaciais fortalecendo laços sociais de proximidade, promovem a ativação das capacidades produtivas locais (PRIMAVERA; 2002; MENEZES; CROCCO, 2009).

Pereira e Crocco (2011) enfatizam que existe uma variedade de formas de expressão das moedas sociais dependendo do contexto, das condições específicas, aspectos sociais e culturais nas quais surgem.

Menezes (2007) resgata que há, sobretudo nos anos de 1980, uma proliferação da criação de sistemas de moedas locais para circulação dentro de limites territoriais e que tais casos têm se multiplicado com maior intensidade a partir da década de 1990. De maneira que o atual agravamento de situações de crises econômicas em vários países do mundo se revela de forma evidente como um forte estímulo para o surgimento dessas experiências.

No Brasil o uso de moedas sociais e a disponibilização de serviços de crédito solidário têm sido amplamente praticados por meio da atuação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). A expansão de modelos de BCDs nas mais diversas regiões do país se dá sobretudo, a partir de 2005, com a constituição da política pública de finanças solidárias promovida com apoio direto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De fato, as iniciativas por parte da sociedade civil e o apoio governamental têm inspiração e apoio na experiência de sucesso do Banco Palmas, banco comunitário criado junto a uma moeda social em fins dos anos de 1990 em uma região periférica da cidade de Fortaleza/CE – caso pioneiro de organização de política comunitária e gestão social para o desenvolvimento local (RIGO, 2014; RAPOSO; 2014).

Segundo Raposo (2014) o fenômeno dos bancos comunitários e suas moedas sociais se contrapõe as práticas patrimonialistas e clientelísticas promovidas pelo poder público, pois tem como base a ação comunitária autônoma a partir do protagonismo dos próprios moradores para promover transformações que melhorem a qualidade de vida local, sinalizando para o direcionamento de políticas públicas mais horizontais.

Ao se considerar a contemporânea formação social e seu sistema financeiro caracterizado pela acumulação e concentração de riquezas, Harvey (1985) aponta que a organização espacial das atividades econômicas e relações sociais opera dentro de um processo de globalização gradativamente marcado pela desigualdade regional e exclusão social de territórios condicionados à pobreza e à margem dos circuitos do sistema vigente. É neste contexto que a organização das economias locais por meio da utilização de moedas sociais e serviços de finanças solidárias surge como uma alternativa para complementar o atendimento de necessidades materiais e o desenvolvimento das comunidades empobrecidas e marginalizadas (LEYSHON; THRIFT; 1996; LEE, 1999; COELHO; 2003b; MENEZES; CROCCO, 2009; SINGER; 2009).

A perspectiva emancipatória e participativa do desenvolvimento local traz a preocupação com as peculiaridades sociais e espaciais das comunidades, caracterizando-o como um processo de dinamização de suas potencialidades, baseado na mobilização de recursos ou condições endógenas dos territórios e atuação de atores locais por meio do efetivo protagonismo da participação popular com o intuito de transformar sua própria realidade e,

consequentemente, da qualidade de vida (ÀVILA, 2012; LIMA, 2000; MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010; MARTINELLI; JOYAL, 2004; BUARQUE, 1999; LLORENS, 2001).

No Brasil, a maioria dos estudos recentes sobre finanças solidárias analisam as experiências promovidas pela atuação dos BCDs e suas moedas sociais, entre os quais pode se destacar as seguintes publicações: de Rigo, Silva Junior e França Filho (2012); Rigo, França Filho e Leal (2015a); Rigo, França Filho e Leal (2015b); Raposo e Faria (2015); e Beatriz *et al.* (2016). No entanto, tais estudos trazem pouca ênfase a respeito do papel ou contribuições dessas experiências para o processo socioeconômico de desenvolvimento local das comunidades onde se organizam.

Partindo dessas considerações, surge a seguinte pergunta: como a utilização de moedas sociais e serviços de crédito solidário contribuem com o desenvolvimento local de caráter participativo e solidário?

1.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Diante da problemática proposta, esta pesquisa teve o objetivo de investigar as contribuições da organização de serviços de crédito solidário e do uso de moedas sociais como meio para promoção de condições de desenvolvimento local no âmbito participativo da economia solidária, enfatizando as potencialidades e limitações frente ao modo de produção capitalista e suas contradições. Para tanto os objetivos específicos são:

- a) Apresentar a lógica da totalidade da produção capitalista associada às contradições da acumulação que promovem a predominância especulativa e parasitária da riqueza financeira e o agravamento histórico das crises econômicas, sociais e políticas.
- b) Contextualizar as práticas de economia solidária, finanças alternativas e de organização comunitária para o desenvolvimento local enquanto formas de resistência e enfrentamento ao capital.
- c) Analisar casos empíricos do fenômeno das experiências de moedas sociais e crédito solidário a partir da construção de noções analíticas da economia solidária e desenvolvimento local.

Para compreender o objeto de estudo e as questões relacionadas à sua contextualização e sua problemática, quais sejam, as experiências de moedas sociais e crédito solidário como alternativa de melhoria das condições de vida e de enfrentamento ao capital, assume-se a perspectiva de crítica dialética por meio do esforço de busca dos relacionamentos com o movimento de totalidade, este enquanto unidade das relações sociais historicamente constituídas que organizam os processos de trabalho ou atividade produtiva e as diversas instituições do sistema social e político (MARX, 2003; FARIA, 2011b).

A exposição do conjunto deste trabalho de pesquisa encontra-se organizado em mais seis capítulos apresentados na sequência. No capítulo dois há uma discussão sobre o método e uma detalhada explicação sobre as estratégias e os diversos procedimentos da pesquisa, enfatizando o processo de sistematização da análise, além de um relatório de pesquisa a campo. As seções do capítulo três apresentam o conjunto do processo de reprodução do capital e sua articulação com o desenvolvimento dos meios de pagamento e sistema de finanças, enfatizando as contradições que promovem a financeirização, o domínio especulativo e parasitário da riqueza financeira. O capítulo quatro contextualiza a organização da economia solidária e das iniciativas de desenvolvimento local como alternativas de reprodução social dentro das contradições do capitalismo. O capítulo cinco apresenta um aprofundamento conceitual e teórico das experiências práticas de finanças solidárias dentro do contexto de exclusão financeira, destacando os serviços de crédito dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o papel da utilização das moedas sociais. No capítulo seis se encontram os resultados da análise das três experiências empíricas estudadas: o Banco Pire, Banco Comunitário de Desenvolvimento do município de Dourados-MS; o Banco Ita, iniciativa de finanças solidárias atuante em um assentamento rural do município de Ponta Porã-MS; e a experiência de moeda social do Projeto Pet Mania promovido por uma ONG atuante num bairro periférico da cidade de Campo Grande-MS. As considerações finais são apresentadas no capítulo sete. Após as referências foram adicionados outros arquivos pertinentes nas seções de apêndices.

2. MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

2.1 O Materialismo Histórico: um Caminho Epistemológico

O método científico ou o paradigma de pesquisa que orientou este trabalho foi o materialismo histórico dialético. Sobre o método, Faria (2011b) propõe que se trata de um procedimento epistemológico, pois a opção do método pode definir diferentes maneiras de como o conhecimento é produzindo, sistematizado e transmitido. O autor (p. 10) ainda esclarece que o método é “a forma de mediação entre o sujeito ou o pensamento e o real ou a matéria, em que aquele deseja apreender este como objeto do conhecimento”. Desse modo:

O método não se confunde com as técnicas de coleta (quantitativas, qualitativas ou ambas), processamento, análise e tratamento de dados (ou fenômenos, fatos e informações) e tampouco com as fontes (primárias ou secundárias), embora se valha totalmente de todas elas (FARIA, 2011b, p. 2).

De fato, existem inúmeras classificações dos métodos ou epistemologias nas ciências sociais, sendo algumas simplistas e outras mais complexas. Gephart (1999), por exemplo, faz uma classificação simplificada de três paradigmas de abordagens nas pesquisas em administração: o positivismo; o interpretativismo; e teoria crítica. Para este autor, não existe diferenças marcantes entre autores como Marx, Habermas ou todo o conjunto de autores da chamada Escola de Frankfurt – classificação esta extremamente simplificada.

O clássico diagrama de paradigmas sociológicos apresentados por Burrell e Morgan (apud PAULA, 2016) é frequentemente utilizado para explicações epistemológicas nos estudos organizacionais, propondo um quadro de quatro paradigmas: interpretativismo, funcionalismo, estruturalismo radical e humanismo radical.

No entanto, Paula (2016, p. 25) afirma que a referência ao diagrama de Burrell e Morgan, além de se basear num esquema limitado e questionável, trouxe como consequência o acirramento das “disputas acadêmicas em torno da tese da incomensurabilidade dos paradigmas”. Como alternativa à guerra paradigmática desencadeada pelo quadro, Paula

(2016) apresenta um círculo de matrizes epistêmicas – elaborado a partir de contribuições discutidas por Jurgen Habermas – , constituindo-se numa classificação que se inicia com a constituição de três matrizes guiadas por interesses cognitivos: a matriz empírico-analítica (interesse técnico), a matriz hermenêutica (interesse prático) e a matriz crítica (interesse emancipatório). A autora ainda sugere a tese de que, na busca pela superação da incompletude cognitiva das matrizes, o conhecimento sociológico se desenvolve a partir de reconstruções epistêmicas que corresponderiam a abordagens sociológicas híbridas ou a criação de teorias e metodologias de fronteira tais como as abordagens estruturalista, realista crítica e a pós-estruturalista (PAULA, 2016).

Já a matriz epistemológica apresentada por Faria (2012) considera uma maior variedade de formas de produção do conhecimento, propondo uma classificação mais rica com seis orientações epistêmicas e metodológicas clássicas nas ciências sociais aplicadas: positivismo, funcionalismo, estruturalismo, fenomenologia, pragmatismo e materialismo histórico. De acordo com o autor, a dimensão epistemológica é um ponto de partida fundamental para se estabelecer o diálogo entre teorias, entre disciplinas e entre as ciências, por isso, se trata da única garantia de coerência para a produção e desenvolvimento do conhecimento. No entanto:

As formas de olhar a realidade dependem do esquema epistemológico, teórico e metodológico da investigação. Não existem esquemas melhores ou piores, apenas diferentes. A escolha de um esquema determina necessariamente os limites e as possibilidades da investigação (FARIA, 2011a, p. 35).

Não cabe no escopo deste trabalho aprofundar discussões acerca dos variados paradigmas epistêmicos, mas o interesse aqui é esclarecer que assume-se o materialismo histórico como referencial epistemológico. Assim, noções como relações sociais, centralidade do trabalho, totalidade histórica, modo de produção, processo dialético, e outros importantes princípios ou categorias analíticas desse paradigma orientam a presente pesquisa na contextualização histórica do nosso objeto de estudo.

Sobre a relação entre fatos e idéia na produção do saber, é importante considerar que:

Os fatos não existem a partir da idéia, e tampouco a idéia a partir dos fatos, mas, da interação dialética entre ambos, do que decorre que toda metodologia e teoria que se apresentam diante dos fatos antes mesmo

de conhecê-los, apenas os interpretarão segundo esquemas previamente definidos e interdependentes da natureza dos fatos; do mesmo modo, toda a teoria que só é formulada exclusivamente a partir dos fatos, sem que um primeiro esquema de apreensão seja definido, apenas os descreverão e o farão de tal modo que, ao final, o que pretendia ser uma investigação objetiva dos fatos resulta em uma apreciação marcada pela subjetividade do pesquisador. Em ambos os casos, o que realmente importa não é a teoria, mas sua funcionalidade instrumental e sua beleza estética (FARIA, 2011a, p. 34).

Desse modo, Faria (2011b) considera que a prática usual no campo da pesquisa em administração parte de categorias ou conceitos predeterminados. Menciona como exemplo o estudo de redes organizacionais, de estratégias institucionais e o conceito de burocracia, em que tais análises a ideia abstrata é o ponto de partida em direção linear e direta ao ponto de chegada da pesquisa, pois existe o pressuposto de que os elementos sociais estão dados como instituições definidas por crenças, valores, costumes e interesses impostos aos sujeitos, considerações suspensas ou desconexas do processo histórico e social. O autor propõe que essas práticas reproduzem uma concepção de mundo imutável que absolutizam aspectos do saber.

[...] no campo da pesquisa em administração, sempre que uma organização é tomada como uma abstração, ou seja, como coisa em si esvaziada de materialidade, a alienação que acomete o pesquisador coloca não em confronto com o concreto, mas com as ideias, de tal maneira que este acredita que confrontando as ideias confrontará a realidade que elas mascaram (FARIA, 2011b, p. 10).

No materialismo histórico o método de investigação, ao invés de partir de categorias predeterminadas a respeito dos fenômenos sociais, busca-se construir categorias para representar tais fenômenos a partir da análise das relações sociais concretas, pois a sociedade não é um fenômeno dado. De fato, trata-se de um processo interativo entre a subjetiva atividade humana e objetiva estrutura social, isto é, os indivíduos produzem historicamente a sociedade ao mesmo tempo que são produzidos por ela (MARX, 1998 *apud* FARIA, 2011b).

Tal forma de abordagem entende que a produção do conhecimento capaz de representar o real (em movimento) deve ir além da observação das aparências, considerando o todo intimamente relacionado que articulam as partes, pressuposto que corresponde a noção de totalidade da investigação dos fenômenos sociais.

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX; ENGELS, 1996, p. 37).

Ou seja, não se parte de categorias predeterminadas enquanto definições imutáveis de realidades constituídas por condições dadas. Os conceitos superam seu caráter meramente abstrato e adquirem materialidade quando são contextualizados historicamente com as relações sociais, considerando o processo de formação e desenvolvimento do objeto ou fenômeno de representação.

A prioridade dessa abordagem dialética para a construção do saber, busca apreender o movimento dos fenômenos, pois tudo que há na realidade existe em movimento de um constante devir a partir do motor das contradições. Desse modo, se assume o pressuposto de que os objetos ou manifestações de interesse se apresentam em íntima interação: investigar a dinâmica dessas interações, partindo de níveis e processos mais simples até os mais complexos, é o foco para compreensão concreta dos fenômenos. Por isso:

[...] é incorreto, para o Materialismo Histórico, começar a análise social a partir de fatos isolados (instituições, populações, classes) porque estes pressupõe uma sociedade econômica, política e socialmente específica. Trata-se de partir destas abstrações, mas para reconstruí-las pela via do concreto pensado e não partir delas tais como estão dadas para a observação imediata (FARIA, 2011b, p. 7).

A sociedade é compreendida como formação histórica em processo de mudança e seus elementos que se identificam aos diversos fenômenos sociais não correspondem a uma combinação acidental de objetos independentes, separados ou isolados. Faria (2011b) afirma que a partir da noção de totalidade se compreende que os fenômenos sociais mais distintos são resultados de uma coerência orgânica onde tudo se relaciona de forma dinâmica, sendo que os fenômenos inter-relacionados se condicionam mutuamente. O particular deve se apresentar como instância da totalidade social. Assim, Marx afirma que:

[...] a totalidade (posto que é totalidade pensada ou representação intelectual do concreto) é produto do pensamento e da representação.

Mas não é produto absoluto do conceito que se origina a si próprio, que pensaria acima e à parte da percepção e da representação; é produto da elaboração dos conceitos partindo da percepção e da intuição (1974, p. 39 *apud* FARIA, 2011b, p. 13).

A categoria de totalidade não se trata de uma definição absoluta da realidade, mas de uma unidade não fragmentada. No método de Marx essa noção “compreende a relação do simples para o complexo”, pois o conhecimento objetivo é “sempre referente ao momento e às condições históricas e materiais”, de modo que “a verdade jamais será absoluta ou definitiva, o conhecimento permite apenas uma verdade passageira, falsificável, que será superada pelo desenvolvimento deste mesmo conhecimento” e em paralelo ao movimento ou desenvolvimento da própria realidade (FARIA, 2011b, p. 7).

Em outras palavras, dentro da concepção marxiana, a análise adequada de um objeto de estudo não se faz isoladamente do contexto histórico e social em que está inserido, tratar os fenômenos apenas em sua aparência imediata negligenciando a busca de seu sentido histórico resulta na mera produção de dados ou informações parciais. Pois:

A produção das ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX; ENGELS, 1996, p. 37).

Toda produção humana de conhecimento está relacionada ao processo social de construção do saber dentro de um determinado estágio histórico de desenvolvimento das forças produtivas (processos técnicos, científicos e tecnológicos). Desse modo a materialidade do método ou o princípio de seu rigor que supera as noções especulativas, é o movimento da consciência no esforço de compreender as relações sociais (de produção). Sobre a construção da realidade, a partir das relações sociais concretas, e sua relação com a consciência humana, Marx esclarece ainda que:

[...] na produção social de suas existências, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência (2003, p. 5).

Para Marx (*apud* FARIA, 2011b), ainda que haja condicionamentos associados às relações sociais e ao desenvolvimento das forças produtivas, a apreensão da realidade resulta de atividade humana sensível, de práxis marcada por sua dimensão subjetiva. Mas de modo algum propõe uma metodologia subjetivista. Sobre a relação entre sujeito e objeto dentro da abordagem do materialismo histórico, considera-se que, no entanto:

O conceito de sujeito remete à totalidade, ao consciente e ao inconsciente, ao objetivo e ao subjetivo, ao racional e ao sensível, enquanto os conceitos de pensamento e consciência referem-se a uma das operações da prática humana, certamente uma das mais relevantes (FARIA, 2011b, p. 8).

No referencial teórico-metodológico marxista o *modus operandi* do processo de investigação e análise pode ser compreendido como o movimento contínuo de elevação circular do abstrato ao concreto, que parte do todo para chegar na parte – do concreto imediato ao abstrato – e da parte ao todo, buscando sempre a materialidade histórica ou o movimento das relações sociais de produção para a construção das categorias que permitam a representação intelectual da própria realidade. Trata-se do processo de elaboração do “concreto pensado” o qual envolve tanto o raciocínio histórico indutivo quanto o lógico dedutivo. Desse modo, o “concreto é concreto por ser síntese de múltiplas e complexas determinações, logo unidade da diversidade” (MARX, 2003, p. 248).

Fazendo-se a distinção entre a investigação e a exposição, a partir de Marx, Gorender (1996) esclarece que a exposição ideal deve figurar um “todo artístico”, entendido como a constituição de uma totalidade orgânica da elaboração ordenada das articulações entre as categorias que formam as partes do conjunto teórico. Desse modo, no momento da exposição, o princípio que orienta o ordenamento das categorias é o tratamento lógico das relações internas do modo de produção e não a sucessão identificada na história real. Porém, se o

modo lógico corresponde ao “fio orientador da exposição, o histórico não pode ser dispensado na condição de contraprova”. Em síntese, pode-se dizer que “o lógico não constitui o resumo do histórico, nem há paralelismo entre um e outro (conforme pretendeu Engels), porém entrelaçamento, cruzamento, circularidade” (GORENDER, 1996, p. 25).

A produção das condições de existência humana, assim como ideias, valores, instituições, etc. são produto das relações sociais, por isso, partir da base material onde se produz a consciência dos indivíduos é fundamental para se compreender a realidade de forma não idealista ou especulativa, sem que se caia na armadilha de naturalização das formações sociais.

O que permite a construção de categorias enriquecidas de materialidade histórica no método marxiano, ou a elaboração do concreto pensado para além das aparências imediatas, é o seu pressuposto central que assume o trabalho como categoria fundante das demais categorias. Pois:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. Os valores de uso, casaco, linho etc., enfim, os corpos das mercadorias, são ligações de dois elementos, matéria fornecida pela natureza e trabalho (MARX, 1996, p. 172).

Considerando que “o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações humanas realizadas pela atividade produtiva”, entende-se que o trabalho é também o “mediador na relação sujeito-objeto entre homem e natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78). Por isso, as categorias não devem se dissociar da interdependência do processo histórico de constituição das relações sociais de produção.

Para se compreender tais relações, a divisão social do trabalho e sua organização histórica é determinante para a formação da ordem social ou ao modo de produção que corresponde a uma forma predominante de organização das relações sociais de produção e distribuição da riqueza, que no capitalismo tem base no poder da classe que se apropriam dos meios de produção (capital) por meio da exploração da classe que vende sua força de trabalho. Assim, no modo de produção capitalista, fundado no antagonismo de classes, “o

progresso econômico objetivo aparece sempre sob a forma de novos conflitos sociais” (LUKÁCS 1978, P. 13).

Pressupondo que o trabalho – enquanto atividade produtiva – é a mediação fundamental entre o homem e a natureza (MARX, 1996, 2003; MESZÁROS, 2006), a partir do momento em que o mesmo se torna uma mercadoria, surgem mediações de segundo grau – tais como a propriedade privada, a divisão do trabalho e o intercâmbio mercantil – que o “impedem de se realizar em seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78), por isso “quanto mais o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, o capital” (MARX, 2004, p. 80).

A produção de conhecimento que orienta uma prática ou ação social, seja de interesse público ou privado, é de caráter indissociavelmente político, e portanto deve ser apreendida dentro da totalidade das determinações econômicas e sociais formadas na constituição histórica do modo de produção que no atual estágio de desenvolvimento corresponde ao modo capitalista o qual impõe o trabalho assalariado como forma generalizada de trabalho. Essa forma de reflexão teórica tem a finalidade de transformar a realidade a partir da tomada de consciência e participação ativa dos indivíduos pela superação do horizonte social de classes e seus antagonismos.

Desse modo, o método marxiano propõe a investigação da análise das relações concretas com a intenção assumidamente política de fortalecer o desenvolvimento das estratégias de luta e superação contra as diversas formas de exploração e opressão social que tem o capital como fundamento.

2.2 Escolhas das Estratégias e Técnicas de Pesquisa

Os posicionamentos epistemológicos e ontológicos assumidos pelo pesquisador são determinantes para a orientação da investigação a partir do delineamento ou combinação dentre as variadas formas de abordagens e métodos, por isso, Merriam (1998) enfatiza a necessidade da definição do caminho metodológico em relação à postura assumida a respeito da natureza da realidade e produção do conhecimento.

Sobre a escolha da metodologia a ser adotada em uma investigação científica, Faria (2011a, p. 29) afirma que “não existe uma metodologia-padrão que se aplicaria a qualquer objeto em quaisquer circunstâncias”, desse modo, além das teorias disponíveis tal escolha também depende das próprias condições que se encontra o sujeito pesquisador e da natureza do objeto de pesquisa. O autor (2011a, p. 29) ainda considera que, quando se tratando da concepção da dialética materialista, ao invés do tipo de base empírica que se utiliza “o que determina a forma dialética de se apropriar do real é antes o movimento e as relações contraditórias do objeto”, por isso a presente pesquisa não se isola na dimensão empírica e buscam constantemente o movimento de totalidade das relações sociais na configuração do modo de produção.

Com a finalidade de aprofundar mais a compreensão das questões acerca do objeto de estudo, envolvendo o fenômeno das experiências de moedas sociais e de crédito solidário na perspectiva do desenvolvimento local e no âmbito da economia solidária, adotou-se uma aproximação empírica a partir da estratégia de estudo multicaso de experiências envolvendo a circulação de moeda social e serviços de crédito solidário.

Assim, para representar nosso campo empírico selecionamos três experiências de finanças solidárias atuantes em Mato Grosso do Sul: o Banco Comunitário Pire localizado em um bairro periférico do município de Dourados que corresponde a primeira experiência de banco comunitário do estado; o Banco Comunitário Ita atuante no Assentamento Itamarati, maior assentamento da reforma agrária do Brasil, localizado na zona rural do município de Ponta Porã; e a experiência de moeda social criada junto ao Projeto Pet Mania por meio da atuação do Instituto de Desenvolvimento Evangélico (IDE), uma Organização não Governamental (ONG) que atua no bairro do Portal Caiobá, região periférica da cidade de Campo Grande, com a finalidade de promover serviços de apoio as crianças carentes moradoras do bairro.

Conforme Yin (2001), os estudos de caso não representam uma amostragem onde se busca generalizar populações ou universos (generalização estatística), mas da mesma forma que em experimentos, tal estratégia possibilita a generalização de proposições teóricas, o pesquisador pode assumir generalizações analíticas de seus resultados. O autor ainda classifica o estudo de caso como uma investigação empírica e faz a consideração da importância da prévia elaboração de proposições teóricas para conduzir o desenvolvimento

dos procedimentos de coleta e análise de dados. No entanto, cabe aqui ressaltar que em nossa abordagem teórica:

O específico não tem valor senão em relação à totalidade gnosiológica, na medida em que ambos são inseparáveis. Essa categoria da totalidade compreende a relação do simples para o complexo. Para Marx (1974), o método que analisa os fatos sem investigá-los em sua totalidade, em suas contradições e seus movimentos, termina por propor leis universais abstratas aplicáveis a quaisquer casos (FARIA, 2015, p. 20).

Gil (2002) afirma que o estudo de caso corresponde a uma estratégia muito adequada para pesquisas no campo social com finalidades exploratórias. O autor ainda propõe que a pesquisa de caráter exploratório permite a consideração de uma variedade de aspectos identificados em relação ao caso estudado, o aprimoramento das ideias e aprofundamentos dos conceitos constitui seu principal objetivo em relação a um objeto de estudo ou problema de investigação.

Para os procedimentos de coleta e tratamento dos dados dos casos empíricos adotou-se a estratégia de utilização de algumas técnicas que muitas vezes são classificadas como qualitativas, considerando as ambições prioritárias da pesquisa que têm finalidade predominantemente exploratória em relação à proposta de investigação.

Chizzotti (2006) considera que o “termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”, desse modo foca no aprofundamento da compreensão de fenômenos complexos da realidade social.

Triviños (1987) propõe que na forma de abordagem qualitativa, a compreensão dos processos é o foco principal da pesquisa, daí o maior esforço de elaboração de significados ou representações capazes de expressarem os fenômenos de estudo.

Mesquita (2014) traz a discussão de que na pesquisa qualitativa considera-se que a realidade tem natureza socialmente construída e que a íntima relação entre objeto investigado e pesquisador é outra característica importante desta abordagem. Segundo o autor, tal caminho metodológico pode ser combinado a uma multiplicidade de pressupostos epistemológicos, ontológicos, teóricos e paradigmáticos, porém requer sobretudo:

um instrumento de coleta de dados que é sensível ao significado subjacente ao coletar dados e interpretá-los e os seres humanos são os elementos desta atividade, considerando que entrevistar, observar e analisar são as atividades centrais deste tipo de pesquisa (MESQUITA, 2014, p. 2).

Para pesquisas que se limitam ao escopo teórico da abordagem qualitativa, a incidência do foco se dá sobre o sentido no contexto, desse modo, Minayo (2004) ainda propõe que a principal busca da pesquisa qualitativa é a elucidação de significados que os indivíduos atribuem as suas experiências e ao mundo que representa a sua realidade.

No entanto, como já apresentamos, nosso maior esforço de caráter epistemológico é utilizar de forma adequada a referência do materialismo histórico dialético.

Desse modo, é importante ressaltar que as prioridades teóricas da abordagem de pesquisa qualitativa, muitas vezes apresentam a característica de se isolar nas dimensões fenomênicas e imediatas da realidade estudada. Limitação associada ao que Kosik (1976) denomina de *pseudoconcreticidade*. Segundo o autor a busca pela essência dos fenômenos deve ir além da concreticidade imediata e aparente, e pode ser atingida quando se desvendam suas mediações históricas, conteúdo ontológico e suas fundamentais contradições dentro do processo de configuração das relações sociais. Por meio da análise dialética a elaboração do conhecimento concreto na perspectiva de totalidade se dá como um resultado de síntese entre o singular e universal, considerando a manifestação das particularidades. Assim:

A posição da totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade. Do ponto de vista da totalidade, compreende-se a dialética da lei e da causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção e assim por diante (KOSIK, 1976, p. 33).

Ao destacarmos a utilização de técnicas qualitativas para o tratamento dos dados empíricos, não nos limitamos a singularidades interpretativas ou significativas desvinculadas dos processos materiais históricos. Estamos também ponderando que este estudo não prioriza pela utilização de instrumentos estatísticos de caráter hipotético cuja finalidade é mensurar

relações de causalidade, muitas vezes de formas a-históricas, baseados em modelos explicativos abstratos acerca da realidade. Não obstante, é importante a clareza quanto às informações e ao próprio movimento dialético de continuidade e descontinuidade, uma vez que a descontinuidade qualitativa está inserida naquilo que Engels (1979) colocou como passagem da quantidade para a qualidade e vice-versa.

2.3 Procedimentos e Técnicas de Coleta de Dados

A coleta de dados primários a partir do processo de pesquisa a campo baseia-se em três atividades principais e complementares: conversas informais com membros das experiências, observação presencial (não participante) no ambiente de organização das experiências e aplicação de entrevistas de questões não estruturadas e semi-estruturadas junto aos gestores ou representantes dos casos estudados. Os critérios para a seleção de entrevistados nos casos de estudo foram: ser membro ou representante com posição de maior envolvimento e conhecimento acerca da realidade de cada uma das experiências analisadas.

Esse primeiro momento de contato empírico da investigação tem correspondência com o que Faria (2015) denomina de aproximação precária do sujeito com o objeto, fase pré-sincrética ou a primeira fase processual e não linear da investigação onde o empírico se apresenta apenas em suas dimensões fenomênicas. O autor explicita dois outros momentos metodológicos fundamentais da pesquisa orientada pela Epistemologia Crítica do Concreto – ECC, tais esclarecimentos são aprofundados na próxima seção.

Assim, a escolha das estratégias adotadas para as primeiras entrevistas assumiram formas mais espontâneas e intuitivas, formas próximas do que Manzini (2004) classifica como entrevista não-estruturada caracterizada pela ampla flexibilidade para a formulação de perguntas e para intervenção na fala do entrevistado. Conversas informais correspondem também a uma fonte de informação importante nos momentos de visita a campo.

Para adequação da pesquisa ao método do materialismo histórico, Faria (2017) apresenta importantes esclarecimentos para o tratamento analítico de informações de registros empíricos tais como os obtidos a partir da realização de entrevistas qualitativas, análises de documento, etnografias, diários de campo, observações (participantes ou não), pesquisação e

outras técnicas. Desse modo, os “registros oferecem um material bruto de pesquisa e se apresentam em formas objetivas (descritivas, imagens, artefatos) e/ou subjetivas (documentos, textos, entrevistas)” (FARIA, 2017, p. 1). A partir da Epistemologia Crítica do Concreto – ECC (FARIA, 2015), o autor (2017) propõe uma metodologia de Análise Crítica do Conteúdo.

Nessa proposta não se pretende analisar o discurso ou o texto em sí, ao contrário, busca se acessar e analisar o objeto a que os registros se referem por meio de diversas expressões dos conteúdos.

Os procedimentos da análise de conteúdo - AC, que tem importante representação na abordagem de Bardin (1985), são usualmente orientados pela tradição positivista e/ou funcionalista⁴. Já a proposta de Faria (2017, p. 7) se difere fundamentalmente “por não se ater ao conteúdo em sí e tampouco conforma-se à aparência, ao imediato sensível do objeto referido”. Desse modo:

É o objeto que se quer acessar e não o significado do conteúdo, seu sentido em si. Mas não apenas o objeto imediato, mas a estrutura constitutiva do objeto a qual se encontra além de sua aparência fenomênica e/ou dos registros singulares sobre ele. Não se trata de entender o que o registro quer dizer, mas de alcançar o objeto ao que ele se refere, à realidade que ele tenta expressar, colocando em confronto o aparato do registro discursivo com as práticas e tensionando ambos em busca de suas contradições (FARIA, 2017, p. 7).

A entrevista semi-estruturada é outra importante forma de entrevista adotada, formada por questões abertas que são direcionadas por um roteiro previamente elaborado. O roteiro das entrevistas⁵ é elaborado e tem sistematização adequada com base na consulta a literatura sobre o tema e a partir da problematização e objetivos da pesquisa (BELEI et al, 2008). Fujisawa (2000 apud BELEI et al 2008) afirma que a medida que as informações são

⁴ Na proposição positivista da AC busca se sempre objetivar o conteúdo por meio de medição ou aferição, onde as categorias de análise são geralmente definidas a priori. Quando se incorpora a proposição funcionalista, busca se uma função específica para os elementos discursivos no próprio conteúdo do discurso (FARIA, 2017).

⁵ Nossos roteiros iniciais de entrevistas elaborados constam na seção do APÊNDICE A deste trabalho, as primeiras entrevistas semi-estruturadas são de caráter mais exploratório e de pouca sistematização, as questões são ainda adaptadas a cada caso específico. Posteriormente, com o amadurecimento da pesquisa, elaborou se uma melhor sistematização das categorias e elementos analíticos para guiar a formulação das questões da última entrevista semi-estruturada e adaptar a cada caso estudado. A tabela 1, apresentada na próxima seção (2.4) ilustra tal sistematização.

respondidas, o modelo de entrevista semi-estruturada ainda permite a ampliação dos questionamentos durante o processo.

Conforme Schraiber (1995) o poder de registro das informações de entrevistas é significativamente ampliado com a utilização de tecnologias de gravação, permitindo aprofundar o relato do entrevistado com maior flexibilidade para inserir novas questões importantes. Desse modo esta pesquisa se favorece da utilização de tecnologias de gravação como principal instrumento de registro das informações, tanto no momentos de conversas informais, entrevistas não-estruturadas e aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

Assumindo-se que os fenômenos de interesse não sejam apenas de caráter histórico, Yin (2001) aponta que com a realização de pesquisa a campo nos locais dos casos de estudo surge a oportunidade de fazer observações diretas das condições ambientais e alguns comportamentos que sirvam de evidências para os interesses da pesquisa.

Tjora (*apud* FERREIRA et al., 2012) propõe ainda que a observação e a entrevista podem ser técnicas interativas e complementares, pois vezes a entrevista direciona o pesquisador a observar, enquanto que a própria atividade de observação pode orientar para a necessidade de aprofundamentos nas entrevistas.

As condições de observação correspondem ao próprio “contexto natural ou artificial no qual o fenômeno social se manifesta ou se reproduz” (BELEI et al., 2008, p. 191). Nesse procedimento de observação, bastante usual em técnicas de pesquisa qualitativa:

O pesquisador toma notas de campo sobre comportamentos e atividades das pessoas no local da pesquisa. Nessas notas de campo, o pesquisador registra, de uma maneira não-estruturada ou semi-estruturada (usando algumas questões anteriores que o pesquisador deseja conhecer), as atividades no local de pesquisa. O observador qualitativo também pode se envolver em papéis que variam de não-participante até integralmente participante (CRESWELL, 2007, p. 96).

Assim, nos momentos de visita a campo buscou se registrar e sistematizar, por meio de anotações escritas, possíveis informações de interesse percebidas no ambiente de estudo e no comportamento de seus membros.

A pesquisa documental é baseada em fontes diversificadas como: arquivos, documentos, base de dados, etc. é também um procedimento para investigar dados que não

foram organizados, codificados ou que não receberam o devido tratamento para o estudo científico (GIL, 2002). Dados secundários extraídos de documentos disponibilizados, jornais, revistas, sites e outras bibliográficas representam também importante fonte de informações sobre os estudos de caso, em nossa pesquisa.

Certamente que a partir de uma maior combinação de possibilidades ou instrumentos metodológicos poderia ser realizado um melhor aprofundamento e extensão de estudo. No entanto, a delimitação quanto a escolha das estratégias de investigação aqui adotadas, se mostraram mais adequadas ao alcance das ambições prioritárias da pesquisa proposta, considerando as limitações de recursos e de tempo para a execução deste projeto. A seleção das três experiências para o estudo multicaso também se baseou nos mesmos critérios, priorizamos iniciativas de utilização de moedas sociais e serviços de crédito solidário em localizações mais próximas para facilitar o acesso as informações.

2.4 A Sistematização do Processo Investigativo e de Análise dos Dados

Dentro da Epistemologia Crítica do Concreto - ECC, Faria (2015) faz a distinção de três momentos fundamentais da prática de pesquisa envolvendo o processo onde o pensamento se apropria do real para a construção científica do conhecimento. Trata-se de uma proposição original para realizar pesquisas no campo das ciências sociais aplicadas a partir do método crítico-dialético, o autor considera que os três momentos fundamentais da pesquisa podem ser diferenciados a partir das características que se identificam na relação entre o objeto e o sujeito da pesquisa. Desse modo, estabelece três categorias de análise que representam esses momentos: a aproximação primária ou fase pré-sincrética; a aproximação secundária ou fase sincrética; e por último, o terceiro momento corresponde a fase sintética da pesquisa do objeto.

O primeiro momento correspondente a fase pré-sincrética ou de aproximação precária do sujeito com o objeto, nessa etapa da pesquisa o objeto ou campo empírico de investigação se apresenta numa condição de aparência sem essência, numa fase fenomênica de percepção primária da realidade, onde os diversos elementos constitutivos e relações do real se mostram de maneira confusa, multifacetada e de forma desorganizada. A partir da aproximação

precária é possível identificar os primeiros elementos que permitem ao investigador ordenar e classificar informações para aprimorar seu esquema e definir suas categorias de análise do real.

A segunda fase correspondente a aproximação denominada de sincrética, ou momento da aproximação deliberadamente construída, onde o sujeito pesquisador, após conhecer seu objeto no campo empírico, busca aprofundar sua investigação por meio da apropriação de estudos e conceitos já elaborados. Nessa fase o conhecimento acerca do objeto atinge um nível valorizado pela integração e relacionamento de elementos que inicialmente apareciam difusos, o que contribui para um entendimento da estrutura do objeto. Em resumo, consiste num retorno mais organizado da investigação do objeto após a reflexão no campo empírico e o estudo das teorias disponíveis na literatura, onde o pesquisador pode organizar, conceituar, classificar e descrever seu objeto de investigação. No entanto, o momento da segunda aproximação ainda não permite que o pesquisador compreenda o objeto de estudo em seu movimento, isto é, “a visão de totalidade da estrutura não é ainda a da totalidade dinâmica do objeto “há, ainda aqui, uma pseudoconcreticidade” (FARIA, 2015, p. 36).

O terceiro momento correspondente a fase sintética e se realiza quando ocorre a apropriação do objeto pelo pensamento como conhecimento científico, ou seja, por meio das regras da ciência, o objeto apreendido é transformado em objeto teórico. A partir da constante aproximação dialética entre sujeito e objeto, passa-se da totalidade estruturada, atingida na segunda fase de aproximação, para a totalidade em movimento. Assim, Faria (2015) aponta que a totalidade em movimento deve ser sistematizada por meio da identificação de categorias de análise que o próprio real fornece ao pensamento, o que permite ao pesquisador reproduzir idealmente (no pensamento) o objeto de forma não fragmentada, a elaboração da totalidade cognoscível do objeto. Dentro da Epistemologia Crítica do Concreto, segundo o autor, essa síntese dialética ainda corresponde ao real concreto sintetizado como real pensado. No entanto, é importante ressaltar que:

não há uma sucessão predefinida de eventos tais que de um momento a outro haja uma passagem linear, natural e automática. Não existem, portanto, medidas, indicadores, modelos e orientações operacionais da “passagem” de um momento a outro na produção do conhecimento científico. Esse movimento é dinâmico, complexo e contraditório, decorrente da adequação do desenvolvimento do processo de pesquisa aos objetivos da investigação, ao problema investigado e às limitações condicionantes de todo o processo de investigação. O pesquisador evolui de um momento a outro quando supera as limitações de cada

momento anterior, porém não de forma sucessiva, pois não existe qualquer garantia de que, a partir das ações interativas do sujeito pesquisador com o objeto, não haja necessidade de se voltar ao entendimento de determinados elementos constitutivos da fase anterior (FARIA, 2015, p. 22).

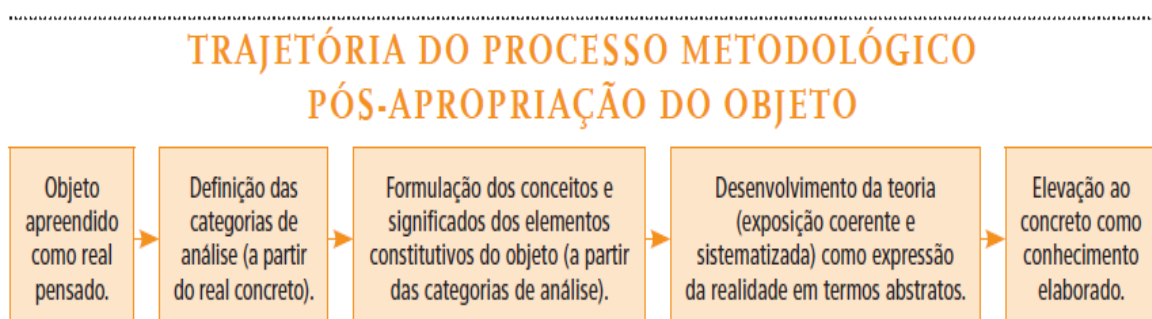
Abaixo, o **quadro 1** e a **figura 1** representam de forma resumida os momentos da produção científica e a trajetória para a elevação ao concreto como expressão da realidade em termos abstratos, elaborados por meio da Epistemologia Crítica do Concreto.

Quadro 1: Momentos da produção do conhecimento

MOMENTOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO		
Aproximação precária do sujeito com o objeto.	Aproximação valorizada do sujeito com o objeto.	Apropriação do objeto pelo sujeito.
COMO O OBJETO APARECE AO SUJEITO		
Realidade confusa, disforme, sem identificação das relações internas e externas; real multifacetado, polissêmico.	Realidade cognoscível relativamente organizada e sistematizada; relações internas e externas explícitas; unidade diversificada e contradições reveladas; significados inteligíveis; totalidade formalmente estruturada.	Realidade cognoscível apreendida pela consciência; dinâmica das relações estabelecida; contradições identificadas; totalidade em movimento; real concreto como real pensado.

Fonte: Faria (2015)

Figura 1: Trajetória do processo metodológico pós-apropriação do objeto



Fonte: Faria (2015).

Esses esclarecimentos de Faria (2015) acerca dos momentos fundamentais das pesquisas orientadas pela epistemologia crítica do concreto (ECC), serve nos aqui como uma

importante referência para a adequação do método do materialismo histórico dialético, também corresponde a uma orientação bastante útil para o aperfeiçoamento dos momentos processuais da investigação de nosso objeto de pesquisa.

Assim, a **tabela 1** representa a sistematização de categorias de análise e elementos constitutivos para investigação do objeto de estudo, apresentação e discussão de resultados dos casos empíricos estudados. Cabe ressaltar que se trata de uma sistematização processual elaborada a partir do amadurecimento da pesquisa, resultante tanto dos elementos identificados por meio da maior aproximação com as experiências empíricas quanto do aprofundamento das questões teóricas e conceituais acerca do objeto pesquisado, isto é, sobre as experiências de serviços de crédito solidário e moedas sociais.

Tabela 1: Categorias de análise e elementos constitutivos do objeto de estudo

Categorias de análise	Elementos constitutivos
1- Economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> a) Prática de gestão participativa b) Formas de trabalho c) Valores solidários d) Articulação com outras iniciativas de EES e) Parcerias e envolvimento com organizações representativas da Ecosol f) Sustentabilidade da organização
2 - Crédito solidário	<ul style="list-style-type: none"> a) Apoio a criação e fortalecimento de iniciativas produtivas locais b) Inclusão financeira c) Juros, modalidades e condições de pagamento d) Fonte de recursos
3 - Moeda social	<ul style="list-style-type: none"> a) Forma de lastro b) Circuito de circulação c) Benefícios aos usuários d) Estimulo ao consumo endógeno
4 - Desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> a) Geração de trabalho e renda b) Ativação de capacidades produtivas locais c) Organização de rede de prossumidores d) Mobilização para a participação de política comunitária e) Empoderamento de atores locais para a resolução de problemas endógenos e atendimento de necessidades f) Atividades educativas de conscientização solidária

Fonte: elaboração do autor

Desse modo, para a seleção de informações chaves e para a análise dos registros de entrevistas e demais dados coletados utiliza-se da elaboração dessas categorias de análise e seus elementos constitutivos, os quais sistematizou-se a partir do contato com o campo empírico e da literatura sobre o objeto de investigação, considerando, sobretudo, o problema e objetivos da pesquisa envolvendo as experiências de moedas sociais e crédito solidário.

A partir dessa sistematização das categorias analíticas e seus elementos constitutivos, descritos na ilustração da **tabela 1**, foi formulado o último modelo de entrevista semi-estruturada⁶ o qual aplicamos durante as últimas visitas a campo junto aos representantes das experiências dos casos estudados.

Alves e Silva (1992) trazem interessantes contribuições para adequar a qualidade e rigor dos procedimentos de análise de dados qualitativos, sobretudo análises de entrevistas. Nessa etapa, deve-se orientar pelos pressupostos teóricos utilizados e dar atenção a três pontos importantes:

1 – As questões advindas do seu problema de pesquisa (o que ela indaga, o que quer saber); 2 – As formulações da abordagem conceitual que adota (gerando polos específicos de interesse e interpretação possíveis para os dados); 3 – A própria realidade sob estudo (que exige um “espaço” para mostrar suas evidências e consistências). (...) O momento de sistematização é pois um movimento constante, em várias direções: das questões para a realidade, desta para a abordagem conceitual, da literatura para os dados, se repetindo e entrecruzando até que a análise atinja pontos de “desenho significativo de um quadro”, multifacetado sim, mas passível de visões compreensíveis (ALVES, 1992, p. 65).

Segundo Goulart e Carvalho (2005), durante o processo de pesquisa a campo, grande parte da análise dos dados se faz simultaneamente a coleta. Desse modo, ressaltamos que o contato com os dados empíricos ao longo das diversas visitas a campo, nos proporcionou alguns momentos de pré-análises que orientaram o desenho da pesquisa na construção da sistematização de análise dos resultados.

No processo de redação dos resultados a combinação entre teoria, literatura, depoimentos dos entrevistados e as observações enquanto pesquisador, guiadas pelas questões de interesse servem de base para a investigação e exposição das informações e resultados da

⁶ O último modelo sistematizado de entrevista se encontram na seção de APÊNDICE C deste trabalho.

pesquisa (ARIES, 1973 apud ALVES e SILVA, 1992). Stake (2001) discute que nos estudos os quais realizam aproximação empírica do objeto e que optam por procedimentos técnicos mais qualitativos, a investigação do pesquisador é a base para a coleta de dados em campo. Assim, cabe ainda ressaltar que a opção para a exposição dos resultados e discussões das análises dos casos empíricos foi elaborado dentro do formato de relatos e narrativas acerca da construção de nossa investigação, levando em consideração a própria aproximação com os casos empíricos, as discussões teóricas e conceituais com a literatura e a relação com a abordagem de totalidade do movimento das contradições do modo de produção.

Não obstante, é importante considerar outro esclarecimento de Faria (2011a) sobre a relação entre sujeito e objeto que ao invés de se constituir em unidade, corresponde a uma interação dinâmica e contraditória, se trata de uma relação dialética, da mesma forma que se move o real também se move a percepção e interpretação do pesquisador no processo de investigação.

2.5 Relatório de Pesquisa a Campo

O contato com o primeiro caso de estudo surgiu a partir do encontro com um representante da experiência de moeda social localizado no Bairro do portal Caiobá na cidade de Campo Grande – MS. Esse momento se deu ainda no mês de outubro de 2015 durante uma palestra de apresentação sobre o projeto, a situação favoreceu o diálogo para a abertura de pesquisa do caso. Ainda no mês de outubro foi agendado um encontro para conversas informais com o principal representante do projeto.

No mês de março de 2016 foi feita a primeira visita a campo para a aplicação da primeira entrevista semi-estruturada⁷ e observação direta no ambiente de organização do projeto, o qual se encontra no próprio espaço do Instituto de Desenvolvimento Evangélico (IDE). O momento foi oportuno para conversar com outros membros do IDE e perceber com maior profundidade a dimensão da utilização da moeda social no bairro, características e diversas particularidades da experiência.

⁷ Essa entrevista de menor sistematização se encontra como primeiro elemento da seção do APÊNDICE A.

O Banco Comunitário de Desenvolvimento União Sampaio⁸, localizado na região da Zona Sul da cidade de São Paulo – SP, foi visitado no mês de fevereiro de 2016. A oportunidade permitiu uma longa conversa e a gravação de entrevista aberta com os gestores do projeto, os principais temas tratados foram sobre o histórico, formas de atuação e contribuições da experiência para a sua comunidade. No entanto, a análise dessa experiência não será aprofundada na presente pesquisa, em decorrência da distância e limites de recursos.

No mês de junho de 2016 fiz viagem ao município de Dourados - MS para dois dias de encontros com representantes do Banco Pirê, Banco Comunitário de Desenvolvimento localizado em um bairro periférico do município. No primeiro dia o foco do encontro foi mais um diálogo para a abertura de pesquisa, o encontro foi realizado no escritório do Banco Pirê, localizado no centro do município, essa primeira conversa já permitiu o levantamento de elementos direcionadas para a elaboração das questões de entrevista. No segundo dia foi feita a primeira visita a campo na sede de atuação da experiência do Banco Comunitário Pire e aplicação de entrevista exploratória com questões semi-estruturada⁹ as quais foram registradas com aparelho gravador e caderno de anotações, o que permitiu a observação de importantes características e condições de funcionamento tanto da moeda social do Banco Pire como de sua atuação acerca dos serviços de crédito solidário.

Uma segunda visita ao Banco Pirê foi realizada no mês de agosto de 2016, nessa circunstância a viagem teve como motivação principal a participação de um curso de capacitação para implementação de moeda digital e de sua plataforma eletrônica de serviços que vem sendo utilizada nos principais BCD's do país como é o caso do próprio Banco Palmas, o curso foi ministrado por uma assessora do Banco Bem, BCD localizado em um bairro periférico da cidade de Vitória – ES¹⁰. Os dois dias de participação no curso foram realizados junto aos principais membros e colaboradores da atuação do Banco Pire, condição que fortaleceu a observação mais próxima da realidade do contexto situacional e da percepção que os atores envolvidos tem da experiência. Além de conhecer a atual proposta de implantação de moeda digital e serviços de correspondência bancária para os BCD'S, o

⁸ Para mais informações sobre essa experiência ver a dissertação de Raimundo (2014) intitulada de “Finanças Solidárias e a Luta Contra Hegemônica - Um Estudo de Caso do Banco Comunitário Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade”.

⁹ Essa entrevista se encontra como segundo elemento da seção do APÊNDICE A.

¹⁰ Em sua dissertação, Nascimento (2015) faz uma análise mais aprofundada sobre as consequências da implantação de moedas sociais digitais em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, a partir de dois estudos de caso o autor enfatiza a consideração aos riscos que a adoção da tecnologia representa para as relações comunitárias e solidárias, podendo repercutir em maior individualização e contratualização das relações interpessoais.

contato e as conversas com a assessora do Banco Bem¹¹ que também é representante da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, foi uma importante oportunidade para esclarecer informações pertinentes acerca da experiência do Banco Bem e de um panorama da situação dos serviços de crédito e moedas sociais dos bancos comunitários em geral.

Nosso terceiro caso é o Banco Ita, um banco comunitário dentro do Assentamento do Itamariti localizado no município de Ponta Porã – MS, a atuação em área rural trata-se de um contexto diferenciado para BCDs. Ainda no mês de agosto de 2016 realizei uma visita a campo junto aos representantes da experiência com o propósito de fazer o dialogo para realização da pesquisa por meio das questões de entrevistas, conhecimento da realidade local e coleta das primeiras informações, nessa oportunidade também apliquei uma primeira entrevista com questões direcionadas¹². Nessa fase foi utilizado gravador digital como instrumentos de registro das conversas e das questões de entrevistas abertas e de temáticas direcionadas.¹³

Realização das últimas pesquisas de campo e aplicação de modelo de entrevista sistematizado

Essas primeiras visitas a campo e aplicação das primeiras entrevistas, mesmo que elaboradas a partir de questões pouco sistematizadas, foram bastante úteis para garantir uma maior aproximação com a realidade das experiências empíricas representantes de nosso objeto de pesquisa.

Após esse processo de aproximação empírica e por meio do aprofundamento de questões teóricas e conceituais acerca de nosso objeto, foi possível sistematizar nossas principais categorias de análise e seus elementos constitutivos, os quais já foram anteriormente ilustrados na tabela 1 neste mesmo capítulo de procedimentos metodológicos dessa pesquisa. A partir dessa sistematização das categorias de análise e seus elementos

¹¹ Para mais informações acerca da experiência do Banco Bem ver a dissertação de Menezes (2007) intitulada de “Moedas locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória-ES”.

¹² Essa entrevista se encontra como terceiro elemento da seção do APÊNDICE A.

¹³ Nas primeiras visitas de pesquisa a campo também foram realizados alguns registros fotográficos nos espaços de organização das experiências os quais se encontram se na seção de APÊNDICE B.

constitutivos elaboramos as questões para nosso último modelo de entrevista semi-estruturada¹⁴ que foi utilizado e adaptado a cada uma das três experiências analisadas durante as últimas pesquisas de campo.

No mês de janeiro de 2017 realizamos as visitas a campo nos espaços de organização das três experiências investigadas para aplicação de nosso último modelo de entrevista semi estruturada junto aos representantes dos casos estudados. Primeiramente fizemos visita no Instituto de Desenvolvimento Evangélico (IDE), localizada no bairro Portal Caioba em Campo Grande, Ong proponente da circulação de uma moeda social junto ao projeto Pet Mania; a segunda visita, deste ano de 2017, foi realizada no espaço de organização o Banco Comunitário Pire, localizado no município de Dourados; por último visitei o Banco Comunitário Ita, atuante no Assentamento Itamarati que se localiza na zona rural do município de Ponta Porã. Assim as análises de resultados dos casos empíricos tiveram como base principal a aplicação e adequação deste último modelo de entrevista semi estruturada.

¹⁴ Este último modelo de entrevista com questões mais sistematizadas a partir das categorias de análise e da identificação de seus elementos constitutivos, se encontra como elemento da seção do APÊNDICE C desse trabalho.

3. CONTRADIÇÕES DO PROCESSO GLOBAL DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A FINANCEIRIZAÇÃO DA RIQUEZA

3.1 O Capital Industrial e as Contradições da Acumulação

Processo lógico de reprodução do capital industrial

A realidade existe no próprio movimento, por isso o método marxista, ao invés de estabelecer definições estáticas, estuda a sociedade como um processo histórico caracterizado por um constante desenvolvimento que resulta de um conjunto de contradições estabelecidas pela base material. Pois, “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” (MARX, 2003, p. 5). Assim, Marx considera que:

o capital não é uma coisa, mas uma relação social de produção definida, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, que se configura em uma coisa e lhe empresta um caráter social específico (...) São os meios de produção monopolizados por um certo setor da sociedade, que se confrontam com a força de trabalho viva enquanto produtos e condições de trabalho tornados independentes dessa mesma força de trabalho, que são personificadas, em virtude dessa antítese, no capital. Não são apenas os produtos dos trabalhadores transformados em forças independentes – produtos que dominam e compram de seus produtores -, mas também, e sobretudo, as forças sociais e a (...) forma desse trabalho, que se apresentam aos trabalhadores com propriedades de seus produtos. Estamos, portanto, no caso, diante de uma determinada forma social, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo de produção social historicamente produzido (apud BOTTOMORE, 2001, p. 44).

Em Marx (1991;1996; 2008; 2003) o capital é uma relação social, é movimento, e o valor é o ponto de partida do processo para se compreender tal categoria. Pois em um nível mais elevado de abstração, onde as relações mercantis se encontram numa fase desenvolvida, o capital pode ser compreendido como o próprio movimento do valor na busca por sua própria ampliação, seu único objetivo é valorizar-se através da exploração do trabalho social e apropriação de mais-valia.

Na seção primeira, intitulada de “As metamorfoses do capital e seu ciclo”, do livro II de *O Capital*, o movimento de circulação do capital é primeiramente exposto por partes para ser posteriormente analisado de uma perspectiva global onde são estabelecidas ligações entre as diferentes etapas de rotação do capital.

Como dinâmica de auto-expansão do próprio valor, o capital é um processo que assume um movimento dinâmico, que nas palavras de Carcanholo (1999) “se trata de uma sequência articulada de metamorfoses em que o agente valor assume ora a forma dinheiro, ora a forma de mercadorias”. Essas metamorfoses assumidas pelo valor formam as etapas básicas do ciclo do capital:

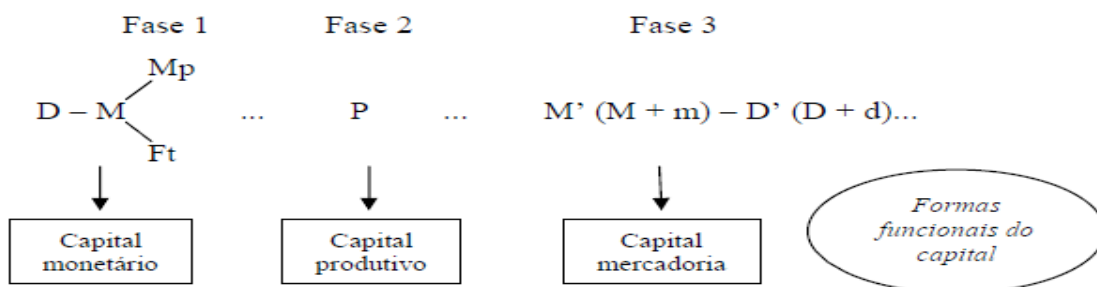
$$D-M...(p)...M'-D' \quad (1)$$

As funções necessárias em cada fase do ciclo são diferentes, e são realizadas por um conjunto de três formas de capitais funcionais específicas que Marx (1991) conceituou como capital industrial. Essas sucessivas formas ou metamorfoses funcionais específicas são respectivamente denominadas de: capital-dinheiro (D), capital produtivo (p) e capital-mercadoria (M).

Sobre o capital industrial, representadas por essas sucessivas formas funcionais assumidas pelo valor em processo de reprodução do capital, Marx considera:

Capital dinheiro, capital mercadoria, capital produtivo designam aqui, portanto, não espécies (ou formas) autônomas de capital, cujas funções estejam ligadas ao conteúdo de ramos de atividade igualmente autônomos e separados uns dos outros. Aqui designam apenas formas específicas de funcionamento do capital industrial, que as assume sucessivamente (MARX, 1991, p. 53).

A partir de Marx, Sabadini (2013) apresenta um esquema mais elaborado para representar o ciclo do capital industrial e suas formas funcionais, conforme a **figura 2**, onde o capital se apresenta formado por três etapas sucessivas dentro de uma metamorfose cíclica e interconectada:

Figura 2: O capital industrial e suas formas funcionais

Fonte: Sabadini (2013).

A fase primeira e a fase terceira correspondem às etapas de circulação das mercadorias, enquanto que a fase segunda representa o momento especial da produção onde se deriva o valor para o capital. Na primeira fase, $D - M (Mp + Ft)$, o ponto de partida do processo é dinheiro ou o capital monetário (D) que compra as mercadorias (M) necessárias a produção: meios de produção (Mp) e força de trabalho (Ft). Na segunda fase, ($\dots P \dots$), o valor que inicialmente se apresentava sob a forma monetária se transforma em capital produtivo que graças à exploração da peculiar mercadoria força de trabalho cria valor e mais-valia. Após o valor capital encontrar a fonte de sua existência e valorização, surge a terceira fase, $M' (M + m) - D' (D + d)$, onde o capital assume a forma funcional de capital mercadoria (M'), que cristalizado de mais valia ($M + m$) pode se realizar no mercado, e após vendida assumir a sua metamorfose mais almejada, a forma de dinheiro valorizado (D'), impregnado de mais valia ($D + d$). Assim, a mais valia se transforma em lucro monetário para os diferentes capitais funcionais, o capital se realiza em sua totalidade (MARX, 1991).

Nesse caso foi justamente a produção de valor na sua forma de capital mercadoria portadora de valor de uso e trabalho social que possibilitou a transformação da mais-valia na forma dinheiro valorizado, onde todo o capital-dinheiro do início do circuito foi subordinando e funcional a produção, o aumento da quantidade de dinheiro ao final do processo representa o valor criado pelo processo produtivo.

Em certo nível de abstração Marx (1991) considera a especialização assumida pelos capitais a partir da divisão de tarefas entre os capitalistas, esse processo é conceitualizado como autonomização das formas funcionais. Cada forma funcional se converte em capital autônomo: o capital dinheiro se converte em capital monetário ou capital a juros, o capital

mercadoria se converte em capital comercial e o capital produtivo assume a forma autonomizada de capital produtivo.

A partir de Marx, pontua-se que o capital industrial corresponde ao mesmo conceito de capital num nível mais concreto de análise, o conceito expressa a “síntese global e abstrata da circulação de três formas autônomas de capital (o capital a juros, o capital produtivo e o capital comercial)”. O capital produtivo é o único capital autonomizado que produz a mais-valia diretamente. O capital comercial e o capital a juros cumprem, respectivamente, as funções úteis de circulação de mercadorias e financiamento. Essas duas formas de capitais autonomizados não devem ser consideradas parasitárias, pois apesar de se apropriarem de parte da mais-valia sem produzi-la diretamente, contribuem com tarefas necessárias a sua produção. A partir dessas especializações de tarefas o capital como um todo se torna “mais produtivo, ou melhor, mais eficiente” (CARCANHOLO; NAKATAMI, 1999, p. 293).

A esse nível de abstração, considera-se que esses capitais autônomos e seus derivados capitais monetários são ainda exclusivamente funcionais as necessidades de reprodução do capital industrial, sendo o capital a juros e o capital comercial subordinados ao capital industrial, pois como está exposto mais a frente, neste estágio, o capital produtivo é o polo dominante.

Adiante se expõe que a mais-valia realizada sob a forma de lucros pelos diferentes capitais autônomos funcionais ao capital industrial transforma-se em formas financeiras de capital dinheiro. Centralizando-se nos bancos, assumem características fiduciárias e podem se desmaterializar profundamente, são ampliadas baseados na criação de direitos sobre a produção futura, assumindo a forma de dinheiro crédito, ganhando condições de se emancipar daquela funcionalidade em relação ao capital industrial.

Contradições da acumulação de capital

Ainda que a acumulação de valor excedente a partir do ciclo do capital industrial esteja fundamentada na produção de riqueza substantiva, e mesmo que a mais-valia e o capital se realizem a partir de mercadorias úteis, ainda assim, a produção capitalista tem por finalidade absoluta a própria acumulação de valor capital, onde o dinheiro é sua forma

materializada do valor. Por sua vez, a produção direcionada às necessidades humanas e ao consumo podem ser um meio para a acumulação, mas nunca uma finalidade em si mesma. Por isso o valor de uso das coisas está totalmente subordinado à lógica do valor de troca.

Na produção capitalista, cabe ressaltar que ainda que a valorização do capital busque sua expressão na forma dinheiro, não lhe interessa o dinheiro ou forma de equivalente de troca que não seja útil ao processo de acumulação. Considerando que neste sistema existe a eminente possibilidade de desvalorização do valor na forma dinheiro, interessa apenas o dinheiro capital derivado da exploração do trabalho, pois o dinheiro só é capital quando entra no processo de produção e circulação do capital.

Marx evidenciou inúmeras vezes a natureza da produção capitalista tratando a diferença entre a circulação simples de mercadorias e a circulação capitalista:

O que, no entanto, separa de antemão ambos os ciclos M-D-M e D-M-D é a sucessão inversa das mesmas fases contrapostas de circulação. A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Lá a mercadoria, aqui o dinheiro constitui o ponto de partida e o ponto de chegada do movimento. Na primeira forma é o dinheiro, no outro, inversamente, é a mercadoria que media o transcurso global. (...) (Na circulação capitalista) o comprador gasta dinheiro para como vendedor receber dinheiro. Com a compra, ele lança dinheiro na circulação, para retirá-lo dela novamente pela venda da mesma mercadoria. Ele libera o dinheiro só com a astuciosa intenção de apoderar-se dele novamente. Ele é, portanto, apenas adiantado (MARX, 1996, p. 269).

Claro que não teria sentido ao avarento e as necessidades do capital que a circulação D-M-D resultasse numa troca de iguais somas de dinheiro, nesse caso Marx (1996) supõe que seria mais seguro entesourar ao invés de expor o dinheiro aos perigos da circulação. A única intenção possível para esse tipo de circulação seria comprar a fim de vender mais caro. Portanto, a circulação capitalista deve terminar seu ciclo com uma maior quantia de dinheiro (D') que a quantia inicial (D), a circulação M-D-M é essencialmente diferente da D-M-D' que termina com um valor maior que o inicial, pois as quantidades crescentes de mais-valia é a força propulsora da reprodução capitalista.

A circulação simples de mercadorias - a venda para a compra - serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a

apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável (MARX, 1996, p. 272).

Considerando a abstração lógica da circulação meramente mercantil simples de mercadorias, em um sistema não capitalista, a produção é caracterizada por sua finalidade material de atender necessidades, o valor de troca subordina-se plenamente ao valor de uso. Nesse ciclo, M-D-M, o dinheiro assume fundamentalmente o papel funcional de intermediador no processo de troca de mercadorias, numa transação que tem por objetivo a transferência de bens a possuidores de maior utilidade para seus compradores. Supõe-se que nessa transação simples houve uma troca de valores equivalentes, de modo que o resultado não alterou o trabalho incorporado às mercadorias anteriormente, portanto, a metamorfose da circulação simples representou uma troca de valores equivalentes e sem exploração, sem incorporação de mais-valia¹⁵.

Porém, na circulação capitalista D-M-D' a dinâmica é completamente diferente, já que a possibilidade de crise é uma característica natural do sistema, essa possibilidade surge porque as mercadorias produzidas têm a finalidade de serem trocadas por dinheiro (ou crédito) e não trocadas por outras mercadorias, pois a produção subordinada às necessidades da acumulação de capital destina-se a gerar lucros monetários (D'), não tendo por objetivo as necessidades de consumo. A atitude de negócios de gastar dinheiro, transformar capital-dinheiro (D) em capital produtivo (..p..) tem por finalidade a obtenção de mais dinheiro, para atender as crescentes necessidades de valorização do capital. É como Marx afirma:

[...] a finalidade absoluta que determina o movimento (do capital) é o valor de troca e não o valor de uso. Justamente porque o valor tem na figura do dinheiro sua forma autônoma, palpável de manifestação, expressa a forma de circulação D...D' (...) o motivo que impulsiona a produção capitalista: fazer dinheiro. O processo de produção não passa de elo intermediário inevitável, de mal necessário do mister de fazer dinheiro (MARX, 1991, p. 58).

¹⁵ Essa deve ser a romântica economia pressuposta pela teoria econômica ortodoxa, onde a moeda é neutra e impera a Lei de Say, toda produção encontra necessariamente sua demanda e o livre mercado regula toda a ordem econômica ao máximo bem estar, a crise se apresenta como uma impossibilidade.

Mas para que a reprodução ampliada se mantenha funcionando, o ciclo de acumulação de capital deve ser perpetuado sem interrupções, no entanto, essa condição depende da possibilidade de que o valor excedente que constitui o capital em constante ampliação sempre encontre oportunidades atrativas de valorização. A possibilidade de crise própria da natureza capitalista se desenvolve para uma efetiva crise de acumulação quando a massa de renda excedente, sob a forma de capital monetário, não encontra suficientes oportunidades de investimento. Considera-se aqui que a tendência de se agravar a escassez dessas possibilidades também constitui outra característica do capitalismo, a medida que a parcela da produção de valor excedente se amplia.

Para Marx o fundamento das crises capitalistas está justamente na forma como esse sistema se organiza para produzir e distribuir riquezas. Uma organização marcada pela contradição entre a produção social e a apropriação privada da riqueza baseada na troca essencialmente mercantil. Assim, “cada produtor não tem a menor garantia de que ao final do processo, terá vendido o conjunto de bens que produz” (SOUZA, s/d, p. 5).

Nilson Araújo de Souza¹⁶ esclarece que o código da economia de crise elaborado por Marx não se encontra em um capítulo específico de um livro, e sim no conjunto de sua obra e análise da dinâmica capitalista, que tem *O Capital* como a mais importante. Souza (s/d) ainda faz uma síntese dos elementos fundamentais que explicariam a crise, na concepção marxiana:

A possibilidade de não vender toda a produção gerada se realiza no capitalismo através da contradição produção consumo (...) a parcela do salário tende a diminuir em relação ao conjunto da renda nacional, na medida em que os ganhos de produtividade são majoritariamente apropriados pelos detentores do capital (...) os capitalistas tendem a acumular – isto é, investir uma parcela crescente de seus lucros, diminuindo a proporção destinada a seu consumo particular. Em consequência, o consumo final, mesmo quando cresce, o faz a um ritmo inferior à produção. E a isso que Marx chamava de subconsumo (SOUZA, p. 6, s/d).

Mas ainda assim a causa imediata da crise não seria o subconsumo, pois enquanto o consumo intermediário ou o consumo de meios de produção se mantivesse crescendo haveria uma substituição em relação ao consumo final. Assim a economia poderia seguir crescendo

¹⁶ Em sua polemização com Paul Krugman, Souza (s/d) afirma que foi Marx quem decifrou o código da economia de crise e não Keynes, o próprio Marx afirma que o principal objetivo de sua obra é descobrir a lei econômica fundamental do capital.

enquanto houvesse, num determinado período, crescimento do consumo intermediário. Como o setor de bens intermediários tende a crescer mais rapidamente que o de bens de consumo surge uma desproporção intersetorial que por sua vez traz a tona a contradição produção-consumo e a crise, momento em que uma parte da produção só fará aumentar os estoques de mercadorias já que não encontrarão suficiente demanda no mercado. Nessas circunstâncias os preços de mercado de parcela da produção devem cair abaixo do valor, e com a decorrente queda da taxa de lucro, os empresários passam a demitir trabalhadores e reduzem seus investimentos na compra de bens intermediários. O processo de acumulação leva como tendência inerente o excesso de acumulação de capital e a estagnação do próprio processo (MARX, 2008).

A reprodução do capital baseado na produção de mercadorias resulta em crescentes contradições da acumulação, aumenta a parcela de renda excedente sem oportunidades de valorização devido a tendência a queda da taxa de lucro. Essas dinâmicas representam forças que levam a economia à estagnação. Essa é uma das razões fundamentais que explicam a expansão incontrolável do capital fictício especulativo: ao invés de promover uma maior superprodução, os enormes excedentes são cada vez mais aplicados em atividades especulativas e na valorização financeira de ativos; o sistema produz cada vez mais riqueza abstrata ou meramente representativa sem a produção de mercadorias úteis, trata-se de uma expansão mais desmaterializada do valor de troca.

Assim o capital vai assumindo uma natureza gradativamente mais desmaterializada, pois apesar da acumulação assumir diferentes formas como as mercadorias e meios de produção, a maior finalidade da produção capitalista é fazer e acumular dinheiro como capital conforme enfatizou Marx (1991, p. 58) ao considerar que “o motivo que impulsiona a produção capitalista: fazer dinheiro” e que o “processo de produção não passa de elo intermediário inevitável, de mal necessário do mister de fazer dinheiro”. Por isso no processo de financeirização, o sistema começa a criar muito mais riqueza abstrata sem correspondência com produção substantiva, ou seja, faz apenas expandir as formas do valor de troca sem haver uma necessária produção de mercadorias, processo que também caracteriza a desmaterialização da riqueza capitalista. Aparentemente as formas financeiras do valor de troca conquistam uma plena independência da produção de bens materiais portadores de valor de uso, no entanto, conforme veremos adiante, apenas na aparência.

No primeiro capítulo do livro I do *Capital*, Marx identifica que a riqueza capitalista está constituída por seu conjunto de mercadorias. Por sua vez a mercadoria está constituída pela unidade contraditória entre o seu valor de uso e o seu valor (valor de troca na aparência), por uma dialética entre o conteúdo material e uma forma social.

A mercadoria, como valor de uso, satisfaz uma necessidade particular e constitui um elemento específico da riqueza material. Mas, o valor da mercadoria mede o grau de sua força de atração sobre todos os elementos da riqueza material, portanto, mede a riqueza social do seu possuidor (MARX, 1996, p. 252).

Carcanholo (1993) afirma que há uma progressiva desmaterialização¹⁷ da riqueza capitalista que é constituída necessariamente por um processo de domínio cada vez maior da dimensão social sobre o conteúdo material da mercadoria que é seu próprio valor de uso, a medida que a dimensão social se torna mais dominante, a riqueza se desenvolve assumindo uma natureza gradativamente mais desmaterializada. Aqui, enfatiza se, que a expansão da produção de valor excedente como capital promove cada vez mais o poder de dominação social da classe detentora de capital em detrimento do atendimento das necessidades humanas. No entanto, cabe ressaltar que a desmaterialização das formas de riqueza no capitalismo, pressupõe a própria materialização das formas do capital na base do processo produtivo e de suas relações sociais.

O dinheiro como forma de equivalente geral é essencialmente um elemento de troca. No entanto, Carcanholo (2001, p. 39) afirma que no processo de produção e circulação do capital o “desenvolvimento da forma valor é um processo de gradual desmaterialização do equivalente, até que o valor chegue a alcançar a sua representação mais pura e abstrata” (CARCANHOLO, p. 39, 2001).

Em seu processo de auto-expansão e objetivação, o valor como capital passa da forma simples a forma dinheiro, sua forma mais desenvolvida e representante máximo do valor, segundo Marx (2004) essa forma representa “a encarnação social do trabalho humano”, daí deriva o poder representativo do dinheiro. Portanto, além de ser um elemento de troca, o

¹⁷ Aqui não se deve confundir o conceito de desmaterialização com a noção de imaterialidade ou com o fato de algo não ser físico. Para mais detalhada análise sobre o progressivo processo de desmaterialização da riqueza, ver: “A dialética da mercadoria: guia de leitura” (CARCANHOLO, 1993).

dinheiro no capitalismo é também um signo das relações sociais e enquanto uma forma do capital serve como um instrumento de exploração e dominação social.

3.2 Moeda e Finanças na Circulação Capitalista

Moeda medida ou signo de valor e a autonomização da forma preço

A existência de mercadorias pressupõe a circulação de produtos privados do trabalho humano (MARX, 1996). Em Marx (1996) o trabalho concreto, sem o qual não há produção de valores ou formação de valores de troca, está subordinado à existência de processos de trocas monetizadas. Assim, desde as primeiras categorias de *O Capital*, Marx (1996) já expõe sua determinação geral da moeda e de sua teoria monetária considerando a noção fundamental de produção mercantil. Pois, onde as relações de trocas sejam apenas baseadas em câmbios diretos de produtos, sem mediações de moeda então aí não há produção mercantil e muito menos produção capitalista (BRUNHOFF, 1978a).

Essa noção de produção mercantil corresponde a uma abstração que incorpora características fundamentais pertencentes a diferentes modos de produção considerados do ponto de vista lógico da análise. No entanto, segundo Brunhoff (1978b) esta noção não faz referência a um modo de produção histórico constituído de classes sociais, é uma consideração lógica que “designa unicamente relações sociais de troca entre produtores de mercadorias”.

O fundamental conceito do valor de troca surge após o tratamento lógico da relação entre mercadoria e moeda (BRUNHOFF, 1978b). Segundo Marx (1996, p. 220), a mercadoria enquanto que em sua figura de valor “desfaz-se de qualquer vestígio de seu valor de uso natural e do trabalho útil particular ao qual deve sua origem, para se metamorfosear na materialização social uniforme de trabalho humano indistinto”. A teoria marxista da moeda começa pela distinção entre uma mercadoria em relação a todas as demais mercadorias ou a distinção da moeda em relação a todas as mercadorias, determinando a “forma de equivalente geral ou moeda”. Trata-se de:

[...] uma teoria geral da moeda, porque a forma assim analisada dá a qualquer moeda, em qualquer “economia monetária”, o seu

significado principal. (...) só uma teoria completa das funções da moeda permite determinar plenamente a forma específica da moeda e completar a teoria monetária geral (BRUNHOFF, 1978a).

O conceito, delimitado por Marx, de moeda como “**equivalente geral**” significa que esta é trocável por todas e quaisquer formas de mercadorias, a mercadoria que se torna equivalente de todas as outras, trata-se de um conceito central por compreender todas as diversas formas e funções da moeda. A moeda é um signo de valor no qual as mercadorias aparecem como puro valor de troca. De maneira que, segundo Brunhoff (1978b, p. 58), a “noção de moeda serve apenas para precisar a de equivalente geral, analisada anteriormente em relação com a forma valor”.

O dinheiro é uma mercadoria específica socialmente aceita como equivalente geral, em princípio qualquer mercadoria poderia desempenhar esse papel. Em *O Capital*, o ponto de partida é a circulação metálica, pois é **a própria mercadoria derivada do processo produtivo que dá origem ao dinheiro**, por exemplo, uma mercadoria qualitativamente de metal se torna a moeda-mercadoria. É necessário que o ouro desempenhe o papel de mercadoria frente às demais mercadorias antes que desempenhe o papel de moeda. Assim, na “mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro” (MARX, 1996, p. 212).

A moeda-mercadoria se trata da mercadoria na qual todas as outras mercadorias expressam seus valores, e considerando o fato de que a moeda é uma mercadoria também produzida e cristalizada de valor, enquanto portadora de trabalho abstrato, ainda tem como variável seu próprio valor. Assim, a função do “equivalente geral” como medida do valor é fundamento para que se estabeleça um padrão de preços a partir de quantidades determinadas da moeda-mercadoria frente as demais mercadorias. Pois o preço enquanto forma relativa do valor pode expressar o valor de uma mercadoria, e por sua vez “a mercadoria tem de desfazer-se de seu corpo natural, transformar-se de ouro imaginário em ouro real,” a fim de que possa exercer a ação de valor de troca (MARX, 1996).

Como medida dos valores e como padrão dos preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em

quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro” (MARX, 1996, p. 210).

Segundo Brunhoff (1978b, p. 59), “há necessariamente uma relação entre a moeda medida de valores e a moeda padrão dos valores. A mudança de valor do ouro influi no preço-ouro das mercadorias, ainda que seja somente este preço-ouro que aparece finalmente na troca”. Porém, “a forma preço se impõe tanto mais que ela atua de modo concreto nos diversos mercados”, assim, a tendência seria que a forma preço da moeda se imponha gradativamente sobre a forma medida dos valores de maneira que o “equivalente geral aparece separado de seu fundamento-valor”. Por isso, a forma preço:

[...] permite uma nova defasagem entre o valor intrínseco das mercadorias e seu preço mercantil, este último exprimindo também a demanda desta ou daquela mercadoria em relação á sua oferta. A contradição própria à moeda como boa ou como má medida dos valores influi na moeda como padrão dos preços, sendo este ligado ao valor e distinto deste (BRUNHOFF, 1978b, p. 59).

Mesmo que as relações de troca entre as mercadorias tenham seu fundamento em uma mercadoria monetária útil como medida de valor e transformação da grandeza valor em preço, Marx já alertava sobre aspectos inerentes a forma preço:

A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente á própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra (MARX, 1996, p.214).

A partir de suas primeiras funções como medidas de valores e padrão de preços, unidade de conta idealmente expressada, o equivalente geral ou a moeda já refletiria contradições fundamentais surgidas no interior do processo de circulação das mercadorias, como a contradição entre o valor enquanto trabalho abstrato cristalizado na mercadoria em oposição ao seu valor de troca autonomizado, e posteriormente a contradição entre o valor das mercadorias e o seu preço mercantil (BRUNHOFF, 1978b).

Derivando o padrão de preços da função de ser medida de valores, este se trata do nome atribuído a certa quantidade da mercadoria equivalente geral ou do ouro, que serve “idealmente” como unidade de conta. Isto é, os “preços, ou as quantidades de ouro, em que se transformam idealmente os valores reais das mercadorias, são expressos agora nas denominações monetárias ou nas denominações de conta do padrão ouro legalmente válidos” (MARX, 1996, p. 212).

Mas a presença física da mercadoria utilizada como equivalente geral não é uma necessidade para expressar preços, pois não é necessário trocar uma mercadoria por ouro para expressar seu preço relativamente a quantidades deste metal. E como “o dinheiro faz uma aparição apenas fugaz e transitória na circulação de mercadorias, é possível que símbolos ou emblemas seus o substituam desde que possam, de fato, ser convertidos na mercadoria-dinheiro pelo seu valor nominal”, assim o dinheiro se desenvolve e pode assumir diferentes formas como “pequenas moedas cujo conteúdo metálico é inferior ao seu valor nominal ou notas bancárias com um valor intrínseco desprezível”. Há também o caso mais generalizado do papel-moeda, emitido pelo Estado, sem lastro ou sem garantia de conversibilidade em ouro, e considerando que um excesso de emissão seja criado pelo Estado, isso resultará em depreciação do papel-moeda frente ao preço do ouro e demais mercadorias (BOTTOMORE, 2001, p. 108).

Sobre a tendência espontânea da moeda, no processo de circulação, converter-se “num símbolo de seu conteúdo”, Marx comenta:

Se o próprio curso do dinheiro dissocia o conteúdo real do conteúdo nominal da moeda, sua existência metálica de sua existência funcional, ele já contém latentemente a possibilidade de substituir o dinheiro metálico em sua função de moeda por senhas de outro material ou por símbolos. (MARX, 1996, 234).

Marx (1996, p. 247) aponta que a função monetária do conteúdo metálico torna-o “totalmente independente de seu peso, isto é, de todo o valor”. A substância de valor presente no ouro, por exemplo, “dissocia-se completamente” deste a medida que o mesmo tem existência como moeda. Assim:

Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem portanto funcionar em seu lugar (do ouro), como moeda. Nas senhas metálicas de dinheiro, o caráter puramente simbólico ainda está em certa medida

oculto. Na moeda papel revela-se plenamente. (...) Trata-se aqui apenas de moeda papel do Estado com curso forçado. Origina-se diretamente do curso metálico (MARX, 1996, p. 247).

A origem da moeda de papel seria derivada da função do dinheiro como meio circulante, enquanto que a raiz do dinheiro de crédito é derivada da função do dinheiro como meio de pagamento. Entretanto, em certo nível de abstração e desenvolvimento das relações mercantis, o “dinheiro de crédito pressupõe (...) relações que, do ponto de vista da circulação simples das mercadorias, ainda nos são inteiramente desconhecidas” (MARX, 1996, p. 247).

Considerando a condição onde o dinheiro circula como “a forma valor das mercadorias”, condição em que o próprio equivalente geral é uma mercadoria derivada do processo produtivo, Marx já alertava que, ainda aí, a “forma preço (...) não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor” e ainda que “uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor” (MARX, 1996, p. 226).

A desmaterialização da moeda se desenvolve na medida em que a mercadoria que serve de equivalente geral é gradativamente substituída por símbolos ou representantes sua. As formas puramente simbólicas da moeda, quando predominantes no processo de circulação, intensificam significativamente a contradição entre valor e preço da mercadoria. Coisas sem valor ou simplesmente signos não podem substituir a moeda mercadoria ou o ouro enquanto medidas de valores, a não ser que as formas simbólicas de moeda exerçam com exclusividade a função de meio de circulação condicionalmente lastreadas a um processo produtivo. A moeda medida de valores serve de fundamento ao desenvolvimento das formas apenas representativas de moeda, mas a análise mais concreta da circulação mostra que os preços são determinados por trocas baseadas em formas representativas de moedas, ao invés de trocas com mercadoria-dinheiro.

Entretanto se na prática das trocas o preço mercantil prevalece, o valor permanece determinante. Se a moeda padrão dos preços não se apóia na moeda medida dos valores, então se trata de:

Uma moeda meramente nominal, exterior à circulação das mercadorias. O tempo de trabalho despendido, que determina o valor,

não pode ser padrão dos preços na circulação mercantil; mas os preços também não podem servir de indicadores mercantis senão a partir da troca de mercadorias comensuráveis entre si, em razão de seu valor e em razão de medida-mercadorias, Marx mostra-as em todas as suas acuidades (BRUNHOFF, 1978b, p. 60).

Moedas puramente simbólicas podem desempenhar função de padrão dos preços, mas não podem ser medida de valor, pois não possuem em si mesmas um valor intrínseco, como produto do trabalho em si. Por isso afirma Marx (1996, p. 210) que como “medida de valores o ouro somente pode servir porque ele mesmo é produto de trabalho, sendo, portanto, um valor potencialmente variável”.

Outra importante função de servir de reserva de valor, desempenhada pela mercadoria dinheiro, também é comprometida na circulação financeira e de formas de dinheiro puramente simbólicas ou representativas, inconversíveis. Entretanto, para Brunhoff (1978b, p. 60), as formas de moeda desmaterializadas, enquanto signos do ouro, quando se tratam de objetos de entesouramento “procurando por ela mesma” pode exercer função de “reserva de valor ou meio de pagamento destinado a saldar uma dívida, a moeda pode ser de ouro ou um sinal de ouro, ainda que haja uma preferência pelo metal” (BRUNHOFF, 1978b).

Necessidades ampliadas do financiamento capitalista e organização do sistema de crédito

Na primeira parte do Livro Primeiro de *O Capital*, o estudo da circulação simples está separado do estudo do modo de produção. A teoria geral da moeda de Marx foi construída, considerando a circulação mercantil simples, antes de analisar a moeda no capitalismo (BRUNHOFF, 1978b). Mas conforme Brunhoff (1978a), a categoria de “produção mercantil” é puramente uma abstração lógica e não tem correspondência com nenhum modo histórico de produção. Quando Marx (1996) trata de “A transformação do dinheiro em capital”, seção 2 de *O Capital*, introduz o trabalho assalariado como relação de produção que pressupõe a produção de mais valor, situação onde o trabalhador, ao invés de produtor trocador, se torna mercadoria enquanto força de trabalho explorada no processo produtivo. Tais determinações são impostas por condições materiais históricas, como aquelas apontadas no processo de “Acumulação Primitiva” (MARX, 1996).

Como Marx construiu de início uma teoria monetária da moeda válida para toda economia mercantil, Brunhoff (1978b, p. 49) aponta que ele integra sua teoria monetária geral à teoria da produção capitalista através do estudo das modalidades de financiamento, enquanto problema que trata “da utilização de disponibilidades monetárias nas proporções adequadas”.

É justamente no Livro II (MARX, 1991), quando a exposição trata das questões ligadas mais diretamente ao “processo de circulação do capital” que aparece um aprofundamento das problemáticas do financiamento relativas as condições de reprodução do capital produtivo ou do financiamento da reprodução seja em escala simples ou ampliada. Onde há circulação de capital, a noção de “capital-dinheiro” já se trata de um momento da análise onde a moeda desempenha função financeira para a reprodução capitalista.

Além dos limites técnicos impostos ao capital produtivo, a eficácia da produção capitalista também depende fundamentalmente das condições financeiras. E, por sua vez, este se trata do problema das proporções financeiras, isto é, o ajustamento das necessidades da reprodução capitalista em relação à disponibilidade de capital-dinheiro. Pois o movimento inicial do capital, a troca D-M, pressupõe a mais-valia adiantada sob a forma monetária.

Assim, a transformação do dinheiro em capital impõe como condição o adiantamento de capital sob a forma monetária, em outras palavras investimento, para colocar em prática a interação entre os elementos necessários a produção e realização do valor excedente, fundamentalmente a aquisição de meios de produção, insumos e força de trabalho. Entretanto, o adiantamento de capital impõe a necessidade de entesouramento de parcela da mais valia para a constituição de um fundo de reserva o qual se trata do que Marx caracteriza como um tesouro ou um fundo de acumulação de dinheiro enquanto parcela da mais-valia “que a acumulação de capital possui transitoriamente”, e se difere dos meios de compra ou pagamento operantes que são na verdade:

[...] parte do capital-dinheiro em funcionamento (formas de existência, portanto, de uma parte do valor-capital em movimento), constituída de frações que entram em função uma após outra em datas diferentes (...) O fundo de reserva, pelo contrário, não é parte componente do capital operante, do capital dinheiro, e sim do capital que se encontra em estágio preliminar de sua acumulação, da mais-valia que não se transformou ainda em capital ativo (MARX, 1991, p. 86).

A constituição dessa massa monetária, Marx (1991) também denomina de “capital-dinheiro latente”, pois “enquanto permanece em estado de tesouro não funciona como capital-dinheiro, é capital dinheiro parado não por ter sua função interrompida, e sim por não ter atingido o nível exigido para poder funcionar”. Por sua vez esse entesouramento tira dinheiro da circulação o que pode implicar em interrupções do processo de troca de mercadorias.

O entesouramento, enquanto, prossegue, não aumenta a procura do capitalista; o dinheiro se imobiliza; não retira do mercado nenhum equivalente em mercadoria pelo equivalente em dinheiro subtraído do mercado por mercadoria fornecida (MARX, 1991, p. 122).

Se na circulação simples o capitalista despende toda mais valia como renda, para produzir e acumular em escala ampliada, o capitalista não gasta em consumo toda sua mais valia criada, ao invés, deve entesourar parcela crescente de sua mais valia a fim de convertê-la em inversões produtivas ou ampliações de seus negócios.

Por isso Marx argumenta que o “entesouramento se revela fator implícito no processo de acumulação capitalista”, porém, “não se amplia o próprio processo de reprodução ao formar-se capital dinheiro latente”, mas antes “forma-se aí capital latente porque o produtor capitalista não pode ampliar imediatamente a escala de sua produção” (MARX, 1991, p. 79).

Uma parcela do capital ou da mais valia deve existir sempre como fundo de reserva que se formam como resultado das práticas de entesouramento dentro do processo de acumulação, de maneira que:

[...] a parte do valor capital em movimento, que pode funcionar continuamente como capital produtivo, está em todas as circunstâncias limitada pela parte de valor-capital adiantado que tem de existir sempre sob a forma dinheiro ao lado do capital produtivo (MARX, 1991, p. 379).

Se, por um lado, o processo ampliado de acumulação ao impor o entesouramento como necessidade, já impõe por este mesmo motivo possíveis interrupções de seu próprio processo, por outro lado, as disponibilidades de recursos financeiros limitadas pelas quantidades monetárias dos fundos de reservas (correspondente a uma parcela da mais valia previamente realizada sob a forma dinheiro) não seriam nem de longe capazes de atender as constantes necessidades financeiras da reprodução ampliada, e das contradições e barreiras

inerentes impostas ao processo de acumulação que promovem como tendência sua própria estagnação.

Em decorrência de sua finalidade – acumulação pela acumulação – e de sua natureza distributiva - produção social marcada pela apropriação privada - a acumulação capitalista leva consigo contradições essenciais que inerentemente estabelecem a tendência de seu próprio colapso. O processo de acumulação necessita constantemente de mecanismos financeiros para se contrapor a essa tendência.

Por isso, as disponibilidades de recursos financeiros deve romper os próprios limites materiais impostos pela produção de valor excedente, a fim de ampliar as condições de produção do próprio valor excedente, isto é, para perpetuar e intensificar o ciclo de reprodução do capital tanto nas fases de produção quanto de circulação do mais-valor, provendo a contra-tendência de estagnação do sistema.

Dada as condições de financiamento, o que importa realmente no processo mais concreto é que as necessidades gradativamente ampliadas do movimento do capital, $D - M - D'$ ou $D - D'$, seja atendido por recursos financeiros abundantes. Segundo Brunhoff:

Pouco importa aqui a moeda utilizada: a moeda metálica, títulos de crédito, símbolos de valor etc. A única condição monetária fundamental é a “de o capital ter de ser adiantado sob a forma dinheiro” (BRUNHOFF, 1978a, p. 53).

Entretanto, considera-se aqui, que a condição para que haja recursos financeiros abundantes, capazes de romper os próprios limites materiais da produção prévia de valor excedente, é que se desenvolvam os mais eficientes mecanismos financeiros e, ao invés de qualquer moeda, que se desenvolvam as formas de dinheiro mais adequadas as necessidades da reprodução ampliada de capital, isto é, formas financeiras de dinheiro que perpetuem e intensifiquem a produção e realização do mais valor. Independente se essas formas de dinheiro tenham correspondência com valor, apesar de que, a lógica desse desenvolvimento financeiro resulta em formas de dinheiro que no limite buscam uma expectativa ou uma correspondência futura com atividade produtiva, com o valor.

O desenvolvimento das finanças subordinadas aos imperativos do capital devem priorizar as formas de dinheiro capazes de serem eficientes para superação dos custos de

transação e que agilizem o processo de troca e realização do mais valor – a venda final das mercadorias. De acordo com Harvey (2013), custos contábeis podem substituir e eliminar inteiramente os custos de transações se o desenvolvimento de um sistema contábil registrar e equilibrar as transações entre os agentes econômicos em diferentes períodos necessários.

O dinheiro tem de ser capaz de funcionar como uma reserva de valor confiável; mas quanto mais dinheiro for usado como reserva de valor em vez de circular valores, mais altos se tornarão os custos monetários da circulação (HARVEY, 2013, p. 328).

Essa observação feita por Harvey (2013) é muito importante, pode-se imaginar a dimensão dos custos de circulação e limites impostos ao financiamento da acumulação em escala ampliada caso as formas de dinheiro se limitassem à formas de equivalente geral capazes de desempenharem funções genuínas de medida de valores, enquanto formas de dinheiro-mercadoria derivadas de atividade produtiva e cristalizadas de trabalho abstrato. Brunhoff (1978b) faz uma consideração similar ao apontar que a moeda metálica não bastaria para assegurar o financiamento do volume da produção capitalista como acumulação ampliada, e incrementa com a citação de Marx:

Seria possível a produção capitalista em seu volume atual sem o sistema do crédito (mesmo só considerando este sistema deste ponto de vista), isto é, apenas com a circulação metálica; Evidentemente que não! Ao contrário, ela acabaria por esbarrar nos próprios limites da produção dos metais preciosos (MARX *apud* BRUNHOFF, 1978b, p. 77).

Se existe um custo de oportunidade, se os custos de circulação se ampliam à medida que mais dinheiro serve de reserva de valor em vez de circular valores, então é muito funcional para o funcionamento do capitalismo que a moeda se desmaterialize, assumindo formas cada vez mais autonomizadas em relativamente ao processo de trabalho que cria valor. Já que, conforme Harvey (2013), o desenvolvimento de um sistema contábil de registros permite a eliminação dos custos de transação, como aqueles que incorreriam das formas de moeda enquanto medidas de valores, logo o dinheiro que serve de medida de valor pode ser totalmente eliminado em lugar de formas de dinheiro que são moedas de conta baseada em relações de crédito, funcionais aos registros dos balanços contábeis das transações. Pois independente da forma:

[...] o dinheiro é mais que um meio de circulação. Deixando de lado a sua função como uma medida de valor (...) o dinheiro ainda representa, afinal o valor de troca *par excellence*, e por isso se coloca em oposição a todas as outras mercadorias e aos seus valores de uso (HARVEY, 2013, p. 328).

O desenvolvimento das formas creditícias de dinheiro, baseadas na circulação de promessas de pagamentos registradas contabilmente, como moeda de conta, se torna o meio mais eficiente para compensar os custos monetários da circulação e acelerar a rotação do capital.

Harvey (2013, p. 335) afirma que as “diferentes formas que o dinheiro assume – a mercadoria-dinheiro, as moedas, os papéis-moedas conversíveis e não conversíveis, vários dinheiros creditícios etc.” pode ser interpretado “como um resultado do movimento para o dinheiro perfeito como lubrificante sem atrito, sem custo e instantaneamente ajustável a troca”. Entre as diferentes formas, o dinheiro creditício se desenvolve como a forma mais adequada de “moeda de conta” e, portanto mais ajustável as necessidades financeiras e de circulação da reprodução capitalista.

O dinheiro de crédito se origina diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívidas por mercadorias vendidas, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, “ao estender-se o sistema de crédito, estende-se a função do dinheiro como meio de pagamento”. Enquanto tal recebe forma própria de existência, na qual ocupa a esfera das grandes transações comerciais (MARX, 1991, p. 247).

Conforme Marx (2008), a fonte mais imediata da moeda de crédito deriva da função da moeda como meio de pagamento, função esta que surge quando a venda de uma mercadoria é mediada por uma promessa de pagamento em prazo futuro ou um crédito, assim a relação de troca que se estabelecia entre vendedor e comprador é substituída por uma relação entre credor e devedor. O dinheiro funciona como meio de pagamento quando serve de instrumento de compensação de dívida. Mas o processo mais intrigante é que quando se expande a relação de confiança nos papéis de dívidas, então devedores podem efetuar o pagamento de suas dívidas a partir da transferência de promessas de pagamentos de outros agentes. Ou seja, o dinheiro de crédito surge quando promessas de pagamentos se tornam

“moeda de conta” as quais assumem a função própria de meios de pagamento (HARVEY, 2013).

Mas a utilidade prática das formas creditícias de dinheiro como “moeda de conta” pressupõe eficiente desenvolvimento de um sistema de crédito, isto é, das técnicas de operações contábeis capazes de integrar os registros de uma complexa rede de transações monetárias e financeiras entre o conjunto dos agentes econômicos. Esse desenvolvimento é atendido pela própria evolução do comércio de dinheiro e de um sistema de finanças, operacionalizado pelos capitalistas e instituições que se especializam na comercialização de dinheiro e diversos serviços de intermediação financeira, isto é, operacionalizado pelos bancos e capitalistas financeiros. Pois:

[...] o dinheiro exerce a função de meio de circulação ou de meio de pagamento dependendo da forma de troca das mercadorias. Em ambos os casos, o capitalista tem de lidar incessantemente com dinheiro, pagando muitas pessoas ou recebendo-o de muitas pessoas. Essa tarefa puramente técnica de pagar e receber dinheiro constitui de per si trabalho que, ao servir o dinheiro de meio de pagamento, exige balanços de contas, operações de compensação. Esse trabalho representa custo de circulação e não cria valor. Reduz-se quando é executado por categoria especial de agentes ou capitalistas que o efetuam para toda a classe capitalista (MARX, 2008, p. 422).

De tal modo, segundo Marx o desenvolvimento do comércio de dinheiro como resultado do comércio das mercadorias possibilita a concentração, abreviação e simplificação das operações técnicas da circulação monetária. Por isso o comércio de dinheiro:

[...] fornece meios técnicos necessários para reduzir ao mínimo econômico o entesouramento desde que voluntário (não expressa desemprego do capital ou transtorno do processo de reprodução), pois os fundos de reserva não precisam ser tão grandes quanto teriam de ser se a administração deles fosse incumbência particular de dado capitalista (MARX, 2008, p. 427/428).

Além dos diversos serviços contábeis relativos às transações, pagamentos e recebimentos, a “guarda do tesouro” ou a concentração dos fundos de reservas constituem outra operação particular necessária dos serviços técnicos dos capitais especializados no comércio de dinheiro. Pois, como afirma Marx (2008, p. 422) os fundos de reserva enquanto formas de capital-dinheiro potencial são constituídos de “reservas de meios de compra,

reservas de meios de pagamento, capital vadio a espera de aplicação; e nessa forma, parte do capital reflui sem cessar”. Pois como vimos:

[...] o dinheiro se amontoa constituindo tesouro, isto é, a parte do capital que tem de existir sempre a forma dinheiro, como fundo de reserva de meios de pagamento e meios de compra. (...) Este tesouro está sempre fluindo, e sem cessar lança-se na circulação e dela retorna. A segunda forma do tesouro é o capital na forma dinheiro, vadio, momentaneamente desocupado, que abrange o capital-dinheiro novamente acumulado, ainda não investido. As funções que o entesouramento exige, antes de mais nada, são a guarda, e a contabilização etc. (MARX, 2008, p. 422).

Assim, os fundos de reservas ou a “massa de capital dinheiro” manipulada pelos comerciantes de dinheiro correspondem ao próprio “capital dinheiro que está na circulação, dos capitalistas comerciantes e industriais”, por isso a certo nível de abstração as operações que os comerciantes de dinheiro realizam são apenas serviços de intermediação aos demais capitalistas. O lucro desses que servem de intermediários das operações com capital-dinheiro é “apenas dedução da mais-valia, pois só lidam com valores já realizados, mesmo quando realizados apenas na forma de créditos” (MARX, 2008, p. 429).

Dentro da ampliação do comércio de dinheiro e da formação do sistema de crédito os intermediários financeiros se confundem aos próprios banqueiros ou instituições bancárias, de forma mais geral, é o negócio bancário que atua em relação à função particular da administração do “capital produtor de juros ou do capital-dinheiro” (MARX, 2008). Ainda mais a respeito do negócio particular dos banqueiros, Marx ressalta:

[...] se concentram nas mãos dos banqueiros a guarda dos fundos de reserva dos homens de negócios, as operações técnicas de receber dinheiro e pagar (...) São os intermediários entre o verdadeiro prestador e o prestatário de capital-dinheiro. De modo geral, o negócio bancário, sob esse aspecto, consiste em concentrar grandes massas de capital-dinheiro emprestável, e assim em vez de o prestamista isolado, os banqueiros, representando todos os prestamistas, se confrontam com os capitalistas industriais e comerciais (MARX, 2008, p. 534).

Assim o capital bancário promove uma administração geral do capital-dinheiro, promove ao mesmo tempo a centralização do capital-dinheiro tanto dos prestadores quanto

dos prestatários. Como administradores do capital a juros concentram todos os prestatários frente a todos os prestamistas e seu lucro consiste em emprestar a juros superiores aos quais tomam em prestado (MARX, 2008). Assim, de vários modos os fundos de reservas detidos tanto pelos capitalistas produtores quanto pelos comerciais são canalizados aos bancos e, após centralização, são convertidos em capital-dinheiro a emprestar: a parcela do capital ligada ao fundo de reserva dos demais capitalistas, quando emprestada, exerce a função de capital produtor de juros; enquanto que o capital de empréstimo próprio da ampliação dos recursos monetários ou financeiros disponibilizados pelos bancos se constitui numa massa financeira diretamente ligada ao sistema de crédito que aqui se pode denominar de capital de empréstimo.

Com o desenvolvimento do sistema bancário e notadamente desde que os bancos pagam juro por depósito, põe-se neles ainda as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente vadio, de todas as classes. Pequenas somas, cada uma de per si incapaz de operar como capital-dinheiro, se fundem em grandes massas e assim formam poder financeiro (MARX, 2008, p. 535).

Como afirma Brunhoff (1978b), o tempo de circulação das mercadorias é uma condição e um obstáculo a produção e realização de mais valia, por isso para que a acumulação tenha condições necessárias de romper seus próprios limites, o processo de circulação não pode se limitar a entradas prévias de receitas conforme as vendas. Pelo contrário, estímulos necessários ao processo de circulação requerem mobilização de capital dinheiro e mecanismos financeiros em larga escala e previamente disponibilizados ao processo de realização. Por isso, o sistema de crédito permite saltar etapas da rotação do capital que contêm em si tempo de trabalho e tempo de circulação:

O crédito é um meio de mobilizar recursos monetários, independentemente da duração efetiva do tempo de circulação, isto é, um meio de acelerar a reprodução do capital (BRUNHOFF, 1978b, p. 77).

Além de reduzir o tempo de circulação, ao possibilitar a ampla mobilização de capital-dinheiro e recursos financeiros abundantes, o crédito também estimula a eficiência do capital que produz diretamente valor excedente, reduzindo o período de trabalho ao possibilitar uma utilização mais intensiva de meios de produção em larga escala e elevar a composição

orgânica do capital industrial. Na circulação do capital a moeda assume dois aspectos fundamentais, como aponta Brunhoff (1978b), primeiramente a circulação monetária está diretamente ligada a circulação geral das mercadorias, mas deve por outro lado desligar-se dessa circulação mercantil para estar ligada a reprodução do capital industrial e permitir o financiamento “rápido e em grande escala” relativamente a reprodução capitalista a qual necessita de abundante disponibilidade de recursos financeiros. Em segundo lugar, os mecanismos de financiamento à reprodução capitalista e o conseqüente desenvolvimento do sistema de crédito implicam uma mudança qualitativa fundamental de parcela da moeda.

Desenvolvimento das formas financeiras de dinheiro – a moeda de conta fiduciária

Ao invés de pagamentos com formas materiais de dinheiro, enquanto genuínas medidas de valores, a “moeda de conta” que deriva do sistema de crédito – forma financeira e fiduciária de dinheiro - possibilita que empréstimos, as transações e os pagamentos sejam efetuados com base em mecanismos sistematizados de circulação e compensações de dívidas dentro das relações contábeis operacionalizadas como negócios especiais pelos capitalistas e instituições que se ocupam com a comercialização de dinheiro e os serviços puramente técnicos de pagamentos e recebimentos, tais serviços se confundem as práticas dos bancos.

Marx (2008, p. 681) mostra que nas nações onde se constitui capitalismo desenvolvido o dinheiro é substituído “por meio de operações de crédito e por meio de dinheiro de crédito (moeda escritural)”.

Portanto, vemos que se desenvolve paralelamente o comércio de dinheiro, os mecanismos de financiamento capitalista, sistema bancário, sistema de crédito, e ainda desenvolve-se formas creditícias de dinheiro em direção à uma “moeda de conta” que funcione como um “lubrificante sem atrito” da circulação capitalista” (HARVEY, 2013, p. 335). O desenvolvimento de uma forma financeira de dinheiro que aqui denomina-se de moeda de conta fiduciária.

O comércio de dinheiro facilita a compensação dos saldos, onde o dinheiro serve de meio de pagamento, e diminui a massa de dinheiro exigida para esse fim por meio do mecanismo artificial das compensações (MARX, 2008, p. 428).

Brunhoff (1978a, p. 84) aponta que a criação de “moeda fiduciária” emitida pelos bancos tem por base instrumentos de crédito dos quais se utilizam capitalistas industriais e comerciantes.

O sistema de crédito engloba, portanto, as duplicatas, as letras de câmbio, os bilhetes de banco e os cheques, ou seja, todos os créditos quer sejam utilizados unicamente entre negociantes, quer sejam monetizados pelos bancos e utilizados como meios de circulação (BRUNHOFF, 1978a, p. 84).

Aqui se faz importante a distinção entre duas fundamentais formas, o crédito comercial e o crédito bancário. O crédito comercial, representado pelo que se pode chamar de letra de câmbio, deriva de relações de crédito entre capitalistas ocupados na produção e circulação de mercadorias, esta forma de crédito constitui a base para o sistema de crédito, pois, como aponta Brunhoff (1978a), pode circular por endosso de um comerciante para outro sem desconto prévio. Enquanto que o crédito bancário, representado inicialmente pelo bilhete de banco, corresponde a uma letra contra o banqueiro, forma de crédito que segundo Marx (2013) também se trata de “espécie de dinheiro de crédito” sai da circulação simplesmente comercial e “entra na circulação geral, funcionando aí como dinheiro”.

Harvey (2013) mostra que o dinheiro de crédito apresenta algumas peculiaridades, por exemplo, para que a letra de câmbio possa ser resgata deve voltar sempre ao seu local de origem, independentemente da distância que atinja em seu processo de circulação. Os dinheiros creditícios são criados de forma privada, mas são ao mesmo tempo, de maneira intrínseca, formas sociais de dinheiro quando colocado em circulação. Formas materiais de dinheiro, como moedas metálicas (ouro) que circula em sua presença física, permanecem na circulação sem retornar, em algum momento, a um ponto de origem. O dinheiro creditício está sendo criado e destruído constantemente, desaparece da circulação quando a “dívida original” é saldada. Portanto, pode ser expandido ou contraído de maneira ilimitada através das atividades privadas.

Entretanto, a qualidade e a segurança do dinheiro creditício estão constantemente ameaçadas pela possibilidade de não pagamento da dívida original, quando há tal inadimplência esta forma fiduciária de dinheiro é desvalorizada ou depreciada. Lembra-se aqui que, as próprias contradições do processo de acumulação derivadas dos limites inerentes as condições de realização do capital, situação onde há superprodução e depreciação dos

preços das mercadorias, se tratam de um epicentro para os problemas de inadimplência de dívidas que compromete constantemente a qualidade e a segurança do dinheiro creditício. Ressalta-se que o caráter privado da criação do crédito representa uma ameaça constante a sua qualidade ou capacidade de representar valores, por isso: em “seu caráter essencialmente fiduciário exige a construção de todo um sistema de crédito hierarquizado em torno do Banco Central” (CORAZZA, s/d, p. 7).

Mas se o crédito comercial é o fundamento para o sistema de crédito, Harvey (2013) aponta que a moeda bancária acaba por substituir as letras de câmbio, pois as instituições bancárias ou financeiras ao assumirem a responsabilidade técnica da contabilidade e da circulação de dinheiro proporcionam uma câmara de compensação para as letras de câmbio, de forma que os bancos possam emitir suas próprias notas substituindo “sua própria garantia por aquela de inúmeros capitalistas individuais”.

Um primeiro nível de um arranjo institucional dentro do sistema monetário se estabelece com a emergência dos bancos, assim, pode haver a conversão de letras que se originam dos capitalistas individuais em moeda bancária.

Quando o sistema de troca é relativamente simples, o conhecimento pessoal e a confiança dos capitalistas individuais podem garantir a qualidade das dívidas incorridas, mas em um sistema de mercado complexo isso não pode constituir uma base adequada para o sistema de crédito. O banco procura institucionalizar o que era antes uma questão de confiança e credibilidade pessoais entre capitalista individuais (HARVEY, 2013, p. 330).

O desenvolvimento das funções do dinheiro como meio de pagamento, implica a expansão e o domínio dessas formas creditícias de dinheiro caracterizadas por uma natureza puramente contábil e fiduciária nos registros de instituições financeiras, constituindo ainda manifestação do processo de desmaterialização da moeda para que o desenvolvimento das condições financeiras atenda as necessidades da reprodução capitalista. Por isso, na medida em que as trocas estão baseadas na circulação de contratos privados entre credores e devedores:

[...] os pagamentos se compensam, a moeda não intervém, como se funcionasse um sistema de crédito comercial puro onde os balanços financeiros dos comerciantes e dos produtores se encontram em

equilíbrio, as operações financeiras se compensando e se anulando (BRUNHOFF, 1978a, p. 85).

O princípio da convertibilidade preservaria o papel da moeda enquanto medida de valores, as notas de banco se tratam, segundo Brunhoff (1978a), de créditos monetizados e não de símbolos do ouro. Por isso, relembra-se aqui que a moeda fiduciária criada pelos bancos está muito aquém de assegurar a primeira função da moeda enquanto medida dos valores. Assim, quando desenvolvido o sistema de finanças capitalista, as formas fiduciárias de “moeda de conta” se tornam a base do processo de circulação, e neste caso:

A desmaterialização da moeda manifesta-se pela substituição das trocas simultâneas entre mercadorias e dinheiro por “contratos privados, legalmente executatórios”, concluídos entre credores e devedores (BRUNHOFF, 1978a, p. 85).

No livro III de *O Capital*, relatando sobre a suspensão da lei bancária de 1844, em Londres, Marx faz referência a emissão de bilhetes bancários inconvertíveis como criação de capital-dinheiro fictício:

A suspensão da lei bancária de 1844 permite ao Banco emitir qualquer quantidade de bilhete de banco, sem cobertura garantida pelo ouro entesourado em seu poder; criar, portanto, o montante que queira de capital-dinheiro fictício, para fazer adiantamentos aos bancos e aos Bill-brokers, e, por meio deles, ao comércio (MARX, 2008, p. 627).

Há uma massa de dinheiro que tem correspondência imediata com a produção de valor excedente, ligada aos fundos de reservas. Entretanto, já foi exposto que se trata de uma necessidade da reprodução ampliada que haja disponibilidades de recursos financeiros abundantes ou adiantamento de dinheiro superiores a massa de capital-dinheiro que tenha correspondência prévia com atividade produtiva. Assim a eficiência do processo de criação do valor excedente, próprios resultados da dinâmica de acumulação, necessita de transcender os limites materiais prévios da própria produção de valor excedente. Portanto, defende-se aqui, que a desmaterialização das formas do dinheiro e criação de formas fictícias de riqueza é uma necessidade e um resultado do próprio desenvolvimento do sistema de finanças capitalistas, enquanto subordinado as necessidades da reprodução ampliada do capital.

O financiamento da circulação ampliada tem por base principal não o adiantamento de capital-dinheiro representante de produção realizada previamente, mas o adiantamento de formas de capital dinheiro que represente um possível direito sobre a realização de produção futura.

O dinheiro contábil ou moeda de conta fiduciária, forma fundamentalmente social ou desmaterializada de moeda, é resultado do necessário desenvolvimento do sistema financeiro capitalista, e aparece como a mais funcional e eficiente forma de dinheiro para a reprodução do capitalismo, porque possibilita, a partir das condições financeiras, a ampliação e intensificação do processo de rotação do capital. De modo que:

[...] a generalização do crédito comercial e das relações de crédito afetam profundamente o funcionamento do dinheiro nas trocas capitalistas, de dois modos. Primeiro, o crédito comercial substitui diretamente a moeda mercadoria nas transações com simples promessas de pagamento. Segundo, a existência de débitos comerciais, logo postula a necessidade da compensação de dívidas. Dessa forma, com o crédito comercial permeando as trocas, começa a dominar a função de meio de pagamento e não mais de meio de troca. É o domínio da função meio de pagamento que caracteriza a existência do dinheiro de crédito como forma dominante de dinheiro no capitalismo (CORAZZA, s/d, p. 6).

É válido novamente ressaltar que a desmaterialização da moeda constitui um fator fundamental para impulsionar ainda mais a autonomização dos preços relativamente aos valores, pois o dinheiro se distancia de sua função primária de servir de medida de valor, criando condição para o surgimento de riquezas formadas por preços que representam valores fictícios junto a desmaterialização da moeda. Com a intensificação da autonomia dos preços relativamente aos valores se estabelecem as condições mais que necessárias à formação e reprodução de diferentes formas de riqueza fictícia e capital fictício. A partir do fato de que o dinheiro não surge como resultado prévio de atividade produtiva, riquezas profundamente desmaterializadas também podem surgir. Assim, determinadas formas de riqueza podem se ampliar com o aumento de preços ou aumento de preços desvinculados de uma atividade realmente produtiva. Formas de riquezas fictícias são portadores de preços, mas não contêm valor em si mesmas.

A moeda fiduciária pode não ser representante de um capital realizado, mas enquanto recurso financeiro da produção capitalista circula como forma de dinheiro que representa direitos sobre o trabalho e sobre a produção futura.

Considera-se aqui que as contradições e o desenvolvimento do processo de acumulação de capital promovem como tendência o gradativo domínio da reprodução de formas fictícias do capital, de maneira que quando as reproduções dos símbolos do valor se tornam profundamente dissociadas da própria criação do valor enquanto resultado do processo produtivo de trabalho, reina nesse caso o caráter puramente social da acumulação de riqueza.

A moeda fiduciária de caráter contábil é um signo de valor sobre a possibilidade de criação de riqueza futura, podendo representar ainda um direito sobre o trabalho ou sobre a produção futura, que em sua origem circula sem correspondência prévia com valor, mas quando funcional ao capital industrial e dependendo das condições de produção e realização pode resultar em estímulos na criação de valor. Entretanto, como está exposto adiante, diversas formas de capitais diretamente ligadas à circulação financeira acabam, em grande parcela, inevitavelmente não se desenvolvendo além de sua natureza fictícia, desvinculando-se de funcionalidade ao processo produtivo e possível correspondência com criação de trabalho abstrato ou valor.

3.3 O Capital Fictício e a Financeirização

A inerente formação de capital fictício no interior do capital financeiro

O sistema de crédito se forma a partir do desenvolvimento de mecanismos da produção capitalista junto a seus mecanismos mais específicos de financiamento. Marx distingue sistema monetário de sistema de crédito. Segundo Brunhoff (1978a), Marx adota uma teoria monetária do crédito, por isso trata do problema do financiamento e seus mecanismos específicos somente após elaborar sua teoria geral da moeda.

Na circulação capitalista, a evolução e as especificidades adquiridas pelas diferentes formas de dinheiro ou moeda estão diretamente ligadas às necessidades ampliadas do financiamento da reprodução capitalista dentro de suas contradições, portanto a organização financeira da produção capitalista se desenvolve como um sistema que abrange diferentes

categorias ligadas aos processos financeiros, ao desenvolvimento e circulação do dinheiro, tais como: moeda, capital-dinheiro, comércio de dinheiro, sistema bancário, sistema de crédito, dinheiro creditício, etc.

Distancia-se aqui das noções de capital financeiro baseadas em aspectos mais históricos ou políticos do processo de acumulação, como as formuladas por Hilferding (1985), Lenin (1997) e Luxemburgo (1985), assume-se o propósito de situar mais logicamente o desenvolvimento e a funcionalidade da organização das atividades financeiras dentro do modo capitalista de produção. Lança-se, assim, a noção de capital financeiro como um conceito sintético resultado de um processo de abstração mais amplo correspondente a investigação e análise até aqui desenvolvida. O capital financeiro deriva do desenvolvimento sistemático do comércio de dinheiro e relações de crédito aqui já discutido, e se compõe de um amplo conjunto de capitais especializados e diretamente ligados aos processos de financiamento capitalista, isto é, capitais diretamente ligados ao sistema e mercado de finanças capitalistas. O capital financeiro se compõe do: capital e sistema bancário, dinheiro fiduciário e sistema de crédito, capital acionário e de títulos, dívida pública, etc. Nessa perspectiva também concorda-se com a interpretação de Brunhoff (1978b) que parte da noção de capital financeiro diretamente de Marx:

[...] vamos partir da noção de “capital financeiro” em Marx. Não para utilizá-la hoje tal e qual, como se o capitalismo não se tivesse modificado, mas para descobrir os aspectos que, em qualquer caso, permanecem importantes (...) A noção de capital financeiro, para Marx, engloba diferentes tipos de instituições e de práticas: sistema bancário, bolsas, sociedades por ações e, às vezes, para reencontrar mais diretamente a prática capitalista, a do “capitalista financeiro” que empresta A para receber A’ do capitalista industrial. Tudo isto apresenta-se numa desordem bastante grande, mas as noções fundamentais podem ser distinguidas e articuladas entre si (BRUNHOFF, 1978b, p. 104).

O processo de acumulação pressupõe o adiantamento de capital dinheiro enquanto formas do valor capital previamente realizado, mas para transpor seus próprios limites a reprodução ampliada do capital tem necessidade constante de disponibilidade de recursos de financiamento ou de capital de empréstimo em proporções muito superiores aos recursos do valor efetivo do capital previamente acumulado na forma dinheiro, ou seja, superiores ao

capital-dinheiro que apresente previamente lastro produtivo como é o caso do valor dos fundos de reserva dos diferentes capitais autonomizados.

Por isso as maiores parcelas do capital financeiro, que integra o sistema bancário e de crédito, é composta de formas fictícias e fiduciárias de riqueza financeira enquanto formas de capital de financiamento que não apresentam lastro prévio com atividade produtiva ou uma imediata correspondência com valor enquanto trabalho abstrato cristalizado, se tratam de formas de riqueza financeira que podem representar direitos sobre o trabalho e produção futura.

Para atender as condições ampliadas de financiamento o capital de empréstimo e as formas de dinheiro necessitam se desmaterializar de suas prévias correspondências com o valor, por isso a importância do desenvolvimento do sistema de crédito (contabilizado pelo sistema bancário) e da criação de moeda de conta fiduciária. Portanto, deste ponto de vista o financiamento capitalista tem constante necessidade da criação e disponibilidade abundante de recursos financeiros fictícios, por isso as maiores parcelas do capital financeiro são sempre formas fictícias de capital. Assim, o capital financeiro e seus mecanismos de crédito “permite á produção capitalista desenvolver-se e estender-se além dos seus próprios limites” (BRUNHOFF, 1978a, p. 121).

O sistema de crédito e a criação de moeda de conta fiduciária a partir de empréstimos e balanços operacionalizados pelos bancos podem ser compreendidos como mecanismos de pré-financiamento proporcionados pelo capital financeiro para atender as necessidades do adiantamento do capital-dinheiro em grande escala e em diferentes prazos. De maneira que:

A “base mercantil” do sistema pode ser provisoriamente ultrapassada. (...) O banco que concede o crédito antecipa a validação social das mercadorias produzidas pelo industrial, agindo como se tivesse certeza de que as mercadorias serão vendidas e o industrial lhe reembolsará com o produto da venda (BRUNHOFF, 1978a, p.146).

Para tornar mais eficiente o processo de produção e realização do mais valor e atender as necessidades da reprodução ampliada, o capital financeiro deve constantemente criar valores fictícios a partir de seus mecanismos de crédito, pois o “sistema de crédito opera como uma forma de capital fictício – um fluxo de capital monetário não apoiado por qualquer transação de mercadorias” (HARVEY, 2013, p. 352). Corazza (s/d, p. 5) aponta que

circulando como meio de pagamento, ao invés de meio de circulação ou moeda a vista, o dinheiro de crédito pode assumir o controle da circulação mercantil capitalista, por operar esta função o dinheiro de crédito é uma existência efetiva do dinheiro, e:

Embora o dinheiro de crédito se origine da circulação de mercadorias, ele não é um simples meio de circulação. Ao contrário, na sua origem está a recusa de ser meio de circulação de mercadorias, recusa esta que o põe como meio de pagamento, e como tal, assume o poder de comandar a circulação, sem nela efetivamente entrar. Do mesmo modo que o dinheiro enquanto tal, dinheiro de crédito circula principalmente como capital dinheiro. Na verdade, ele constitui a base para o desenvolvimento das formas financeiras e fictícias do próprio capital (CORAZZA, s/d, p. 5).

As formas dos valores fictícios são, portanto, formas de riqueza com um preço que surgem antes da produção e realização de mercadorias, essas formas ainda podem representar um direito sobre o trabalho ou a produção futura, e relembramos aqui que essa autonomização dos preços em relação ao processo produtivo tem por base o processo de desmaterialização das formas do dinheiro, como é o caso das formas de moeda de conta creditícias que se desenvolve dentro do sistema de finanças capitalistas.

A circulação de registros de crédito como formas de dinheiro que se originam anteriormente à uma ligação com produção e realização de mercadorias, representa uma base fundamental para a autonomização dos preços relativamente aos valores (desmaterialização dos preços) e criação de valores fictícios. Pois, através do crédito “a mercadoria é vendida, mas o pagamento é diferenciado no tempo e neste caso “o dinheiro deixa de ser simples meio de circulação, para se transformar em meio de financiamento, mediante a criação de dívidas” (CORAZZA, s/d, p. 5). Segundo Harvey (2013) o dinheiro creditício criado antes de correspondência com atividade produtiva constituiu um valor fictício e quando emprestado como capital também se torna capital fictício, por isso “a potencialidade para o “capital fictício” está dentro da própria forma do dinheiro e está particularmente associada com a emergência do dinheiro creditício” (HARVEY, 2013, p.353).

Como o capital fictício “é um fato implícito quando o crédito é ampliado previamente, em antecipação ao trabalho futuro como um contravalor” (HARVEY, p. 352), assume-se que o capital financeiro, operando para tornar mais eficiente o processo de acumulação, cria

inevitavelmente capital fictício através de seus mecanismos de crédito¹⁸. Parcela desses valores financeiros fictícios, circulando como direitos sobre o trabalho ou produção futura, quando operacionalizados como capital de empréstimo funcionalmente ao capital industrial potencializa a produção de trabalho excedente e poderão encontrar uma posterior correspondência com a produção e criação de valor ou mais valia.

Entretanto, como veremos adiante, o desenvolvimento da circulação financeira e a criação de valores financeiros fictícios dão margem para que grande parcela do capital fictício se reproduza a partir de atividades puramente especulativa e sem funcionalidade direta ao processo produtivo.

Já expomos que os recursos de financiamento do capital financeira deve constantemente ultrapassar a “base mercantil” (BRUNHOFF, 1978a), o processo de financiamento pode ter por base a criação de direitos sobre o trabalho ou a “acumulação de direitos sobre a produção futura” (MARX, 2008, p. 621), e por isso a tendência é que a “lacuna entre os valores fictícios dentro do sistema de crédito e o dinheiro ligado aos valores reais se amplia” (HARVEY, 2013, 353).

Desse modo o capital fictício se desenvolve e permite que a circulação financeira se torne relativamente autônoma ao capital industrial, possibilitando lucros de operações especulativas que de acordo com Brunhoff (1978b) são distintos da taxa de juros a qual tem seu rendimento como dedução direta da mais valia. Mas essa autonomia da circulação financeira teria apenas um caráter relativo, pois o momento da crise e depreciação ou destruição dos valores fictícios prova que a autonomização nunca é absoluta.

Dentro da reprodução do capital industrial, a certo nível de abstração, o capital a juros opera com funcionalidade exclusiva a produção e circulação do valor excedente, isto é, financiando ou adiantando capital-dinheiro diretamente ao capital produtivo e o capital comercial, os rendimentos do capital a juros derivam diretamente de uma dedução de parcela da mais valia total.

¹⁸ Aqui é importante esclarecer que se faz referência ao conceito de crédito que Marx (2008) considera na circulação capitalista, onde o mesmo é entendido como um mecanismo de financiamento do processo de acumulação de capital. O crédito para o capital cria capital fictício por se tratar de um financiamento baseado na criação de direitos sobre a produção ainda não realizada ou rendimento futuro. Outra diferente forma de circulação de crédito é o financiamento de consumo pessoal, como aqueles realizados a partir dos serviços de cartão de crédito, neste caso não há um comprometimento do valor futuro ou da produção não realizada, se trata de uma forma baseada no endividamento do consumidor que compromete uma antecipação de seu próprio trabalho ainda a ser realizado.

Carcanholo e Nakatani (1999) fazem a ponderação de que durante determinado estágio de desenvolvimento capitalista, onde predomina o capital industrial, o capital produtivo é o polo dominante e subordina tanto o capital a juros como o capital comercial. No entanto, se do ponto de vista lógico o capital a juros e o comercial são subordinados ao capital industrial, Marx considera que historicamente essas formas de capital antecedem o capital industrial. O processo de subordinação do capital a juros e do capital comercial se realiza a partir do momento em que o capital industrial se desenvolve e se torna o modo dominante de produção.

As formas – o capital comercial e o capital gerador de juros – são mais antigas que a oriunda produção capitalista, o capital industrial, (...) por isso que o capital industrial no processo de seu nascimento, tem primeiro de subjugar aquelas formas e convertê-las em funções derivadas ou especiais de si mesmo. (...) Onde a produção capitalista se desenvolveu na amplitude de suas formas e se tornou o modo dominante de produção, o capital produtor de juros está sob o domínio do capital industrial, e o capital comercial é apenas uma figura do capital industrial, derivada do processo de circulação (MARX, 1995 apud CARCANHOLO e NAKATAMI, p. 293, 1999).

Considerando, por suposição, uma circulação monetária separada do sistema de crédito ou da circulação financeira, o capital a juros ficaria limitado ao volume substantivo de excedente disponível, ou seja, o capital a juros não poderia ser maior que o volume de capital-dinheiro realizado efetivamente como capital a partir do capital produtivo e da magnitude da mais valia. Nesse caso, pressupomos que o capital portador de juro teria que se subordinar totalmente a tarefa de financiar o capital produtivo, portanto, seria um capital especializado e completamente funcional ao capital industrial. Desse modo, o capital portador de juros não teria condições favoráveis para se emancipar como um capital autônomo independente do capital industrial, isto é, como um capital sem compromissos funcionais para com a atividade produtiva. Nessas condições, o capital a juros operando como um capital de financiamento não poderia se desenvolver a forma de capital fictício autonomizado do processo produtivo buscando sua própria reprodução ou valorização por meios puramente especulativos e parasitários, dentro da circulação financeira.

Mas quando estabelecido o desenvolvimento das finanças capitalistas e seus mecanismos de circulação fiduciária, o capital produtor de juros pode ter seu funcionamento compreendido enquanto operando no interior do próprio capital financeiro e se confunde a este mesmo complexo de financiamento. Assim, avançamos em uma precisão conceitual de

capital financeiro que se assimila a concepção de Mollo (2011, p. 11) que entende o capital financeiro “visto como o capital que se especializa no comércio de dinheiro, envolve, por um lado, o capital de crédito produtor de juros e, por outro, o capital fictício, que não retorna à produção real para se valorizar”.

Ainda em concepção similar à de Mollo (2011), neste estudo, denomina-se capital de empréstimo como os recursos de financiamento, que mesmo desligados de valores pré-existentes, se destinam a uma aplicação no processo produtivo e geração de mais valia. Também derivam do capital financeiro formas especulativas de capital que não são funcionais ao processo produtivo, se trata de formas de capital fictício que se reproduzem ou geram rendimentos especulativos na circulação financeira sem voltar a produção. Essa reprodução especulativa dentro da circulação financeira esta ligada ao processo de capitalização, que será apresentado mais adiante, onde rendas ou receitas financeiras podem derivar de mecanismos de crédito ou puramente financeiros, como a expansão de empréstimos com base em novos empréstimos.

A seguir, será apresentada uma investigação mais profunda acerca das condições ou contradições que promovem a expansão e predominância da reprodução do capital fictício como forma de capital financeiro especulativo que se reproduz dentro de uma circulação profundamente autonomizada relativamente ao processo produtivo.

Capitalização financeira das receitas e acumulação de dívidas

A categoria capital fictício que se encontra no livro III de O Capital não foi claramente definida; o conceito e a precisão teórica da categoria ainda estão em construção e existe divergência de interpretação entre diferentes pensadores, mas sua discussão é fundamental para se compreender a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, onde predomina essa forma de riqueza financeira.

Do ponto de vista dialético a realidade tem duas dimensões fundamentais: ela corresponde à essência e também à aparência. Assim, “o ponto de vista do ato individual e isolado tem correspondência com a aparência da realidade e o ponto de vista da totalidade e reprodução é a única que nos permite compreender a essência do real” (CARCANHOLO, p. 11, s/d). Por sua vez, o capital produtivo, resultante do ciclo do capital industrial, é real para o conjunto da sociedade porque possui substância material - incorpora trabalho abstrato e valor

de uso - produzida anteriormente e possui o direito de apropriar-se da mais valia que será produzida.

Nessa perspectiva dialética pode-se compreender uma importante característica do capital fictício, Carcanholo (2001) faz a consideração de que do ponto de vista global, para o conjunto da sociedade, o capital fictício não é real porque não há valor em sua composição, nem correspondência de excedente substantivo previamente produzido. Mas considerando o ponto de vista isolado, no mercado, o capital fictício é real, pois na sua existência individual como riqueza abstrata possui o mesmo direito de apropriação de mais-valia e valor excedente que qualquer outro capital real. Corazza (s/d) pondera que a possibilidade de o capital assumir a forma monetária já é condição para que o capital se desenvolva a forma de capital fictício, assim:

[...] a possibilidade de existência do capital fictício decorre da própria natureza do dinheiro, enquanto forma autônoma de existência do valor, e se acentua com o desenvolvimento do dinheiro e do sistema de crédito e especialmente do capital a juros. O capital fictício surge, assim, da própria forma capital-dinheiro e se desenvolve através de sua circulação como capital monetário a juros, no âmbito do sistema de crédito (CORAZZA, s/d, p. 9).

Ainda segundo Corazza (s/d, p. 9) o capital fictício tem seu caráter fictício não em sua forma, mas em seu conteúdo de valor que não existe previamente, o valor “não está presente, podendo ser produzido no futuro ou apropriado de outros capitais”. Em síntese o capital fictício seria a representação de meios para se apropriar de rendimentos futuros, e aqui já ponderamos que esses rendimentos podem derivar de um processo produtivo ou de um mero processo de capitalização financeira de receitas. Sobre a constituição do capital fictício, Marx argumenta:

Constituir capital fictício chama-se capitalizar. Capitaliza-se toda receita periódica, considerando-a, na base da taxa média de juro, rendimento que proporciona um capital emprestado a essa taxa. (...) Assim desaparece o último vestígio de conexão com o processo efetivo de valorização do capital e reforça-se a ideia de ser o capital autômato que se valoriza por si mesmo (MARX, 2008, p. 618).

Ainda de acordo com Marx (2008, p. 616) a “forma do capital produtor de juros faz com que toda renda monetária determinada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital”. Portanto, a taxa de juros é a base para a capitalização das receitas de onde deriva o preço do capital fictício, neste caso o rendimento é deduzido do próprio rendimento ou receita periódica independentemente se esses rendimentos ou receitas periódicas derivam de um “processo efetivo de valorização” ou de pura expansão do próprio processo de capitalização.

Marx (2008) aponta que a maneira mais reificada ou fetichista do capital é encontrada na forma do capital produtor de juros, pois ao invés do juro aparecer como resultado de apropriação direta dos resultados do trabalho excedente, “o capital aparece como fonte misteriosa, autogeradora do juro, aumentando a si mesma”, $D - D'$ é a forma onde o processo produtivo é mais obscuro, por isso “o capital produtor de juro é o fetiche autômato perfeito – o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro”, e ainda a “relação social reduz-se a relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma” (MARX, 2008, p. 520). A reprodução da usura aparenta um processo milagroso e uma maravilha:

No capital produtor de juros está perfeita e acabada a representação fetichista do capital, a ideia que atribui ao produto acumulado do trabalho e por cima configurado em dinheiro, a força de produzir automaticamente mais-valia em progressão geométrica em virtude de qualidade inata e oculta (MARX, 2008, p. 528).

Em considerações ao processo de expansão da dívida pública britânica Marx faz menção às ideias de Richard Price, este considerava que a expansão de tal dívida tinha por fundamento apenas a multiplicação exponencial dos juros compostos sem considerar “as condições da produção e do trabalho, considerava o capital um autômato” (MARX, 2008, p. 524).

Com base em tais ideias Marx cita que a teoria smithiana da acumulação é transformada na “do enriquecimento de um povo por meio da acumulação de dívidas e num doce crescente atinge o infinito dos empréstimos, empréstimos para pagar empréstimos” (MARX, 2008, p. 525). Entendemos aqui que é exatamente esse o princípio do processo de capitalização predominante na reprodução fictícia do capital financeiro, como é o caso da dívida pública, com uma determinada taxa de juros composta empréstimo podem ser criados e

ampliados a partir da constante criação de novos empréstimos ou novas dívidas. Desse modo parece superficialmente que:

O processo de acumulação de capital pode ser considerado acumulação de juros compostos, no sentido de poder chamar-se de juro a parte do lucro (mais valia) que é reconvertida em capital e serve para absorver novo trabalho excedente (MARX, 2008, p. 526).

Marx (2008) menciona, dentro da dinâmica de acumulação, a tendência de redução da taxa de lucro em decorrência do crescimento da produtividade social do trabalho diretamente relacionada à constante ampliação da parcela do capital constante na composição do capital, em detrimento do capital variável. Porém, “é na ideia de que não diminui a taxa de lucro que se baseia a progressão de Price e em geral o “capital a juros compostos que absorve tudo” (MARX, 2008, p. 527). Marx ainda faz considerações sobre os limites materiais da magnitude de criação de trabalho excedente ou mais-valia: o tamanho da população, o desenvolvimento das forças produtivas e, em última instância, a jornada de trabalho seriam o “limite qualitativo à acumulação de capital”. Mas se:

[...] a mais valia for considerada na forma irracional do juro, o limite é apenas quantitativo e desafia qualquer imaginação (MARX, 2008, p. 527).

Assim, rendimentos ou receitas podem derivar de mecanismos financeiros autonomizados do processo produtivo, os rendimentos derivados dessa financeirização pura das receitas podem ainda representar direitos sobre o trabalho ou a produção futura, por isso:

Na qualidade de capital a juros pertence ao capital toda a riqueza que pode ser produzida, e tudo o que recebeu até agora não é mais que pagamento por conta de seu apetite insaciável. Segundo sua lei inata pertence-lhe todo o trabalho excedente que a humanidade pode fornecer. Moloch (MARX, 2008, p. 525).

Títulos financeiros e a criação de direitos sobre a produção futura

Marx (2008, p. 619) cita o exemplo do “movimento autônomo do valor” dos títulos financeiros, sejam títulos de dívida pública ou ações, se trata de títulos de propriedade referentes a um direito de apropriação de parcela da mais valia “esperada”, entretanto, o

“valor de mercado desses títulos é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pelo rendimento efetivo, mas pelo esperado, pelo que previamente se calcula”. Os títulos da dívida pública do Estado representam um direito de participação no montante de receita acumuladas pelo Estado derivem essas receitas de tributos que podem corresponder a uma parcela direta da mais valia, ou sejam receitas derivadas da emissão de novos títulos de dívida pública, a partir da mera ampliação do processo de capitalização com base em uma determinada taxa de juros. No interior do capital financeiro, a reprodução de títulos financeiros que são ao mesmo tempo criação de promessas de pagamento como os títulos de dívida pública, que podem representar direitos de apropriação sobre a produção, resulta no fato de que:

Até acumulação de dívida chega a passar por acumulação de capital, e fatos como esses revelam a que extremos vai a deformação das coisas no sistema de crédito. Esses títulos de dívida, emitidos em troca do capital originalmente emprestado e há muito tempo despendido, essas duplicatas em papel do capital destruído, servem de capital para os respectivos possuidores, na medida em que são mercadorias vendáveis e por isso podem ser convertidos em capital (MARX, 2008, p. 632).

Desse modo grande parcela da “acumulação do capital da dívida pública nada mais significa”, enquanto reduzida à “acumulação de direitos de propriedade sobre o trabalho” (MARX, 2008, p. 631), e nesse sentido Marx trata do caráter parasitário que esses títulos fictícios podem assumir quando convertidos em capital efetivo.

O título de ação também é um título de propriedade que dá direito a uma parcela das rendas de um empreendimento de capital, mas esses títulos podem transformar-se em mercadorias negociáveis cujos preços também adquirem movimento autônomo, crescendo ou depreciando-se na circulação, valores especulativos criados independentemente do capital real que inicialmente representavam. Além disso, se inicialmente esses títulos de propriedade representam direito sobre um capital real, também constituem “duplicação em papel do capital real” e, por isto, acabam tornando-se “representantes nominais de capitais inexistentes”. Portanto, de acordo com Marx esses “papeis” ou todos esses títulos financeiros, sejam títulos de propriedades sobre sociedades de capital acionário ou sobre as receitas do Estado:

[...] constituem apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, e o valor-dinheiro ou o valor-capital ora não representa capital algum, como é o caso das apólices da dívida pública, ora é regulado de maneira independente do valor do capital efetivo que esses papéis figuram. (...) E deve entender-se por

cumulação do capital-dinheiro notadamente a acumulação desses direitos sobre a produção, acumulação segundo o preço de mercado, o valor-capital ilusório deles (MARX, 2008, p. 621).

Por conseguinte, em sua maior parcela o capital financeiro é formado pelo conjunto do capital bancário, e de acordo com Marx o capital bancário tem sua composição baseada em formas fictícias de riqueza financeira ou títulos financeiros que não representam capitais realizados:

[...] A maior parcela do capital bancário, portanto, é puramente fictícia e consiste em créditos (letras), títulos governamentais (que representam capital despendido) e ações (que dão direito a um rendimento futuro). Acresce ainda dizer que esse capital fictício do banqueiro em grande parte não é próprio, mas do público, que o deposita no banco, com ou sem juros (MARX, 2008, p. 622).

Segundo Belluzo (2012) quando o dinheiro assume a forma crédito as determinações mercantis e capitalistas alcançam o ápice de seu desenvolvimento, pois o sistema de crédito seria a forma mais adequada para cumprir as determinações do dinheiro, aperfeiçoando a execução das funções monetárias no capitalismo, e “constitui uma esfera de “valorização” em que o capital monetário ensaia estabelecer uma relação consigo mesmo, D-D”. O crédito, usurpa o lugar do dinheiro metálico, ai o “dinheiro realiza o conceito de substantivação do valor e de forma universal da riqueza (...) o fetichismo chega ao estágio supremo.”

Na passagem a seguir, Belluzo (2011) apresenta que Marx já alertava sobre a subordinação dos capitais industriais em relação ao poder dos bancos através da centralização e do sistema de crédito.

No capítulo XXXIII do livro III, intitulado *Meios de Circulação sob o Crédito*, Marx exprime sarcasticamente sua percepção sobre as consequências da “dominação” do sistema de crédito sobre o capital industrial. O sistema de crédito cujo eixo são os grandes bancos nacionais e os grandes prestamistas de dinheiro e usuários que pululam em torno deles, constitui uma enorme centralização e confere a esta classe parasitária um poder fabuloso que lhe permite, não só dizimar periodicamente os capitalistas industriais, senão imiscuir-se de modo mais perigoso na verdadeira produção, assunto que esta banda não entende absolutamente nada. As leis de 1844 e 1845 (as leis bancárias) provam o poder crescente destes bandoleiros, com os quais se aliam os demais financeiros e os operadores dos mercados de ações (Belluzo, 2011).

Os mecanismos de financiamento da acumulação capitalista necessitam superar constantemente os limites de sua base mercantil. Foi exposto anteriormente que o sistema de crédito é um mecanismo fundamental do capital financeiro para potencializar o processo efetivo de acumulação, pois permite a criação de recursos de financiamento anteriormente à produção e realização de capital, um capital de empréstimo que surge como mera forma de direito sobre o trabalho ou de direito de apropriação sobre a produção futura, valores fictícios por não serem representantes de capitais realizados, mas que permitem reduzir os custos de circulação e intensificar a rotação do capital e o processo de acumulação.

Marx (2008, p. 655) ao tratar da "acumulação de capital-dinheiro de empréstimo" estabelece como problemática saber até onde esta apresenta coincidência com a ampliação do processo de reprodução, isto é, com a acumulação real. Faz a distinção entre o que seria meramente o processo de transformação de dinheiro em capital de empréstimo desligado do capital industrial e a "acumulação positiva do capital de empréstimo" enquanto conversão de capital, ligada diretamente a acumulação real do capital industrial. Marx relembra que acumulação real envolve geralmente acréscimos do "capital reprodutivo", entretanto:

O desenvolvimento do sistema de crédito e a concentração enorme do negócio de emprestar dinheiro nas mãos dos grandes bancos necessariamente já aceleram de per si a acumulação do capital de empréstimo como forma diversa da acumulação real (MARX, 2008, p. 664).

Dentro do capital financeiro e seus mecanismos de expansão creditícia, Marx (2008, p. 671) distingue a acumulação de capital de empréstimo, enquanto forma de dinheiro que se pode emprestar, e sua efetiva "conversão em real capital". Portanto, a acumulação de capital de empréstimo como forma de dinheiro que "pode se transformar em capital" também poder divergir profundamente de uma acumulação de capital-dinheiro que representa de fato um capital realizado.

Com o desenvolvimento do capital-dinheiro disponível cresce a massa dos papéis rentáveis, dos títulos da dívida pública, das ações etc. (...) o papel existe mas não o capital (pelo menos como capital-dinheiro) por ele originalmente representado (MARX, 2008, p. 674 /675).

Em outras palavras, a acumulação dessas formas de dinheiro possíveis de representar um capital, uma acumulação de direitos, diverge da acumulação real que pressupõe a produção e realização de capital-mercadoria. Assim, segundo Marx, o acumulo que esse capital financeiro de empréstimo representa é apenas um acumulo de direito sobre um dinheiro que possa representar efetivamente um capital realizado:

[...] a acumulação desses direitos ou títulos difere tanto da acumulação real da qual deriva quanto da acumulação futura (o novo processo de produção), propiciada pelos empréstimos de dinheiro. (...) À primeira vista, o capital de empréstimo existe sempre na forma de dinheiro, depois como direito a dinheiro (MARX, 2008, P. 676).

Esse capital fictício de financiamento criado inicialmente para o processo produtivo corresponde ao mesmo tempo como valores fictícios e direitos acumulados sobre o trabalho ou produção futura.

A financeirização – autonomização financeira e capital fictício especulativo

Mas se essa lógica de expansão financeira fiduciária promove uma ampliação do processo real de acumulação, também promove inevitavelmente o constante distanciamento entre os valores fictícios ou o distanciamento de direitos sobre o trabalho futuro em relação a produção efetiva ou ainda, em relação a capacidade efetiva de produção futura. Como lembra Marx:

No sistema de crédito, tudo se duplica e triplica e se converte em pura fantasmagoria, e o mesmo se aplica ao “fundo de reserva”, onde se esperava finalmente encontrar algo sólido (Marx, 2008, p. 625).

Por isso a relação entre o capital fictício e o processo produtivo é sempre indireta e implica numa constante autonomização relativa entre a produção e a circulação, autonomização que surge a partir do distanciamento entre a criação de valores financeiros fictícios e o valor trabalho realizado como capital, e ainda, o distanciamento entre os direitos acumulados sobre a produção futura e a efetiva capacidade, mesmo futura, de produção e realização de mercadorias. Esse capital fictício autonomizado relativamente à produção ainda

pode se ampliar a partir de receitas derivadas de mecanismos financeiros de capitalização, já descritos por Marx. Sobre esse aspecto as considerações de Germer esclarecem ainda mais:

[...] o valor do capital fictício é estimado através da capitalização do rendimento a ser obtido, com base na taxa de juros, ou seja, é o valor-capital imaginário que, à taxa de juros vigente, geraria o rendimento dado. O processo é o inverso do que ocorre com o capital real: ao invés do rendimento ser deduzido do capital, é este deduzido do rendimento (GERMER, 1995, p. 155).

Com os direitos acumulados sobre a renda ou receita futura o capital fictício pode ter preço e não ter valor, e a criação de rendimentos ou receitas que podem derivar da própria expansão dos mecanismos de capitalização, possibilitam a formação de um sistema exponencial de hipotecas sobre o trabalho e a produção futura, como se o poder do capital sobre o trabalho vivo além de se basear essencialmente nos resultados do trabalho passado, também passa a ter por base a superação dos limites da própria capacidade do trabalho social futuro. Como resultado do desenvolvimento do capital financeiro ou do:

[...] desenvolvimento do capital produtor de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar-se em virtude das diferentes formas em que o mesmo capital ou o mesmo título de crédito se apresenta em diferentes mãos. A maior parte deste “capital-dinheiro” é puramente fictícia. Excetuando-se os fundos de reserva, todos os depósitos, embora sejam crédito contra o banqueiro, não tem existência efetiva (MARX, 2008, p. 622).

A maior parcela dos rendimentos financeiros são rendimentos fictícios ou especulativos, não são rendimentos derivados diretamente de valor criado no processo produtivo. São na grande maioria resultado da autonomização relativa da circulação financeira que permitem que rendimentos sejam provenientes da mera ampliação dos processos financeiros de capitalização das receitas. Por isso os diferentes títulos financeiros, letras de crédito, títulos governamentais ou ações, quando ao invés de representação legítima de capital realizado, representam apenas “mero direito a rendimento uniforme”, então “esse direito se expressa em capital-dinheiro fictício que varia sem cessar” (MARX, 2008, p.622). Agora, além do trabalho vivo estar sob o comando dos produtos do trabalho passado, a atividade produtiva da sociedade também se subordina ao crescimento imaginário de direitos sobre o trabalho e a produção futura.

Baseado em Marx, Mollo (2011) aponta que o sistema crédito permita vendas penhorando rendas futuras ainda não garantidas, a possibilidade de crise já existente na circulação mercantil simples é fortemente ampliada porque o crédito possibilita a realização de compras sem uma contrapartida com venda e realização de lucros, existe aí uma autonomia da circulação em relação a produção. O capital fictício “designa os procedimentos pelos quais as rendas financeiras do capital dinheiro se formam e crescem, no sistema de crédito, independentemente de todo o trabalho produtivo” (MOLLO, 2011, p. 13).

O desenvolvimento do sistema de crédito e o conseqüente processo de desmaterialização das formas do dinheiro e dos preços é a base para a formação do capital fictício. Dentro do capital financeiro o acúmulo de riqueza financeira aparece como um acúmulo de direitos sobre a produção futura, em outras palavras:

[...] a forma peculiar da acumulação do capital-dinheiro e da riqueza monetária em geral, reduz-se ela à acumulação de direitos de propriedade sobre o trabalho (MARX, 2008, p. 631).

Por isso entende-se que o funcionamento do sistema financeiro de crédito impõe como tendência a constante separação entre a criação de valores fictícios e a efetiva produção de valor, essa dinâmica promove crescimento do capital fictício com a circulação se autonomizando relativamente à produção. Esse processo da margem para o crescimento de atividades especulativas e a criação de formas financeiro de capitais profundamente desvinculadas do processo de trabalho e da criação de valor excedente. Desse modo:

[...] a relação do dinheiro de crédito e do capital fictício com o capital ou o valor real é uma relação invertida, pois sua forma se torna uma condição ou um pressuposto da existência do seu conteúdo, o valor. Sua relação principal se refere não a um valor existente, mas a um valor futuro, cuja existência efetiva pode vir a se concretizar ou não (CORAZZA, s/d, p. 10).

Novamente, fazemos aqui o destaque de que o desenvolvimento do capital fictício pressupõe desenvolvimento da autonomização dos preços relativamente aos valores e da autonomização da circulação relativamente à produção, condições que se formam a partir da evolução do sistema financeiro e de crédito e das formas desmaterializadas e fiduciárias de dinheiro. Desse modo o capital financeiro cria crescentes parcelas de capital fictício que se

reproduz a partir de operações especulativas dentro da circulação financeira relativamente autonomizada, capital fictício especulativo que circula sem funcionalidade ao capital industrial, ou seja, sem funcionalidade a produção e realização de capital-mercadoria, mas que permitem rendimentos fictícios ou ganhos financeiros especulativos, como foi dado o exemplo citado por Marx dos rendimentos de capitalização dos diferentes títulos financeiros - dívida pública e ações. Sobre os rendimentos especulativos dos títulos financeiros Marx faz ainda mais considerações:

Ganhar ou perder por meio das oscilações desses títulos (...) são cada vez mais resultado da especulação, do jogo. Este, e não o trabalho, aparece na condição de modo original de adquirir capital, substituindo também a violência direta. Essa riqueza financeira imaginária constitui parte considerável da fortuna monetária dos particulares e também do capital dos banqueiros, conforme já vimos (MARX, 2008, p. 633).

Baseado em Marx (2008) e Carcanholo (1999) aqui faremos a delimitação do conceito de capital fictício especulativo como uma forma de capital sem lastro em termos de atividade produtiva, não é representante de um capital realizado do ponto de vista de totalidade, mas que, no entanto, se trata de uma forma financeira de capital não funcional ao capital produtivo, sem funcionalidade a criação e realização de capital mercadoria dentro da reprodução do capital industrial. Com o desenvolvimento das formas do capital financeiro, o gradativo distanciamento dos valores fictícios ou o distanciamento de direitos sobre o trabalho futuro em relação à produção efetiva é o fundamento para a constituição dessa forma parasitária de capital especulativo que se reproduz dentro de uma circulação financeira profundamente autonomizada. E ainda:

A articulação, mesmo que frouxa, entre produção, circulação e distribuição conduz a que os ganhos sem lastro em valor-trabalho precisem ser compensados de alguma maneira. Como esses ganhos serão com rendas provenientes da produção, esses ganhos fictícios serão compensados por não ganhos ou perdas nas vendas de outras mercadorias cujos preços não compensam os valores-trabalho nelas contidas (MOLLO, 2011, p. 13).

De fato, a insubordinação do capital fictício especulativo, a não funcionalidade e autonomia em relação à reprodução do capital industrial é a sua característica mais marcante. Por isso, entendemos que não basta ser uma forma financeira de capital fictício para se

qualificar como especulativa, pois parcelas dessas formas financeiras de capital fictício são funcionais ao processo efetivo de acumulação.

Apesar de não funcional a produção de valor excedente, o capital fictício especulativo ainda pode de modo parasitário se apropriar de valor excedente. Ou seja, formas de riquezas financeiras que atuam como capital fictício especulativo, além de não serem funcionais a produção e acumulação substantiva, podem, em verdade, ser funcionais à apropriação parasitária de valor ou mais-valia. Essas formas derivam de atividades especulativas, são formas de preço sem um conteúdo de valor que podem expandir-se conforme o movimento de circulação financeira relativamente autonomizada.

Entretanto, o crescimento do capital fictício, enquanto crescimento de formas financeiras de capital que representa possibilidades de direitos sobre a produção futura, resulta de multiplicação exponencial a partir da capitalização de juros compostos no interior do capital financeiro, sistema bancário e de crédito, e tendem a exceder demasiadamente as necessidades da produção realizável, além de buscar quantidades de remuneração que não podem ser atendidas a partir do capital industrial ou da produção e realização do capital-mercadoria constantemente afetado pela tendência de queda da taxa de lucro.

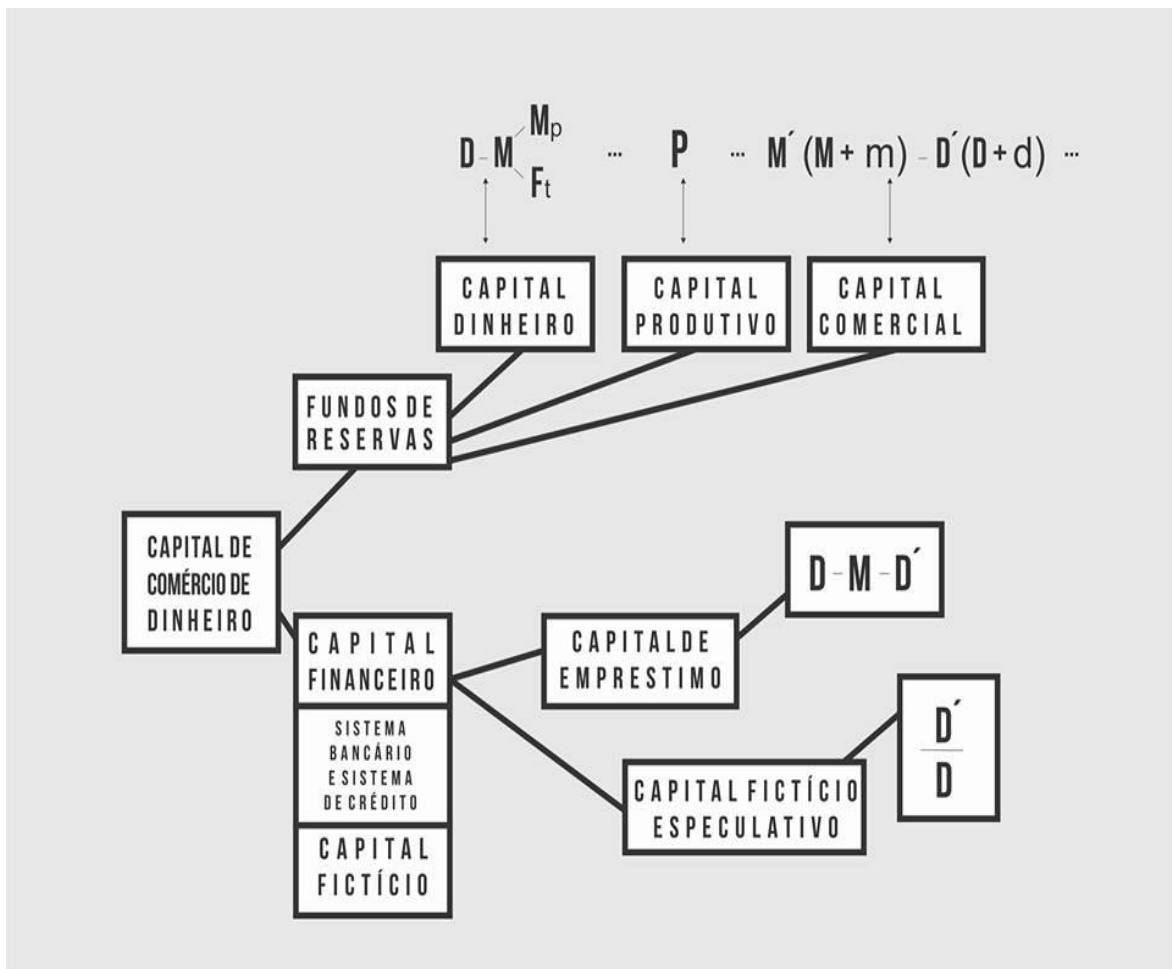
O fato é que isso também resulta em grande medida das próprias contradições da acumulação, se pressupõe que se todo capital fictício fosse criado como forma efetivamente funcional ao capital produtivo, então as crises de superprodução poderiam também ser mais freqüentes e intensas. Por isso a reprodução relativamente autonomizada e a ampliação do capital fictício especulativo parece se constituir de uma necessidade do desenvolvimento capitalista, segundo Carcanholo e Sabadini (2009) os lucros fictícios se tornaram um poderoso mecanismo de se contrapor a tendência à queda da taxa de lucro, mas vale ressaltar novamente que lucros especulativos podem ser parasitários quando não estão ligados a produção e realização de verdadeiros capitais. Como considera Sweezy:

O capital financeiro, uma vez que se desprende de seu papel original como um modesto auxiliar de uma economia real da produção para satisfazer as necessidades humanas, torna-se inevitavelmente capital especulativo voltado unicamente para a sua própria auto-expansão. Nos tempos antigos ninguém nunca sonhou que o capital especulativo, um fenômeno tão antigo quanto o próprio capitalismo, poderia crescer para dominar a economia nacional, e muito menos o mundo inteiro (SWEETZY, tradução nossa, 1994, p. 2).

Os rendimentos das formas financeiras de capital especulativo, também derivam em grande parcela no próprio processo de oscilação de preços nos mercados de especulação, da valorização nominal de papéis, ativos fiduciários, títulos, ações, etc.

A **figura 3** permite uma visualização mais ampla das diferentes fazes e circuitos percorridos pelo capital desde a reprodução do capital industrial produtor de mercadorias, passando pelo desenvolvimento dos serviços de intermediação e comércio de dinheiro até constituição do capital financeiro integrando a ampla organização das finanças capitalistas, sistema bancário, sistema de crédito e criação de formas financeiras de capital fictício.

Figura 3: Circuitos do capital: do processo produtivo até as formas financeiras autonomizadas de capital fictício especulativo



Fonte: Elaboração do autor a partir do estudo de Marx (2008), Harvey (2013), Sabadini (2013) e Mollo (2011).

Do capital financeiro deriva o capital fictício necessário às condições de financiamento produtivo, as formas financeiras e creditícias de capitais diretamente funcionais a produção de mercadorias para realização efetiva de capital são denominadas capital de empréstimo, no circuito $D-M-D'$. Entretanto, o acúmulo de direitos financeiros desligados de rendimentos produtivos, que se baseiam em ganhos especulativos a partir dos mecanismos puramente financeiros de criação de receitas, são denominados de capital fictício especulativo – circuito D'/D . O mero processo de capitalização, desvinculado do processo produtivo, é o fundamento da ampliação dessa forma especulativa e parasitária de capital.

Braga (1997) aponta que no capitalismo contemporâneo o “padrão de riqueza” corresponde à própria financeirização, dentro do padrão financeirizado de riqueza a lógica financeira domina sobre o processo de valorização. Tal padrão de riqueza como resultado:

[...] das transformações dos sistemas monetários-financeiros relacionadas às alterações na natureza do dinheiro, do crédito e do patrimônio; da gestão dos bancos centrais sobre a liquidez e as taxas de juros; da emergência das corporações produtivas com finanças que são um objetivo em si mesmo (BRAGA, 1997, p. 197).

A reprodução da riqueza financeira pode ser realizada independentemente de intermediações relativamente ao processo produtivo, através do processo de capitalização financeira de receitas.

A mera capitalização financeira a partir do preço do empréstimo, do juro, desligada do financiamento do capital produtivo se revela mais como um acúmulo de dívidas e acúmulo de formas fiduciárias e financeiras de dinheiro. Formas fictícias de capital que não representam capitais realizados, e se tornam muito separadas e distantes das possibilidades reais da produção futura, mas podem apropriar-se parasitariamente de trabalho e valores efetivos.

Entretanto, mesmo que o dinheiro não possua em si mesmo valor, como as moedas metálicas, ainda não se dispensa a determinação social do valor, “é preciso que o próprio dinheiro se afirme permanentemente como representante social do trabalho” (MOLLO, 2011, p. 12). As profundas separações entre produção e circulação, ou ainda a criação de direitos financeiros sobre a produção futura muito superior as condições de produção e realização futura, geram inevitavelmente maiores desequilíbrios sistemáticos que promovem as crises

que trazem consigo os limites intransponíveis da autonomização da circulação relativamente à produção, e ainda dos preços relativamente aos valores. Mollo (2011, p. 13) também aponta que “a crise apura as divergências entre produção e circulação, entre preços e valores e impõe, mesmo que de forma cega, a lei do valor”. E ainda:

Ganhos fictícios, por outro lado, não podem se manter indefinidamente, se rendas, provenientes da produção, não fornecerem a demanda necessária á sua valorização”. (MOLLO, 2011, p. 13).

A crise impõe limites relativos da autonomização tanto dos preços em relação aos valores como da circulação relativamente à produção, no momento da crise a depreciação ou destruição de valores fictícios prova que jamais a autonomização é absoluta, mas é antes uma contradição que se resolve na própria crise. Nesse caso o sistema de crédito se deteriora e a criação de moeda fiduciária se torna precária, e se expande mais um processo de destruição dessas formas fiduciárias de moeda e riqueza financeira.

Com criação de empréstimos enfraquecida pela generalização e propagação de inadimplências, no interior do sistema de crédito, riquezas financeiras baseadas em direitos exponenciais sobre a produção também desaparecem tão rapidamente quanto surgiram. A crise no interior do sistema financeiro se generaliza também como crise no processo produtivo, pois a rotação e acumulação do capital industrial perde seus necessários estímulos financeiros fictícios.

4. ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

4.1 Economia Solidária: Formação e Caracterização

Na ampla literatura sobre o fenômeno da economia solidária existem algumas divergências em relação à origem histórica do fenômeno, mas há certo consenso acerca de seu contexto de surgimento ou ressurgimento diretamente associado ao aumento do desemprego de natureza estrutural e intensificação das formas de precarização do trabalho, condições que ganham ainda mais destaque na atual fase neoliberal do capitalismo.

Manifestações que segundo Meszáros (2002) se tratam de resultantes de uma profunda crise estrutural na ordem social do capital, mudanças profundas atuais que sinalizam os absolutos limites da viabilidade histórica desse sistema metabólico.

Considerando o desemprego crônico e a exclusão social como um fenômeno estrutural e tendencial decorrente das contradições geradas pelo avanço das forças produtivas dentro do condicionamento das relações sociais em relação a lógica da acumulação capitalista (Marx, 1996, 2008), Benini (2008) aponta que o fenômeno de surgimento ou ressurgimento da economia solidária é uma resposta não apenas cíclica, mas um movimento contínuo e na atual conjuntura de reestruturação produtiva o esforço de criação de alternativas de trabalho e renda se dá tanto por parte da sociedade civil como do governo por meio de políticas públicas.

Singer (2002) enfatiza que a economia solidária surgiu primeiramente com o início do cooperativismo no final do século XIX, tratando-se de uma reação espontânea dos trabalhadores e setores mais pobres contra algumas consequências da consolidação do capitalismo industrial como a intensa exploração e precarização das condições de vida do proletariado. Outros importantes pesquisadores como Gaiger, também consideram um horizonte histórico mais amplo:

[...] desde o séc. XIX registram-se tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo em resposta a aspirações de igualdade econômica e à necessidade de

garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores (2003, p. 182).

Um princípio essencial para caracterizar o movimento de economia solidária é a sua prática interna da autogestão. Benini *et al.* (2009, p. 80) trazem o esclarecimento de que a questão chave para compreender a autogestão é que se trata de um tipo de cooperação diferenciada e até oposta a organização do trabalho generalizada no capitalismo, é baseada numa "relação de não antagonismo entre os participantes de um dado processo produtivo".

(...) na empresa capitalista, existe uma separação entre as pessoas que tomam as decisões e as pessoas que executam, entre a concepção e a execução, entre a posse e a propriedade, entre o trabalhador e os meios de produção, entre o trabalhador e o produto do seu trabalho, em suma, entre o caracol e a sua concha (BENINI, 2008, p. 60).

Implementando práticas autogestionárias, os trabalhadores de um empreendimento ou organização são também os próprios gestores. Ao invés do individualismo e da competição capitalista, a prática de tais princípios abre espaço para novas relações de trabalho baseados em valores alternativos e não utilitaristas como o coletivismo, mutualismo, solidariedade e cooperação. Assim:

[...] as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas *contrárias* à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naquela, os trabalhadores empregam o capital (GAIGER, 2003, p. 193).

Além da gestão horizontal e participativa entre os trabalhadores no interior da organização, os meios de produção são posse coletiva dos associados, onde os resultados da atividade devem ser distribuídos coletivamente.

O papel de um poder público, que no capitalismo corresponde ao poder do Estado, é destacado por Singer (2002) como fundamental para garantir a sustentabilidade política e econômica dos princípios de igualdade, pois:

[...] mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (p. 11).

Para a expansão e fortalecimento das experiências de economia solidária, no atual quadro de globalização, além da mobilização dos trabalhadores precarizados, Singer (2002) ainda salienta a importância da organização e instituição de diversas entidades de apoio, articulação e fomento oriundas tanto da sociedade civil quanto do poder público.

No Brasil, a expressividade da economia solidária é impulsionada pelo alarmante aumento do desemprego, desindustrialização e falência de empresas provocadas pela forte crise e recessão econômica que assolou o país nas décadas de 1980 e 1990 (SINGER, 2002). Gaiger também enfatiza a importância da ação de organizações da sociedade civil para o crescimento da economia popular solidária:

o atual surto de solidarismo econômico decorre, em boa medida, do trabalho persistente de instituições e agências autônomas frente ao Estado e sem ânimo de lucro (*apud* Ronconi, 2008, p. 41).

No entanto, Mance (*apud* BENINI, 2008, p. 64) afirma que não se deve confundir a economia solidária com o terceiro setor, já que o mesmo:

[...] substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. Igualmente não se confunde com as empresas de responsabilidade social que negam em sua forma de atuação os princípios da autogestão e da intercooperação, reproduzindo mecanismos que mantêm a subalternidade do trabalho em relação ao capital e a concentração da riqueza socialmente produzida.

A Cáritas, entidade ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), teve papel pioneiro no fomento de iniciativas de economia solidária, ainda no início da década de 1980 mobilizou a organização dos chamados Projetos Alternativos Comunitários – PACS,

em grande parte destinados a gerar trabalho e renda para populações pobres tanto de regiões urbanas como da zona rural (SINGER, 2002).

Já na década de 1990 surgem importantes iniciativas e articulações representativas da economia solidária. Conforme Singer, em 1991, a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), e sua recuperação como cooperativa autogestionária pelos próprios trabalhadores incentivou a criação da Associação Nacional de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), associação a qual se filiou centenas de cooperativas. Assentados da reforma agrária organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dão lugar a outra forma de empreendimentos solidários, criam o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA) com o objetivo de promover a agricultura a partir de cooperativas autogestionárias (SINGER, 2002; NUNES, 2009).

Nesse período também merece destaque a contribuição de instituições representantes do movimento pela redemocratização do Estado no Brasil, instituições tais como a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Movimento dos Sem-Terra (MST), que se articularam politicamente em defesa de um projeto de desenvolvimento socialmente mais inclusivo (NUNES, 2009).

Ainda nos anos de 1990 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) promove importantes encontros e debates como o Primeiro Seminário Nacional de Cooperativas de Economia Solidária, que contribuiu diretamente para a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). No bojo de florescimento de entidades representativas e de fomento surge também a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol), e no início dos anos 2000 a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES) foi criada com a participação de várias lideranças da Economia Solidária (FARIA, 2005; SINGER, 2002).

Ao recuperar as contribuições cruciais das entidades de apoio e fomento, Faria (2005) enfatiza também o papel da Rede de Incubadoras Universitárias a partir da atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITPCs, organizadas no interior das universidades essas instituições são atores estratégicos na formulação de políticas públicas de economia solidária, muitas vezes em parceria com governos municipais, estaduais e até federais.

O esforço de articulação em âmbito nacional, sobretudo a partir da configuração de redes de interação das entidades somado as várias edições do Fórum Social Mundial garantiu legitimidade ao movimento e foi decisivo para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)¹⁹, em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

a SENAES tem trabalhado com as seguintes linhas de ação: Articulação, integração e ações transversais de políticas públicas de Economia Solidária na União, Estados e Municípios em estreita colaboração com a sociedade civil; Apoio aos Fóruns de Economia Solidária; Fomento a empreendimentos autogestionários e organização de cadeias produtivas (metalurgia, material reciclável, confecção, artesanato, alimentação, entre outros); Apoio à comercialização e redes de produção (Programa Nacional de Feiras, Lojas de Economia Solidária, comércio eletrônico); Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; Articulação de políticas de Finanças Solidárias (Bancos Comunitários, Fundos Rotativos, linhas de crédito para empresas recuperadas); Programa de Apoio a Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores em Autogestão; Formação e Capacitação em Economia Solidária (Seminários, cursos, encontros, eventos, conferências), para multiplicadores e gestores públicos; Centros Públicos de Economia Solidária; Elaboração de metodologias, diagnósticos, estudos e outros instrumentos de acompanhamento e avaliação em Economia Solidária; Implantação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES (que registra os resultados do mapeamento da Economia Solidária no Brasil); Criação do Conselho Nacional de Economia Solidária; Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária – Brasil Local (RONCONI, 2008, p. 54).

Ainda em 2003, Roconi (2008, p. 16) ressalta que a partir das “articulações de vários segmentos, de encontros, plenárias e Fóruns estaduais” criou-se também o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES que além de parceiro desempenha o papel de interlocutor com a SENAES, apresentando demandas e fazendo o acompanhamento de políticas públicas.

Assim:

O FBES consiste na articulação entre três segmentos do movimento de economia solidária: os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria e fomento, e os gestores públicos. A principal instância de decisão do FBES é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento (RONCONI, 2008, p. 16).

¹⁹ Respalhando sua meta de apoiar o desenvolvimento econômico com inclusão social, o Governo Federal instituiu a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, com publicação da Lei Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº. 4.764, de 24 de junho de 2003 (BRASIL, 2003).

Conforme o FBES (2006), o segmento de empreendimentos solidários é formado por organizações que atuam em diversos setores produtivos como empresas recuperadas; grupos informais de produção ou serviços; cooperativas de comercialização, de produção, de serviços, crédito solidário e de consumo; associações populares; agências de turismo de base comunitária. O seguimento das entidades de assessoria e fomento são geralmente ONGs e Universidades, prestam serviços de apoio aos empreendimentos por meio de consultorias, elaboração de projetos, fornecimento de crédito e de ação de formação política e técnica. Os gestores públicos ligados as três esferas de governo representam outro segmento integrante da economia solidária.

4.2 A Economia Solidária na Visão das Distintas Perspectivas Teóricas

O fenômeno da economia solidária pode ser explicado a partir de uma ampla contribuição teórica de intelectuais que, apesar de convergirem em alguns aspectos, assumem diferentes e até divergentes perspectivas tanto em termos de estratégia ou finalidade política como de fundamentação em distintos paradigmas metodológicos (WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2011; SCHMIDT, 2013).

No plano micro, o principal ponto de convergência entre os autores, de acordo com Schmidt (2013), é a concordância mais geral com o fato de que diferentemente do objetivo principal das empresas capitalistas que é maximizar o lucro, os empreendimentos solidários buscam a geração de trabalho e renda com inclusão social, a partir de uma gestão participativa e horizontal visando o desenvolvimento pleno de seus participantes.

Conforme Wirth, Fraga e Novaes (2011) podemos identificar algumas principais matrizes analíticas acerca da economia solidária, assim, a partir de suas divergências sobre a relação entre a economia solidária e o capitalismo os autores considerados de destaque são classificados em quatro grupos:

- a) aqueles que percebem na economia solidária uma possibilidade de superação do capitalismo,
- b) aqueles que defendem uma complementaridade entre economia solidária e o capitalismo,
- c) aqueles que expandem sua análise para além da economia solidária,

focando na economia popular e, por fim, d) aqueles que percebem a economia solidária como um espaço de prática da autogestão no momento histórico atual, mas que defendem sua generalização na sociedade, tendo o “autogoverno pelos produtores livremente associados” como horizonte (WIRTH, FRAGA, NOVAES, 2011, p. 194).

Por partirem da noção de totalidade, considerando a posição da perspectiva teórica em relação ao modo de produção dominante, assumimos essa classificação de Wirth, Fraga e Novaes (2011) como referência para compreender as distintas visões teóricas sobre a economia solidária.

Economia solidária como possibilidade de superação do capitalismo

O primeiro grupo, que considera a economia solidária como alternativa para superação do capitalismo, é representado pelas contribuições de Paul Singer, autor pioneiro no estudo do fenômeno. Partindo de análises marxista considera que as próprias contradições do capitalismo cria as condições para o surgimento de alternativas de organização opostas ao modo de produção dominante. A autogestão e a posse coletiva seriam características das unidades produtivas da economia solidária que negam o sistema capitalista e são condizentes com a construção de um projeto de superação dessa ordem (SINGER, 2002). Nesse sentido o autor defende que:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (SINGER, 2003).

Wirth, Fraga e Novaes (2011, p. 195) fazem a crítica, com a qual concordamos, a forma como Paul Singer propõe a superação da sociedade de classes, o autor desconsidera o poder de subordinação e as limitações que o capital exerce sobre outras formas de produção

coexistentes, acreditando na “possibilidade de convivência entre modos de produção diferentes até que o modo de produção solidário superaria o capitalista”.

Singer (2004) apresenta uma visão romântica a respeito da relação entre mercado e economia solidária ao afirmar que “o desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade” (p. 12). Ainda sobre esse ponto, o autor considera:

A sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou que os trabalhadores têm capacidade de organizar atividades econômicas segundo princípios próprios, socialistas, que os empreendimentos cooperativos podem, em certas condições, competir vitoriosamente com empresas capitalistas pelos mercados (*apud* NOVAES, 2013, p. 39).

Ao que parece a proposta de Singer é uma solidariedade mercantil, o autor propõe que os empreendimentos solidários sejam economicamente mais eficientes na produção de mercadorias que as empresas capitalistas, visão inconsistente por desconsiderar a necessidade de superação do mercado que, subordinado aos determinantes da dinâmica da acumulação de capital, impõe a competição desleal e o utilitarismo na base das relações sociais. Nesse sentido:

A alienação, no pensamento marxista, é um fenômeno que transcende os limites da firma individual. Mesmo que uma firma passe a ser de propriedade dos trabalhadores, a alienação dos mesmos persistirá, porque o regime de propriedade privada no restante da economia continuará determinando preços e salários, através das forças impessoais de mercado. Por exemplo, eis uma crítica de tipo marxista a cooperativas de trabalho industrial isoladas (...). Os trabalhadores proprietários, mesmo que não tenham sentimentos de alienação no trabalho, podem tornar-se impotentes perante as forças competitivas do mercado, que são as que determinam, em última instância, as chances do sucesso da empresa e a qualidade de vida de seus membros (STORCH *apud* NOVAES, 2013, p. 47).

Tratando da eminente necessidade de superação do mercado Marx afirma que “a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção”, e em concordância, Mézáros considera que “a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos

escravizante que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores” (*apud* NOVAES, 2013, p. 42).

Complementaridade entre economia solidária e o capitalismo

A posição dos intelectuais que representam o paradigma que defende a complementaridade entre a economia solidária e o capitalismo pode ser representada por Laville e França Filho (2004). Epistemologicamente fundamentados nas contribuições de Polanyi (2000) e sua antropologia econômica e histórica, os autores consideram o conceito de economia plural para interpretar a manifestação das experiências de economia solidária.

A noção de economia plural considera que sempre existiu uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riqueza, ou ainda, outras formas de economia alternativas ao mercado, mesmo dentro do capitalismo enquanto modelo predominante baseado no sistema mercantil (POLANYI, 2000).

Laville e França Filho (2004) consideram que mesmo dentro do capitalismo contemporâneo existem três importantes esferas econômicas: a) a economia mercantil, onde predomina a impessoalidade da troca e a equivalência monetária baseado no princípio de mercado autoregulado; b) a economia não monetária, onde a satisfação das necessidades indissociavelmente coletivas é o princípio que regula as relações de produção e circulação de riquezas, princípio chamado de reciprocidade baseado na lógica da dádiva; c) a economia não mercantil, onde as riquezas socialmente produzidas são apropriadas e distribuídas por uma instituição centralizada, como por exemplo o Estado.

Para os autores as trocas mercantis representam apenas uma parte da totalidade do sistema, e num contexto de crise do trabalho assalariado, a economia solidária surge como possibilidade de articulação entre as três esferas econômicas.

Ao contrário de uma estratégia única, seja ela de criação de emprego, de direito à renda ou de repartição do trabalho, a economia solidária pode situar-se como um elemento numa estratégia de repartição do emprego articulada a uma estratégia de não-diferenciação das formas de emprego e uma estratégia de multiplicação das formas de trabalho (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 93).

Conforme Wirth Fraga e Novaes (2011), esse paradigma considera que a economia solidária seria uma importante estratégia para lidar com o problema da pobreza e garantir direitos sociais, não considera a prática da autogestão em oposição ao capitalismo nem propõe o horizonte de sua superação.

Economia popular

As contribuições de Coraggio (2007) e Kraychete (2007) representam outra abordagem que compreendem o fenômeno da economia solidária a partir do conceito de economia popular que faz referência aos setores produtivos onde o próprio trabalho é o principal meio de sobrevivência.

A racionalidade da economia dos setores populares está ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2007, p. 47).

Para os autores dessa vertente o agravamento das condições de desemprego, precarização das políticas de proteção social e pobreza fazem com que os setores populares fortaleçam a criação de alternativas de subsistência, tais como a informalidade, a criminalidade, economia doméstica e a economia solidária que surgiria como possibilidade de melhoria de vida aos excluídos. Diferentemente de Paul Singer, essa vertente propõe que “a economia dos setores populares está subjugada ao sistema capitalista e que ela não possui as condições para inverter essa situação” (WIRTH, FRAGA, NOVAES, 2011, p. 199).

Mas para que a economia dos setores populares tenha sucesso em seu desenvolvimento a magnitude do fomento público seria fundamental, na percepção dessa vertente:

O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, compensatórias, filantrópicas, caritativas, ou de empresas denominadas socialmente responsáveis, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos

sociais como princípios reguladores da economia (KRAYCHETE, 2007, p. 33).

Kraychete (2007) enfatiza ainda a necessidade fundamental de se organizar um sistema financeiro popular, que ao invés de privilegiar o corporativismo e especuladores, direcione recursos e apoio financeiro para o fortalecimento das experiências de trabalho associado.

Espaço de práticas de autogestão e defesa do autogoverno como horizonte

A quarta concepção aponta para a necessidade histórica de superação do sistema do capital e suas mediações mercantis que alienam o trabalho e as relações sociais (MÉSZÁROS, 2002), identificam a importância do fenômeno da economia solidária como um espaço de práticas de autogestão e defendem a unificação das lutas dos trabalhadores para a construção de um sistema social baseado no autogoverno dos “produtores livremente associados”.

Aqui, assume-se tal perspectiva como principal referencial de análise da economia solidária, a vertente da autogestão identifica que a partir dessa forma de negação do antagonismo da organização do trabalho existem potencialidades para transformação das relações sociais em nível micro e macro e pode ser representada por autores como: Dagnino e Novaes (2004) Novaes (2007, 2013); Schmidt (2013); Benini e Benini (2010, 2015); Dal Ri e Vieitez (2008); Faria (2013); Nemirovsky(2012). A vertente resgata Tratenberg que considera que:

A classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos. Essa é uma tendência que aparece os momentos decisivos da luta dos trabalhadores (TRAGTENBERG, 1986 p. 5).

Diferentemente das outras abordagens, a perspectiva da autogestão consideram que a lógica do capital está em constante tensão com as iniciativas de trabalho associado, a economia solidária estaria realizando a autogestão possível e apresenta potencialidades para

contribuir com a autogestão necessária ao desafio de superação da alienação do trabalho e da alienação imposta pelo capital em todas as suas dimensões (MÉSZÁROS, 2002, 2006). No entanto:

[...] apesar da constatação de embriões de superação do trabalho alienado em cooperativas e associações de trabalhadores, a possibilidade de avanço estaria na articulação das fábricas recuperadas, cooperativas e associações de trabalhadores com o movimento de luta mais amplo dos trabalhadores, e de uma visão de um programa de superação da sociedade de classes, e não apenas e unidades produtivas (WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2011, p. 205).

Assim, tal vertente aponta para a necessidade da generalização da autogestão para além das unidades produtivas, onde o trabalho associado não representa a única forma de enfrentamento ao capital, mas deve estar estrategicamente articulados com outros movimentos sociais que em várias frentes buscam a aplicação dos princípios autogestionários em todas as dimensões de atividade e reprodução da vida social. A desmercantilização do processo de circulação e distribuição de riqueza representa um grande desafio, o trabalho e o atendimento das necessidades humanas deve subverter a tirania da acumulação de capital e de seu mercado competitivo e causador de desigualdades sociais

4.3 Antecedentes do Desenvolvimento Local

Sobre o conceito de desenvolvimento

No início do século XX a concepção de desenvolvimento era, nos meios acadêmicos e políticos, fortemente identificada com a noção de crescimento econômico. Apesar de que as teorias defensoras da racionalidade econômica dominante considerassem que a partir da dinâmica de crescimento e acumulação de riqueza se atingiria automaticamente o desenvolvimento, os benefícios do crescimento excluía uma parcela cada vez maior da sociedade, gerando ainda mais desigualdades sociais e aumento da pobreza.

Assim, anteriormente ao surgimento do debate particular sobre desenvolvimento local, ganha destaque o debate em torno do conceito e da agenda de desenvolvimento para os

Estados Nacionais, sobretudo debates que apontavam para a necessidade de minimizar efeitos negativos dos pacotes tradicionais de desenvolvimento para a acumulação de capital, tais como impactos sociais, ambientais e culturais. Mesmo assim, os projetos centralmente planejados ou modelos de desenvolvimento eram realizados pela esfera pública sem a participação ou consulta de seus beneficiários. A partir da década de 1960 surgem críticas a esses modelos de projetos impostos “de cima para baixo”, e em defesa de concepções mais democráticas acerca do desenvolvimento, inserindo considerações sobre particularidades locais, meio ambiente, cultura, etc. (SOUZA, 2008).

Desse modo, o sentido do conceito de desenvolvimento tem se transformado ao longo do tempo dentro de diversas e divergentes concepções e recortes. Siedenberg (2006) afirma que o conceito de desenvolvimento é ambíguo e difuso, e que além do surgimento de posições ideológicas antagônicas sobre o assunto, também é freqüente a discordância sobre as formas ou mecanismos de implementação e condução das políticas de desenvolvimento.

Do ponto de vista histórico e semântico, o conceito de desenvolvimento já sofreu diversas metamorfoses e tudo indica que essa capacidade de transformação e de adaptação aos diferentes enfoques seja uma de suas principais características, responsável pela sua vitalidade e longevidade como um conceito-chave, ao lado do qual já perfilaram os mais diferentes adjetivos e, agora, também, substantivos. (SIEDENBERG, 2008, p. 5).

No entanto Siedenberg (2006) considera que os pesquisadores das áreas de ciências sociais e humanas assumem uma fixação mais consensual sobre o período de consolidação do conceito em meados da década de 1950.

Mais especificamente em sua dimensão socioeconômico capitalista, a difusão do que se poderia chamar do “mito do desenvolvimento”, nas palavras de Furtado (1983), teria ocorrido de maneira mais acentuada a partir da II Guerra Mundial, quando países mais pobres começam a estabelecer metas mais expressivas de busca por níveis de vida similar aos das nações mais ricas e consideradas “desenvolvidas”.

Considerando ainda o contexto histórico pós II Guerra Mundial e o surgimento e consolidação socioeconômica do conceito de desenvolvimento, Siedenberg (2006) aponta que:

há um certo consenso entre pesquisadores e cientistas sociais de que o discurso de posse de Harry Spencer Truman, ao assumir seu segundo mandato com presidente dos EUA, proferido em 20-1-1949, instaurou as bases de um novo paradigma mundial. Nesse discurso, Truman configurou, indiretamente, a maior parte do mundo como “subdesenvolvida”, ao anunciar um pacote de ajuda técnica, administrativa, econômica e militar dos EUA para os países menos desenvolvidos da África, Ásia, América Latina. (SIEDENBERG, 2008, p. 4).

As teorias tradicionais do desenvolvimento econômico defendem o princípio de que atingir o crescimento econômico a partir da expansão e diversificação do setor industrial seria única trajetória possível de uma civilização desenvolvida, os países pobres que desejassem superar sua condição de nação inferior deveriam percorrer o mesmo caminho das nações desenvolvidas. Segundo os teóricos dessa corrente o planejamento e promoção dos governos nacionais em parceria com a cooperação internacional seriam fundamentais para implantar tais transformações (SOUZA, 2008).

Ao analisar a trajetória do conceito, Siedenberg (2008, p. 2) faz o resgate de que durante a Antiguidade até a Idade Moderna, “o conceito se referia a um processo de revelação gradual, semelhante ao broto de uma flor que desabrocha aos poucos, o desenrolar de algo envolto, algo presente, mas ainda encoberto” utilizada mais dentro de uma delimitação antropológica e teológica. A partir do séculos XVIII e XIX, num contexto onde avanços tecnológicos e científicos promoveram importantes vantagens para a melhoria da qualidade de vida, filosofias progressistas associaram uma noção socialmente mais otimista do conceito “segundo a qual os indivíduos e as sociedades seriam capazes de moldar, pelas próprias forças, um novo mundo, cada vez melhor”, desse modo o significado de movimento teria passado a representar também a idéia de mudança, processo, movimento e libertação (SIEDENBERG, 2008, p. 2). O autor ainda considera importante que:

os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento serão sempre relativos; que jamais haverá uma definição universal para os mesmos; que seus valores não são neutros e sim dependentes de variáveis e preconceitos ideológicos; que seus conteúdos estão em contínua transformação e que não são características de um ou de outro que são controversas, mas sim a explicação de suas causas (SIEDENBERG, 2008, p. 4).

Segundo Souza (2008) no início do século XX a imposição política da racionalidade estritamente econômica fazia predominar a visão de que o crescimento econômico iria determinar o desenvolvimento dos aspectos mais importantes da sociedade.

Harvey (1998 apud MARTINS, 2002, p. 52) entende que a crença no progresso tecnicista linear corresponde a uma das importantes características presentes no próprio modernismo. A visão do desenvolvimento diretamente associada a noção de progresso material e modernização tecnológica é fortemente identificadas em ideologias etnocêntricas, racionalistas e evolucionistas. No entanto, Siedenberg (2006) observa que a partir da década de 1960 e sobretudo:

no contexto dos projetos de desenvolvimento implementados nas últimas décadas, é que a primazia de fatores essencialmente econômicos sobre os demais fatores, sociais e ambientais por exemplo, vem perdendo fôlego. (SIEDENBERG, 2006, p. 2).

Souza (2008) destaca que a insatisfação com os resultados das ações implementadas sob a orientação dos modelos tradicionais de desenvolvimento, deu abertura para o surgimento de críticas que ganharam maior força a partir da década 1960, favorecendo também a emergência de alternativas teóricas a respeito da concepção do desenvolvimento. Se tornou mais evidente a percepção de que os resultados do crescimento beneficia a poucos e exclui muitos, intensificando as desigualdades e aumentando a pobreza. Essa situação contribuiu para a construção e propagação de novas perspectivas com foco em preocupações acerca da necessidade de minimizar impactos negativos sobre as realidades sociais, ambientais e culturais. Souza (2008, p. 20) ressalta também que a partir da a emergência das “novas percepções, diversos teóricos se empenharam em incluir o elemento humano e as particularidades locais nas concepções acerca do desenvolvimento”. Assim:

gradualmente novos critérios começaram a ser incorporados nos conceitos de desenvolvimento, colocando em evidência a promoção do desenvolvimento sob novas perspectivas e visões. Estas novas visões de desenvolvimento que se distanciaram da lógica exclusivamente econômica tiveram como característica principal a revisão do papel do Estado e as experiências locais como promotoras do desenvolvimento. Elas propunham, ainda, papel ativo da sociedade civil, uma vez que constataram que as políticas, até então centralmente desenhadas e geridas, eram desconectadas da realidade local e, portanto, ineficientes e ineficazes. (SOUZA, 2008, p. 25).

Existe também uma ampla diversidade de noções sobre a questão do desenvolvimento local. Desse modo, Arocena (1998) adverte que as teorias assumem posições divergentes tanto acerca do conceito de desenvolvimento como na forma de considerar o entendimento da idéia de local. Portanto, não há uma única teoria sobre desenvolvimento local.

Sobre a noção de desenvolvimento, Arocena (1998) afirma classifica a existência de três concepções teóricas distintas: a abordagem do evolucionismo; o enfoque historicista; e a abordagem estruturalista.

A abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento se baseia em uma visão linear e uniforme de que o processo de industrialização é um estágio fundamental para as transformações que conduzem à uma formação social mais avançada, e nesse sentido, considera que por suas tradições particulares o local impõe obstáculos para introdução de mecanismos e técnicas de desenvolvimento. Para o enfoque historicista, os atores locais são os principais responsáveis pela realização da tarefa do desenvolvimento a partir do aprendizado sobre a utilização estratégica de suas capacidades específicas, a própria dinâmica endógena corresponde a principal força para o desenvolvimento, ao invés da mera adaptação as imposições de uma sociedade global. A abordagem estruturalista analisa o desenvolvimento como um processo sistêmico de interdependência entre o local e o global, o local é tido como um lugar onde se reproduzem contradições derivadas do sistema social global (AROCENA, 1998).

Lima (2000) afirma que graças a proximidade com a comunidade, a dimensão local possibilita que os problemas existentes e a proposição de soluções sejam identificadas de maneira mais precisa e adequada, favorecendo também uma maior contribuição da sociedade e aproveitamento das habilidades e potencialidades das populações beneficiadas no processo.

Lima (2000) aponta que uma visão político administrativa assume que o termo “local” corresponde a uma área com certa autonomia e independência decisória dentro da economia nacional. O autor entende a utilização do termo como sinônimo de “município” ou “cidade”, no entanto também considera a alternativa de o termo adquirir a conotação de alvo sócio -espacial das ações de desenvolvimento.

Políticas públicas e mecanismos tradicionais de desenvolvimento

De acordo com Lima (2000), desde o pós-guerra até 1970, a concepção mais tradicional existente sobre desenvolvimento local se enquadrava dentro do que se poderia chamar de uma visão regional do desenvolvimento, considerava-se que as políticas públicas em prol do desenvolvimento local promovidas pelos governos centrais ou federais deveriam se basear em princípios redistributivos e compensatórios entre as regiões. O autor (p. 166) ainda destaca que o “desenvolvimento local dar-se-ia então “de fora para dentro” ou, em outros termos, “de cima para baixo” se conjugarmos esse ideário à centralização político-organizacional então preponderante”. Baseado na idéia de que recursos disponíveis nas regiões mais prósperas poderiam gerar impulsos de desenvolvimento nas regiões mais atrasadas, as ações de correção dos desequilíbrios regionais, reduzindo disparidades dos níveis de renda, seriam os principais mecanismos em prol do desenvolvimento local.

Em síntese, o desenvolvimento local para esta visão era entendido “como parte integrante de toda uma preocupação com o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, como uma extensão das teorias que explicam o desenvolvimento econômico nacional” (TERMES, 1989 *apud* LIMA, 2000, p. 162). Entre os anos cinquenta e início da década de oitenta, o Brasil também teria se utilizado dessas estratégias tradicionais para promover o desenvolvimento local.

Lima (2000) afirma que as teorias econômicas da época que fundamentavam as políticas locais de desenvolvimento defendiam que os estímulos externos seriam o motor das transformações de desenvolvimento no âmbito local. Assim, estratégias para promover a transferência inter-regional de capital, tecnologia e outros fatores como o trabalho foram medidas deliberadamente adotadas pelos governos centrais com a finalidade de amenizar desequilíbrios espaciais de natureza sócio-econômicos.

Naquele contexto de predominância de regime de acumulação Keynesiano-Fordista as políticas tradicionais para o desenvolvimento das áreas menos desenvolvidas se baseavam em teorias econômicas sobre o desenvolvimento regional que eram predominantemente inspiradas na abordagem neoclássica, keynesiana e institucional (TERMES, 1989 *apud* LIMA, 2000).

As teorias econômicas de base neoclássica assumiam o pressuposto de que, em condições de livre mobilidade inter-regional dos fatores produtivos, haveria a tendência ao equilíbrio de renda e emprego entre diferentes localidades. Desse modo, medidas de incentivos fiscais, financeiros e trabalhistas em favor da maior mobilidade dos fatores entre locais atrasados e áreas desenvolvidas seriam benéficas. O enfoque de vertente keynesiano considera que o protagonismo do desenvolvimento das localidades é resultante das exportações de produtos locais para as o atendimento das demandas nacionais. A abordagem institucional busca explicar os desequilíbrios regionais introduzindo fatores institucionais de natureza política e social. O principal ponto de concordância entre os três modelos é a consideração da importância da intervenção do Estado no esforço de harmonizar a dinâmica cumulativa do mercado com a finalidade de ajustar os desequilíbrios de crescimento entre as regiões (TERMES, 1989 apud LIMA, 2000).

Na prática das políticas públicas tradicionais para o desenvolvimento regional pode-se identificar alguns instrumentos como: implementação de incentivos fiscais e oferta de infraestrutura urbano e industrial com a finalidade de tornar uma localidade mais atrativa aos investimentos privados; criação de empresas públicas complementares em setores industriais de base, onde a iniciativa privada fosse deficiente.

Analisando essas políticas tradicionais implementadas tanto em países da Europa como na realidade brasileira marcada pelo nacional desenvolvimentismo, é possível constatar que:

a interferência do Estado na economia surge como uma consequência direta do tipo de concepção que se tinha de desenvolvimento econômico: desenvolver através da atenuação dos desequilíbrios regionais, que necessitava do impulsionamento estatal para que se efetivassem grandes investimentos nos lugares desejados. (...) Políticas públicas calcadas numa concepção tradicional de promover o desenvolvimento econômico – construídas segundo um enfoque regional, no qual a questão local era parte integrante – foram utilizadas nos países desenvolvidos ocidentais e no Brasil. (LIMA, 2000, p. 168).

Teorias clássicas do desenvolvimento regional

Os estudos sobre o desenvolvimento regional ganham força a partir dos anos 1940-50, no período pós-guerra, a necessidade de reconstrução de países da Europa e Japão e a preocupação com a desigualdade socioeconômica entre os países e regiões despertou para a temática do planejamento regional. O destaque de países industrializados como referências de mundo desenvolvido, inspirou a consolidação do receituário desenvolvimentista que atribuía ao planejamento público centralizado e à industrialização bases para o desenvolvimento (ALMEIDA, 2015).

Estudos mais pioneiros acerca da localização espacial das atividades econômicas tiveram início no século XIX, a literatura identifica tais estudos como as teorias clássicas da localização e são considerados um ponto de partida da ciência regional. De modo geral, autores dessa linha eram fortemente inspirados em pressupostos liberais ou marginalistas, buscavam explicar o fator determinante da renda da terra, razões para instalação industrial em uma determinada região e as causas de diferenças da dinâmica comercial entre as regiões (CAVALCANTI, 2004).

No entanto, Lopes (2003 apud ALMEIDA, 2015, p. 6) aponta que as teorias da localização são criticadas como estáticas por se limitarem apenas ao cálculo dos lucros e custos como variáveis importantes para a decisão da localização das atividades econômicas.

Ainda em fins do século XIX, o economista neoclássico Alfred Marshall foi pioneiro na sistematização do conceito de economias de aglomeração. Ao analisar a questão definiu o conceito como os ganhos de produtividade derivados da concentração industrial e espacial das atividades econômicas, denominou de “economias externas” os demais “benefícios provenientes da aglomeração industrial, como infraestrutura, proximidade com fornecedores, disponibilidade de mão de obra especializada, fluxos de informação e elevado grau de inter-relacionamento entre firmas” (KELLER, 2008 apud ALMEIDA, 2015, p. 6).

As teorias do desenvolvimento regional que se consolidam a partir da segunda metade do século XX, apresentam foco nos fatores de aglomeração, isto é, enfatizam as vantagens da concentração industrial nos espaços. Porém, Cavalcante (2004) contrapõe que a ideia de aglomeração presente nessas novas teorias, caracterizadas por proposições explicitamente

intervencionistas, foram muito mais influenciadas por teóricos como Keynes e Schumpeter do que do que pelos estudos de Alfred Marshall.

O receituário de política desenvolvimentista, planejamento público centralizado e intervencionista com a finalidade de promover a industrialização e distribuir os benefícios do crescimento para contrapor os desequilíbrios socioeconômicos regionais, a partir de fins de 1940-50, teve por base conceitos fundamentais sistematizados por economistas europeus, tais como: Rosenstein-Rodan (1961); Perroux (1967); Hirschman (1958); e Myrdal (1965).

Na década de 1940, Rosenstein-Rodan (1961) propõe a identidade entre desenvolvimento e crescimento econômico por meio de um processo homogêneo de industrialização em larga escala. Propunha o discurso do “grande impulso” segundo o qual a construção conjunta de uma grande quantidade de indústrias interligadas seria o único modelo para a superação do subdesenvolvimento. O autor defendia o planejamento de políticas intervencionistas para promover a industrialização e crescimento de regiões economicamente deprimidas.

Ao longo dos anos de 1940 e 1950, o Frances Perroux (1967) desenvolveu a noção de “pólo de crescimento” segundo o qual a dinâmica virtuosa de crescimento que ocorre em certas regiões é resultado de efeitos multiplicadores gerados por aglomerações ou complexos industriais que são sempre liderados por indústrias motrizes (empresas líderes).

A indústria Motriz, líder do complexo de atividades, formando um pólo industrial, apresenta as seguintes características: (a) cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional; (b) possui inúmeras ligações de insumo-produto, através das compras e vendas de insumos efetuadas em seu meio; (c) apresenta-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e de estrutura oligopolista; (d) possui grande poder de crescimento das atividades satélites a elas ligadas; (e) produz geralmente para o mercado nacional e, mesmo, para o mercado externo (SOUZA, 2009, p. 181).

Como líder de um complexo de atividades, a indústria motriz induz o aumento de vendas de outras empresas como de fornecedores de insumos, mão de obra, serviços, etc. diversificando a demanda local e dinamizando o crescimento regional. Inspirado em Schumpeter, Perroux (1967) também identifica no processo a importância do estímulo ao surgimento de “economias externas” ligado ao papel das inovações.

Em fins dos anos 1950, Myrdal (1965), economista sueco, faz crítica ao processo de polarização alertando para o provável aumento de desigualdade entre as regiões, e buscou enfatizar as condições desiguais do crescimento econômico. Segundo o autor as regiões de industrialização pioneira se encontrariam em situação de vantagem para drenar fatores produtivos de outras regiões subdesenvolvidas, as quais seriam vítimas de um “ciclo vicioso” de envolvimento em atividades de baixo valor agregado.

Nos centros de expansão, o aumento da demanda dará um impulso ao investimento que, por sua vez, elevará as rendas e a procura, e causará um segundo fluxo de investimentos, e assim por diante. A poupança aumentará em decorrência das rendas mais altas, mas tenderá a ficar inferior ao investimento, no sentido de que a oferta de capital teria de satisfazer uma ativa demanda. Nas outras regiões, a falta de novo impulso expansionista tem como consequência o fato de a demanda de capital permanecer relativamente fraca, mesmo quando comparada ao volume de poupanças, que será pequeno porque as rendas também o são e tendem a declinar. O sistema bancário, quando não controlado para operar de maneira diferente, tende a transformar-se em instrumento que drena as poupanças das regiões mais pobres para as mais ricas onde a remuneração do capital é alta e segura (MYRDAL, 1965, p. 54).

Ao invés de reduzir disparidades, Myrdal (1965) afirma que, no geral, o jogo das forças de mercado tende a aumentar desigualdades regionais. Sobre a concentração espacial das atividades industriais, o autor alertava ao fato da influencia de empobrecimento de outras regiões, já que também haveria tendência de fortalecer a atração e concentração de recursos e outras atividades para os pólos mais desenvolvidos.

Frente a tendência de aumento das desigualdades regionais desencadeado pelas forças de mercado, o planejamento do Estado deveria intervir na busca de equilibrar o progresso econômico com desenvolvimento social. Por mais que certos investimento não fossem lucrativos do ponto de vista do mercado, poderiam garantir aumentos compensatórios dos níveis de produção e renda regional ou nacional.

No final dos anos 1950, o economista alemão Albert Hirschman desenvolveu formulações próximas as de Myrdal (1965) contrapondo-se a perspectiva de defesa da industrialização como desenvolvimento homogêneo. Hirschman (1962) formulou o conceito de “efeitos para trás e para frente” para representar a transmissão do crescimento entre regiões e entre países. Em determinada região, os “efeitos para trás” correspondia às externalidades

decorrentes da implantação de indústrias, seja de bens intermediários ou de consumo, tais como o aumento de oferta de insumos estimulados pelas necessidades da indústria.

Com a implantação de atividades ou indústrias de grande capacidade de criar encadeamentos de alta interdependência entre setores e partir dos “efeitos para trás e para frente”, seriam estabelecidas as condições básicas para o crescimento e o desenvolvimento, que se processaria de maneira não simultânea (HIRSCHIMAN, 1962).

No entanto, assim como Myrdal (1965), Hirschiman (1962) afirma que o desenvolvimento tende a se concentrar em determinados espaços geográficos onde se iniciam, ao invés de se propagar de modo espontâneo de uma região para outra, tendendo a gerar desigualdades resultantes da maior polarização dos fluxos de capital.

Na mesma linha dessas abordagens tradicionais do desenvolvimento regional com foco no planejamento intervencionista e industrializante, destacam-se os estudos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) que apontava a deterioração das relações internacionais de troca, que resultava em menores ganhos de produtividade, como a principal causa do atraso e dependência dos países latinos (MARTINEZ, 2013). Teorias formuladas por pensadores ligados a corrente cepalina tiveram grande influência na formulação do modelo de política econômica nacional desenvolvimentista fortemente adotado no Brasil a partir da década de 1950.

No entanto, diante da necessidade de fortalecer a articulação de atores sociais e estimular a participação da comunidades nas ações de desenvolvimento, Martinez (2013) enfatiza que:

as abordagens centradas no nível territorial de grandes regiões devem ser substituídas por iniciativas de abrangência subregional ou local, que possam ser melhor analisadas com base em diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades dessas áreas menores, cuja problemática tende a ser mais homogênea (p. 302).

Pois em termos de processos produtivos, tanto na dimensão social quanto econômica, é importante considerar que há diversos caminhos para o desenvolvimento.

Contexto de consolidação do local enquanto âmbito prioritário de gestão e implementação de políticas de desenvolvimento

A partir da década de 1970 consolida-se um processo de grandes transformações estruturais e institucionais do mundo capitalista, processo diretamente associado a crise dos regimes de acumulação Fordistas-Keynesianos que entre o período do pós-guerra e até o final dos anos de 1960 garantiram as maiores taxas de crescimento econômico nos países mais industrializados (HARVEY, 1989). Em síntese:

o Fordismo calcava-se no pensamento de que a produção em massa se traduzia no consumo em massa e num novo sistema de reprodução da força de trabalho, sistema esse que se relacionaria com um política peculiar de controle e gerenciamento. O Keynesianismo, por sua vez, consistia no modo de intervenção estatal que criava mecanismos de expansão do gasto público, possibilitando assim a reprodução do capital corporativo e da força de trabalho. (...) a idéia de Estado Keynesiano encontra-se frequentemente associada à forma assumida por este em países europeus, onde a expansão do gasto público financiou a construção de um forte sistema assistencial e previdenciário (MELO, 1991 *apud* LIMA, 2000, p. 160).

O aprofundamento da crise do capitalismo mundial na década de 1970, trouxe como consequência um quadro de desindustrialização, desemprego estrutural e crise fiscal ou financeira do Estado. Frente ao novo contexto, estados nacionais passam a adotar reformas como privatizações, ajustes baseados em medidas de austeridades; merece destaque, sobretudo, o processo de descentralização das funções e responsabilidades do Estado.

O processo de reestruturação produtiva junto ao esgotamento do modelo intervencionista centralizado e verticalizado, gerou a necessidade de descentralização organizacional do setor público conferindo mais expressividade e responsabilidade aos governos locais os quais sofrem uma redefinição de seus papeis políticos. O governos locais “deixam de se limitar à função de provedores de infra-estrutura e equipamentos urbanos e passam a empreender estratégias que objetivam o desenvolvimento” (LIMA, 2000). Desse modo, Lima (2000) aponta que:

No contexto atual, a importância da descentralização tem-se mostrado consensual tanto por parte de forças ou coalizões políticas conservadoras quanto sociais-democratas. A transferência do poder decisório às esferas locais pode se manifestar em tendências

democratizantes, mais ligadas a idéias de corresponsabilização e participação (defendidas por forças ou coalizões social democratas), ou em uma tendência que se empenha pela obtenção de maior eficiência e modernização nos processos de gestão pública (no caso do predomínio de forças liberais e conservadoras) (Melo, 1996). Independentemente do fato de assumirem feições liberais ou democratizantes, os governos locais têm demonstrado preocupações a respeito da necessidade de criação de estratégias que potencializam o mercado e o consumo urbanos, como via de promoção do DL. Note-se que, coerentemente à feição liberal ou democratizante assumida pelos governos, a potencialização da economia local visa distintos objetivos. (p. 169).

Em todo caso, a viabilização do desenvolvimento local com efetividade em melhor a qualidade de vida das comunidades tem como condição a ampla participação social das pessoas envolvidas no processo, promovendo a articulação com as diversas parcerias públicas ou privadas que possam contribuir para o fortalecimento dessa estratégia.

A prática da gestão do desenvolvimento local no Brasil

Vaz e Caldas (2006) estabelecem uma periodização de três fases das experiências brasileiras de desenvolvimento onde a valorização do local aparece como instância privilegiada de planejamento e execução das políticas públicas, que remonta desde a década de 1970. A primeira fase corresponderia ao período de 1976 até 1988, o contexto era marcado pelo enfraquecimento do regime autoritário até o início da nova constituição federal em 1988.

Os grandes projetos desenvolvimentistas predominavam no plano nacional, municípios não eram entes da federação e além das câmaras municipais terem um papel muito limitado, sofriam com a escassez de recursos e pequena autonomia fiscal ou tributária. Nessa fase de luta pela democratização do país, um pequeno número de experiências de resistência se destacaram com o esforço de articulação de políticas localizadas com a finalidade de promover efetiva participação das comunidades. Pode se dizer que a dimensão de local se confundia aos interesses municipais, apesar da preocupação com questões distributivas, as experiências não correspondiam propriamente a alternativas locais de desenvolvimento

econômico, a descentralização da gestão era tido como prioridade entre tais iniciativas (VAZ; CALDAS, 2006).

O período entre 1989 e 1992 é classificado como a segunda fase, momento de mandato das primeiras gestões municipais mais autônomas, a nova constituição redefiniu e ampliou as atribuições e responsabilidades dos municípios que tiveram aumento de suas fontes de financiamento e ampliação da capacidade tributária. Dentro desse quadro:

a participação dos municípios nas ações do Estado tornou-se mais visível. Entretanto, os municípios, apesar de seu novo papel e das novas receitas com as quais passaram a contar, não desenvolveram um projeto de inserção na federação que privilegiasse seu papel de articuladores e protagonista do desenvolvimento local. Ao contrário, as pressões por atendimento às demandas reprimidas de infraestrutura urbana básica, serviços públicos e políticas sociais consumiram a maior parte da energia dos governos municipais e dos recursos disponíveis nos municípios. Ao mesmo tempo, o governo federal não atuava de modo a valorizar qualquer centralidade dos municípios no desenvolvimento local. (MARTINS *et al*, 2010, p. 566).

Martins *et al* (2010) que utiliza a mesma periodização proposta por VAZ e CALDA (2006), acrescenta ainda que o período foi o marco da influência neoliberal e adoção de políticas monetaristas no país, e que por conta da luta contra os crescentes desequilíbrios fiscais e inflação, nesse momento, o desenvolvimento teria sido excluído tanto da agenda federal quanto estadual.

A terceira fase, intitulada por Vaz e Caldas (2006) como “o despertar tardio”, inicia-se a partir de 1993. Nessa fase o projeto de desenvolvimento local é gradativamente afastado da configuração política e econômica, ganham destaque o modelo de governo local caracterizado como gestor de crises sociais, executor de infraestrutura básica e políticas sociais.

Diante de um cenário macroeconômico adverso, as administrações públicas locais adotam isenções fiscais e disputas por maiores recursos como saída, o que acaba desencadeando uma intensificação de guerra fiscal entre diversos municípios (MELO, 1996 *apud* MARTINS *et al*, 2010). Desse modo:

muitas municipalidades buscam obter maiores investimentos, tentando atenuar alguns de seus problemas econômicos e sociais, outras vezes buscando valorizar atributos internos como forma de gerar um novo

tipo de dinamismo, ora baseado em elementos endógenos ora exógenos (VITTE, 2006, p. 82).

Com a situação de desemprego somada a falta de recursos para executar políticas públicas, o máximo que os municípios conseguiram fazer foram algumas políticas compensatórias, no entanto, sem representatividade decisória sobre questões importantes como a definição de políticas monetárias e salariais.

Desse modo, apesar do aumento das responsabilidades do papel dos municípios em relação a gestão do desenvolvimento local e solução de problemas urbanos, Franklin Dia Coelho pondera que:

a administração municipal brasileira encontra-se diante de uma potencialidade de ações de desenvolvimento econômico ainda não exploradas na medida em que estas têm sido consideradas como funções e competência do Estado e da União. Atuando mais na área de políticas de uso do solo, os Municípios não têm conseguido integrar política urbana e desenvolvimento econômico [sendo que] as definições presentes na Constituição de 1988 – votada sob influência de idéias municipalistas e de descentralização – necessitam ganhar uma dinâmica própria e se materializar em projetos e arranjos institucionais específicos no interior do Executivo [já que] os municípios não têm se assumido enquanto um agente de desenvolvimento econômico” (F. D. COELHO, 1994 *apud* VITTE, 2006, p. 80).

Ao menos é possível verificar a instituição de algumas praticas municipais mais alternativas, assim:

muitos municípios, mais criativos, instituíram bancos do povo como meio de financiar pequenos empreendimentos a taxas de juros menos extorsivas que as praticadas no mercado bancário; fomentaram cooperativas; instituíram cursos de formação e de qualificação profissional; estabeleceram parcerias com outros países em torno de projetos técnicos e buscaram a conquista de outros mercados por meio de iniciativas de comércio justo e solidário. Alguns poucos viram o orçamento municipal como importante instrumento para induzir a demanda por meio das compras públicas governamentais (Singer, 2000).

No entanto, Martins *et al.* (2010) ressalta que surge um arsenal de instrumentos para fortalecer a participação que ocorre de modo desarticulado de um projeto de desenvolvimento mais amplo. Assim, com a intensificação do florescimento de experiências de políticas

públicas locais, a partir de 1980, a noção de desenvolvimento local aparece como uma proposta “descontextualizada da dinâmica do território e das propostas de aprofundamento da democracia”, de modo que ainda se verifica uma noção relacionada a discursos e práticas que surgem sem com pouco vínculo social e sem embasamento preciso, “como resposta à crise do emprego e perda de dinamismo econômico, reduzindo-se muitas vezes somente a geração de emprego e renda no âmbito local” (MARTINS *et al*, 2010, p. 568).

Alem da redução das receitas dos municípios e nova tendência de concentração das receitas tributárias para o governo federal, valores democráticos e a preocupação com o desenvolvimento econômico democrático em âmbito territorial foram questões que perderam centralidade. Nesse movimento, as iniciativas, caracterizadas por diversos instrumentos de intervenção, acabaram se constituindo como uma difusão de experimentalismo, no entanto a “profusão de iniciativas e o repertório de práticas construídas não se ancoravam em um projeto de desenvolvimento claramente estruturado, tanto em termos nacionais quanto em termos do papel do desenvolvimento local nesse projeto” (MARTINS *et al*, 2010, p. 568)

4.4 Desenvolvimento Local: Estratégias Práticas e Abordagens

Harvey (1996 apud VITTE, 2006) considera que as dificuldades derivadas da crise capitalista junto ao esgotamento de seu modelo de Estado keynesiano, geraram a necessidade de criação de estratégias produtivas descentralizadas e com ênfase nas ações locais.

De acordo com Ávila (2000 apud OLIVERIA, 2003, p. 48) o desenvolvimento local na Europa é tratado mais como descentralização de gestão tanto da esfera público-estatal quanto privado-empresarial, ou ainda corresponderia a uma “espécie de socialização humanitária da globalização e concentração, inclusive, geográficas de riquezas e acessos econômicos” a partir de uma forma de extensão do desenvolvimento mercadológico aos locais com a finalidade de geração de renda e emprego. Considerando a relação entre globalizados e globalizadores, o autor ainda enfatiza que no Brasil desenvolvimento local deve ser entendido como um contraponto, pois seria baseado numa dinâmica endógena a partir da capacitação e competências das comunidades em se tornar agente e sujeito de seu próprio desenvolvimento, equilibrando e metabolizando o que vem de fora.

No entanto, já vimos que o significado de desenvolvimento local pode ser delimitado em diversos contextos, pois:

comporta diversas idéias, projetos e experiências, sob uma multiplicidade de enfoques, que divergem em vários aspectos, tais como: objetivos a serem perseguidos; a natureza da ação realizada ou pretendida; os elementos motivadores dos processos de impulsionamento do DL, entre outros. (...) O DL é um conceito amplo, que inclui diversos tipos de agentes e ações, que de alguma maneira concerne aos interesses da população que vive e trabalha no local. As dimensões econômico, social, cultural, política e institucional, a organização físico-territorial e a gestão ambiental compõem este conceito de DL. (LIMA, 2000, p. 162).

Benko e Lipietz (1994, apud MARTINS; CALDAS, 2009, p. 72) compreendem o desenvolvimento local como uma expressão das transformações associadas a configuração do novo arranjo industrial após a crise do fordismo, dentro de uma dinâmica de reorganização internacional do capital. As crises dos regimes de acumulação resultaram em revoluções na organização espacial dos processos, na nova configuração industrial grandes empresas integradas características do sistema fordista foram substituídas por relações alternativas entre as empresas, sobretudo, caracterizadas pela formação de redes de sub-contratações e parcerias dentro de uma geografia econômica onde se destacam os distritos industriais.

Por outro lado, Becattani (1994 apud MARTINS; CALDAS, 2009, p. 72) defende o contraponto de que existe também a autonomia do local em relação a reorganização internacional do capital. Em sua análise socioeconômica dos distritos industriais, o autor identifica a formação de um sistema de valores determinado principalmente por condições e relações locais que se propagam em todo o distrito: a ética organizacional do trabalho, instituições culturais e de solidariedade social no âmbito local são alguns exemplos. De modo que, apesar da relação com os conflitos de interesses externos ou internos, predominaria o interesse comunitário na formação de valores.

Já para Santos e Rodrigues (2002 apud MARTINS; CALDAS, 2009), o local é enfatizado como privilegiado espaço para criação e organização de iniciativas contra hegemônicas, o autor identifica que o desenvolvimento deve ser um processo de construção coletiva onde a sociedade civil deve ser o principal ator. Ao invés da exclusividade das elites econômicas ou do Estado na decisão do desenvolvimento, propõe a noção de

desenvolvimento local de base, sua realização “de baixo para cima” tem a finalidade de contrariar a dinâmica econômica que promove a lógica da exclusão política e socioeconômica.

Apesar da atual multiplicidade de ideários e enfoques acerca do desenvolvimento local, Lima (2000) classifica duas correntes de abordagens predominantes dentro da literatura contemporânea acerca da gestão local do desenvolvimento. Além das diferenças de enfoque, as concepções de tais vertentes se distinguem tanto em relação aos objetivos ou finalidades propostas, quanto as estratégias ou procedimentos para atingi-las.

A corrente denominada de “competitiva”, consolida-se na década de 1980, se identifica com a construção de uma plataforma local para se inserir competitivamente nos mercados mundiais, trata-se de um projeto de adequação local aos imperativos de uma globalização hegemônica pautada por grandes interesses corporativos. Nessa perspectiva o governo deve assumir o papel de agente empreendedor na busca das vantagens comparativas para os locais, a atração de recursos externos é priorizada para fortalecer as economias locais. Moura (1997 apud LIMA, 2000) considera que essa vertente surge como consequência das crises de reestruturação da economia e do Estado, tais como intensificação da globalização e circulação internacional dos fluxos financeiros.

A abordagem denominada “social” é outra grande vertente do desenvolvimento local, existente já na década de 70, é caracterizada pela finalidade de combater a exclusão social enfatizando a necessidade de inserir as populações no processo produtivo, para a melhoria das condições de vida dos habitantes prioriza a articulação de atividades para a geração de trabalho e renda (LIMA, 2000).

As duas correntes, a “competitiva” e a “social, compartilham pontos em comum que as diferem das abordagens mais tradicionais do desenvolvimento focadas na redução dos desequilíbrios regionais. De modo geral, estão de acordo com a defesa do protagonismo que se atribui aos governos locais para solucionar problemas e dinamizar espaços localizados. Outro ponto comum é a ênfase dada a exploração das capacidades e recursos internos como meio de promover o desenvolvimento das localidades. Também merece destaque a convergência em relação a ênfase na necessidade de promover a participação da sociedade civil e envolver tanto atores públicos quanto privados, além das parcerias e formação de redes para fortalecer tais projetos (LIMA, 2000).

Apesar de entender que essas duas abordagens cobrem grande parte da literatura recente acerca do tema, Lima (2000) também faz a consideração de que existem outras possibilidades e critérios de classificação das abordagens sobre o desenvolvimento local.

Ávila (2012) argumenta que a visão de desenvolvimento local em sua origem europeia, que teria se iniciado na década de 1980, e em demais países desenvolvidos, se foca em promover iniciativas localizadas de desenvolvimento por estratégia de localização por meio de uma extensão de prerrogativas do desenvolvimento capitalista tradicional, tais como geração de emprego, poder de consumo ou acesso a serviços públicos básicos, para as comunidades periféricas e carentes. Assim, a preocupação da União Européia com a questão do desenvolvimento local seria fundamentalmente garantir efeitos de nivelamento socioeconômico de cima para baixo.

Para discutir desenvolvimento local fora da Europa ou mais especificamente em regiões subdesenvolvidas, o autor aponta para a maior de necessidade de considerar particularidades qualitativas e quantitativas das regiões. Enfatiza, também a importância de romper com as amarras das dinâmicas de importação de mecanismos colonizadores de desenvolvimento, ou ainda mecanismos assistencialistas que inibem a autonomia das populações. Desse modo:

Não nos basta, pois, apenas reativar economia e dinamizar nossa sociedade. Precisamos ir mais a fundo, em iniciativas e implementos socioculturais de formação e inclusão de pessoas e comunidades-localidades concretas em processos endogeneizadores de capacidades, competências e habilidades de se desenvolverem, enquanto *sujeitos* (e não meros *objetos*) de suas trajetórias e conquistas nesse domínio. (ÁVILA, 2012, p. 20).

Em contraposição, no caso do desenvolvimento local:

de natureza endógeno-emancipatória, a finalidade maior do DL é de que, paulatina e processualmente, cada comunidade-localidade – por ele optante – conquiste e endogeneize capacidades, competências e habilidades de aproveitar potenciais próprios, de absorver produtivamente quaisquer investimentos, apoios e ajudas externos, bem como de criar efetivas condições para se tornar ao mesmo tempo *sujeita* e *principal agente* de seus rumos e dinâmicas de desenvolvimento. . (ÁVILA, 2012, p. 23).

Buscando definir a essência conceitual do conceito de desenvolvimento local adequada as condições em realidades latino-americanas e subdesenvolvidas, Ávila (2012) propõe uma classificação teórica e metodológica de três vertentes de desenvolvimento que enfatizam a gestão local do processo: uma denominada de Desenvolvimento no Local (DnL); outra de Desenvolvimento para o Local (DpL); e por último o Desenvolvimento Local (DL) endógeno-emancipatório, vertente de sua própria concepção.

A denominação “Desenvolvimento no Local (DnL)” se trata da situação onde uma iniciativa ou empreendimento pode até gerar emprego e contribuir para certo crescimento, renda e maior arrecadação de impostos, no entanto essas práticas só se estabelecem no local enquanto existe lucratividade, em caso de queda nos lucros as empresas abandonam as localidades-comunidades, e em muitos casos causam até problemas ambientais dentre outros custos sociais. O autor aponta que há casos que esse modelo focado em indicadores econômicos pode servir de base para a criação do desenvolvimento local de caráter endógeno e emancipatório, no entanto, quase sempre se confina em um modo de intervencionismo desenvolvimentista em âmbito local-comunitário. Já o caso do “Desenvolvimento para o Local (DpL)” correspondem a projetos que apesar de se situarem localmente gerando benefícios às comunidades, apresentam caráter assistencialista, filantrópicos ou promocionalistas, geralmente partem de organismo externos e quando os programas encerram raramente deixam rastros. O autor considera a distinção crucial entre assistência e assistencialismo, o primeiro pode ser muito positivo quanto promove apoio técnico, cultural ou financeiro, o segundo é caracterizado como inibidor e assassino de iniciativas autônomas e comunitárias levando muitas vezes os assistencializados à uma cultura de dependência e pobreza (ÁVILA, 2012).

Para fins didáticos o autor defende que por exclusão, nem “Desenvolvimento no Local (DnL)” nem tão pouco “Desenvolvimento para o Local (DpL)” são “Desenvolvimento Local (DL)” de qualidade endógena e emancipatória.

Por sua vez, o caso do “Desenvolvimento Local (DL)” de caráter endógeno-emancipatório se essencializa em base para um processo comunitário de formação e ativação das capacidades, competências e habilidades de produzir, melhorar e bem aproveitar as condições de vida, com autonomia para se desenvolver. Em síntese o autor entende que:

[...] o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ – portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica –, no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito (ÁVILA, 2000 apud ÁVILA, 2012, p. 32).

Por sua vez, Silveira (2006) considera que a força da proposta do desenvolvimento local está ligada ao entendimento de que a superação das condições de exclusão e desigualdade não pode ser realizada por decisões externas ao poder das populações locais, isto é, decisões que se tomam de cima para baixo e sem a participação das comunidades. A superação das desigualdades sociais por meio do desenvolvimento local, nesse sentido, tem como fundamental a territorialização dos meios de acesso ao poder, considerando que mudanças progressistas da estrutura social só podem ser atingidas mediante a quebra de forças desativadoras dos mecanismos de segregação e dominação por meio do aprofundamento de novas dinâmicas democráticas e participativas. Desse modo o autor considera que desenvolvimento local não se trata meramente de uma medida provisória para lidar com as conseqüências catastróficas do sistema socioeconômico e financeiro. Em vez disso:

ao propiciar novos agenciamentos com base na distribuição de poder político, de meios de produção e de conhecimentos, o desenvolvimento local pode ser uma orientação central na superação de desigualdades impostas pelo regime atual de acumulação flexível, que combina de maneira perversa o impacto da lógica do capital global com a dominação das oligarquias e poderes fixados historicamente no território (BOCAYUVA apud SILVEIRA, 2006, p. 52).

Apesar do desenvolvimento local se destacar pela dimensão da valorização humana, e ter como objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas a partir de dinâmicas endógenas de desenvolvimento, Martins (2002, p. 52) afirma que o seu maior diferencial corresponde a questão da centralidade da participação, pois a partir desse processo a comunidade deve ter o “papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento”. Enquanto processo de construção social, a participação está sujeita a condições históricas e culturais, desse modo:

a participação parece manter uma relação direta com a capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar, associar-se e confiar, isto é, com o chamado capital social. Embora complexo e conceitualmente ainda impreciso, o capital social assume patente visibilidade enquanto recurso potencial de desenvolvimento, tanto mais pelo fato de que tem seu aporte na dimensão cultural e não apenas sociológica ou espacial (MARTINS, 2002, p. 53).

A ordem ou a força local, conforme enfatiza MARTINS (2002, p. 54), “reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum”.

No entanto o maior desafio seria criar as condições para que as pessoas ou a comunidade atinja efetivamente o protagonismo de realizar seu desenvolvimento ou promoção do seu bem estar e atendimento de suas necessidades. Pois na prática:

O enfrentamento e a superação da pobreza têm sido a tônica do desenvolvimento local pensado e praticado na América Latina. Cada vez mais seus pressupostos humanistas têm servido a projetos que objetivam erradicar a miséria. Neste contexto, a participação representa um desafio ainda maior, haja vista que os segmentos mais carentes, não raro migrantes, portanto viventes em um processo de inserção socioespacial, têm ainda mais dificuldade de se envolver e contribuir efetivamente nos projetos. Colocá-los na condição de maiores beneficiários do processo, contudo, assegura apenas o atendimento emergencial às suas necessidades (MARTINS, 2002, p. 51, 52).

Singer (2004) afirma que do ponto de vista social o desenvolvimento poder ser determinado por duas dinâmicas principais que motivam os valores comportamentais dos

indivíduos: competição ou cooperação. O autor ainda considera que a maioria das pessoas valorizam a ajuda mútua e a reciprocidade, apesar do sistema capitalista estimular fortemente à competição e o individualismo. Desse modo, na sociedade haveria em sua visão, um tipo desenvolvimento de caráter capitalista e concomitantemente outro processo de desenvolvimento de caráter solidário:

Desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados (SINGER, 2004, p. 9).

De modo geral, concorda-se com a afirmação de Martins e Caldas (2009, p. 90) quando consideram que existem duas frentes de possibilidades de refletir e experimentar o desenvolvimento local, uma seria de “reprodução da lógica capitalista em escala localizada e outra de experimentações contra-hegemônicas”. De maneira que, pode-se entender que enquanto espaço e território de reprodução da lógica do capital, o local é caracterizado:

pela produção, ainda que em escala mais reduzida, de desigualdade de recursos e poder; de formas de sociabilidade empobrecidas produzidas pela concorrência e pelo estímulo individual advindo da cobiça e do medo; e finalmente, pela exploração crescente dos recursos naturais. (...) Por outro lado, o local enquanto espaço e território permeável à produção de experiências de resistência e/ou contra hegemônicas, caracteriza-se por produzir espaços nos quais predominam os princípios da igualdade, solidariedade e respeito à natureza. (SANTOS; RODRIGUES, 2002 apud MARTINS; CALDAS, 2009, p. 90).

Ao escolherem pela lógica contra hegemônica com a finalidade de construir espaços de desenvolvimento solidário e participativos, Martins e Caldas (2009) também alertam para o risco de que as experiências de desenvolvimento local serem cooptados pela lógica do mercado considerando a necessidade de ganhar escala e a coalização com outras instâncias de poder seja a nível regional ou internacional. Ainda é importante não se isolar perceptiva e estrategicamente na dimensão local, é necessário considerar que:

as relações entre o global e o local adquirem papel fundamental no desvendamento de ambos. Local e global são, com efeito, duas ordens imbricadas, essencialmente contraditórias e insuperavelmente dialéticas (BENKO, 1996, apud MARTINS, 2002, p. 55).

A possibilidade de experimentações contra hegemônicas ou de reprodução da lógica capitalista em escala localizada correspondem a “dois extremos de um contínuo repleto de possibilidades intermediárias, que permite classificar as experiências e analisa-las” (MARTINS; CALDAS, 2009, p. 90).

Vitte (2006) considera que o ponto fundamental no debate sobre as estratégias e políticas de ação local se refere as suas possibilidades e limitações em melhorar as condições de vida dos grupos sociais economicamente vulneráveis e reduzir as desigualdades sociais, promovendo a dimensão humana do desenvolvimento e fortalecendo a democracia. No entanto, o autor alega que as experiências e estratégias de desenvolvimento local são caracterizadas por um cenário de poucas conexões entre si, desse modo:

As práticas de desenvolvimento local assumem varias dimensões e significados, com a implantação de diversas políticas como as de economia solidária, dos sistemas de inovação, do desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS), dentre outras, ora sendo visto como uma nova política social, ora como um novo paradigma econômico (VITTE, 2006, p. 79).

Ainda de acordo com Vitte (2006), as ações de desenvolvimento local podem ser realizadas por uma diversidade de agentes e envolvimento de instituições, grupos e indivíduos, tais como associações produtivas, sindicatos, ONGs, agências de desenvolvimento, cooperativas e variadas instâncias de poder como os governos locais.

As estratégias de desenvolvimento de orientação global é baseada na lógica de interesses corporativos, apresenta dimensão instrumentalizada e funcional ao sistema capitalista neoliberal. Os lugares adquirem a competitividade e produtividade como importantes atributos do desenvolvimento sob a lógica exógena onde o crescimento econômico se torna um fim em si mesmo. Desse modo:

Os lugares-globais são espaços definidos por consequência da globalização neoliberal, fundamentalmente separando o centro da ação da sede da ação. São “o espaço para as estratégias mundiais das grandes corporações multinacionais, estabelecendo redefinições territoriais e mudanças nos procedimentos de gestão” (VIEIRA; VIEIRA, 2003 apud GOULART, 2006).

Por sua vez as políticas de desenvolvimento com interesses locais resgatam as especificidades territoriais e culturais das comunidades com a finalidade de promover valores coletivos. Assim Santos (1997 apud GOULART, 2006, p. 6) identifica duas forças contraditórias dentro das dimensões territoriais: as forças centrípetas e forças centrífugas. Os processos que conduzem a desagregação das bases territoriais, a fragmentação e verticalização das relações sociais são derivadas das forças centrífugas; já as forças centrípetas conduzem a processos de horizontalização das relações políticas e econômicas, representam estímulos de agregação e convergência dos fatores sociais dos diferentes territórios. Assim:

Na atualidade, a tendência é de ampliação das verticalidades, tanto no plano virtual como no plano real. A fluidez informacional produzida pelas novas tecnologias de informação e comunicação garante sustentação às verticalidades virtuais. A disponibilização de créditos internacionais aos países e regiões mais pobres, direcionados ao estabelecimento de segmentos produtivos concretiza a funcionalidade dos lugares e das redes ao grande capital. Mas também os lugares e os agentes locais podem fortalecer as horizontalidades, “reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (...). A sobreposição dos recortes e a simultaneidade das forças criam (...) “novas solidariedades”, a despeito de diferenças entre pessoas ou lugares (GOULART, 2006, p. 6).

Sachs (2000 apud GOULART, 2006) assume que a perspectiva sustentável e alternativa do desenvolvimento se orienta para as necessidades substantivas, ao invés de incentivos ao consumo, e também apresenta como característica a endogenia, harmonia com os recursos naturais e a auto-suficiência das dinâmicas de transformação. No entanto, a partir de Vitte (2006) é interessante refletir sobre as seguintes questões ou indagações acerca do desenvolvimento local:

o mais relevante aspecto que envolve a temática diz respeito aos resultados sociais obtidos: pode-se falar em avanços sociais resultantes das práticas de desenvolvimento local? As conquistas econômicas são significativas ou pífiyas? Elas apontam para a autonomização dos indivíduos ou só reforçam a apartação social? Não seria o desenvolvimento local uma panacéia, cabendo perguntar como Carlos Vainer (2002): afinal, o que pode o poder local? E ainda: “é possível ir além de uma ação governamental cuja virtude máxima seja a de apaziguar localmente conflitos sociais engendrados pela estrutura social e agravados pela ofensiva neoliberal?” (C. VAINER, 2002, p.13 apud VITTE, 2006, p. 79).

Em contraposição ao poder do grande capital de desarticular os enraizamentos sociais e suas relações de sustentabilidade, gerando exclusão social e pobreza, Rodrigues (1997) propõe que o desenvolvimento com base no local deve ser um processo onde as localidades e comunidades receptoras assumam centralidade e protagonismo na promoção do bem estar coletivo.

Desse modo, a partir do extenso resgate histórico e teórico, neste trabalho de pesquisa, sobre as dimensões socioeconômicas do desenvolvimento, assume-se a maior aproximação de uma perspectiva de desenvolvimento local de caráter participativo e solidário, considerando-a como uma estratégia de reprodução social diante dos imperativos globais do sistema do capital.

A proposta que aqui categoriza-se como desenvolvimento local participativo corresponde a uma alternativa de organização comunitária e colaborativa com a finalidade de dinamizar potencialidades socioeconômicas na perspectiva do trabalho associado e de práticas autogestionárias de mobilização. Tal estratégia se contrapõe à perspectiva mercadológica e competitiva do desenvolvimento econômico de âmbito global ou local que são associadas às concepções politicamente dominantes dentro do próprio paradigma de desenvolvimento capitalista.

No entanto, é importante considerar que as iniciativas concretas que se adequariam ao desenvolvimento local participativo, tais como algumas iniciativas de economia solidária e de protagonismo comunitário, encontram grandes desafios políticos e institucionais que são impostos pelas formas fragmentadas de sociabilidade predominantes no sistema do capital.

5. AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS EM QUESTÃO: EXPERIÊNCIAS E DISCUSSÕES SOBRE SERVIÇOS DE CRÉDITO SOLIDÁRIO E MOEDAS SOCIAIS

5.1 Moeda, Exclusão Financeira e Precarização Social

Para explicar a natureza da moeda dentro do capitalismo Carvalho (1986) enfatiza a importância teórica da abordagem marxista por meio de seu método, pois aí os conceitos ou categorias adquirem seu potencial explicativo quando localizados historicamente. Como se observa, as diferentes formas de riqueza socialmente aceitas, como, por exemplo, as mercadorias e moedas, derivam das condições de produção formadas dentro de relações sociais historicamente organizadas, e podem ter seu sentido explicado a partir do desenvolvimento dessas determinações. Esta visão permite uma compreensão mais ampla e ao mesmo tempo mais singular acerca do sentido da moeda.

Em Marx (1996), o dinheiro se origina e se desenvolve com a produção de mercadorias. Desse modo a compreensão da moeda se dá como relação social, pois o processo de socialização dos trabalhos privados pressupõe a conversão de mercadorias em dinheiro.

Brunhoff (1978) aponta que Marx construiu de início uma teoria da moeda válida para toda economia mercantil, ou que seja baseada na troca de mercadorias, pois sem a mediação da moeda nas relações de troca não há produção mercantil e muito menos capitalista. Assim, a circulação de produtos privados do trabalho humano por meio da circulação de moeda ou do equivalente geral é pressuposto para a circulação de mercadorias.

A partir da caracterização das relações mercantis, Marx (1996) busca explicar a essência da moeda considerando o próprio processo de produção e circulação de riquezas, apontando o caráter dual das mercadorias por possuírem valor de uso e valor de troca. A moeda seria a forma de mercadoria que, diferentemente das demais, desempenha o papel de equivalente geral, o que significa que a moeda é trocável por todas e quaisquer formas de mercadorias ou torna-se equivalente de todas as outras (CARCANHOLO, 2002).

Em seu desenvolvimento histórico, a origem da moeda ocorre *pari passu* com a própria mercadoria derivada do processo produtivo do trabalho, na forma de dinheiro, compreendendo uma mercadoria específica e socialmente aceita como equivalente geral. Assim, na “mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro” (MARX, 1996, p. 212).

Segundo Brunhoff (1978) essa noção conceitual de equivalente geral é central, pois compreende todas as diversas formas e funções da moeda, uma mercadoria que assume o papel de moeda e se torna um signo de valor no qual as mercadorias aparecem puramente como valor de troca.

A partir da condição da mercadoria-dinheiro de ser uma forma de cristalização de trabalho humano abstrato e socialmente útil, a moeda pode desempenhar sua primeira função como medida de valor das mercadorias. Com a formação de um sistema de preços baseados em uma medida de valores, o dinheiro pode cumprir a segunda função de servir de meio de circulação, efetivando a troca das mercadorias. Essas duas primeiras funções permitem que o dinheiro desempenhe duas novas importantes funções: reserva de valor ou meio de entesouramento e a função de meio de pagamento. A presença física da mercadoria dinheiro deixa de ser necessária quando o dinheiro circula como meio de pagamento, pois as transações e o estabelecimento de preços podem se basear em mecanismos de compensação de dívidas e operações puramente contábeis (MARX, 1996; BRUNHOFF, 1978b).

Marx (1996) evidencia que na produção capitalista a moeda é mais que um meio de troca e serve principalmente como instrumento de acumulação de riqueza, já que fazer dinheiro como uma forma de extração de mais valia é o motivo absoluto que impulsiona o movimento da acumulação de capital, pois é na figura do dinheiro que o valor tem sua forma autônoma representando a materialização social do trabalho humano.

Assim, Harvey (1985) considera que o processo de organização espacial do capital a partir da busca pelo lucro resulta numa inerente tendência para a forte concentração econômica, desigualdades regionais e exclusão social.

Existem ainda diversas outras abordagens que realizam o esforço de explicar a natureza da moeda e seus efeitos na organização econômica. O debate teórico mais frequente acerca da questão monetária é representado em grande parte pelas correntes ortodoxas e keynesianas. Os pressupostos da primeira abordagem, como o caso da teoria neoclássica,

consideram a moeda como neutra no longo prazo, de maneira que a influência da quantidade e criação de moeda não afetaria os níveis reais de produção e renda tanto em escala nacional quanto regional (LOPES; ROSSETI, 2005).

Por outro lado, a partir das contribuições de Keynes (1982) busca-se enfatizar a interferência da moeda na produção e nos níveis reais da renda nacional, a taxa de juros é compreendida como o preço de equilíbrio entre demanda e oferta de moeda associada a preferência pela liquidez ou ao grau de disposição em reter moeda. A disponibilidade de crédito reduz a medida que se eleva a preferência pela liquidez por parte do público, podendo afetar os níveis de investimento e geração de emprego e renda. Já as correntes pós-keynesianas fazem um maior estudo acerca do sistema monetário e financeiro e sua relação com o desenvolvimento. No entanto, esses estudos dão pouca atenção para questões relacionadas ao desenvolvimento local.

Diegues (1992) enfatizou a importância que cada sociedade busque construir formas de sustentabilidades próprias, com respeito as suas tradições culturais, suas próprias regras e demais aspectos das comunidades (DIEGUES, p. 28, 1992). Em acordo com o pensamento de Chambers (1987) sobre desenvolvimento e sociedade, as pessoas devem ser os condutores e não os seres conduzidos no processo de desenvolvimento, dessa forma há um contexto mais propício para que sejam construídas as chamadas sustentabilidades próprias, a partir das demandas reais.

Partindo de uma análise keynesiana, Souza (2015) apresenta que a distribuição de recursos para financiamento é afetada por diferenças espaciais nos níveis de preferência pela liquidez, em regiões periféricas existe maior preferência pela liquidez gerando a tendência para maior concentração e disponibilidade de crédito a menores custos nos mercados centrais, fatores que aprofundam ainda mais as desigualdades regionais.

No mercado capitalista, a exclusão financeira é caracterizada pela condição de precariedade ou ausência de acesso a serviços financeiros por uma determinada parcela da população e seria grande parte decorrente da forma como as instituições financeiras assumem seu cálculo de risco considerando que a maior possibilidade de prejuízo é inversamente proporcional à renda ou riqueza de sua clientela. Ainda, fatores como exigências burocráticas, garantias e taxas cobradas por serviços operacionais são apontados como outros impedimentos ao acesso de serviços bancários por parte de segmentos mais carentes da

sociedade. Essas condições aparecem ainda como uma forte barreira ao desenvolvimento de potencialidades locais (MENEZES; CROCO, 2009).

A exclusão social é uma questão observada por Pereira e Crocco (2011) como intimamente relacionada à exclusão financeira. São apresentadas três elementos básicos que caracterizam a exclusão social: falta de acesso ou precariedade nos serviços de educação, saúde e qualificação profissional; espaços com pouca ou nenhuma infra-estrutura e condições habitacionais precárias; e níveis de baixa renda decorrentes da falta de oportunidade, situação de desemprego ou sub-empregos.

Leyshon e Thrift (1996) enfatizam evidências de como a exclusão financeira está associadas diretamente a condições de fragilidade socioeconômica em determinadas regiões, principalmente aquelas que são periféricas no circuito do capital. Regiões onde há condições financeiras mais desenvolvidas estimulam investimentos e são também economicamente mais dinâmicas por apresentar maior capacidade para financiar empreendimentos e facilidade de intercâmbio de bens.

5.2 Alternativas de Serviços de Crédito e a Proposta das Finanças Solidárias

Os recursos capitados pelas finanças hegemônicas, no modelo capitalista, são concentrados e centralizados para o benefício e domínio de poucos, tais recursos financeiros são mobilizados em função das maiores taxas de lucratividade. O modelo de serviço de crédito oferecido pelas instituições financeiras tradicionais não é adaptado aos diferentes públicos sociais.

Desse modo, a realidade da população mais pobre é marcada pela exclusão financeira entendida como uma situação de dificuldade de acesso a serviços de crédito e outras modalidades financeiras, pois essas pessoas não atendem os critérios de comprovação de renda e garantias exigidas pelo sistema bancário comercial, em outras palavras:

Os bancos convencionais não têm grande interesse em oferecer seus serviços aos mais pobres, pois seus critérios são baseados em “[...]”

garantias patrimoniais em contrapartidas, no exame detalhado do projeto ao qual o crédito se destina e no recolhimento de dados objetivos que mostrem a história individual de cada tomador" (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005 *apud* RAPOSO, 2014, p. 40).

As exigências burocráticas e seus custos transacionais, associados as taxas de administração de contas e ao acompanhamento dos créditos, são apontados por Menezes e Crocco (2009) como um dos principais fatores que promovem a exclusão financeira daqueles que se encontram em situação socioeconômica mais vulnerável.

As finanças solidárias (FS) se constituem como uma alternativa de diversas modalidades de serviços financeiros com a finalidade de democratizar acesso a recursos de financiamento em benefício dos grupos sociais mais necessitados que são excluídos do sistema bancário institucionalizado, além disso buscam incentivar e fortalecer experiências socioprodutivas que se mobilizem no âmbito da economia solidária e na perspectiva do desenvolvimento local participativo. As intervenções das iniciativas de finanças solidárias promovem práticas socioeconômicas que geralmente vão além dos instrumentos financeiros. Em outras palavras, os instrumentos de democratização econômica criados pelas iniciativas de finanças solidárias devem criar:

condições para um desenvolvimento humano, que fortaleçam o trabalho social acumulado em cada território, que respondam às necessidades básicas de cada comunidade, que priorizem os excluídos do sistema bancário tradicional e que tenham ações pautadas pela ética e pela solidariedade (COELHO, 2003, p. 154).

De acordo com Coelho (2003) o surgimento das iniciativas de microfinanças e sua proposta inclusiva para os serviços de intermediação financeira são importantes para a quebra da visão funcionalista das finanças, que dentro da lógica de mercado são disseminadas pelas práticas do setor bancário tradicional. O autor (2003, p. 154) caracteriza a microfinança como “toda e qualquer operação financeira destinada a pessoas e empresas normalmente excluídas do sistema tradicional ou população de baixa renda”.

O microcrédito ou o crédito em pequenas proporções para pessoas e grupos em situação de baixa renda é a principal atividade realizada no âmbito das microfinanças. Para alguns autores o microcrédito corresponde a:

concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE et al, 2002 apud PASSOS, 2007, p. 39).

No Brasil os programas e metodologias de microcrédito passou a ser mais amplamente praticado a partir da década de 1980, destacando se algumas experiências tais como o Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste (BNB), o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do SEBRAE, o Crédito Produtivo Popular do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), os programas de microcrédito estaduais denominados Banco do Povo, dentre outros (PASSOS, 2007).

Internacionalmente a experiência de microcrédito das mais pioneiras e de maior referência foi a atuação do *Grameen Bank* criado em 1976 localizado em Bangladesh. A iniciativa inspirou muitas outras experiências em diversas partes do mundo, pois além do microcrédito com assessoria de agentes de crédito e modelo de aval solidário, essa metodologia criou serviços como poupança popular, financiamento educacional e habitacional, poupança popular, cartão de crédito, etc (YUNUS, 2000).

Para atingir seu público as microfinanças utilizam diferenciados processos e práticas de gestão e além do microcrédito podem oferecer serviços de correspondência bancária, seguros e poupança. Alves e Soares (2006 apud PASSOS, 2007) apontam que as organizações de microfinanças são:

aquelas especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), cooperativas de crédito de pequeno porte, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), bancos comerciais públicos e privados (principalmente através de correspondentes bancários e carteiras especializadas) e fundos institucionais (ALVES; SOARES, 2006 apud PASSOS, 2007, p. 37).

Kumar (2004 apud PASSOS, 2007) resgata um estudo do Banco Mundial que constata um notável crescimento das microfinanças no Brasil no final da década de 1990. Diversos fatores teriam contribuído para esse crescimento, entre os quais a própria atuação do governo e mudanças no marco jurídico:

Primeiro, houve um apoio político novo para o setor que levou a uma série de mudanças legais e regulamentares, favorecendo a expansão das microfinanças, introduzindo formas institucionais novas, as Oscips e as SCMs, e flexibilidade de financiamento expandida. Antes de 1999, as microfinanças no Brasil só podiam ser concedidas por Organizações Não- Governamentais (ONG), sem fins lucrativos, restringindo o seu financiamento a donativos e limitando tecnicamente as práticas de empréstimo a tetos irreais de taxas de juros sob a Lei de Usura do Brasil. Segundo, uma nova experiência de microcrédito de larga escala foi lançada: o programa CrediAmigo, que incorpora muitos princípios da boa prática de microfinanças. E terceiro, um apoio financeiro ativo do governo foi estendido a IMFs emergentes, através de crédito oferecido pelo BNDES (KUMAR, 2004 apud PASSOS, 2007, p. 38).

Embora as microfinanças busquem promover a democratização do sistema financeiro, Coelho (2003) considera que uma grande limitação das experiências que atuam nesse escopo é o fato de muitas vezes atuarem apenas com um serviço financeiro, os sistemas de pequenos créditos, deixando de lado outras atividades complementares como o próprio apoio e iniciativa de mobilização comunitária.

Abramovay (2003 apud PASSOS, 2007) também faz o alerta de que a proposta das microfinanças se torna ineficiente quando se limitam somente aos serviços de microcrédito. O autor considera que:

(...) o acesso ao crédito raramente se acompanha da possibilidade de uso do conjunto de serviços que o sistema bancário tem a vocação de oferecer. A transferência de recursos creditícios acaba não se traduzindo numa dinâmica de investimentos capaz de representar um salto qualitativo na luta contra a pobreza (ABRAMOVAY, 2003 apud PASSO, 2007, p. 38).

O conceito mais recente de finanças solidárias vai além da noção de microfinanças que é limitada pelas relações de mercado, pois tem a ambição de construir um sistema de finanças democratizadas atuando no campo da economia solidária. Essa ambição implica a mobilização de novas relações de poder no complexo da estrutura econômica e política envolvendo processos alternativos de produção e distribuição. Deste ponto de vista, configura novas regras de relações entre produtores, intermediários e consumidores. O poder da moeda se assume como elemento central das novas relações de força tensionadas pelas propostas de

finanças solidárias, onde ela desempenha a função meio de pagamento para operacionalizar um sistema de garantia e crédito ou reserva de valor no caso de seguro ou poupança (COELHO, 2003).

Coelho (2003) ainda apresenta a compreensão das finanças solidárias como um resgate e extensão das microfinanças. Traçando um maior horizonte de resgate histórico o autor aponta que as primeiras experiências surgem já no século XVIII e XIX com destaque para alguns regiões da Europa como Londres, Alemanha, Itália e Irlanda. Cita como exemplo. Cita como exemplo o surgimento da Lending Charity no século XVIII, experiência de concessão de empréstimos de caridade para pequenos empreendedores da cidade de Londres; no início do século XIX o autor enfatiza a criação do sistema de fundo de empréstimos na Irlanda; e no final do século XIX os movimentos de cooperativas de crédito que começaram a se expandir em países como Alemanha e Itália.

Merece destaque o surgimento das cooperativas de crédito alemãs em 1840, as cooperativas Raiffeisen, as microfinanças tem seu histórico marcado por essas experiências que já em 1885 passaram da soma de 245 cooperativas de crédito rural para 14.500 cooperativas com a composição de mais de 1,4 milhões de membros em 1904. A garantia dos empréstimos dependia da mobilização de dois co-signatários, sendo que o comitê da cooperativa tinha o poder de vetar os empréstimos. Segundo Coelho (2003) a dimensão de territorialidade que caracterizavam as cooperativas Raiffeisen era o principal fator de sucesso que evitava prejuízos. Nesse modelo:

Cada cooperativa deveria operar numa pequena região pra conhecer pessoalmente os tomadores de empréstimos e seus propósitos. Dessa forma asseguravam que todos os empréstimos fossem pagos (COELHO, 2003b, p. 156).

No entanto, ao longo do tempo, as cooperativas Raiffeisen acabaram se transformando em bancos comerciais quando atingiram um maior desenvolvimento de sua escala, abandonando a proposta das microfinanças.

A partir da elaboração de Coelho (2003b), o **quadro 2** apresenta uma síntese histórica de várias experiências de microfinanças que atuaram em diversas regiões do mundo entre os anos de 1997 e 1996.

Quadro 2: Experiências de Microfinanças pelo mundo

Sigla	Nome / localização	Início	Programa de Microfinanças
BRI	Bank Rakyat Indonesia, Unit Desa System / Indonésia	1897	É um banco estatal orientado para áreas rurais e está operando desde 1897. O sistema Unit Desa é uma extensa rede de pequenas unidades bancárias que funcionam como centros de negócios e provê em empréstimos individuais e serviços de poupança.
BKDs	Badan Kredit Desa / Indonésia	1940	É um sistema de pequenos bancos em cidades ao longo da Indonésia que emergiu durante o período colonial holandês, começando a operar em 1940. Os bancos estão sob a supervisão do BRI e oferecem empréstimos individuais e serviços de poupança.
Grameen	Badan Kredit Desa / Indonésia	1976	É uma das instituições de Microfinanças mais conhecidas no mundo, tendo começado como um projeto experimental em 1976 e ganhou uma escritura bancária especial em 1983. Trabalha principalmente com mulheres e opera em toda a área rural de Bangladesh.
ASA	Association for Social Advancement/ Bangladesh	1978	É uma ONG que oferece serviços de crédito à população rural pobre em Bangladesh. A maioria de seus clientes é mulheres sem-terra. Foi fundada em 1978 e passou, no início dos anos 90, de uma estratégia de desenvolvimento integrado ao enfoque atual em serviços financeiros. Usa uma metodologia de crédito com grupos comunitários.
TSPI	Association for Social Advancement / Bangladesh	1978	É uma ONG que oferece serviços de crédito à população rural pobre em Bangladesh. A maioria de seus clientes é mulheres sem-terra. Foi fundada em 1978 e passou, no início dos anos 90, de uma estratégia de desenvolvimento integrado ao enfoque atual em serviços financeiros. Usa uma metodologia de crédito com grupos comunitários.

TSPI	TSPI Development Corporation / Filipinas	1981	Opera em áreas urbanas e semi-urbanas das Filipinas e oferece crédito a grupos de microempresas. Foi fundado em 1981 e filiou-se à Opportunity Network, à Microfinance Network e CASHPOR, entre outros.
ADOPEM	Asociación Dominicana para el Desarrollo de la Mujer / República Dominicana	1982	Está filiada ao WWB (Women's World Banking) e é uma ONG dedicada ao serviço de crédito para mulheres microempreendedoras. Está em operação desde 1982.
FWWB Cali	Fundación Women's World Banking Cali / Cali, Colômbia	1982	Também um afiliado do WWB, começou a emprestar em 1982. Faz empréstimos individuais a microempresas urbanas em Cali.
ACP	Acción Comunitaria del Perú / Lima, Peru	1984	É uma ONG que oferece crédito em Lima, no Peru, e está filiada à ACCIÓN International. Seu programa de crédito começou em 1984.
FINCA / CR	FINCA Costa Rica / Costa Rica	1984	Fundada em 1984, é um dos programas que mais cedo desenvolveu uma metodologia bancária para pequenas comunidades. Atende homens e mulheres, direcionando seus empréstimos para a população rural.
LPD	Lembaga Perdkrediton Desa / Bali, Indonésia	1984	Opera em Bali e é uma rede de instituições das comunidades, supervisionada pelo governo regional. Instituições de LPD são administradas através dos conselhos tradicionais das aldeias em Bali. O sistema foi fundado em 1984.
CMM / Med	Corporación Mundial de la Mujer Medellín / Medellín, Colômbia	1985	É filiada à rede WWB e opera exclusivamente em Medellín e áreas circunvizinhas. Foi fundada em 1985 e empresta a homens e mulheres.

Compartamos	Compartamos / México	1985	É o projeto de crédito de Gente Nueva, uma ONG mexicana fundada em 1985. O programa usa uma metodologia bancária para pequenas comunidades, com foco nas mulheres, em áreas rurais e semiurbanas do México. Começou a emprestar em 1990.
FMM / Pop	Fundación Mundo Mujer Popayán / Colômbia	1985	É filiado ao WWB que trabalha no estado de Cauca, na Colômbia. Começou a emprestar a microempresas em 1985.
FUPACOPDES	Fundación Paraguaya de Cooperación y Desarrollo / Assunção, Paraguai	1985	Está filiado à ACCIÓN e empresta a microempresas em Assunção e áreas circunvizinhas. Foi fundado em 1985 e fornece tanto empréstimos individuais como em grupos.
Liberación	Cooperativa Liberación / Chile	1986	Começou em 1986 como uma ONG que oferece créditos a grupos de microempresas urbanas e foi precursor do BancoSol. Quando sua carteira de crédito urbana foi passada ao BancoSol, em 1992, começou a desenvolver uma clientela nova em áreas rurais e urbanas da Bolívia.
ACEP	Agence de Crédit pour l'Enterprise Privée / Senegal	1987	Começou como uma ONG atuando em uma província, em 1987, e se expandiu para operar em outras áreas urbanas do Senegal.
ABA	Alexandria Business Association / Alexandria, Egito	1988	Provê crédito para pequenas e micro empresas, usando uma metodologia de créditos individuais. A ONG foi fundada em 1988 e atua principalmente em áreas urbanas. O programa de crédito começou em 1980.
Corposol	Corposol / Bogotá, Colômbia	1988	É uma ONG que se transformou em uma financeira (FinanSol) em 1997. Seu predecessor, Actuar Bogotá, foi fundado em 1988.

FIE	Centro de Fomento a Iniciativas Económicas / Bolívia	1988	É uma ONG que oferece empréstimos individuais a microempresas em áreas urbanas da Bolívia. Começou a emprestar em 1988.
Genesis	Genesis Empresaria / Guatemala	1988	É uma ONG com trabalho em áreas urbanas da Guatemala e fornece crédito a microempresas. Está filiada à ACCIÓN International e concede empréstimos desde 1988.
Sartawi	Servicio Financiero Rural, Fundación Sartawi / Bolívia	1990	Oferece crédito a grupos de produtores e microempresas em áreas rurais da Bolívia. O programa de crédito opera desde 1990.
FAMA	Fundación de Apoyo a la Microempresa/ Nicaragua	1991	Opera principalmente em áreas urbanas da Nicarágua e provê crédito a microempresas. Foi fundado em 1991 e está filiado à ACCIÓN.
BancoSol	Banco Solidário / Bolívia	1992	É um banco comercial autorizado e dedicado a Microfinanças, oferecendo crédito e caderneta de poupança a microempresas. Seu programa de crédito está focado em grupos solidários e opera em áreas urbanas da Bolívia. Cresceu a partir do trabalho da ONG PRODEM e se transformou em um banco em 1992. É um filiado à ACCIÓN International.
Emprender	Emprender / Buenos Aires, Argentina	1992	Fundado em 1992, é filiado à ACCIÓN e oferece crédito a microempresas em áreas urbanas da Argentina. A maioria de seus empréstimos destina-se a grupos solidários.
Los Andes	Caja de Ahorros y Créditos Los Andes / Bolívia	1992	Surge a partir do ProCrédito, uma ONG relativamente jovem que começou a conceder crédito em 1992. Foi transformada em uma companhia de finanças especial em 1995. Los Andes opera em áreas urbanas e algumas áreas rurais na Bolívia, fornecendo

			empréstimos individuais e serviços de poupança.
Calpiá	Financiera Calpiá, S.A. / El Salvador	1995	Começou como uma cooperativa de crédito (AMPES) e transformou-se em uma financeira em 1995. Oferece empréstimos individuais a microempresas e pequenos negócios, capta poupanças e opera principalmente em áreas urbanas.
PROPESA	Corporación de Promoción para la Pequeña Empresa / Chile	1996	É uma ONG filiada à ACCIÓN e oferece Microcrédito desde 1988. Opera principalmente em Santiago, no Chile.

Fonte: Coelho (2003b).

Podemos ver que a totalidade das iniciativas de microfinanças apresentadas no **quadro 2** se localizam em regiões ou países subdesenvolvidos, principalmente na América Latina.

De acordo com Coelho (2003b) essas diversas experiências históricas de microfinanças constituem um início de construção de um sistema financeiro alternativo com garantia de acesso democrático aos serviços financeiros em benefício daqueles que sempre estiveram marginalizados do sistema financeiro formal. O autor ainda aponta que por meio do estudo dessas experiências históricas é possível encontrar soluções para os problemas corriqueiros que enfrentam as atuais instituições de finanças solidárias, tais como a escala de operação e de atuação, a questão do ajuste da taxa de juros, limites de concessão de empréstimos e de oferta de subsídios, a viabilidade de mobilizar serviços de poupanças, entre outras questões importantes.

No Brasil, Barone et al (2002 *apud* PASSOS, 2007) ressaltam que as instituições da sociedade civil, sobretudo ONGs, associações e entidades são pioneiras na mobilização de experiências de microcrédito, muitas vezes, além da concessão de crédito atuam com o acompanhamento e capacitação produtiva dos clientes.

Frente ao cenário de uma forte fragmentação territorial e social cada vez mais frequente nas mais diversas comunidades, reflexos da hegemonia de um modelo de globalização neoliberal, na década de 1990 ocorre uma intensificação de iniciativas que se organizam para criar relações produtivas solidárias com ampla participação de setores

populares. Nesse movimento a ambição vai muito além da possibilidade de acesso ao mercado, as finanças solidárias ganham força como estratégia fundamental para democratizar as relações econômicas, no entanto são gigantes os desafios históricos sistemicamente disseminados pela reprodução do capital. Além do destaque nas redes e fóruns dos movimentos da economia solidária, a proposta das finanças solidárias também tem ganhado destaque nas discussões sobre políticas públicas e de diferentes esferas de governo, de acordo com a SENAES, o conceito de finanças solidárias representa:

um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas (...) as finanças solidárias distinguem-se do sistema financeiro convencional pelas regras de acesso e funcionamento qualitativamente diferenciadas que são definidas solidariamente pelas comunidades ou conjunto de associados. Sem exigências de garantias prévias em bens, busca fortalecer e reproduzir relações de confiança com base na reciprocidade e na proximidade dos participantes dessas iniciativas. (BRASIL - SENAES, 2013, p. 10).

Raposo (2014) ressalta que nos anos de 1990 as iniciativas de finanças solidárias se expandiram no Brasil principalmente pelo surgimento de experiências como Cooperativas de Crédito Solidário, serviços de microcrédito prestado por OSCIP's (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), Fundos Rotativos Solidários, Banco Comunitários de Desenvolvimento e Moedas Sociais. O **quadro 3** apresenta uma síntese das características dessas experiências:

Quadro 3: Iniciativas e características das experiências de finanças solidárias

Finanças solidárias	Características
Fundos Rotativos Solidários	Metodologia de organização comunitária para financiamento de iniciativas e projetos de geração de trabalho e renda a partir dos princípios da economia solidária. Os recursos circulam entre os participantes do grupo, que assumem o compromisso voluntário de partilhar com outro grupo ou família.

Cooperativa de Crédito ²⁰	São sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituídas com o objetivo de estimular o desenvolvimento socioeconômico dos associados e com funcionamento determinado pelo respectivo estatuto social.
Bancos Comunitários de Desenvolvimento	Serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo por base os princípios da economia solidária (Rede Brasileira de Bancos Comunitários).
Moedas Sociais	Instrumento de troca com o objetivo de incentivar e impulsionar o consumo dos produtos e serviços produzidos localmente. Tem uso restrito a uma localidade e é lastreado em moeda oficial (para cada moeda social uma moeda oficial do mesmo valor). Sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade, gerando desenvolvimento no âmbito local.

Fonte: Raposo (2014)²¹

De acordo com Coelho (2003b) as experiências de finanças solidárias se distinguem de outras propostas de microfinanças principalmente por suas particularidades de interesse em se articular diretamente a mobilização e organização de base popular e comunitária dos territórios onde se localizam. Assim, o autor propõe que:

O território se constitui no espaço econômico diferenciado na medida em que apresenta diferentes tipos de ambiência produtiva, especificidades das cadeias produtivas, formas diferenciadas de integração horizontal e vertical, distintas correlações de forças locais. Neste sentido, a economia e as finanças devem ser entendidas como processos socioespaciais. (...) Pensar o território significa identificar as formas distintas de organização econômica, de relações próprias entre sistemas urbanos e agrários, as imposições em termos de mobilidade de trabalho, a história do lugar, sua cultura. Ou seja, significa pensar a sua construção social (COELHO, 2003b, p. 162).

²⁰ Singer (2002) faz o resgate histórico do surgimento do modelo de cooperativa de crédito em meados do século XIX na Alemanha. O autor e descreve que em seu surgimento “a cooperativa de crédito não é um intermediário financeiro com o são os bancos e as companhias de seguro, por exemplo, mas uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso ao crédito mediante o financiamento mútuo” (p. 67).

²¹ O autor Elaborou com base em publicações da SENAES e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Desse modo, Coelho (2003b) considera a importância do papel do apoio a construção de redes solidárias nos territórios baseados na articulação de grupos produtivos locais, assim assumimos que as iniciativas de finanças solidárias devem mobilizar serviços financeiros alternativos que acompanhem as políticas locais e de desenvolvimento dentro da proposta de economia solidária, e portanto, com ampla participação comunitária.

A seguir, o **quadro 4** apresenta alguns serviços financeiros alternativos mobilizados a partir das iniciativas de finanças solidárias.

Quadro 4: produtos oferecidos por sistemas de finanças solidárias

Produto	Descrição
Microcrédito	Experiência mais conhecida, onde se concede créditos individuais ou coletivos de pequeno valor utilizando uma tecnologia creditícia alternativa, baseada no histórico do empreendedor e na capacidade da análise dos agentes de crédito.
Sistemas de garantia de comércio justo	Baseados em cartas de crédito que garantem a produção de uma demanda de longo prazo, permitindo uma relação mais horizontal e relações de poder mais equilibradas no interior da cadeia produtiva e uma negociação transparente entre intermediários e grupos produtivos.
Garantia na formação de grupos de compra solidária	Constituem sistemas de garantia que permitem a realização de compras a prazo, permitindo um acesso ao mercado a preços mais baratos e agilidade na entrega de produtos.
Financeiras populares de capital de risco	Significa investimentos de longo prazo em empreendimentos populares, em geral no que se refere a equipamentos e infra-estrutura, no qual se participa na gestão e da sociedade até um ponto em que se alcance o retorno do investimento.
Seguro e poupança Popular	Voltados para as necessidades básicas da população como saúde, educação, habitação ou necessidades imediatas não previstas, como é o caso de auxílio a funeral de parentes, onde as famílias são obrigadas a situações constrangedoras de coleta de recursos.
Sociedades de garantias	Formação de consórcios de instituições de fomento, bancos de desenvolvimento, instituições de microcrédito para alavancar recursos para as instituições de crédito popular.

Cartões de crédito Solidários	Utilizados para viabilização de compras e serviços em determinadas redes ou para circulação de moeda no interior no próprio território.
Cheques de serviços de vizinhança	Cheques que contam com parcerias de empresas e governos, a partir do qual se subsidia a utilização de serviços de vizinhanças pelos trabalhadores empregados, integrando oferta e demanda em determinados territórios.

Fonte: Coelho (2003b) esquematizado por Passos (2007).

Carvalho e Abramovay (2004 apud PASSOS, p. 46) afirmam que para reduzir a forte situação de exclusão bancária marcante na realidade brasileira, além da ampla atuação dos bancos públicos, outras formas organizacionais desempenham papel crucial, tais como: organizações de microcrédito, cooperativas de crédito²², sociedades de crédito ao micro empreendedor, dentre outras iniciativas formais, como as OSCIPs.

Nesse caso, também destacamos algumas organizações mais informais que buscam oferecer serviços financeiros aos setores sociais populares tais como a atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e os Fundos Rotativos Solidários que são mais atuantes no âmbito da economia solidária. Adiante aprofundaremos uma discussão e estudo mais detalhado acerca da atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Em 2006, a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) debateu amplamente a questão do fortalecimento das Finanças Solidárias como uma das principais políticas nacionais de desenvolvimento da Economia Solidária, a disponibilidade de serviços de crédito foi apontado como uma das grandes prioridades para os Empreendimentos de Economia Solidária (PASSOS, 2007). Como produto da realização da CONAES, são destacadas a reivindicação para a criação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias por meio de estratégias de fortalecimento e expansão dessas iniciativas, assim, conforme publicação da Conferência a proposta considera que:

²² Para um estudo mais aprofundado a respeito das experiências de cooperativas de crédito solidário no Brasil ver a tese de Búrgio (2006). O autor apresenta que tais iniciativas começaram a se propagar a partir da década de 1990 e que em 2004 as cooperativas de crédito solidário constituíram a Associação Nacional do Cooperativismo de crédito de economia Familiar e Solidária (Ancosol) formada principalmente por quatro organizações: a Cooperativas Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol); a Cooperativa Central Rural com Interação Solidária (Cresol Baser); a Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (Ascoob); e a Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Crehnor). Em 2005 a rede da Ancosol era integrada por cerca de 130 cooperativas de crédito solidário espalhadas em vários estados do país, beneficiando mais de 120 mil associados.

Uma ação voltada à democratização do crédito deverá valorizar iniciativas existentes na área das finanças solidárias. No que se refere às agências de financiamento, devem ser estimuladas as cooperativas de crédito, as OSCIPs de microcrédito, os bancos comunitários, as fundações públicas e os fundos públicos de desenvolvimento, além dos fundos rotativos e os sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreados em moeda nacional (Real) e outros sistemas de moeda social como formas criativas de lastros. A democratização do crédito e acessibilidade, pelos empreendimentos solidários exige que se consolide e se amplie a presença de uma vasta rede destas organizações pelo país, criando um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, o que requer um fundo de financiamento específico com controle social, como também o desenvolvimento de um marco legal apropriado, capaz de lidar com as questões tributárias, com o problema da capitalização das instituições, da captação de poupança, da cobrança, dentre outros (DOCUMENTO..., 2006, apud PASSOS, 2007, p. 48).

Assim, ao invés de serem promovidas com a finalidade de maximizar a rentabilidade do negócio, as finanças solidárias se orientam por critérios de utilidade social promovendo o apoio de organizações socioprodutivas que incorporem processos participativos e relações de solidariedade, sempre representada por experiências que se utilizam de instrumentos e estratégias que contribuem diretamente com o desenvolvimento local.

5.3 A Atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs)

Apresentações iniciais

Por meio de um conjunto de instrumentos financeiros alternativos e de estratégias de mobilização comunitária, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e a emissão de suas moedas sociais correspondem a uma das principais iniciativas de finanças solidárias no Brasil, com várias experiências atuantes em diversas regiões do país (PASSOS, 2007; RIGO, 2014).

Além das modalidades de serviços de microcrédito solidário para fortalecer a geração e ampliação de renda no território os BCDs utilizam de uma série de instrumentos e iniciativas tais como moeda social circulante local, capacitação em economia solidária e feiras

de produtores locais. Ainda de acordo com França Filho e Silva Junior (2009) os BCDs atuam com o principal objetivo de construir redes locais de economia solidária adotando como estratégia a organização comunitária de produtores, prestadores de serviços e consumidores das localidades, Essa forma de articulação também recebe o nome de redes de prossumidores. Desse modo:

Os BCDs procuram investir simultaneamente nas capacidades de produção, geração de serviços e consumo territorial. Para tanto, financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e prestação de serviço locais, bem como o próprio consumo local. (...) na direção de um outro modo de promover o desenvolvimento, com base nos princípios da economia solidária. Os BCDs afirma-se como partícipes de um movimento de economia solidária, seja atuando no âmbito dos fóruns regionais e nacionais desse movimento, seja na constituição de sua própria rede, a rede brasileira de bancos comunitários (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009, p. 31).

Segundo França Filho (2008) a perspectiva de atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) se distancia da proposta de bancarização do pobres promovida pelos bancos comerciais para ser explorada como um novo nicho de mercado. Por se fundamentarem em relações de proximidade e solidariedade, os BCDs criam e ressignificam e criam outro universo de microfinanças com o objetivo de estimular capacidades endógenas para promover o desenvolvimento local.

Raposo (2014) apresenta uma sintetização de alguns dos principais conceitos acerca dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, noções que são propostas por autores de destaque e instituições como o Ministério do Trabalho e Emprego e a própria Rede Brasileira de Bancos Comunitários, conforme o **quadro 5** a seguir.

Quadro 5: Principais conceitos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Autor	Conceito
REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS (2014).	São serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva da reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo principal é dinamizar as economias locais, promover o desenvolvimento do território e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de

	serviços financeiros.
MELO NETO e MAGALHÃES (2005).	Serviços financeiros, solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, destinados a reorganizar as finanças locais, na perspectiva da economia solidária.
SINGER (2013).	Instrumento de política pública da economia solidária. A finalidade do banco comunitário não é maximizar seu lucro, como fazem os bancos capitalistas, mas fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade que o criou e o utiliza.
FRANÇA FILHO (2012, p 50).	Práticas de finanças solidárias de apoio a economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Articulam quatro eixos centrais de ações e seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. Preocupa-se com o território e impulsiona a capacidade de produção, geração de serviços e consumo territorial.
MINISTERIO DO TRABALHO E DO EMPREGO	[...] Os bancos comunitários são projetos de apoio à economia popular de municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano e prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária. Além disso, os bancos comunitários atuam para a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária. Os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão. Ajudam a colocar em prática estratégias de desenvolvimento a partir dos princípios de economia solidária
SILVA JUNIOR (2007).	Um projeto de finanças solidárias tem por base os princípios da Economia solidária e orienta-se para o desenvolvimento socioeconômico de um território. Estas experiências se apoiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território, geridas pela própria comunidade, na forma de quatro serviços fundamentais: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária.

Fonte: Raposo (2014).

Além dos serviços de crédito solidário que promovem a inclusão financeira, o banco comunitário também busca promover outras modalidades de serviços solidários em benefício da organização local, o **quadro 6** a seguir apresenta algumas dessas modalidades:

Quadro 6: Modalidades de serviços financeiros oferecidos por um banco comunitário

Serviços Financeiros Solidários	Serviços Solidários da Organização Local
Microcrédito Solidário	Formação e Capacitação
Moeda Social Circulante Local	Assessoria técnica aos empreendimentos locais
Serviço de Correspondente Bancário*	Fomento e animação de fóruns locais
Outros serviços financeiros*	Fomento de redes locais de Economia Solidária
Acesso aos serviços financeiros	Fortalecimento sociocultural e econômico da localidade

Fonte: França Filho (2012) apud Raposo (2014)

De acordo com o Instituto Palmas (2006) o BCD não tem a finalidade de substituir a responsabilidade do governo em assegurar crédito para população de baixa renda, por isso seu maior foco não é apenas a oferta de serviços financeiros, a maior prioridade da sua atuação sua atuação é mais ambiciosa e prioriza o desenvolvimento comunitário a partir da construção coletiva de um sistema de rede que integre o crédito, a produção e o consumo nos espaços sociais ou territórios onde se articula.

Os serviços de crédito do BCD e a promoção de suas estratégias produtivas, de geração de trabalho e renda, são direcionados a uma ação social coletiva que vai na contra mão da lógica da competição capitalista onde o crescimento de um empreendimento se dá em detrimento de outro. Assim a proposta dessas iniciativas de finanças solidárias é que as comunidades se desenvolvam por meio da cooperação e colaboração de seus membros, nessa organização coletiva o “bairro /território precisa organizar uma rede de prossumidores (produtores + consumidores) que deve interagir de maneira que um dependa do sucesso do outro” (INSTITUTO PALMAS, 2006, p. 35).

A atuação pioneira do Banco Palmas

No Brasil o Banco Palmas foi a primeira experiência de banco comunitário que deu origem a expansão de outros BCDs. A atuação do Banco Palmas teve início em 1998 na cidade de Fortaleza – CE, o processo de construção desse banco comunitário foi resultado da articulação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) que já atuava com o propósito de promover melhorias da qualidade de vida para os membros da comunidade do Conjunto Palmeiras. A busca por soluções de problemas como falta de renda, escassez de oportunidades de trabalho e exclusão social foi a principal motivação para a criação dessa experiência de finanças solidárias. Por seus significativos resultados para o desenvolvimento socioeconômico comunitário, o Banco Palmas ganhou grande visibilidade e até reconhecimento institucional (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009).

Com a finalidade de promover o desenvolvimento local, o Banco Palmas estruturou ao longo de sua atuação uma série de serviços e instrumentos para melhorar a qualidade de vida por meio da inclusão social e fortalecimento da organização de economia solidária entre os membros de sua comunidade. O **quadro 7** descreve alguns dos seus principais serviços e instrumentos utilizados:

Quadro 7: Principais produtos, instrumentos e projetos do Banco Palmas.

Nome	Descrição
Cartão de crédito Palmacard	Primeiro instrumento criado pelo Banco para estimular o consumo local. Para ser cliente, é preciso ser sócio do Banco Palmas, sendo esta a única exigência. Para ter acesso ao crédito, que vai de 20,00 a 100,00, não é preciso apresentar documentos nem comprovante de renda. O cliente faz um simples cadastro, assina um contrato social, e passa a utilizar o cartão nos empreendimentos credenciados no Banco Palmas (em 2000, eram 94; em 2007, mais de 200). A compra pode ser parcelada em até três prestações; não há cobrança de juros ou taxas. Os comerciantes cadastrados pagam 3% de taxa administrativa sobre as vendas. O cartão é utilizado, principalmente, para problemas emergenciais.
Balcão de empregos	Em parceria com o Sistema Nacional de Empregos (SINE) e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), os moradores são encaminhados para vagas de empregos disponibilizados em sistema. O balcão de empregos está instalado no pátio da

	ASMOCONP.
Crédito produtivo e de consumo	Este é o produto principal do Palmas, ofertado através de diversas linhas, detalhadas mais adiante. Merece destaque a metodologia para concessão do crédito desenvolvida pelo Palmas. Considerando o perfil da comunidade, a ASMOCONP avaliou que muitos não tinham acesso ao Microcrédito tradicional por falta de comprovação de renda e muitos já tinham restrições junto aos órgãos de proteção ao crédito. A ASMOCONP desenvolveu então uma metodologia de concessão de crédito pautada nas relações comunitárias e de confiança. Não se exige comprovante ou fiador, não há consulta a órgãos de proteção do crédito, nem tampouco solicita-se documentos do cliente. A concessão de crédito tem como garantia o aval dos vizinhos do cliente. O Banco não se limita a oferecer crédito; ele orienta o cliente para aplicar o recurso, priorizando aquilo que contribui para o desenvolvimento da comunidade.
Capacitação	São oferecidos cursos de curta, média e longa duração (de 20 a 600 horas) além de oficinas e treinamentos, através da Palmatech e, mais recentemente, do Programa Bairro Escola e da Academia de Moda Periferia.
Palmas Passagem Solidária	Os moradores podem pagar o transporte alternativo com moeda social circulante local. Para facilitar a transação, foram criados os <i>tickets</i> , que são comprados no Banco e equivalem a uma passagem, dispensando assim o troco.
Clube de trocas	O clube funcionava com uma moeda própria, o Palmares. Após algum tempo de funcionamento, o clube se mostrou insuficiente para atender às necessidades dos seus frequentadores. Os produtos ofertados eram muito similares – confecção e artesanato, em sua maioria – e a maior demanda era por alimentos e remédios. Diante dessas limitações, a equipe de coordenação passou a refletir sobre uma forma de expandir a rede e fazer a moeda circular para além dos encontros periódicos do clube, ou seja, diariamente. Além disso, o clube tinha outra limitação: as trocas não geravam riqueza nem desenvolvimento na comunidade. Assim, o Banco Palmas idealizou sua maior inovação, que deu um caráter singular à sua metodologia: transformar o bairro em um grande clube de trocas, onde a moeda circulasse permanentemente.
Moeda social circulante local Palmas ²²	Esta moeda é uma derivação da moeda social Palmares, cuja característica principal é a circulação permanente nos locais cadastrados. O Palmas equivale à moeda corrente nacional e possui, sobretudo, um valor educativo. Como esta moeda só circula no bairro, ela foi criada para estimular a economia local, gerando riqueza e fazendo com que esta riqueza fique na comunidade. Os comerciantes locais foram, aos poucos, aceitando a moeda, e hoje ela já circula em mais de 200 empreendimentos, gerando benefícios como descontos.
Feira de Produtores Locais	Criada para estimular o consumo local, é uma feira periódica onde somente os produtores locais comercializam e os consumidores podem utilizar o Palmacard e a moeda social

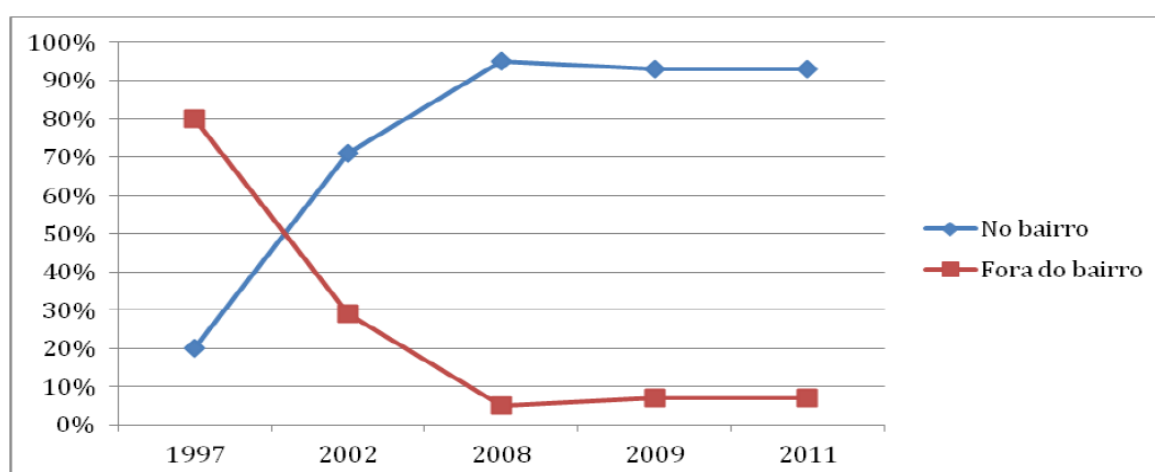
	circulante local. As barracas são fornecidas pelo Banco Palmas, que organiza a feira em frente à sede da ASMOCONP, desde 1998. Pensando em potencializar esta estratégia de comercialização como algo permanente, foi criada a Loja Solidária.
Loja Solidária ou Central de Comercialização do Banco Palmas	Desde 2000, os produtos dos grupos setoriais acompanhados pelo Banco Palmas e os produtos de outros produtores locais passaram a ser comercializados em um ponto de venda permanente. Inicialmente, foram montadas algumas barracas no pátio da ASMOCONP, mas atualmente os produtos são expostos, juntamente com publicações, numa pequena sala na entrada da ASMOCONP construída em 2005 com este propósito.
Compras coletivas	Através deste projeto, o Banco organizava clientes para realizar compras coletivas, ganhando poder de barganha e reduzindo custos.
Troca solidária de serviços	O Banco Palmas criou uma rede de troca de serviços entre trabalhadores autônomos que se cadastravam no Banco e trocavam seus serviços através de pacto de cooperação, sem qualquer remuneração. Este instrumento foi muito importante para o fortalecimento dos laços comunitários.
Mapeamento de Produção e Consumo	Ferramenta usada pelo Banco Palmas para diagnosticar o potencial de consumo e produção local objetivando criar uma rede local de Economia Solidária. Pesquisadores comunitários pesquisam tudo que é consumido e produzido pelas famílias. A partir desse estudo, tendo o conhecimento do perfil do consumo, criam-se estratégias para incentivar o consumo local e para incentivar a criação de grupos produtivos, tendo em vista consumo real. Assim, demanda e oferta são construídas de forma conjunta.
PLIES	Ferramenta utilizada para planejar, de forma participativa, uma carteira de projetos estratégicos para o desenvolvimento local.
Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária Palmatech	Essa escola, que funciona na sede da ASMOCONP, tem como objetivo oferecer capacitação à comunidade e difundir instrumentos e valores do Banco Palmas, dentro e fora da do seu local de atuação.
Incubadora Feminina	Conhecendo as questões da comunidade, a ASMOCONP ponderou que, dentre os excluídos, as mulheres eram as mais fragilizadas. Conceder crédito, todavia, não era uma solução suficiente; era preciso desenvolver algumas ações com essas mulheres. Tendo isso em vista, foi inaugurada em fevereiro de 2001 a Incubadora Feminina, projeto de segurança alimentar em parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) e UFC. São quatro horas diárias de capacitação e atendimento durante seis meses, tempo em que as mulheres recebem assistência média e psicológica, alimentação e capacitação profissional. Por fim, as mulheres têm acesso ao crédito através das linhas de financiamento à produção do Banco Palmas.
Laboratório de Agricultura Urbana	Projeto de reforço à segurança alimentar, que ensina às famílias práticas agrícolas para desenvolverem nos quintais de suas

Palmaricó	residências. A produção pode ser utilizada para consumo da família e também para comercialização, gerando renda.
Grupos Setoriais – formação de EESs	O Banco reúne clientes do mesmo ramo para produzir coletivamente. Esses grupos são acompanhados pelo Banco Palmas, recebem sua logomarca e, em alguns casos, usufruem da estrutura da ASMOCONP. Nesse caso, o Banco Palmas atua como uma incubadora de EESs, articulando produtores e estimulando a criação de novos empreendimentos a partir da demanda da comunidade e do mapeamento da produção e do consumo. Dentre os grupos formados, tem-se: Palmafashion, no ramo de confecções; Palmalimpe, de produtos de limpeza; a Palmanatus, que produz fitoterápicos e sabonetes artesanais.

Fonte: Passos (2007).

O **gráfico 1** apresenta um mapeamento da evolução do comportamento de consumo dos moradores do Conjunto Palmeiras, sobretudo a partir do início da atuação do Banco Palmas no final da década de 1990.

Gráfico 1: Percentual de moradores do Conjunto Palmeiras que consomem no bairro



Fonte: Rigo (2014) a partir de divulgação de dados do Instituto Palmas (2012).

Conforme os resultados do gráfico identificam-se resultados bastante expressivos por meio das iniciativas dessa experiência de finanças solidárias, antes da atuação do Banco Palmas, em 1997, a comunidade realizava cerca de 80% dos seus gastos de consumo fora do bairro onde viviam. Partir da atuação deste primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento a parcela de consumo dos moradores realizada no próprio bairro, no Conjunto Palmeiras, saltou de 20% para 50% nos anos 2000, e para uma média aproximada de 94% a partir de 2008.

A gestão comunitária e participativa é uma característica organizacional muito importante para os propósitos dos BCDs, e adotam diversas estratégias para estabelecer a democratização de seus processos decisórios. Descrevendo melhor a estrutura de gestão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, o Instituto Palmas apresenta que:

Os Bancos comunitários de Desenvolvimento são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, Ongs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica, desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta (INSTITUTO..., 2006, p. 8).

Desse modo, além de democratizar serviços financeiros os bancos comunitários são iniciativas que buscam promover o desenvolvimento local endógeno por meio do incentivo das práticas da autogestão e da economia solidária dentro das comunidades.

Configuração da Rede Brasileira de Bancos Comunitários

De 1998 até 2004 o Banco Palmas era o único BCD no Brasil, mas Após a criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socieconomia Solidária, em 2003, constituído com o intuito de promover a difusão e replicação da metodologia de bancos comunitários, foi firmada parceria com a SENAES-MTE para realização do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários. Ainda em 2004 foi estruturado primeira replicação da metodologia de banco comunitário, também no estado do Ceará, e ao final de 2005 já haviam a atuação de 6 bancos comunitários e várias outras experiências em fase de implementação no Brasil (PASSOS, 2007).

Em 2006 as iniciativas de bancos comunitários existentes realizaram um encontro com o intuito de fortalecer sua articulação e institucionalização. O encontro foi chamado de I Oficina Metodológica dos Bancos Comunitários, a oportunidade foi importante para consolidar a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e elaboração da Cartilha de explicação e o Termo de Referência dos Bancos Comunitários. Em abril de 2007, a articulação dos bancos comunitários avançam com a realização do II Encontro da Rede

Brasileira de Bancos Comunitários (REDE, 2007; PASSOS, 2007). De forma sintética o **quadro 8** propõe uma cronologia para o processo de construção da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Quadro 8: Cronologia da construção da Rede Brasileira de Bancos Comunitários

2003	Criação do Instituto Banco Palmas, que passou a replicar a metodologia inicialmente em outros municípios do Ceará
2004	Inauguração do Banco Par, segundo Banco Comunitário, fruto da atuação do Instituto Banco Palmas no município de Paracuru / CE
2005	Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários (Instituto Banco Palmas e SENAES) - implantação de mais 4 Bancos Comunitários: Banco Bassa e Banco Serrano, ambos no Ceará, e ainda os bancos Bem e Terra, no Espírito Santo
2006	Oficina Metodológica dos Bancos Comunitários - discussão acerca do conceito de Banco Comunitário e da formação da Rede, com a participação de 9 experiências. Ainda nesse ano foi divulgada a Cartilha de Bancos Comunitários.
2007	II Encontro da Rede de Bancos Comunitários – discussão acerca do marco teórico-analítico e definição das bandeiras e dos princípios da Rede

Fonte: Passos (2007).

Na realização do seu II encontro, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários estabeleceu como meta a criação de 40 Bancos Comunitários para as cinco regiões do país até o ano de 2008. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários é formada por todos os bancos comunitários que atuam de acordo com o termo de referência e marco conceitual constituído a partir da iniciativa do Instituto Palmas.

O projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários promovido pelo Instituto Banco Palmas que tomou a frente de incentivo à construção da rede de bancos comunitários no Brasil, tem adquirido importantes parceiros de apoio e fomento como: o aporte de recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho (Senaes-MTE); da atuação da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento de Territórios da Universidade Federal da Bahia (ITES-EAUFBA) que coordena a criação e apoio dos BCDs em todos os estados da região Nordeste; O Instituto Capital Social em parceria com o Banco Comunitário Tupinambá no Pará, promove o apoio aos BCDs da região Norte; e por último, na região Centro-Oeste e Sudeste merece destaque duas entidades, a atuação da ONG Ateliê de Ideias que é sediada no estado

sudeste são identificados 25 BCDs; 16 no norte; 6 na região centro oeste e 3 no Distrito Federal. Os estados com maior número de BCDs são respectivamente Ceará (37), São Paulo (10) e Bahia (8) (RIGO, 2014).

Atualmente 103 bancos comunitários de todo o país são registrados na composição da Rede Brasileira, segundo divulgação do site do Instituto Palmas. Na **tabela 2** podemos identificar o nome e a localização de cada banco comunitário que é membro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Tabela 2: localização e nome dos BCDs membros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários

Estado	Município (Bairro)	Nome do Banco
Pará	Santa Izabel (Carapuru)	Rio Carapuru
	Ananindeua (Paar)	Paar
	Curralinho	Rio Canaticú
	Muaná	Pracaubense
	Belém (Mosqueiro)	Tupinambá
	Belém (Outeiro)	Caratateua
	Belém	Cajueiro
	Belém (Castanheira)	Castanheira
	Santa Antonio do Taua	Tauense
	Igarapé-Miri	Miri
	Jacundá (Alto Paraíso)	Paraíso
	Marituba (Marituba 1)	Marí
Acre	Rio Branco (Vitória)	Vitória
	Rio Branco (Triângulo Novo)	Triângula
Amapá	Macapá	Fazendinha
	Laranjal do Jari (Centro)	Farol
Roraima	Guajará-Miri (Carreira)	Pérola do Mamoré
Amazonas	Manaus	Colonial
	Barreirinha	Ariramba
	Boa Vista do Ramos	Boa Vista do Ramos
	Manaus	Nova Aliança
	Manaus	Mauá
Bahia	Manaus	Poraque
	Cachoeira	Cidadania Quilombola
	Cairu	Casa do Sol
	Canavieiras	Resex
	Ouriçangas	Fonte de Agua Fresca
	Salvador	Guine
	Simões Filho	Ecoluzia
	São Francisco do Conde	Ouro Negro
	Vera Cruz	Ilha Mar
Camaçari	Abrantes	
Sergipe	Barra do Coqueiros	Dunas

Paraíba	João Pessoa	Jardim Botânico
	João Pessoa (São José)	Muçubank
Rio Grande do Norte	São Miguel do Gostoso	Banco Solidário do Gostoso
Piauí	São João do Arraial	Cocais
	Pedro II	Rede Opala
Maranhão	Alcântara	Quilombola
Ceará	Acarape	Vale Acarape
	Acarau	Dunas
	Beberibe	Bandesb
	Caridade (Campo Belos)	Pe Quiliano
	Cascavel	Bandesc
	Caucaia	Potira
	Choró	Sertanejo
	Chorozinho	Rio Choro
	Fortaleza (Granja Portugal)	Rio Sol
	Fortaleza (Conj Palmeiras)	Palmas
	Fortaleza (Sítio São João)	
	Fortaleza (Edson Queiroz)	Dende Sol
	Ibaretama	Serra Azul
	Iraçuba	Bancart
	Irauçuba (Cruzeiro)	Amizade
	Irauçuba (Juá)	Juazeiro
	Itaitinga	Itasol
	Itarema (Almofala)	Tremembé
	Juazeiro do Norte (Timbaúbas)	Timbaubas
	Madalena (Macaoca)	Bansol
	Maracanaú	Paju
	Maracanaú (Jereissati)	Jaçana
	Maranguape	Empreendedores
	Maranguape (Itapebussu)	Itapebussu
	Mauriti	Buriti
	Monsenhor Tabosa	Serra das Matas
	Ocara	Ocards
	Pacatuba	Pacatubano
	Palhano	Artpalha
	Palmácia	Serrano
Paracuru	Par	
Paramoti	Frei Diogo	
Quixadá	Quixadá	
Tamboril	Feiticeiro	
Tauá	Quinamuiu	
Distrito Federal	Cidade Estrutural	Estrutural
	Itapoã	Itapoã
	Planatina (DF)	Planatina
Goiás	Iporá	Pequi
Mato Grosso do Sul	Ponta Porã	Ita
	Dourados	Pire

	Anastácio	Pantanal
Mato Grosso	Rondonópolis	Cerrado
	Alta Floresta	Raiz
	Serra (Jacaraípe)	Mar
Espírito Santo	Serra (Planalto Serrano)	Abraço
	Serra (Central Carapina)	Passarela
	Serra (Vila Nova de Colares)	Viver
	Vitória (Nova Palestina)	Puã
	Cariacica (Vista Dourada)	Sol
	Vitória (São Benedito)	Bem
	Pedro Canário – Cristal do Norte	União
	Cariacica (Nova Rosa Penha)	Esperança
	Vila Velha (Ataíde)	Verde Vida
	Vila Velha (Terra Vermelha)	Terra
São Paulo	Carapicuíba	Tonato
	São Paulo (Inácio Monteiro)	Paulo Freire
	São Paulo (Jardim Apuanã)	Apuanã
	São Carlos (Jardim Gonzaga)	Nascente
	São Paulo (Jardim São Luís)	Autogestão
	São Paulo (Jardim Maria Sampaio)	União Sampaio
	São Bernardo do Campo (J. Silvina)	Padre Leo Commissari
Rio de Janeiro	Várzea Paulista (Vila Real)	Orquídea
	Rio de Janeiro (Cidade de Deus)	Cidade de Deus
	Niterói (Charitas)	Preventório
	Silva Jardim	Capivara
	Marica	Mumbuca
	Duque de Caxias (Saracuruna)	Saracuruna
Minas Gerais	Chapada Gaúcha	Chapadense
	Esmeraldas	Esmeralda
	Teófilo Otoni (Teófilo Rocha)	Banclisa

Fonte: Elaboração própria a partir das informações divulgadas no site do Instituto Palmas

Por seus efetivos resultados para a geração de renda e inclusão social a atuação dos bancos comunitários se tornou objeto de política pública com reconhecimento nos três níveis de governo, nesse contexto Freire (2012) cita como exemplo o compromisso assumido pelo governo federal no Plano Plurianual (PPA) de 2008-2011, que no âmbito do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento do Ministério do Trabalho e Emprego prevê a atividade de apoio a *Ação Nacional de Fomento às Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários*, conforme o Anexo I da Lei 11.653, de 7 de Setembro de 2008. Ainda, nas atividades previstas pelo PPA de 2012-2015, conforme anexo I da Lei 12.593, de 18 de janeiro de 2012, o governo federal estabelece a meta de beneficiar pelo menos 200 novas comunidades com as iniciativas de finanças solidárias (FREIRE, 2013).

Características dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e suas moedas sociais

De acordo com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são organizações de caráter associativo e comunitário voltados para o fornecimento de serviços financeiros solidários em rede (REDE, 2007). Segundo Lucena (2013), os bancos privados não possuem interesse de se instalarem em comunidades pequenas ou assoladas pela pobreza, a implementação dos BCD's representam uma alternativa ao sistema financeiro hegemônico, seus serviços de crédito não são concedidos meramente como um produto micro-financeiro, mas como uma política de inclusão social. Tendo por base princípios da economia solidária, o objetivo dos BCDs é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do apoio a produção e comercialização de riquezas locais, trazendo melhorias para as condições econômicas e sociais das comunidades.

O público alvo prioritário dos BCDs são caracterizados por vulnerabilidade social ou envolver segmentos que necessitam de apoio, como jovens, mulheres, novos empreendedores, etc. Também se voltam aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas públicas compensatórias.

Outra característica importante é sua estrutura de gestão que apresenta organização de caráter comunitário como associações, fóruns, conselhos ou ainda outros tipos de iniciativas da sociedade civil inseridas na comunidade como ONGs, igrejas, sindicatos, etc.

A sustentabilidade fundamenta-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social das práticas dos BCDs, sua manutenção pode ser através da captação de recursos públicos e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Conforme o NESOL (2015), esse fundo se constitui de variadas fontes de recursos, tais como doações de pessoas físicas, prestação de serviços mercantis não-concorrentes dentre outros tipos de prestação de serviços e cotizações de associados sejam pessoas físicas ou jurídicas.

Os Bancos Comunitários oferecem duas modalidades de crédito: um em real e outra em moeda social circulante. Conforme Rede (2007) São algumas das suas principais modalidades de produtos e serviços financeiros possíveis:

I) Moeda social circulante local;

- II) Crédito solidário através de concessão delegada junto a agentes financeiros e/ou através de fundo solidário (como Banco Popular do Brasil CEF etc.)”. Caixa Econômica, BNDES, etc.);
- III) Crédito para financiamento de empreendimentos solidários;
- IV) Crédito para o consumo pessoal e familiar, sem juros;
- V) Cartão de crédito popular solidário;
- VI) Abertura e extrato de conta corrente;
- VII) Depósito em conta corrente;
- VIII) Saque avulso ou com cartão magnético;
- IX) Recebimento de títulos;
- X) Recebimento de convênios (água, luz, telefone, etc.);
- XI) Pagamento de benefícios.
- XII) Crédito habitacional

É importante observar que, no Brasil, não existe um marco regulatório próprio para as finanças solidárias e Bancos Comunitários. Assim, de acordo com algumas normas vigentes, para operar crédito produtivo com uma carteira própria a entidade gestora do Banco Comunitário deve ter o título de OSCIP de Microcrédito, ou estar conveniada com uma entidade que já possua esse título, de acordo com a regulamentação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado-PNMPO/ LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005. Os Bancos comunitários que não tenham título de OSCIP, devem somente operar crédito produtivo com juros no valor máximo de 1% ao mês, de acordo com a Lei da Usura de 07 de abril de 1933. Entretanto alguns bancos comunitários operam crédito produtivo em parceria com os bancos públicos (Banco do Brasil, Bandes, Caixa, etc.), onde a normatização é estabelecida por estas mesmas instituições (INSTITUTO PALMAS, 2015).

Rigo (2014) contextualiza a discussão de que um dos maiores desafios para a promoção e avanço das finanças solidárias, com destaque para os BCDs, é a definição de um apropriado marco legal e regulatório. Para as experiências de moedas sociais e atuação dos BCDs, inclusive do Banco Palmas, uma das principais dificuldades para a sustentabilidade e gestão seria falta de um marco regulador que possibilite maior segurança e legitimidades as iniciativas. Essa situação ainda impõe muitas limitações para a emissão e expansão da circulação das moedas sociais para servir de instrumento de desenvolvimento econômico das comunidades e territórios. O autor apresenta que, por não realizarem exploração comercial do

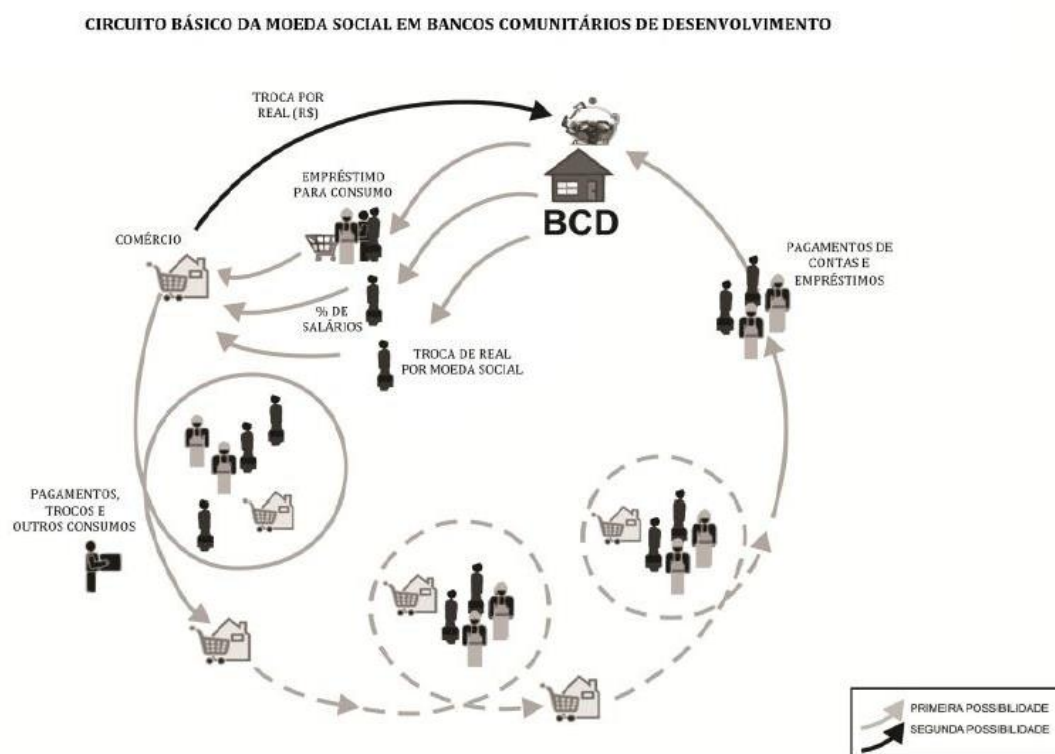
dinheiro, a emissão de moedas sociais pelos BCDs corresponde a uma atividade não considerada ilegal.

Os BCDs não têm personalidade jurídica própria e, em sua maior parte, são ancorados juridicamente por associações locais dos mais variados tipos, como as associações de bairro, de classe, ONGs e OSCIPs de microcrédito⁴. Ou seja, associações sem fins lucrativos autorizadas à experimentação não lucrativa do dinheiro, estando sujeitas às normas jurídicas específicas para essas organizações. Tais normas jurídicas permitem a “experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e *crédito*” (FREIRE, 2011 *apud* RIGO, 2014, p. 35).

De acordo com o Instituto Palmas (2006), a emissão de moedas sociais locais deve ter como princípios as seguintes orientações: i) ser lastreada em moeda nacional (real), ii) ser indexada ao real, iii) permitir o câmbio (moeda social x real x moeda social), iv) ter circulação restrita ao território de atuação do Banco Comunitário (não mais que 60.000 hab.), v) ser de livre aceitação pelos moradores e comércio local. E mais: vi) não deve ser cobrado juros para empréstimo em moeda social, vii) na frente da moeda deve ter o nome e endereço da entidade gestora do banco, viii) no verso da moeda deve ter um texto explicativo de que se trata de um “bônus” que promove o desenvolvimento local e de uso exclusivo para troca de produtos e serviços na comunidade.

A figura 5 apresenta um esquema de como funciona o processo de circulação das moedas sociais emitidas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Figura 5: Representação do circuito básico de circulação da moeda social nos BCDs



Fonte: Rigo (2014)

Em síntese, Rigo (2014) descreve que os usuários das moedas sociais podem adquiri-las por meio de empréstimo, recebimento de pagamentos e pela troca direta de Real por moeda social junto ao BCD. Os moradores que detêm as moedas podem assim utilizá-las para realizar compras nos comerciantes da comunidade e diversos parceiros comerciais do banco comunitário. Por sua vez os comerciantes que recebem as moedas podem realizar outros pagamentos ou compra dentro da comunidade e utilizá-las como troco. Os consumidores que anteriormente poderiam gastar maior parcela de sua renda fora da comunidade são estimulados a realizar seu consumo no comércio local.

A partir desse se estabelece uma rede de circulação e dinamização de riqueza local entre os produtores, prestadores de serviços e consumidores da comunidade. Ponderamos que a situação menos ideal é quando os comerciantes trocam a moeda social por Real, imediatamente ao recebe-las, essa falta de colaboração dos comerciantes limitam o poder de resultados dos circulantes locais.

Metodologia de implementação dos BCDs

O Instituto Palmas disponibiliza em seu site da web uma lista com algumas condições mínimas para criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, quais sejam:

- 1) Existência de um processo de mobilização local e de organização comunitária, além de uma instituição da sociedade civil fortalecida e motivada para ser gestora do banco;
- 2) Disponibilidade de espaço físico e infra-estrutura básica aportada por um parceiro local, geralmente Prefeitura Municipais e outros;
- 3) Disponibilidade de, no mínimo, 02 funcionários aportados por um parceiro local;
- 4) Recursos para um fundo de crédito produtivo, em média, de R\$ 30.000,00;
- 5) Recursos para lastro da moeda social, em média, de R\$ 5.000,00;
- 6) Recursos para capacitação dos agentes, gerentes de crédito e operadores de caixa, além da sensibilização dos atores econômicos e sociais locais para aderirem à iniciativa;
- 7) Recursos para infra-estrutura do banco, tais como móveis e equipamentos. Também é necessário garantir a produção de material de divulgação e confecção das moedas sociais. (INSTITUTO PALMAS, 2006, p. 10-11)

Sobre mais detalhes para a metodologia de implementação de BCDs, Lucena (2013) afirma que o primeiro passo corresponde a identificação das condições necessárias e favoráveis para a criação do banco comunitário que pode ser realizado por meio de estudos e diagnósticos da situação organizacional da comunidade. Posteriormente é preciso divulgar e sensibilizar a comunidade sobre o projeto, outro passo importante ainda nessa fase inicial é verificar se existe o interesse de outros agentes em apoiar o projeto.

Ainda conforme Lucena (2013) o segundo passo é realizar um seminário reunindo os interessados de diferentes segmentos na região, inclusive líderes e comerciantes locais, como intuito de explanar sobre a economia solidária e sobre o banco comunitário esclarecendo e aprofundando a respeito dos serviços e benefícios oferecidos.

O terceiro momento necessário para a criação do banco seguindo as diretrizes apontadas por Lucena (2013) é a realização de uma oficina de planejamento, onde deve se

delimitar as formas de funcionamento e de gestão do banco, sendo definidos também, os produtos e serviços que serão disponibilizados inicialmente para a população, além da seleção dos gestores do projeto. Essa fase de implantação é um momento de suma importância para a continuidade do projeto, uma vez que todos os instrumentos de gestão do banco devem ser criados, dentre eles a política de juros, as fichas de cadastro, os procedimentos de análise de crédito, etc.

O quarto e último passo diz respeito à inauguração e treinamento da equipe responsável por gerenciar o banco (Lucena, 2013). Aqui nos deparamos com a necessidade de uma assessoria do Banco Palmas ou da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, para que seja realizado um mapeamento simplificado da produção e do consumo da região, além da realização do treinamento da equipe gestora do banco comunitário abrangendo assuntos como: controles contábeis, emissão e gestão da moeda social, operações de caixa e demais atividades inerentes ao banco.

O próprio processo de implementação do Banco Comunitário de Desenvolvimento deixa claro o caráter de sua construção participativa e seu poder para mobilizar e organizar a comunidade no intuito de transformar e melhorar a qualidade de vida de seus membros com foco no desenvolvimento local endógeno.

5.4 Moedas Sociais e Desenvolvimento Local

A partir da noção de que a moeda é construída socialmente no espaço, Lee (1999) considera que a moeda representa um fenômeno econômico essencialmente geográfico, pois na dimensão temporal e espacial serve de instrumento para a reprodução social e produção econômica.

A intensificação do processo de globalização sobretudo a partir da década de 1980 junto ao avanço da implantação de políticas neoliberais repercutem um aprofundamento de vários efeitos adversos recorrentes no sistema capitalista, tais como aprofundamento das desigualdades regionais, subdesenvolvimento, crises econômicas, desemprego e exclusão social. Frente a esse cenário adverso, Albagli (1999) defende a importância estratégica do local como espaço de organização e iniciativa de resistência.

O crescente esforço de expansão do espaço geográfico das trocas dentro do processo de globalização tem promovido uma gradativa tendência de universalização da moeda, sobretudo a partir da convergência entre diversas moedas nacionais. No entanto, a imposição de moedas universais desagrega as relações de oferta e demanda local e retira a autonomia econômica do lugar, promovendo uma erosão no potencial endógeno de criação e circulação de riqueza nas diferentes territorialidades.

A criação de moedas paralelas às moedas oficiais como estratégia para a organização de circuitos locais de transações tem surgido como uma importante alternativa de enfrentamento as limitações e problemas gerados pelas moedas convencionais (LINTON; SOUTAR, 1994).

A delimitação do uso de um meio de pagamento no espaço ou por grupos utilizados paralelamente à circulação das moedas nacionais, trata-se da criação de uma moeda local que conforme Menezes e Crocco (2009) promove a recuperação da capacidade dos indivíduos de contribuir com a criação de riqueza endógena e influenciar a forma de reprodução social em seus espaços.

No entanto, considerando mais as questões econômicas, a utilização de uma moeda social tem o intuito de incrementar a capacidade de autofomento para o atendimento das necessidades da comunidade, não se trata de ter como finalidade a autossuficiência local, mas de diversifica - lá permitindo reduzir a dependência de importações (SCHRAVEN, 2000). A ativação das capacidades produtivas acontece de forma sustentável, pois reduz a dependência econômica em relação a outros espaços a partir da priorização das trocas locais.

Pereira e Crocco (2011) faz a consideração de que esses meios alternativos de pagamento podem assumir diferentes formas e características dependendo do contexto em que surgem, dentro de especificidades sociais e culturais; adquirem ainda diversas denominações como moedas paralelas ou complementares, circulante local, moedas sociais, etc. Para denominar o fenômeno de maneira mais ampla Menezes e Crocco (2009) propõe que o termo Sistemas de Moeda Local (SML) sejam utilizados para se referir as diversas manifestações de experiência de moedas paralelas. Pelo fato de estarem a serviço da resolução de problemas econômicos e sociais, França Filho e Silva Junior (2009) apontam que no Brasil são frequentemente denominadas de moedas sociais.

Assim, as moedas sociais ou Sistemas de Moedas Locais podem ser definidas como uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários a partir de um acordo entre membros dentro de comunidades locais como bairros ou cidades que são afetadas pela exclusão financeira ou crises econômicas, se trata de um meio de pagamento que não tem a finalidade de suprimir as moedas nacionais e coexistem com as mesmas. Além de servir de instrumento de estímulo a produção, a troca e a complementaridade de renda dentro de delimitações espaciais, possibilitam ainda a expressão da identidade local (PRIMAVERA, 2002; MENEZES; CROCCO, 2009; PEREIRA; CROCCO; 2011).

As três principais características para as moedas sociais na opinião de Lieater (2001) é que, primeiramente, se trata de um fenômeno que se inicia a partir do terceiro setor, ou seja, são criados independentemente do Estado e mercado, em segundo lugar apresentam restrição de uso no espaço, e o terceiro aspecto mais importante é que se trata de formas de moedas que não rendem juros, não servem de instrumento de acumulação. Pereira e Crocco (2011) consideram que a questão fundamental acerca do efeito das moedas locais é que possibilitam poder de decisão aos indivíduos ao promover autonomia em suas capacidades de contribuir para as condições do próprio bem estar social e econômico em seus espaços.

Qualquer forma de expressão monetária só pode desempenhar seu papel sob a relação de confiança que os indivíduos atribuem no valor da moeda, sobre esse ponto de vista Menezes e Crocco (2009) apontam que há maior necessidade de leis regulatórias e poder estatal para garantir a confiabilidade no caso de moedas mais globais. Já no caso das moedas locais, ao invés de regras formais, a aceitação social é o fator mais importante para sua existência, é o próprio estabelecimento de um contrato de confiança geralmente informal que garante a sua coesão social dentro da comunidade (LEE, 1999).

Sobre as questões institucionais, Lieater (2001) contextualiza que na maioria dos países não há legislação que impeça a utilização de um meio de pagamento paralelo, por suas limitações espaciais e econômicas as moedas locais não representa ameaça as moedas oficiais, não há fortes razões para serem consideradas ilegais.

Menezes e Crocco (2009) argumentam que em termos de magnitude de valor os SML não são considerados relevantes por se tratarem de fenômenos microespaciais, eles ainda esclarecem que apesar de os benefícios promovidos pela utilização de moedas sociais não serem mensurados com facilidade de modo quantitativo, as melhorias mais expressivas e de

impacto geradas por essas experiências são de natureza qualitativa, tais como empoderamento individual e coletivo, construção de um senso de comunidade, e maior frequência e proximidade de interação social.

Nos países desenvolvidos, diversos autores apontam que os SML originam-se com forte motivação ideológica, sobretudo concepções ecológicas, religiosas e socialistas. Já em países subdesenvolvidos a criação de moedas paralelas é mais associada a problemas sociais como a exclusão financeira, baixa renda, desemprego, crises e estagnação econômica (LEE, 1999; PEREIRA; CROCCO, 2011; PRIMAVERA, 2002).

A expansão de experiências com moedas sociais que se inicia, sobretudo, a partir das décadas de 80 e 90, e estão diretamente ligadas aos movimentos de economia popular e solidária, que naquela mesma época de aprofundamento de crise do trabalho e precarização dos direitos sociais surgem como formas alternativas de organização do trabalho e geração de renda baseado em princípios de cooperação e autogestão (GAIGER, 1999; SINGER, 2004).

São identificadas quatro destacadas e diferentes formas de manifestação de moedas locais ou sociais conhecidas em diversas partes do mundo, cada forma com características particulares e distintas: os LETS (Local Exchange and Trading System), os SEL's (Systemes d'Echange Local); os Time Dollars; e os Clubes de Troca. Em 1983 os LETS (Local Exchange and Trading System) surgiram primeiramente no Canadá, em resposta a uma crise econômica associada a produção de madeiras. Seu funcionamento está baseado na associação de moradores que utilizam sua própria moeda a partir de registros contábeis para organizarem uma rede de trocas. Os SEL's (Systemes d'Echange Local) surgiram na França em 1994 por motivações de caráter ideológico e podem ser considerado um caso especial de LETS, com a diferença de que as transações funcionam apenas baseados em registros contábeis, não apresentam a utilização física de moeda. Já os Clubes de Trocas tem sua origem na Argentina em 1995 com o objetivo de ser uma alternativa a crise econômica e ao desemprego vigente na época, nessa modalidade, as trocas também funcionam baseados em moeda local com determinado valor, mas os clubes de trocas acontecem em horários e localidades específicas. Os Time Dollars foram uma iniciativa surgida nos Estados Unidos em 1980, nesse sistema o funcionamento das trocas é baseado em um banco de horas de serviços e tem a finalidade de valorizar as pessoas a partir de seu trabalho (MENEZES; CROCCO, 2009; LIEATER, 2001; PEREIRA; CROCCO, 2011; PRIMAVERA, 2002).

No Brasil o surgimento de SML é ainda mais recente, começam a se espalhar pelo país a partir dos anos 2000. Menezes e Crocco (2009) consideram que algumas se assemelham aos Clubes de Trocas argentinos. No entanto, grande parte da existência das moedas sociais brasileiras está diretamente ligada ao surgimento e atuação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's), que são organizações associativas ou comunitárias que tem a finalidade de prestar serviços financeiros na proposta de desenvolvimento da economia solidária, para promover a criação de redes locais de produção e consumo, fortalecendo a geração de trabalho e renda nas comunidades (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009; MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2006; RBBC, 2006).

Conforme a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006), as principais atividades praticadas pelos BCD's são serviços de microcrédito, tanto produtivo como para consumo, e a emissão e controle das moedas sociais; o caso mais pioneiro é a experiência do Banco Palmas em Fortaleza - CE. A sustentabilidade dos Bancos Comunitários é mantida por subsídios e doações do setor público e privado, além da captação de fundos comunitários. A grande vantagem é que empréstimos feitos em moeda sociais são isentos de juros e os comerciantes locais geralmente oferecem descontos para aqueles que a utilizam; outra característica importante destas formas de circulantes locais é que são lastreadas em moeda nacional, fator que contribui para o fortalecimento de sua confiança (RBBC, 2006; MENEZES; CROCCO, 2009).

No entanto, Rigo (2014) aponta que essa forma de lastro limitada às reversas em moeda formal, também impõe dificuldades e limitações para a emissão de moedas sociais na atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

6. ANÁLISES DOS CASOS EMPÍRICOS

6.1 Banco Pire: um BCD no meio urbano - Dourados/MS

Apresentação e contextualização da experiência

A economia solidária começou a se consolidar de modo mais expressivo no município de Dourados, a partir do ano 2000, sobretudo com a formação de uma Rede de Economia Solidária que com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, se constitui como uma estratégia de política comunitária para a inclusão social, geração de trabalho e renda e desenvolvimento local em Dourados. Através da atuação da antiga Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SECRETARIA..., 2004), durante o governo do prefeito José Laerte Cecílio Tetila, foram realizados cursos de capacitação continuada para a economia solidária, dentre outras políticas de fomento a ECOSOL. De acordo Fernandes (2010), em 2008, a rede de economia solidária tinha 236 empreendimentos em sua composição dos quais empregavam 1200 pessoas no município.

A Entidade Mulheres em Movimento foi formada em 2004 com a finalidade de oferecer serviços ou ferramentas financeiras para apoiar a criação e fortalecimento de empreendimentos individuais ou coletivos qualificados no âmbito da economia solidária que necessitassem de recursos para viabilizarem suas atividades. Os recursos da entidade são provenientes de doações de voluntários que acreditam na proposta da solidariedade.

Desse modo, Mulheres em Movimento é uma entidade civil sem fins lucrativos que já promovia práticas de finanças solidárias pioneiras no Estado de Mato Grosso do Sul. Inicialmente os envolvidos ainda não conheciam a existência ou não haviam tido contato com os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A partir da oportunidade de contato com assessores do Banco Palmas, surgiu a motivação para a implementação de um modelo de BCD no município, assim, em julho de 2006, a Entidade Mulheres em Movimento criou o Banco Comunitário de Desenvolvimento denominado Banco Pire, já integrado a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Economia solidária: fatores empíricos

O Banco está localizado no bairro Vila São Braz, uma região periférica e pobre do município de Dourados. A atuação da Entidade Mulheres em Movimento e os serviços do Banco Pire tem a intenção direcionada de atender, justamente, comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Considerando a organização das formas de trabalho no Pire, não se identifica uma distribuição rígida entre os cargos, o trabalho entre os voluntários responsáveis pela realização das atividades diárias do Banco é caracterizado por ocupações em multitarefas que vão desde serviços de faxina até tarefas de atendimento ao público e administrativas. No entanto, essa distribuição sem cargos com tarefas não delimitadas gera algumas dificuldades de adaptação e permanência para a maioria dos que trabalharam no Pire.

Até 2016 haviam 2 pessoas contratadas por meio de um edital do governo federal que tinha a finalidade de apoiar a atuação dos Bancos Comunitários. Em momentos de necessidade, a Entidade Mulheres em Movimento garante alguma remuneração ao quadro de trabalhadores do Banco Pire. Há também frequentes circunstâncias em que não há fontes de recursos para remuneração de pessoas, e a continuidade das tarefas operacionais e cotidianas são mantidas apenas por trabalho voluntário. Na circunstância da entrevista, em janeiro de 2017, as principais atividades do Pire estavam sendo realizadas apenas pelo trabalho voluntário, sem remuneração, de apenas 2 pessoas que há vários anos estão envolvidas com a missão da experiência e também fazem parte da direção da Entidade Mulheres em Movimento.

Um importante instrumento de gestão participativa do Banco Pire é a formação de um conselho gestor composto por membros da comunidade, o conselho é integrado por uma média de 10 pessoas e frequentemente promove certa rotatividade, inserindo novos participantes.

Além do papel de fortalecimento da comunicação e diálogo com a comunidade, o conselho gestor é a principal abertura de participação da comunidade nos processos decisórios do Banco Pire.

Os representantes do Banco expressam uma considerável preocupação em promover a gestão participativa e horizontal com a finalidade de garantir os princípios da economia solidária em sua atuação.

Apesar dos representantes valorizarem o papel da autogestão, ainda identifica-se certa dificuldade dos membros da comunidade em de se interessar e se envolver efetivamente em dinâmicas participativas de interesse comunitário, condição possivelmente gerada por uma forma de consciência individualista.

Para os representantes do Banco Pire uma de suas maiores finalidades são beneficiar a criação e fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária, assim, a relação entre o Pire e tais empreendimentos tanto na comunidade de localização do banco comunitário quanto no município podem ser caracterizadas por uma forte proximidade.

Atualmente, o Pire atende cerca de 5 empreendimentos coletivos, porém a grande maioria dos empreendimentos atendidos são de responsabilidade individual ou familiar. Além dos serviços de crédito prestado aos empreendimentos solidárias atuantes em Dourados e membros da Rede de Economia Solidária do Município, o Banco privilegia o atendimento da própria comunidade moradora na região onde se localiza, no caso no bairro Vila São Braz. No entanto, a experiência tem como critério prestar serviços para indivíduos ou grupos interessados em participar do movimento de economia solidária. Nesse sentido, os membros do Pire realizam um considerável esforço pedagógico e formativo de promover uma conscientização política e comunitária para o fortalecimento das iniciativas de economia solidária como principal estratégia de desenvolvimento local Em Dourados.

Os empreendimentos de economia solidária do município atuam em diversos ramos de atividade, cerca de 71 empreendimentos atuam no ramo de alimentação, 86 estão envolvidos em atividades de artesanato, 34 em atividades de confecção e 26 em prestação de serviços, conforme divulgação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária do Município de Dourados - MS (2008).

Frequentemente o Banco participa e contribui com as articulações da rede de economia solidária do município que realiza encontros mensais e em grande parte se mobiliza por meio do Fórum Municipal de Economia Solidária para promover as feiras de comercialização, dentre outros encontros e atividades de formação. Diversos atores estão envolvidos na rede tais como incubadoras das universidades, empreendedores, consumidores, simpatizantes.

A atuação do Pire é fortalecida com a parceria de diversas entidades que se articulam ao movimento de economia solidária, tais como incubadoras e iniciativas de universidades e institutos federais, parceria com a prefeitura de Dourados por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária que junto a Entidade Mulheres em Movimento realizou um convênio de um espaço cedido para a instalação da Central de Comercialização de Economia Solidária.

Como membro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o Banco Pire tem articulação bem próxima com outros bancos comunitários, para a constante troca de experiências, colaboração e fortalecimento conjunto entre os membros da rede. Por meio da participação na Rede Brasileira de Bancos Comunitários novas metodologias de sucesso são disseminadas entre os 113 bancos comunitários membros dessa rede.

Em momentos de consolidação de outros bancos comunitários no Estado de Mato Grosso do Sul, como foi o caso da criação do Banco Ita no Assentamento Itamarati localizado no município de Ponta Porã e do Banco Pantanal no município de Anastácio, o Banco Pire sediou a realização dos Encontros Estaduais dos bancos comunitários. Atualmente os bancos comunitários do Estado ainda mantêm diálogo, porém a mobilização enquanto rede estadual de bancos comunitários não tem sido uma prioridade. Identifica-se que a troca de experiências e compartilhamento de metodologias entre os bancos comunitários é muito importante para o desenvolvimento dessas iniciativas de finanças solidárias. Apesar de atuarem em contextos diferentes, ressalta-se que as características gerais dos bancos comunitários de Mato Grosso do Sul são parecidas.

Um dos principais gastos realizados pela organização são as despesas correntes com os serviços das instalações do banco, tais como água, luz, internet, telefone e outros materiais úteis. Em anos anteriores o banco pagava aluguel, mas atualmente, um fator positivo é que o

prédio que sedia o Pire é propriedade da Entidade Mulheres em Movimento que disponibiliza o espaço sem cobrança de aluguel ou demais exigências financeiras.

Os gastos com os serviços de crédito prestados não representam uma despesa que pode gerar instabilidade ao banco, pois os recursos de empréstimos já são separados para esta finalidade e são repassados novos créditos a medida que os empréstimos retornam ao caixa do banco.

Tanto para a Entidade Mulheres em Movimento quanto para o Banco Pire, não há relatos de contribuição de recursos financeiros por parte de entidades públicas. Os recursos de doações de pessoas físicas são a principal fonte de receitas ou recursos financeiros que garantem as condições de pagamento da maioria dos gastos e despesas que viabilizam a atuação do Banco Pire ao longo de sua trajetória. No entanto são relatadas algumas dificuldades em relação a busca por mais sustentabilidade financeira, frente a necessidade de arrecadar maiores recursos para contribuir com a autonomia do banco, o Pire também realiza algumas atividades frequentes como a organização de rifas, bazar e jantares.

Serviços de crédito solidário: fatores empíricos

O perfil socioeconômico do público atendido pelo Pire é em grande parte representada por trabalhadores informais, beneficiários de programas assistenciais do governo federal, desempregados, e outras pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e financeira.

A região onde se localiza a sede do banco comunitário, o Bairro Vila São Braz é significativamente distante de qualquer outro espaço de serviço bancário. De modo geral são raros os casos em que os membros da comunidade tem acesso a serviços de crédito oferecidos pelos bancos tradicionais do município. Muitas pessoas tem o nome registrado em situação de inadimplência e a maioria não tem renda suficiente ou patrimônios de garantia que lhe permitam acesso aos serviços bancários, por isso a exclusão financeira em relação aos bancos comerciais é marcante nessa realidade.

Por meio da mobilização de serviços de crédito mais próximos e acessíveis aos setores populares, o banco comunitário tem um papel importante em apoiar a criação e fortalecimento

de iniciativas produtivas locais que de outra forma não teriam condições de viabilizar seus empreendimentos por falta de acesso a recursos de financiamento.

Pela influência de uma cultura individualista e um comportamento passivo dos membros da comunidade, em grande parte das vezes a mobilização inicial para produzir e comercializar de forma coletiva e colaborativa parte de iniciativa do Banco Pire, nesse sentido o banco comunitário assume o desafio de promover um papel pedagógico que transforme o comportamento da comunidade no sentido de contribuir com criação e participação em espaços de geração de trabalho e renda com base em valores da autogestão e da economia solidária.

Em relação ao que existe de demanda por serviços financeiros dentro da comunidade, o Banco Pire, mesmo com suas limitações de recursos e de pessoal, consegue atender de modo satisfatório grande parte dos membros da comunidade que necessitavam dos serviços de crédito solidário e se enquadram dentro dos critérios de aprovação do banco e do conselho do comitê gestor formado pela própria comunidade.

O Banco Palmas junta aos membros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários realizaram a aquisição de uma plataforma de transações financeiras digitais que foi concedida ao Banco Pire e permite que o mesmo realiza serviços de correspondência bancária para a comunidade. Como não há outras agências que prestem serviços de correspondência bancária nas proximidades do bairro Vila São Braz, a comunidade é beneficiada pela facilidade de acesso e redução de custos de deslocamentos. Ressalta-se que por ter uma demanda significativa, esse tipo de serviço também favorece uma maior proximidade ou contato entre os membros da comunidade em relação ao Banco Pire, de modo que o fortalecimento dessa comunicação contribui para que o Banco Pire tenha maior conhecimento sobre os problemas e demandas locais, e assim possa incentivar mobilizações mais eficazes em benefício da comunidade.

O Pire presta serviços de crédito solidário em três modalidades principais: o crédito produtivo; o crédito comercial; e o crédito para consumo. A modalidade do crédito produtivo tem a finalidade de apoiar a criação e fortalecimento de empreendimentos, essencialmente garantindo recursos para compra de insumos e equipamentos. O crédito comercial é uma modalidade destinada a pequenos comerciantes ou vendedores autônomos. O serviço de crédito para consumo é destinado aos moradores para que realizem diversos gastos de caráter

peçoal ou para o suprimento de necessidades familiares, nessa modalidade os empréstimos são realizados apenas em moeda social.

Existem beneficiários que fazem parte de um grupo de contribuição para o fundo rotativo solidário do Banco Pire, que trata se de uma espécie de mobilização de poupança comunitária, os membros deste grupo tem acesso ao limite de valor de empréstimo de até R\$ 3.000,00. O grupo que participa do fundo rotativo solidário é composto por cerca de 30 pessoas que são moradoras no bairro Vila São Braz ou no município de Dourados. A dinâmica de aprovação de crédito para algum membro do fundo rotativo depende apenas das deliberações do grupo e dos representantes do Banco Pire. Para este grupo os prazos de pagamento podem ser estendidos em até 15 meses.

Os demais membros da comunidade, que não são contribuintes do fundo solidário, tem acesso ao limite de empréstimo no valor de até R\$ 1.500,00, ou 1.500,00 Pirapires, no caso esse mesmo limite se aplica as três modalidades serviços de crédito oferecidas pelo Pire. Para este grupo os prazos de pagamento podem ser estendidos em até 12 meses.

Há algumas exigências básicas para a realização de empréstimos em todas as modalidades, são cobrados juros de 1% ao mês para todas as modalidades de empréstimos, os beneficiários devem ser moradores do bairro há pelo menos 1 ano e devem explicar a finalidade do empréstimo. O período de carência depende da negociação, mas em média são definidos pelo prazo de até 1 mês.

A soma total dos recursos que o Banco Pire tem disponível para a realização dos serviços de empréstimos solidário corresponde a cerca de R\$ 20.000,00, apesar deste valor sofrer variações ao longo do tempo, o valor que pode ser destinado tanto em benefício dos membros do fundo rotativo quanto aos demais indivíduos da localidade. Os valores dos serviços de empréstimos mais frequentes estão na faixa de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00

Foi relatado que no início de sua atuação o Banco Pire chegou a realizar a soma de empréstimos anuais de cerca de R\$ 100.000,00. No entanto, nos dois últimos anos a estimativa anual da somatória dos valores dos serviços de empréstimos passaram por uma redução significativa para cerca de R\$ 15.000,00. A **tabela 2** apresenta alguns dados gerais das movimentações financeiras e serviços de crédito anuais do Banco Pire, o relatório abrange entre os anos 2004 e 2016, período de inicio de suas atividades até sua atuação mais recente.

Tabela 3: Relatório geral de movimentações financeiras anuais do Banco Pire

Ano	Número de créditos realizados	Valor liberado em crédito R\$	Pagamento de parcelas/valor recebido	Doações/arrecadações recebidas R\$	Despesas: Capacitações e com o Banco
2004	54	R\$ 56.322,72	R\$ 29.399,00	R\$ 137.979,40	-
2005	114	R\$ 132.240,50	R\$ 72.956,91	R\$ 34.360,00	-
2006	55	R\$ 55.127,00	R\$ 50.482,00	R\$ 41.650,00	-
2007	75	R\$ 89.714,04	R\$ 69.076,15	R\$ 100.545,00	-
2008	70	R\$ 76.922,57	R\$ 59.394,40	R\$ 89.100,00	-
2009	11	R\$ 23.400,00	R\$ 22.350,00	R\$ 94.250,00	-
2010	20	R\$ 22.920,00	R\$ 20.768,00	R\$ 31.000,00	-
2011	12	R\$ 16.607,00	R\$ 15.116,00	R\$ 58.600,00	-
2012	31	R\$ 31.720,00	R\$ 25.618,00	R\$ 52.730,00	-
2013	31	R\$ 32.553,00	R\$ 28.163,00	R\$ 83.200,00	R\$ 44.098,78
2014	25	R\$ 36.600,00	R\$ 33.010,56	R\$ 32.000,00	R\$ 28.541,47
2015	26	R\$ 22.850,00	R\$ 19.761,89	R\$ 28.698,00	R\$ 34.032,09
2016	14	R\$ 10.480,00	R\$ 7.172,00	R\$ 40.847,00	R\$ 41.070,55

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco Pire.

Nos últimos anos o Banco Pire tem reduzido o foco na prestação dos serviços de crédito, isso em decorrência da identificação de outras prioridades de atuação como a realização de atividades de formação para a economia solidária. Para evitar o distanciamento da atuação do banco em relação a proposta solidária, essa mudança de prioridade foi importante para garantir um maior vínculo entre as pessoas e grupos beneficiados pelos serviços de crédito e o fortalecimento das práticas e do movimento de economia solidária.

Os representantes do banco relatam que na atualidade os casos de inadimplência são mais raros porque os serviços de crédito foram bastante reduzidos para facilitar seus acompanhamentos. Nos anos iniciais de atuação, quando a escala de recursos e a quantidade de atendimento para todo o município era significativamente maior, havia também uma parcela de inadimplência bastante superior. Atualmente a inadimplência anual estaria na faixa de 2 ou 3 casos.

Além de beneficiar diretamente a geração de trabalho e renda no município, os responsáveis pelo Pire identificam que um dos mais importantes resultados promovidos pela atuação do Banco Pire é a mudança de consciência e de comportamento da comunidade que passa a compreender que existem alternativas produtivas e políticas mais inclusivas ou participativas. A comunidade também tem compreendido que vale a pena o esforço da cooperação organizacional e da mobilização coletiva para melhorar as condições de vida da própria comunidade.

Moeda social: fatores empíricos

O Banco Pire emite moedas sociais com o objetivo de fortalecer o comércio local, valorizando a produção e o consumo na própria comunidade. Desde de o início da atuação do Banco Pire, a quantidade emitida de sua moeda social, Pirapire, sempre teve como lastro e garantia a mesma quantidade em moeda corrente, a unidade de Pirapire é equivalente a unidade do Real. Para todo valor emprestado em moeda social contabiliza-se o mesmo valor reservado em Reais. Essa política de lastro da emissão de moedas sociais já é um critério de funcionamento estabelecida para as iniciativas participantes da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Apesar dessa metodologia favorecer a confiança na moeda social, também gera limitações para as possibilidades de emissão da moeda social, pois os bancos comunitários operam muitas vezes em situação com escassez de recursos para tais finalidades.

Na experiência do Pire nunca houve significativa dificuldade de aceitação das moedas sociais por parte dos diversos espaços comerciais, principalmente na fase inicial de atuação do Pire quando a escala de prestação dos serviços de crédito eram significativamente maiores.

Atualmente, no entanto, houve certa redução do nível de aceitação de Pirapire entre os diversos comerciantes do município, decorrente de uma perda de reconhecimento da mesma já que o Banco Pire tem emitido e trabalhado pouco com a moeda social. Essa situação tem como um importante motivo a própria redução da escala de prestação dos serviços de crédito que o Banco Pire promove no município.

Outro fator a se considerar é que nas atuais circunstâncias o Pire tem interesse em substituir a emissão de moedas sociais físicas ou impressas por operações de crédito com a implantação de uma moeda eletrônica²³ que funciona por meio de uma plataforma digital de serviços de pagamento que também permite outras importantes operações como alguns serviços de correspondência bancária. A plataforma é denominada de e-dinheiro e foi adquirida pelo Banco Palmas junto a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Diversos bancos comunitários, entre eles os maiores como Banco Palmas e Banco Bem, já substituíram as moedas sociais físicas por operações com a nova metodologia digital.

O Pire já tem utilizado alguns serviços da plataforma como a prestação de serviços de correspondência bancária para a comunidade, a implementação da utilização da moeda digital na comunidade ainda está em fase inicial, mas para incentivar o processo, o Pire tem recebido assessoria de instrutores de metodologia da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Durante a fase de maior emissão de Pirapire, os principais destinos de circulação eram supermercados e mercearias do município, no entanto eram identificadas alguns outros espaços comerciais que utilizavam a moeda social, além do maior interesse de sua utilização dentro da própria Rede de Economia Solidária do município. No entanto, o Pirapire sempre apresentou maior concentração espacial nas proximidades do próprio Banco Pire.

Uma grande dificuldade no processo de circulação da moeda social do Banco Pire é a sua paralisação ou o final de ciclo quando chega ao comerciante, que acaba sendo o principal destino do uso das moedas sociais da comunidade. Nesse caso, o problema maior é decorrente do fato de que ao sair do banco comunitário e após ser disponibilizada aos consumidores e destinada aos comerciantes, a moeda social retorna imediatamente ao banco comunitário para ser trocada por moeda corrente, reais.

Se houvesse maior colaboração por parte dos comerciantes, uma possível solução para esse problema poderia ser a colaboração por parte dos comerciante em realizar parcela do pagamento de seus funcionários em moeda social, ou ainda fazer outras compras ou realizar a devolução do troco também em Pirapires.

²³ Para uma análise mais aprofundada sobre as consequências da implantação de moedas sociais eletrônicas ou digitais em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, ver a pesquisa de dissertação de Nascimento (2015). A partir de dois estudos de caso, o autor enfatiza os riscos que a adoção da tecnologia representa para as relações comunitárias e solidárias, podendo repercutir em maior individualização e contratualização das relações interpessoais.

Também se identifica não há quase nenhuma colaboração dos comerciantes em dar descontos para as pessoas que realizam gastos em moedas sociais. Há o relato de que essa dificuldade e falta de colaboração é mais presente no comportamento dos maiores espaços comerciais e onde os proprietários não eram moradores da comunidade.

Desse modo ficou comprometido o objetivo da moeda social de manter a continuidade efetiva de sua circulação dentro da comunidade para valorizar a produção e o consumo local.

Identificamos que essa problemática está diretamente associado ao condicionamento comportamental que os comerciantes adquirem associado às regras utilitaristas de funcionamento do mercado capitalista.

Para beneficiar a produção e o consumo local, a moeda social teria um papel mais efetivo onde o conjunto dos atores envolvidos no processo de sua circulação tivessem maior conscientização e priorizassem a mobilização social para a construção e fortalecimento da economia solidária.

Existem circuitos alternativos de maior continuidade da circulação da moeda social que se dá por meio das trocas realizadas entre os próprios membros da comunidade e das atividades de comercialização entre os membros da Rede de Economia Solidária do município. No entanto, este circuito alternativo é pouco significativo se comparado aos fluxos de moeda social que são destinados aos comerciantes que atuam com finalidades de ganhos econômicos privados e fora dos propósitos da economia solidária.

Nesse ponto também consideramos que a maior mobilização social para a expansão e fortalecimento da economia solidária representa uma importante estratégia para o fortalecimento e desenvolvimento da economia local e comunitária.

O caráter dos gastos de consumo realizados por meio da moeda social, que são emitidas dentro da modalidade do crédito para consumo, são caracterizados principalmente por demandas de alimentos e produtos domésticos básicos. Essa situação justifica a destinação de cerca de 90% dos fluxos de moeda social para os comerciantes, que em sua maioria não tem interesses na economia solidária.

Mesmo diante dessas dificuldades, a modalidade de crédito em moeda social cumpre o importante papel de aumentar a riqueza na comunidade e beneficiar diretamente aqueles seus membros que se encontram em momentos de maior necessidade.

A moeda social também contribui para a criação de uma maior identidade comunitária que incentiva suas iniciativas conjuntas e a divulgação ou conscientização sobre os propósitos da economia solidária e sobre as possibilidades participativas do desenvolvimento local.

Apesar da implementação da moeda eletrônica estar em fase inicial, para os membros do Banco Pire a efetividade desse instrumento para fortalecer o movimento da economia solidária parece um grande desafio, principalmente pela falta de familiaridade com essa tecnologia, tanto por parte dos moradores quanto por parte dos principais gestores do Pire.

Na atualidade mesmo que em escala reduzida, os empréstimos para consumo estão sendo realizados em Pirapires, a moeda social impressa ou física do Banco Pire.

Desenvolvimento local: fatores empíricos

Para os representantes do Banco Pire, a promoção do desenvolvimento local enquanto melhoria da qualidade de vida, não apenas financeira, dos membros da comunidade por meio da estratégia de mobilização para a participação comunitária e cooperação solidária e participativa corresponde a principal motivação para a existência e atuação desta experiência de finanças solidárias.

Por meio da atuação do Banco Pire, as principais transformações identificadas se relacionam diretamente a conscientização que a comunidade tem adquirido sobre as vantagens das alternativas econômicas e políticas que são possíveis por meio da participação e integração comunitária, desse modo seu trabalho de formação e incentivo para o fortalecimento organizacional da economia solidária local se mostram tão prioritários quanto os serviços de democratização financeira.

Mesmo diante da falta de recursos e outros desafios, os resultados das atividades do Pire se refletem na realização de várias iniciativas como a criação de empreendimentos coletivos ou familiares, feiras comunitárias e intercâmbios de saberes que promovem a geração de trabalho e renda para a comunidade, além do atendimento de outras necessidades que se relacionam ao próprio desenvolvimento humano e solidário.

Para fortalecer esse processo de mobilização comunitária o Pire se articula com a parceria de várias outras entidades interessadas em beneficiar a comunidade, tais como a

Associação de Moradores da região, a Entidade Mulheres em Movimento, grupos de pequenos empreendimentos, etc.

O Banco Pire ainda planeja mobilizar a criação de um fórum comunitário com a finalidade de mobilizar condições para solucionar os principais problemas da região e atender as demandas prioritárias da comunidade.

A região onde se localiza o Banco Pire é bastante afastada do centro do município e é marcada pela precariedade de infra estrutura urbana e de serviços públicos básicos. A região já passou por momentos onde a vulnerabilidade social afetava com maior intensidade seus moradores. No entanto, atualmente, a localidade é favorecida por 8 entidades que desenvolvem trabalho social em suas proximidades, promovendo iniciativas que melhoram a qualidade de vida na comunidade.

Sem a contribuição das entidades que desenvolvem os trabalhos de apoio social na região, como o exemplo da atuação do próprio Banco Pire, certamente haveria pouca autonomia por parte dos moradores em se mobilizar de maneira efetiva para melhorar a própria qualidade de vida.

Representantes do Banco Pire se inspiram numa metodologia mobilizada pelo Banco Palmas, em Fortaleza-CA, onde os próprios moradores formam grupos responsáveis pela busca de resolução de problemas identificados nos quarteirões onde moram.

Frequentemente a atuação Banco Pire promove atividades de formação e encontros junto a comunidade, muitas vezes para ensinar sobre os propósitos da organização para a economia solidária e sobre os serviços financeiros dos bancos comunitários e do Banco Pire. Muitas das vezes as atividades pedagógicas são direcionadas aos moradores ou grupos de empreendimentos beneficiados pelos serviços financeiros do Pire. Todas as pessoas que demandam pelo serviços do banco comunitário tem como requisito passar pelas atividades de formação. Alguns dos temas pedagógicos desenvolvidos dizem respeito a disseminação dos princípios da economia solidária, a proposta e o papel da autogestão, articulação de redes e grupos de atuação produtiva e de intercâmbio comercial.

Apesar de sua importância, a realização das atividades formativas se relacionam a várias dificuldades para a atuação dos representantes do Banco Pire, sobretudo porque o comportamento individualista é muito forte no cotidiano das pessoas que ainda são em grande

parte condicionadas pelas relações sociais que são reproduzidas pelas dinâmicas do sistema capitalista. Desse modo, mesmo com a significativa contribuição do banco comunitária em despertar as pessoas para a criação de alternativas de organização social, são grandes os desafios para a ampliação de uma outra base econômica e política efetivamente participativa e autogerida, o que implica sair da esfera local construindo uma articulação de envolvimento societal.

A conscientização da comunidade sobre seu potencial e o papel da mobilização política e socioproductiva é considerada um dos mais importantes resultados das atividades de formação, se trata de um processo que se relaciona ao desenvolvimento humano integral.

A principal representante do Banco Pire entende que em certas situações os serviços de empréstimos, separados das atividades formativas e de acompanhamento mais próximo, pode gerar endividamentos e causar mais problemas para os membros da comunidade. Por esse motivo a atuação do Banco Pire tem priorizado principalmente a realização de atividades pedagógicas de formação em economia solidária. Essa situação de demanda associada a um número bastante reduzido de pessoas responsáveis pela realização das atividades do Pire, tem feito a entidade reduzir significativamente a escala dos serviços de democratização financeira.

Desse modo, é possível considerar que a mera prestação de serviços de microfinanças desarticulados de uma mobilização de fortalecimento para economia solidária certamente não promove resultados efetivos em benefício de um processo de desenvolvimento local baseados na participação comunitária e nos potenciais endógenos das localidades, que efetivamente representem experimentações contra hegemônicas em relação ao movimento do capital financerizado e em face de globalização neoliberal.

6.2 Banco Ita: um BCD no Meio Rural - Ponta Porã/MS

Apresentação e contextualização da experiência

O Assentamento Itamarati, onde atua o Banco Comunitário Ita, está localizado na zona rural do município de Ponta Porã – MS, a comunidade do assentamento é formada por cerca de 2.835 famílias que em sua maioria se articulam em vários movimentos sociais e de ocupação tais como: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); a Central Únicas dos Trabalhadores (CUT); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI); a Federação de Agricultura Familiar no Mato Grosso do Sul (FAF/MS); Funcionários Associados da Fazenda Itamarati (FAFI); as Associações de Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) (DAHMER et al., 2014; ANDRADE et al., 2012).

Os pequenos agricultores do Itamarati sempre encontraram grande dificuldade em viabilizar suas atividades dentro do modelo de produção agrícola mercadológica que é dominado pela competição desigual em favor dos latifúndios e monoculturas. A produção agroecológica e a construção de alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis e colaborativas tem sido uma importante estratégia de fortalecimento entre os assentados do Itamarati.

As atividades do Banco Ita tiveram como antecedentes alguns trabalhos realizados junto ao grupo de agroecologia que no ano de 2005 se formou com aproximadamente 115 famílias no assentamento Itamarati. Nas circunstâncias que o grupo se reunia com a intenção de realizar algum projeto de produção ou comercialização sempre encontrava grande dificuldade pela falta de recursos e condições de financiamento, já que os bancos comerciais não atendiam as demandas para este perfil de empreendimento.

Diante da carência de serviços financeiros mais acessíveis, membros do grupo de agroecologia começaram a mobilizar a comunidade em busca de uma solução. Inicialmente o grupo encontrou referência e apoio junto aos responsáveis do Banco Comunitário Pire e da Entidade Mulheres em Movimento atuantes no município de Dourados – MS. Foram realizadas algumas reuniões que resultaram na formação do primeiro comitê gestor para a estruturação do banco comunitário.

Em agosto de 2011, a comunidade do Assentamento Itamarati foi procurada pela Associação Ateliê de Idéias, entidade gestora do Banco Bem em Vitória – ES, que junto a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) realizava um projeto de apoio as finanças solidárias com base na organização de bancos comunitários para a Região Centro Oeste do Brasil. Com recursos do projeto e por meio da atuação da Entidade Ateliê de Idéias, foram contratados dois agentes da comunidade responsáveis para trabalhar no banco comunitário.

Em 2012 o Banco Ita inicia suas atividades com recursos de empréstimos de apenas R\$ 2.500,00 conseguidos por meio de doações. Nesse mesmo ano de implantação o Banco Ita também consegue o apoio e se torna membro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. No Brasil, trata se do primeiro modelo de banco comunitário atuante no campo com o objetivo de promover o desenvolvimento local.

Economia solidária: fatores empíricos

O Banco Ita teve sua formação a partir de uma mobilização participativa e endógena de sua comunidade. As principais decisões do Ita são tomadas por meio da atuação de dois tipos de comitês; o comitê de análise de crédito que é composto por 7 membros do assentamento os quais colaboram voluntariamente com o processo que envolve a aprovação e acompanhamento dos serviços de crédito, além de contribuir com a própria formulação dos critérios e políticas dos serviços do Ita; e o comitê gestor que tem maiores responsabilidades em relação a atuação geral do Banco Ita.

O comitê gestor é composto por dois cargos que em momentos de disponibilidade de recursos recebem remuneração, o primeiro cargo é ocupado por um agente de desenvolvimento solidário e o segundo um agente de crédito, mas ressalta se que a realização das tarefas gerais do banco comunitário são partilhadas pelos dois agentes. Quando há remuneração para o comitê gestor a fonte desses pagamentos são garantidos por meio da participação em editais, principalmente os que são realizados pela SENAES. Esse projeto de participação em editais também eram promovidos, sobretudo, pela Entidade Ateliê de Idéias do Banco Bem em Vitória – ES que captava recursos junto a SENAES para apoiar a atuação de 10 bancos comunitários da região Centro Oeste, entre eles o Banco Pire e o Banco Ita.

Em algumas situações, além dos serviços de crédito, agentes do comitê gestor atuam realizando serviços de assessoria ou consultoria para organizar e fortalecer o desempenho de empreendimentos e grupos produtivos dos assentados.

Há alguns critérios para prioritários para ser beneficiado com os serviços de crédito tais como, ser morador do assentamento a mais de 1 ano. Com o intuito de atender um número maior de pessoas a prioridade dos serviços de crédito são direcionadas aos indivíduos ou grupos produtivos que foram beneficiados menos de três vezes pelos créditos do Ita. Além disso os assentados que realizam sua produção dentro da proposta agroecológica também são priorizados no atendimento.

No assentamento Itamarati há diversos empreendimentos, alguns realizam a produção de alimentos como panificados, doces, queijo. Mas merece destaque a predominante produção agrícola de hortaliças e frutas que é bastante estimulada pelos programas de compras públicas dos governos municipais ou federais, no caso o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) é o próprio Governo Federal que garante os pagamentos.

A partir da atuação dos serviços de finanças solidárias realizadas pelo Banco Ita, os pequenos produtores da comunidade passaram a adotar estratégias de cooperação de maneira mais efetiva dentro da comunidade.

A troca de experiências produtivas é bastante articulada entre os assentados, por meio do apoio e mobilizações promovidas pela atuação do Banco Ita, seus membros, empreendimentos e grupos frequentemente realizam visitas e encontros em benefícios dessa finalidade. Um exemplo interessante é a parceria com o Núcleo de Agroecologia para apoiar e incentivar a estratégia de produção agroecológica entre os beneficiados dos serviços de crédito e demais produtores do assentamento.

Desse modo, além dos serviços de empréstimos e consultoria financeira, o Banco Ita se articula com o Grupo de Agroecologia para promover apoio técnico e assessoria agroecológica aos assentados.

A Associação da Escola de Família Agrícola na Fronteira (AEFAF), que também foi uma importante entidade proponente do Banco Comunitário Ita, inicialmente surgiu para mobilizar a criação de uma escola agrícola para a comunidade, mas que tem atuado dentro do assentamento como uma das principais representantes da articulação colaborativa entre os

moradores e produtores assentados. O principal espaço de cooperação econômica entre os assentados é a Cooperativa de Comercialização do Assentamento Itamarati.

São identificados raras iniciativas de empreendimentos de cooperativa de produção dentro do assentamento. No entanto, as máquinas e equipamentos agrícolas, como tratores e arados, na maioria dos casos são compartilhados por meio da utilização rotativa entre os assentados. Há exemplos recentes da aquisição de maquinário a partir da mobilização da Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF) junto a financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em benefício dos produtores do assentamento.

As diversas parcerias apoiadoras do Banco Ita são fundamentais para viabilizar as condições de sua atuação. Entre as entidades pode ser destacado a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Banco Comunitário Pire de Dourados – MS, a Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS), a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e no próprio Assentamento Itamarati existe contribuições importantes por parte das diversas associações e cooperativas organizadas pelos assentados, tais como Associação da Escola de Família Agrícola na Fronteira (AEFAF), a Associações de Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI), a Funcionários Associados da Fazenda Itamarati (FAFI), dentre outras.

Na fase de consolidação do Banco Ita, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários promoveu apoio fundamental prestando serviços de formação do comitê gestor e dos agentes de crédito, e fornecendo assessoria direta acerca da metodologia de implementação de banco comunitário. A confecção de moeda social também teve participação da RBBC.

As despesas correntes de funcionamento do Banco Ita são pouco significativas, não há gasto com aluguel, água ou energia pois o espaço que sedia as instalações do banco comunitário é cedido pela prefeitura do município de Ponta Porã. Os equipamentos operacionais do banco foram adquiridos principalmente por meio do acesso a recursos de editais. Uma dos principais gastos correntes são os custos com combustível necessários para fazer visitas de acompanhamento junto membros do assentamento que são beneficiados e que fazem demandas pelos serviços de crédito.

Desde o início de sua atuação com os serviços de crédito solidário, o Banco Ita tem como principal fonte de receitas financeiras os recursos de doações de pessoas físicas. No

entanto, atualmente, uma significativa parcela de suas receitas financeiras é proveniente da realização periódica de um bazar que o Banco Ita organiza para arrecadar recursos, este bazar de comercialização solidária é mantido por produtos doados pela própria comunidade.

Por sua vez, quando existem fontes de remuneração para os trabalhadores do comitê gestor do banco, composto por um agente de desenvolvimento solidário e um agente de crédito, a principal origem desses recursos são provenientes da participação em editais. Porém, na maior parte do tempo não há disponibilidade de recursos provenientes de editais, e os membros do comitê gestor continuam realizando o trabalho diário do banco apenas de forma voluntária.

Mesmo ampliando seus recursos de empréstimo ao longo do tempo, o Banco Ita nunca consegue atender de imediato toda a demanda por serviços de crédito existente no assentamento, desse modo os empréstimos são realizados de forma rotativa a partir de alguns critérios de prioridade de atendimento. O Banco Ita registra mensalmente uma média de 17 pessoas que ficam na lista de espera dos serviços de empréstimo.

O valor atual do fundo de empréstimo do Banco Ita corresponde a soma de R\$ 35.000,00. Com o valor do fundo existente o Ita consegue realizar ainda um fluxo anual de cerca de R\$ 100.000,00 de empréstimos, desse modo o Banco Ita consegue promover uma grande alavancagem de seu fundo de empréstimos. No entanto, estima-se que seriam necessários um fundo de cerca de R\$ 100.000,00 para atender satisfatoriamente toda a demanda de serviços de crédito para os assentados.

Uma dos maiores desafios do Banco Ita é garantir melhores condições de remuneração estável para os seus membros responsáveis, necessidade de realizar trabalho voluntário para manter o funcionamento dos serviços do banco comunitário gera grandes dificuldades de renda para seus gestores responsáveis.

Serviços de crédito solidário: fatores empíricos

A partir da contribuição dos serviços de crédito solidário que o Banco Ita disponibiliza surgiram diversas experiências e empreendimentos produtivos no Assentamento Itamarati. Desde de o início de sua atuação, o Ita tem priorizado seus serviços para a geração de renda,

diversos modalidades de empreendimentos são apoiados, mas na maioria das vezes são atendidos os pequenos produtores agrícola do assentamento, considerando que também representam a maioria das iniciativas de geração de renda da comunidade. Por meio da atuação do Ita identifica se um significativo crescimento da produção de hortaliças e frutas por parte dos assentados.

Apesar da contribuição fundamental dos serviços de crédito do Banco Ita em disponibilizar recursos que viabilizam várias atividades produtivas e de geração de renda no assentamento, ainda é bastante limitada sua capacidade em atender a totalidade das demandas por financiamento produtivo por parte dos assentados, considerando os limites do próprio fundo de empréstimo do Banco Ita.

O Banco Ita trabalha com apenas duas modalidades de serviços financeiros, o crédito produtivo e o crédito para consumo disponibilizado em moeda social. Dentro do crédito produtivo são atendidos várias iniciativas de geração de renda. O crédito para consumo é disponibilizado sempre em moeda social e é destina as pessoas que se encontram em situação de necessidades emergenciais, no entanto, como não se cobra nenhum juro nos empréstimos realizados em moeda social existe maior limitação de recursos para serviços de empréstimo dessa modalidade.

A principal fonte de renda dos assentados derivam fundamentalmente de suas atividades de produção rural, representadas em grande parte pela produção de hortaliças, frutas e leite.

Uma das maiores dificuldades de acesso aos serviços bancários por parte dos assentados decorre do grande distanciamento da região em relação aos centro urbanos dos municípios, desse modo não há nenhuma organização que forneça serviços bancários nas proximidades do Itamarati.

Diversas pessoas da comunidade recebem benefícios de programas sociais e necessitam se deslocar até as localidades urbanas dos municípios mais próximos onde atuam bancos comerciais. O banco comercial mais próximo do assentamento se encontra a 50 quilômetros de distância.

Atualmente o banco comunitário atende cerca de 360 pessoas com os serviços de microcrédito solidário, no entanto, mais de 50% dos assentados que solicitam os serviços acabam ficando na lista de espera.

O Banco Ita tem sido incentivado pelos assessores da Rede Brasileira de Bancos Comunitários a utilizarem a plataforma digital de serviços de pagamento e de correspondência bancária denominada de e-dinheiro.

No caso do Banco Pire, a utilização dos serviços de correspondência bancária da plataforma digital tem sido utilizado com bons resultados. No entanto, no caso do Banco Ita a situação é mais complexa, os gestores identificam maior dificuldade pelo risco de guardar somatórias de valores superiores e pela falta de pessoas com disponibilidade de tempo para realizar ainda mais atividades operacionais. Desse modo, o Banco Ita se posicionou por não adotar a metodologia.

A aprovação dos serviços de crédito não levam em consideração qualquer situação anterior de inadimplência junto a alguma entidade comercial ou financeira, o principal quesito é o aval do comitê de crédito e dos gestores mais responsáveis do Ita que realizam visitas de acompanhamento para análise das demandas de empréstimos junto aos tomadores de crédito do assentamento. Nesse processo, a comunidade colabora com informações acerca da credibilidade dos tomadores de empréstimos, em muitos casos a reprovação se dá pela falta do aval da comunidade para alguns indivíduos, o que lhes impede o beneficiamento dos serviços de empréstimos do Banco Ita.

O crédito produtivo tem como principal finalidade a aquisição de insumos e equipamentos para viabilizar condições de produção dos assentados, frequentemente há gastos com material de irrigação ou transporte, por exemplo.

A definição dos juros de 1% ao mês para as modalidades de serviços de crédito produtivo foi definida com a finalidade de contribuir com os próprios custos operacionais do banco comunitário, se trata de um valor simbólico que foi estabelecido com a participação dos próprios assentados.

A política de crédito do Banco Ita não concede período de carência para evitar maiores atrasos do retorno e da disponibilidade dos recursos de empréstimo. Os pagamentos podem ser parcelados em até 6 vezes.

Para o crédito produtivo o Banco Ita trabalho com as linhas de valores de R\$ 300,00; R\$ 500,00; e até R\$ 700,00. Por mais que os valores pareçam pouco, dificilmente o produtor agrícola do assentamento tem a disponibilidade pessoal de R\$ 700,00 para investir sem acionar algum serviço de empréstimo. Desse modo, os valores disponibilizados pelo Ita acabam ajudando muito a realização da produção dos assentados que a partir que viabilizam sua geração de renda consegue pagar as parcelas de seus empréstimos.

A linha de empréstimo para consumo em moeda social pode ser realizada nos valores equivalentes a R\$ 50,00; 100,00; e 150,00. Com prazos de pagamento de até 30 ou 60 dias, sem a cobrança de juros. A **tabela 3** apresenta alguns dados gerais das movimentações financeiras anuais do Banco Comunitário Ita.

Tabela 4: Relatório geral de movimentações financeiras anuais do Banco Ita

Movimentações	Ano de 2012	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016
Valor liberado em crédito	R\$ 17.800,00	R\$ 27.500,00	R\$ 36.350,00	R\$ 50.910,30	R \$27.900,00
Pagamento de parcelas/valor recebido	R\$ 11.390,00	R\$ 24.062,43	R\$ 31.120,30	R\$ 48.556,09	R\$ 34.064,49
Doações/ arrecadações recebidas	R\$ 23.950,00	R\$ 783,00	R\$ 12.870,00	R\$ 7.275,00	-
Despesas: Capacitações e com o Banco	R\$ 3000,00	R\$ 1.583,10	R\$ 333,39	-	-
Resultado Total	R\$ 53.140,40	R\$ 52.345,43	R\$ 80.340,30	R\$ 106.761,19	R\$ 61.946,49

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco Ita.

Desde o início da atuação do Banco Ita em 2012, os anos de 2014 e 2015 tiveram as maiores movimentações de serviços de crédito oferecidos a comunidade, com os valores de R\$ 36.350,00 e R\$ 50.910,30 respectivamente.

Nos casos de atraso de um ou dois meses dos pagamentos das parcelas, os gestores do Banco Ita buscam entrar em contato com esses tomadores de crédito, na ausência de justificativa podem ser cobradas multas pelos atrasos.

No entanto, são muito raros os casos de inadimplência, na história da atuação desse banco comunitário apenas duas pessoas não conseguiram quitar algumas parcelas por passar por situações de emergência e ir embora do assentamento. Identifica se que esses bons

resultados o engajamento e colaboração da própria comunidade e o empenho de acompanhamento do comitê de análise de crédito.

Moeda social: fatores empíricos

No início da implementação do Banco Ita, a comunidade foi convidada a contribuir com a elaboração da arte da moeda social fato que facilitou sua divulgação e compreensão entre os assentados.

O município de Ponta Porã onde se encontra o Assentamento Itamarati, está localizado numa região que faz fronteira com o Paraguai. Como alguns produtos são mais baratos na fronteira, muitos assentados realizam boa parcela de seus gastos de consumo em comércios atuantes dentro Paraguai, essa situação enfraquece a circulação e geração de riqueza dentro do assentamento, prejudicando a economia local.

Desse modo, especialmente no caso do Banco Ita, a modalidade de crédito para consumo fornecidos em moeda social tem um papel importante para incentivar que os gastos sejam realizados dentro da comunidade, já que a moeda social Ita é aceita apenas pelos comerciantes do assentamento Itamarati.

O perfil dos supermercados e lojas de materiais de construção que representam a maioria dos comércios do assentamento, cerca de 5 supermercados e 4 lojas de materiais de construção, são empresas com um tamanho significativo, de médio porte, e seus proprietários não são da localidade, se tratam de proprietários externos do Assentamento Itamarati.

Os principais pontos de gastos em consumo da região são os supermercados atuantes, a moeda social Ita é bem aceita entre esses espaços comerciais, no entanto, não se identifica a colaboração por parte desses comerciantes para a continuidade de sua circulação da moeda social que quando chegam nesses espaços demandam imediatamente a troca por reais. Os representantes do Banco Ita já tentaram conscientizar os comerciantes para contribuírem com a circulação da moeda social por meio da utilização da moeda Ita como troco e da realização de descontos, no entanto, os comerciantes mostraram resistência, a tentativa não teve sucesso. Os comerciantes alegariam que a existência da moeda social não alteram seus ganhos.

Existe no assentamento Itamarati uma considerável dinâmica de comercialização de serviços e produtos endógenos, ofertados e demandados pelos próprios assentados. Essa situação é promovida sobretudo pela própria conscientização e iniciativas dos membros e entidades do assentamento que buscam a estratégia de fortalecer a articulação da economia solidária entre os membros da comunidade. Merece destaque o exemplo da frequente realização de espaços de feiras comerciais para a venda dos produtos dos assentados, além disso grande parte dos produtores tem o hábito de oferecer seus produtos de porta em porta dentro do assentamento, incentivando a configuração de uma rede de trocas comunitárias no Assentamento Itamarati.

Um resultado interessante, é que nesse circuito de economia local mobilizado dentro da própria comunidade identifica-se uma maior valorização da circulação da moeda social entre os próprios membros do assentamento, que utilizam a moeda social Ita para adquirir serviços ou produtos alimentícios fornecidos por outros pequenos produtores ou assentados. Desse modo, a circulação de riqueza local é bastante fortalecida dentro do assentamento, ampliando a renda e melhorando a qualidade de vida de seus membros.

Existe uma boa conscientização por parte da comunidade do assentamento em relação ao papel da moeda social de contribuir para o fortalecimento endógeno da economia local, interessada em beneficiar esse processo, existem casos de que membros da comunidade se deslocam até o Banco Ita no intuito de trocar reais para utilizar as moedas sociais.

Desenvolvimento local: fatores empíricos

A disponibilidade dos serviços de crédito realizado pela atuação do Banco Ita tem sido fundamental para viabilizar grande parte da ampliação e fortalecimento de projetos produtivos dos assentados do Itamarati.

Essa iniciativa de finanças solidárias tem contribuído para importantes transformações como a maior geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária, promovendo como resultado o atendimento de necessidades prioritárias dos assentados e melhoria da qualidade de vida. A principal fonte de renda dos assentados que demandam pelos serviços de crédito do Banco Ita, tem sido sua própria produção, o que indica uma condição de maior sustentabilidade da economia local dessa comunidade.

Além de ter acesso a melhores condições para viabilizar suas atividades produtivas, os pequenos agricultores do assentamento tem se beneficiado com estratégias de comercialização que se configuram em circuitos produtivos solidários e alternativos a situação de vulnerabilidade que caracterizam a inserção nos mercados competitivos.

Somente no domingo não é realizado a principal feira de comercialização do assentamento. A frequente realização das feiras de comercialização, incentivada pelo Ita e apoiada por outras entidades de atuação solidária da comunidade, tem garantido maior aproximação sinérgica entre o processo de produção local e consumo endógeno dos assentados. Por meio da mobilização de incentivo promovida pelo Banco Ita identifica se uma maior conscientização para a organização comunitária em bases associativas e solidárias, esse processo de empoderamento dos assentados tem fortalecido a construção de uma ação social mais participativa e coletiva, o que tem potencializado a emergência de alternativas de relações de trabalho e processos produtivos.

No entanto há muitos desafios e dificuldades dentro da realidade do Assentamento Itamarati que prejudica a qualidade de vida de sua comunidade. Os problemas de infraestrutura e de acesso a alguns serviços públicos básicos são alguns exemplos de destaque, o assentamento não tem acesso a saneamento básico.

Provavelmente o marcante histórico de construção e organização do assentamento fortemente ligado a atuação de vários movimentos sociais entidades solidárias da própria comunidade do Itamarati, tem um papel importante nos seus evidentes resultados de sucesso do fortalecimento da economia solidária e desenvolvimento local participativo.

Nesse processo, merece destaque a parceria do Banco Ita com as demais entidades solidárias e movimentos sociais do assentamento para a frequente realização de encontros e atividades direcionadas a capacitação formativa e de esforços pedagógicos em favor do desenvolvimento de uma consciência de empoderamento comunitário que também contribui com os bons resultados de toda a sinergia da organização socioprodutiva e solidária do Assentamento Itamarati.

6.3 O Projeto Pet Mania e Sua Moeda Social - Campo Grande/MS

Apresentação e contextualização da experiência

O projeto Pet Mania é promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Evangélico (IDE), uma ONG de apoio e serviço a crianças e adolescentes carentes, encontra-se localizado na região sudeste de Campo Grande – MS, em uma comunidade periférica denominada de bairro do Portal Caiobá. Tem seu funcionamento baseado na coleta de materiais recicláveis e na circulação de uma moeda local com a finalidade de gerar recursos para o IDE e melhorar a qualidade de vida das comunidades atuando na área social, econômica e ambiental. De acordo com a conceituação dada pela instituição, trata-se de uma tecnologia social, pois “compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (FBB, 2016).

A respeito da conceituação, recente, de tecnologia social – conceito que também pode despontar como categoria analítica do fenômeno estudado – Dagnino, Brandão e Novaes (2004) ressaltam os processos de inovação coletiva conduzidos por atores que desenvolvem formas tecnológicas a partir do próprio local no qual estão inseridos. Portanto, ao se considerar as tecnologias sociais no âmbito da inovação tecnológica, esta “não pode ser pensada como algo que é feito num lugar e utilizado em outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que vão utilizá-la” (DAGNINO, BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 57).

O município de Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul, possui aproximadamente 8.069 km² e 853.622 habitantes e é organizado demograficamente em sete regiões, as quais, exceto a região central, recebem como nome os córregos que cortam a cidade de acordo com sua proximidade com relação a eles (IBGE, 2014). Dessa forma temos a região do Anhanduizinho, do Bandeiras, do Imbiruçu, da Lagoa, do Prosa e do Segredo. O bairro Caiobá, área na qual a moeda social do Projeto Pet Mania é utilizada, encontra-se inserido dentro da região do córrego Lagoa. Segundo levantamento realizado pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (2015), essa região possui aproximadamente 105 mil pessoas, e o bairro Caiobá possui cerca 20 mil habitantes.

Ainda segundo estimativas da PLANURB (2015) 72,86% dos moradores do bairro afirmam possuir renda com o valor máximo de um salário mínimo e a renda per capita na região é de R\$ 299,66 por mês. A comunidade da região é formada por várias etnias, inclusive por alguns grupos indígenas, porém a maioria se considera de cor parda. Não existem muitas organizações ativas no bairro, restringindo-se a alguns clubes de mães e principalmente igrejas.

O Instituto de Desenvolvimento Evangélico (IDE) é uma Organização Não Governamental (ONG), que surgiu em 2000. Em 2002 foi celebrado o primeiro convênio com a Secretaria de Assistência Social do Governo de Mato Grosso do Sul, iniciando o atendimento de mais 120 crianças na região de Nova Lima. Em 2006 iniciou-se um novo Projeto no Bairro Portal Caiobá, passando a atender 150 crianças nesta comunidade em 2007, com o apoio de uma organização Internacional. Em 2008 e 2009 o projeto foi contemplado pelo edital de projetos do Criança Esperança/UNESCO e pelo Instituto Energias do Brasil. Em 2010 a entidade recebeu recursos da Petrobrás/FIA, por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Grande (IDE, 2015).

Atualmente a instituição desenvolve seus projetos em parceria com diversas organizações comunitárias, igrejas, CEINFs e escolas da rede pública de ensino, atendendo cerca de 1200 crianças, adolescentes e jovens de 0 a 29 anos, sendo patrocinada pelo Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, entre outros parceiros. De acordo com o seu Estatuto, o IDE possui como ação prioritária, o desenvolvimento de projetos sócio-educacionais que façam garantir à criança e ao adolescente o direito à educação, à alimentação, ao lazer, ao esporte, à cultura, à profissionalização, à saúde, à dignidade e à vida. O projeto social também atende mães e pais dentro da comunidade com oficinas profissionalizantes.

O IDE também faz parte da Rede Uns Por Todos, uma iniciativa que busca promover a cooperação mútua entre Ong`s, Oscip`s, Igrejas, Associações de Moradores, Clube de Mães, Escolas públicas Municipais e Estaduais, Centros de Educação Infantil – CEINF`S, Líderes comunitários e todos os atores sociais das regiões em risco social que essas instituições desenvolvem seus projetos. Essa rede tem como prioridade fortalecer as ações sociais na proteção das crianças, adolescentes e famílias, por meio da troca de experiências, articulações, diálogo, participação, apoio técnico, eventos, divulgação, doações e outras ações que possam fortalecer a estrutura administrativa, física, técnica, política, burocrática, visual,

representativa, social, educacional e sustentável de cada instituição que faz parte desta rede (IDE, 2015).

O projeto Pet Mania e sua moeda social: lógica de funcionamento e informações

A ideia surgiu em uma viagem que o idealizador do projeto Pet Mania fez ao Egito no ano de 2011, em meio à chamada Primavera Árabe, cenário caótico de insegurança social que despertou-o para a necessidade de desenvolver projetos sociais com materiais de resíduos.

A proposta foi conduzida a partir da análise da realidade social e ambiental de onde atua o IDE, no bairro Caiobá. A implantação teve início no ano de 2012, mas desde então passou por alguns importantes momentos de adaptação e desenvolvimento até a consolidação no início de 2015.

A referência da atuação do Banco Palmas foi uma grande inspiração para implementar uma moeda social no projeto. Outra grande motivação para o desenvolvimento do projeto foi a busca para geração de recursos e financiamento para o funcionamento do IDE. Atuando no terceiro setor, o IDE enfrenta diversos desafios para manter sua sustentabilidade, diante da dificuldade de captar recursos, os gestores do IDE estavam preocupados em criar alternativas de fonte de renda para a instituição além dos convênios e editais.

Em síntese, a lógica de funcionamento do projeto e circulação da moeda pode ser explicada em três fases, sendo a primeira baseada na mobilização da comunidade em prol da coleta seletiva de materiais recicláveis como garrafas Pet e latinhas de alumínio. O IDE desenvolve todo um trabalho de conscientização nesse sentido.

No segundo momento, acontece a troca, momento no qual os colaboradores da comunidade levam o material reciclável à sede do IDE para receber o valor do material coletado em Ideais, a moeda social local criada pelo projeto.

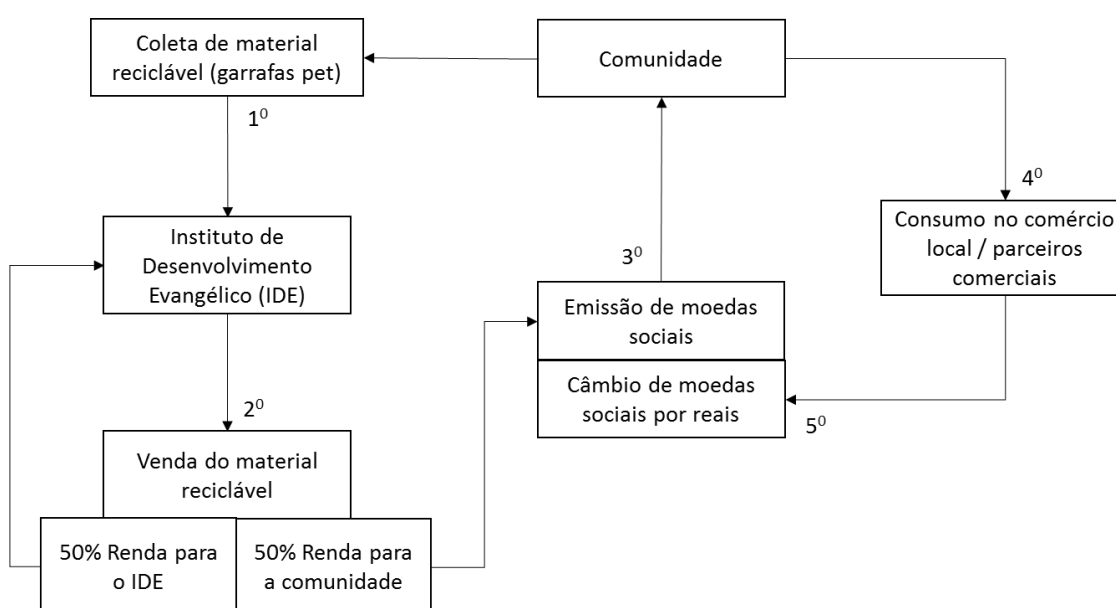
Por seu turno, o terceiro momento ocorre com a utilização dos Ideais pelas pessoas para adquirirem produtos nos comerciantes parceiros do bairro e do projeto Pet Mania. Conforme constatou-se, a partir de 2015 a moeda ganha aceitação em três pequenos

comércios de conveniência e mercearia. A moeda social Ideal ainda pode ser utilizada na compra de outros produtos no bazar solidário, organizado também pela instituição.

Por seu turno, no terceiro momento ocorre a emissão de moedas sociais para os membros da comunidade que contribui com o projeto, os quais podem utiliza-las para adquirir produtos nos comerciantes parceiros do bairro e do projeto Pet Mania. Conforme constatou-se, a partir de 2015 a moeda ganha aceitação em três pequenos comércios de conveniência e mercearia. A moeda social Ideal ainda pode ser utilizada na compra de outros produtos no bazar solidário, organizado também pelo IDE.

Os membros do IDE que atuam no projeto vendem os materiais recicláveis no mercado em moeda corrente, sendo que 50% do valor arrecadado em dinheiro é aplicado em benefício da sustentabilidade da instituição e a outra parte é aplicada para lastrear a emissão de moedas sociais realizando se sua compra ou resgate junto aos parceiros comerciais do projeto, ou seja, os Ideais são comprados em um segundo momento para dar continuidade ao seu ciclo de circulação. A **figura 6** apresenta um fluxograma que representa de forma sintética o processo de funcionamento do projeto Pet Mania e circulação de sua moeda social.

Figura 6: Fluxograma de funcionamento do Projeto Pet mania e sua moeda social



Fonte: Elaborado pelo autor

O valor de cada Ideal é indexado ao preço de mercado da Pet, e equivale a exatamente metade do valor de venda do seu quilo. A troca de outros materiais recicláveis, como latinhas

de alumínio, também é baseada no valor relativo da Pet. Flutuações de mercado no preço da Pet refletem em alterações proporcionais no valor do Ideal, por mais que o preço do quilo da Pet apresente cotação estável ao longo do tempo, sem grandes oscilações. Sendo que 1 Kg de Pet equivale a aproximadamente 20 garrafas, em 2015 o preço do quilo da Pet permaneceu em R\$ 0,80 e desse modo cada Ideal teve valor correspondente a R\$ 0,40.

Assim, metade do valor gerado pela mobilização da atividade de coleta de material reciclável é utilizado para a manutenção e sustentabilidade das ações e projetos sociais para as crianças atendidas pelo IDE, um benefício que também retorna diretamente a comunidade.

São cerca de 1.200 famílias que são atendidas pelo IDE e que colaboram com as atividades do projeto Pet Mania. Se tratam de famílias que se encontram em situação de risco social e são beneficiadas tanto pelo apoio do IDE como pela renda extra garantida com a participação no projeto. A estimativa dos gestores é que são coletados cerca 250 garrafas Pet por semana no Bairro, que equivale a cerca de mil quilos de Pet por mês.

A estimativa dos gestores é que são coletados cerca 250 garrafas Pet por semana no Bairro, cerca de mil quilos de Pet por mês, o que equivale aproximadamente ao valor de R\$ 800,00 por mês.

Um outro desdobramento importante a ser ressaltado do projeto encontra-se na sua relação com a questão ambiental conforme será destacado na próxima seção.

Resultados do projeto Pet Mania na perspectiva das moedas sociais e desenvolvimento local

A Pet Mania e a circulação de sua moeda local é uma experiência recente e em processo de maturação, mas já apresenta importantes contribuições para a comunidade e para a ONG.

A forma de moeda local da experiência analisada apresenta importantes características e peculiaridades que a distingue das demais moedas paralelas encontradas na literatura. A maioria das moedas sociais em circulação no Brasil são criadas e geridas por Bancos Comunitários de Desenvolvimento, como o caso do Banco Palmas que atua com a finalidade de prestar serviços de microfinanças solidárias para o desenvolvimento da comunidade.

Diferentemente das moedas sociais controladas pelos BCD's, que conforme a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006) são lastreadas em moeda corrente ou em reais, os Ideais, moedas locais criadas a partir da Pet Mania, tem seu valor lastreado na atividade de coleta seletiva de materiais recicláveis dentro da comunidade, com base no preço da Pet.²⁴

A validade da moeda Ideal dentro do bairro do Portal Caiobá é fortemente ligada à sua aceitação social na comunidade e parceiros comerciais, o que foi possível em grande parte pelo respaldo que o IDE tem dentro da comunidade por seu engajamento com a melhoria da qualidade de vida das famílias.

De fato, a utilização da moeda junto ao projeto Pet Mania no bairro do Portal Caiobá tem promovido efeitos benéficos diretos para a comunidade em três segmentos importantes, no ambiental, saúde pública e socioeconômico. Desse modo pode se considerar uma destacada experiência de desenvolvimento local caracterizado pela mobilização da participação comunitária, uma experiência que promove importantes relações de solidariedade local e benefícios de interesse coletivo.

Na área ambiental as melhorias são expressivas, desde a implementação do projeto houve uma significativa redução da quantidade de lixo espalhado pelo bairro, identifica se uma mudança geral de comportamento entre os membros da comunidade em relação a maior conscientização sobre a necessidade da realização de atividades de reciclagem de resíduos.

As atividades do projeto tem promovido significativa redução dos casos de dengue, o que se reflete em efeitos positivos até para a saúde pública. De acordo com o índice de infestação de Dengue proposto pelo Ministério da Saúde, que varia de 1% a 5%, conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande (2015) a diminuição de casos de dengue na região do portal Caiobá apresentou redução de 3% para 1% desde a implantação do projeto Pet Mania, graças à forte redução da quantidade de lixo e resíduos espalhados pelos diversos espaços da comunidade.

Na dimensão socioeconômica a experiência contribui para a criação e fortalecimento de laços de proximidade entre os membros da comunidade a partir das relações de confiança e solidariedade (identidade) que envolvem a utilização da moeda social. Mobilizando a

²⁴ Esse processo tem paralelo com a teoria monetária marxista (MARX, 1996) que compreende a origem das diferentes formas de moeda (equivalente geral) a partir da realização de trabalho dentro de algum processo produtivo o que corresponde criação de valor em sua dimensão social.

comunidade para a atividade de coleta seletiva de materiais recicláveis o projeto promove a geração de valor que contribui para complementar a renda das famílias.

Os ganhos em moeda social são utilizados pelas famílias essencialmente para o consumo de alimentos como pães e frutas, e graças aos descontos com os parceiros locais ainda adquirem maior poder aquisitivo, evidenciando que a circulação da moeda através do projeto contribui para o atendimento das necessidades básicas das famílias de baixa renda da região, e melhorando suas condições de qualidade de vida.

A educação financeira das crianças e famílias é um efeito positivo, já que se envolvem com decisões de gasto e poupança. O aumento do poder de compra das famílias que fazem seus gastos em Ideais é um importante benefício, já que os parceiros do comércio local geralmente dão descontos de pelo menos 5% para quem utiliza as moedas sociais, o que amplia as condições de atendimento das necessidades básicas dos moradores.

Por sua vez, os parceiros comerciais são beneficiados com a divulgação e melhoria da imagem de seus pequenos empreendimentos a partir da parceria com o IDE, também acabam ganhando mais fidelidade dos clientes que utilizam a moeda social. O reconhecimento que os parceiros comerciais tem da importância que o IDE representa para o bem estar da região é outro fator percebido que contribui para a colaboração dos comerciantes com o projeto.

Na dimensão do desenvolvimento local, pode se ressaltar também que a utilização da moeda social a partir do projeto Pet Mania apresenta contribuições importantes. Primeiramente a emissão da moeda é diretamente associada a ativação de capacidades produtivas endógenas e criação de riqueza local por meio da mobilização de atividade de coleta seletiva de resíduos no bairro. Desse modo cria condições para que a comunidade melhore sua própria qualidade de vida, reflexo dessa maior capacidade dos membros da comunidade de influenciar a reprodução social no espaço em que vivem.

Identificou-se que a aceitação da moeda social pela comunidade e parceiros também estreita os laços de proximidade solidária nas relações econômicas do território, conscientiza os moradores da importância de comprarem e contribuírem com as necessidades da economia local. Por ser uma forma de moeda com finalidade sociais promove uma transformação nos valores associados a atividade de produção e troca, a cooperação e solidariedade se tornam base para a organização de uma rede de produção e consumo local.

Os dados qualitativos obtidos a partir do processo de pesquisa a campo corroboram as colocações de Primavera (2002) a qual enfatiza que a criação de moedas locais serve de instrumento de conscientização e emancipação das economias populares.

Apesar da amplitude de circulação da moeda social não inserir a maior parcela de membros de sua comunidade, existe o potencial para resultados mais significativos por meio da ampliação da lógica de funcionamento e do tamanho do projeto. A moeda social Ideal possui ainda a capacidade para adquirir uma abrangência muito maior, pois apresenta potencialidade para servir de base para implementação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento para realizar a prestação de serviços de crédito solidária, o que possibilitaria um aumento ainda mais significativo da expansão e geração de benefícios para a comunidade. Nesse sentido destacamos a importância para a mobilização de atores capazes de viabilizar os recursos necessários a essa ampliação do projeto, como militantes da economia solidária, acadêmicos interessados em atividades de extensão social, incentivos de políticas públicas, ONG's e organizações de interesse privado.

Em relação a outras moedas sociais como as que são geridas por BCD's, a moeda social do projeto Pet Mania se mostrou com maior poder de autonomia, a existência dos Ideais depende da ativação de capacidades produtivas da própria comunidade, por isso apresenta um forte potencial de sustentabilidade gerando recursos para o IDE e renda pra comunidade.

Em síntese, o resultado do estudo do caso do projeto Pet-Mania e sua moeda social apontou para benefícios em três segmentos importantes da comunidade, o segmento ambiental com maior limpeza do bairro e redução dos casos de dengue, segmento social gerando relações de proximidade e solidariedade entre os membros da comunidade e o desenvolvimento econômico local e comunitário no bairro Portal Caiobá, gerando renda e promovendo o atendimento de necessidades a partir da organização de uma rede de produção e consumo no território.

A experiência apresenta um importante diferencial em relação às demais moedas sociais, a moeda Ideal tem lastro produtivo a partir da coleta de materiais recicláveis que resulta da mobilização que o projeto Pet-Mania promove dentro da comunidade, principalmente garrafas Pet, além de contribuir com atividades voltadas à sustentabilidade ambiental na região.

Identifica se que essa moeda alternativa potencializa a produção e circulação de riqueza local, pautada em laços de proximidades entre os membros de sua comunidade. Além de incrementar a renda dos moradores, as compras com Ideais aumenta o poder de compra dos participantes que ganham descontos junto aos comércios parceiros do projeto. Merece destaque que a sensibilização e conscientização da comunidade em relação aos benefícios do projeto é fundamental para os seus resultados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos investigar as contribuições das experiências de serviços de crédito solidário e moedas sociais enquanto estratégia política e comunitária de desenvolvimento local de caráter participativo, dentro do escopo de construção da economia solidária e de alternativas de reprodução social frente ao capitalismo e suas contradições.

O juro corresponde ao preço cobrado pelas atividades de empréstimos, em outras palavras se trata da imposição do direito de rendimento exigido pelos serviços de dívida. Na circulação capitalista essas atividades ligadas a atuação dos bancos comerciais e seu sistema de crédito servem de base para emissão de moeda escritural e fiduciária – a forma de equivalente geral que mais se generaliza neste modo de produção, processo este historicamente subordinado as finalidades sistêmicas da acumulação capitalista.

Assim, o juro é um atributo típico de representação do capital em suas ilimitadas possibilidades de capitalização de rendimentos com a finalidade da máxima apropriação de excedente de trabalho humano sob diferentes formas de riqueza social, muitas vezes especulativas. A criação da riqueza monetária e financeira, que histórica e gradativamente se distanciam de funcionalidade ao processo produtivo, tem como principal mecanismo a criação de dívidas cujo os custos correspondem a mesma taxa de juros.

Essas condições implicam na própria reprodução de escassez social dos recursos monetários (meios de circulação) ou de financiamento que ainda se reflete na concentração de riqueza sob a forma de capital. A precariedade social relacionada a exclusão financeira pode ser entendido como facetas desse processo.

A essência das finanças tem por base relações de confiança entre agentes credores e tomadores de empréstimos. Entretanto, no sistema capitalista essa relação é gradativamente monopolizada pelo capital financeiro com a finalidade de alavancar o processo de acumulação de capital que a partir de suas contradições promove a expansão e domínio de formas especulativas e parasitárias de riqueza financeira. Em síntese tais contradições ocorrem dentro de uma dinâmica de separação gradativa ou de autonomização relativa entre a ilimitada criação de direitos financeiros sobre a produção futura e as limitadas condições de produção efetiva de valor, processo que aqui denominamos de financeirização associado historicamente

a configuração e hegemonia das atuais políticas neoliberais e de precarização econômica e social daqueles que vivem do trabalho.

As finanças solidárias, que aqui nesta pesquisa são representadas principalmente pelas experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, serviços de crédito e moedas sociais, tem um papel importante para democratizar serviços financeiros e contribui diretamente para o fortalecimento e expansão de organizações sócio-produtivas de natureza cooperativa, populares ou solidárias.

Os resultados das experiências empíricas analisadas nesta pesquisa, a saber o Banco Pire, o Banco Ita e a moeda social do Projeto Pet Mania, apresentaram contribuições importantes para a geração de trabalho e renda, e melhoria da qualidade de vida nas comunidades dentro de um processo de organização socioeconômico solidário e participativo.

A criação de moedas sociais possibilita o desenvolvimento criativo de instrumentos de intercâmbio produtivo desvinculados do atributo de cobrança de juros. Assim, quando controladas por seus usuários, as moedas sociais podem ser utilizadas com a finalidade estratégica de enfrentar os problemas da escassez de dinheiro associada a dinâmica econômica concentradora de riqueza. Apesar das limitações políticas e institucionais, as moedas sociais apresentam ainda a potencialidade para promover a ativação de capacidades produtivas, especialmente endógenas, e contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local e solidário das comunidades, contrapondo-se ainda aos efeitos deletérios gerados pela circulação das moedas formais. Para o fortalecimento dessas alternativas de intercâmbio econômico é importante destacar ainda, a necessidade institucional da maior articulação com organizações criadas para a democratização financeira e serviços de crédito solidário.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, importantes iniciativas de economia solidária que atuam no campo das finanças, ainda dispõe de uma série de instrumentos e metodologias mais efetivas para adequar serviços de crédito ao público de baixa renda. A relação de proximidade pessoal entre essas experiências e os tomadores de crédito corresponde a um desses principais instrumentos. Promovem ainda a mobilização comunitária com a finalidade de construir uma alternativa de desenvolvimento a partir das condições de especificidades locais e endógenas, com prioridade para as aspirações sociais derivadas de relações de pertencimento comunitário.

Portanto, mesmo que em dimensões locais, essas experiências também contribuí no âmbito do fortalecimento da economia solidária como um instrumento para a construção de um processo de troca alternativo aos imperativos monetários e financeiros de acumulação de capital.

No entanto, a mera disponibilidade de serviços de empréstimos financeiros desarticulada de uma estratégia de democratização econômica e política mais ampla corresponde a uma condição pouco promissora, incapaz de transformar efetivamente a realidade dos grupos sociais precarizados.

O desenvolvimento local apesar de ser uma alternativa bastante limitada quando articulada apenas dentro de delimitações comunitárias, tem como elemento fundamental a mobilização participativa, dinâmica que também é prioritária para o fortalecimento político da economia solidária e das estratégias sociais de práticas autogestionárias.

Pode se considerar que os serviços de crédito solidário somado, sobretudo, as moedas sociais dentre outros instrumentos alternativos de organização do trabalho e intercâmbio produtivo articulados na proposta de cooperação autogestionária se mostram capazes de disseminar novas relações sociais contra hegemônicas e potencialmente emancipatórias.

Assim, frente ao avanço do desemprego estrutural e das políticas de precarização social na conjuntura neoliberal, resultante das contradições do capitalismo financeirizado, a construção de relações socioeconômicas solidárias, a partir de seus diversos empreendimentos e iniciativas, tem sido uma das principais alternativas de reprodução social e geração de trabalho e renda. Além disso tais relações apresentam elementos que podem contribuir para construção de uma autogestão societal baseado na emancipação dos trabalhadores livremente associados²⁵ dentro do horizonte de superação das contradições do capital e seus antagonismos de classe. No entanto, a luta de classes na esfera política da construção do metabolismo social é ainda a condição fundamental para a superação do sistema de capital.

Porém, é importante ressaltar que para que as finanças solidárias se fortaleçam como uma potencial alternativa às finanças hegemônicas há muitos desafios e limitações a serem superadas em diversas dimensões do metabolismo social e institucional. Tais alternativas

²⁵ A proposta de construção de um sistema comunal baseado na autogestão dos trabalhadores livremente associados é uma perspectiva bastante enfatizada por Meszáros (2002).

encontram limitações e dificuldades similares as barreiras históricas enfrentadas pelas iniciativas e movimentos da economia solidária como um todo.²⁶

A sustentabilidade econômica das experiências analisadas se revelou como um dos seus maiores desafios, já que são mantidos em grande parte por trabalho voluntário e por recursos de doações. Considerando seus importantes resultados para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades afetadas pela situação de pobreza ou escassez, essas experiências de finanças solidárias merecem a mobilização de melhores condições de acesso à recursos públicos.

Mas para que essas experiências de finanças solidárias avancem efetivamente, é necessário sair das dimensões apenas locais ou de delimitações comunitárias e incorporar uma construção social mais ampla e ambiciosa, se colocando em uma situação política mais ofensiva.

A maior ofensiva necessária é a de superação do capital que requer uma histórica estratégia política de construção societal da autogestão, tanto na base material quanto na superestrutura das relações sociais, envolvendo tanto os processos de organização produtiva do trabalho quanto os processos de intercâmbio econômicos para circulação e distribuição do produto ou riqueza social com a finalidade de atender as genuínas necessidades e conscientes aspirações humanas.

Por fim, a partir do conjunto deste processo investigativo, considera-se que alternativas de serviços financeiros e formas de intercâmbio social politicamente construídos com o objetivo de organizar os processos de produção e distribuição para além do sistema de mercado utilitarista, privatizador e competitivo se revelam como portadoras de grande potencial para fortalecer o desenvolvimento de formas de produção essencialmente autogestionárias e participativas, que possa efetivamente contribuir para construção de uma alternativa histórica e estrutural ao modo de produção capitalista.

²⁶ Para uma análise mais aprofundada das limitações e possibilidades da economia solidária diante do modo de produção capitalista ver Gaiger (2003). O autor enfatiza que a economia solidária apesar de conviver com a reprodução capitalista sem eliminá-la ou ameaçá-la de imediato, corresponde a uma forma social de produção que em seu interior nega as relações capitalistas. A emergência da construção e desenvolvimento do trabalho autogestionário e da cooperação para os processos de produção e circulação são as relações que podem gerar as condições materiais de transição histórica à uma nova sociedade dentro de um modo de produção superior do ponto de vista da emancipação do trabalho e de suas forças produtivas. Se na atual fase histórica a maioria das iniciativas solidárias apresentam mecanismos mais experimentais, seu significado tem importância superior ao seu impacto.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H. M. M. Globalização e inovação localizada: experiências e sistemas locais no Mercosul: IBICT, p 181-199, 1999.
- ALMEIDA, T. A. Produção teórica em economia regional: das formulações clássicas aos modelos endógenos de desenvolvimento. Bahia: XII Semana de Economia Universidade Estadual do Sudeste da Bahia-UESB, 2015.
- ALVES, Z. M . B.; SILVA, M. H. G. F. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. Paideia, FFCLRP – USP, Rib. Preto, 2, Fev-Jul, 1992.
- ANDRADE, A. O.; PRATA, V. G.; SOBRINHO, S. B. MANOSSO, O. Banco Comunitário Ita: fomentando iniciativas de trabalho no Assentamento Itamarati. Dourados – MS: Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 7, No. 2, Dez 2012.
- AROCENA, O. Los Paradigmas del Desarrollo y lo "local". In: Cuadernos del Clahe. Montevideo: Clahe, n. 41, p. 5-61, 1988.
- ÁVILA, V. F. Dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (endógeno-emancipatório). Belo Horizonte: Paidéia – Revista do curso de pedagogia da Fumec. Ano 9, n. 12, p. 13-49, 2012.
- BEATRIZ, M. Z.; OLIVEIRA, J. A.; MARCHI, L.; BUENO, G.; CARNEIRO, G. Moeda social: possibilidades e limites – reflexões a partir da implantação do Ecobanco em uma Feira de Economia Solidária. Otra Economía, vol. 10, n. 19, julio-diciembre, 2016.
- BELEI, R. A.; PASCHOAL, S. R.; NASCIMENTO, E.; MATSUMOTO, P. H. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. Caderno de Educação: Pelotas [30]: 187 - 199, 2008.
- BELLUZO, Luiz G. O reinado do capital fictício, 2012. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=192716&id_secao=1>. Acesso em: 20/02/2016.
- BELLUZO, Luiz G. Sistema de crédito, capital fictício e crise, 2011. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Sistema-de-Credito-Capital-Ficticio-e-Crise/7/17009>>. Acesso em: 20/02/2016.
- BENINI, E. G. Economia solidária em questão: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação no capitalismo, a partir de um estudo multicase. (Dissertação) – Campo Grande: UFMS, 2008.
- BENINI, E. G. NETO, L. F.; BENINI, E. A.; MELO, R. P. Cooperativismo e Autogestão: reflexões sobre a economia solidária. Campo Grande-MS: Desafio - R. Econ. e Adm. v. 10, n. 21, p. 76-78, agosto de 2009.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1985.

BRAGA, José C. de S. Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério de Trabalho e Emprego. SENAES. Economia Solidária em Desenvolvimento. Brasília, 2003.

BRASIL. SENAES/M.T.E. **Política Nacional de Economia Solidária. Termo dereferência.** Brasília DF, 2013.

BRUNHOFF, Suzane de. A Moeda em Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

BRUNHOFF, Suzane de. A Política Monetária: Uma Tentativa de Interpretação Marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

BRUNHOFF, S. Finanzas, capital, Estados. In: BRUNHOFF, S. et AL. Las finanzas capitalistas: para comprender la crisis mundial. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável, 2 ed. IICA, Recife. 1999.

BÚRIGO, F. L. Finanças e Solidariedade: Uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. (Tese de Doutorado) Florianópolis: PPSP – UFSC, 2006.

CARCANHOLO, Reinaldo A. A dialética da mercadoria: guia de leitura/ Anexo I: A desmaterialização da riqueza, UFES, Vitória-ES, 1993.

CARCANHOLO, Reinaldo A. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Rio de Janeiro, n° 8, p.26-45, junho 2001.

CARCANHOLO, Reinaldo A. A grande depressão do século XXI e a riqueza fictícia (sobre as categorias teóricas de capital fictício e lucros fictícios), versão preliminar, disponível em: <http://www.secep.com.br/arquivos/A_grande_depressao_do_seculo_XXI_e_a_riqueza_ficticia.pdf>. Acesso em: 06/01/2016.

CARCANHOLO, Reinaldo A. e NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característica da globalização. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 20, n° 1, p. 264-304, junho de 1999.

CARCANHOLO, Reinaldo A. e NAKATANI, Paulo. Capitalismo Especulativo e Alternativas para América Latina. In: Anais XI Encontro Nacional de Economia Política. Vitória: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2006.

CARCANHOLO, Reinaldo A. e SABADINI, Mauricio de S. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)*, Rio de Janeiro, n° 24, p. 41-65, junho 2009.

CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In SANTOS, C. A. (Org). *Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Brasília: SEBRAE, p 17-45, 2004.

CARVALHO, F. C de. A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, p. 5-21, out/dez. 1986.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Crédito e desenvolvimento regional: o caso do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia. 2004. 235 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

CHAMBERS, R. Sustainable livelihoods, environment and development: putting poor rural people first, *IDS Discussion Paper 240*, Brighton: IDS.1987.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópoli: Vozes, 2006.

COELHO, F. D. A História das Finanças Solidárias. ANPUH – Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003a.

COELHO, F. D. FINANÇAS SOLIDÁRIAS. In CATTANI, D. C. (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b.

CORAGGIO, J. L. Sustentabilidade e lutas contra-hegemônicas no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K. (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

CORAZZA, Gentil. Dinheiro, crédito, capital financeiro e capital fictício. Um estudo da natureza das finanças capitalistas em Marx. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/75682855/Dinheiro-credito-capital-financeiro-e-capital-ficticio>>. Acesso em: 06/08/2014.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. – 2 Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAHMER, M. M.; SOBRINHO, S. B.; PRATA, V. G. Banco Comunitário Ita: Fomentando a Agroecologia através da concessão de crédito acompanhado. Dourados – MS: Agroecol, novembro de 2014.

DAGNINO, R.; GOMES, E. Sistema de inovação social para prefeituras. In: *CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO*. Anais... São Paulo, 2000.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. ;NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual de tecnologia social. In: LASSANCE JR, A. et.al (Orgs). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação do Banco do Brasil, 2004.

DIEGUES, A. C.. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, (6)1-2: 22-30, jan/junho 1992.

ENGELS, F. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 3 ed. 1979.

FARIA, J. H. *Economia Política do Poder – Fundamentos*. Curitiba: Juruá, v.1. 2011a.

FARIA, J. H. *O Materialismo Histórico e as Pesquisas em Administração: uma proposição*. Rio de Janeiro: XXXV Encontro EnANPAD, setembro. 2011b.

FARIA, J. H. *Faria - Dimensões da matriz epistemológica em estudos em organizações: uma proposição*. RIO DE JANEIRO: XXXVI EnANPAD, Setembro. 2012.

FARIA, J. H. *Epistemologia Crítica do Concreto e Momentos da Pesquisa: Uma Propostas para os Estudos Organizacionais*. São Paulo: RAM – Revista de Administração Mackenzie, setembro, 2015.

FARIA, J. H. *Análise crítica de conteúdo: concepção, processo e método (Texto para discussão)*. Curitiba: EPPEO, 2017.

FARIA, M. S. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. 2005. Tese (doutorado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FATORELLI, M. L.; ÁVILA, R. *Gastos com a Dívida Pública em 2014 superam 45% do Orçamento Federal Executado*. Brasília: Auditoria Cidadã da Dívida, 2015. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/06/20/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confirma-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em 19 de fev. de 2017.

FERNANDES, M. *Rede de economia solidária e papel da moeda social no município de Dourados, Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 2010.

FERREIRA, L. B.; TORRECILHA, N.; MACHADO, S. H. S. *A técnica de observação em estudos de administração*. Rio de Janeiro: XXXVI Encontro da ANPAD, Setembro, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). *Primeira Conferência nacional de economia solidária. Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Brasília, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T. *Bancos Comunitários de Desenvolvimento*. In: HESPANHA, Pedro [et ali.]. *Dicionário Internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 31-36.

FRANÇA FILHO, G. *A via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento local*. Salvador: **Organizações & Sociedade/UFBA**, v. 15, n. 45, p. 219-232, abr./jun., 2008.

FREIRE, M. V. *A importância dos bancos comunitários para a inclusão financeira*. In Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. Núcleo de Economia Solidária - NESOL-USP e Instituto Palmas - São Paulo: A9 Editora, 2013.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAIGER, L. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, L. I. G. Significados e tendências da economia solidária. *Revista da CUT - Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*, São Paulo, p. 29 - 42, dez. 1999.

GEPHART, Robert. Paradigms and Research Methods. University of Alberta: Academy of Management, 1999.

GERMER, Claus M. Dinheiro, capital e dinheiro de crédito - o dinheiro segundo Marx. Campinas: IE-Unicamp, 1995.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, Sueli; CARVALHO, Cristina Amélia. O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em administração. In VIEIRA, M. M. F; ZOUAIN, D. M (orgs). **Pesquisa Qualitativa em Administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. Cadernos EBAPE.BR - IV - Número 3 - Outubro, 2006.

GORENDER, J. Apresentação – Materialismo histórico, socialismo científico e economia política. In: MARX, K. O Capital: crítica a economia política. Livro I, São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

HARVEY, D. *The urbanization of capital*. Oxford: Johns Hopkins University, 1985.259p.

HARVEY, D. *The Urban Experience*. Baltimore, Johns Hopkins, 1989.

HARVEY, David. *Os Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

HIRSCHMAN, Albert. *Estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1962. Tradução de: HIRSCHMAN, Albert. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa da População Residente no Brasil. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf>. Acesso em 10 de fev. de 2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EVANGÉLICO - IDE. *Tecnologia Social: Projeto PET MANIA*. Campo Grande, 2015. Disponível em: <<http://institutoide.org.br/pet-mania/#toggle-id-9>>. Acesso em: 15 out. 2015.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO (PLANURB), Perfil Socioeconômico Campo Grande. Campo Grande, 2015. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/PLANURB>>. Acesso em: 17 Jan. 2016.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAYCHETE, G. Sustentabilidade e lutas contra-hegemônicas no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K. (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

LEE, R. Local money: geographies of autonomy and resistance? In: MARTIN, R. *Money and space economy*. New York: Wiley & Sons, p. 207-224. 1999.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1987.

LEYSHON, A.; THRIFT, N. Financial exclusion and the shifting boundaries of the financial system. *Environment and Planning A*, v. 28, p. 1150-1156, 1996.

LIEATER, B. *The future of money: creating new wealth, work and a wiser world*. London: Century, 2001.

LIMA, A. L. C. Abordagens teóricas sobre o desenvolvimento econômico local: idéias inovadoras no debate sobre essa questão antiga? *Organizações & Sociedade (O&S)* – v. 7 – n. 18, 2000.

LINTON, M.; SOUTAR, A. *The LETSystem design manual*. Courtenay, CA: Landsman Community, 1994.

LLORENS, F. A. Novas políticas territoriais e funções da gestão local do desenvolvimento. In: *Desenvolvimento econômico local: caminhos para a construção de uma nova agenda política*, BNDS, Rio de Janeiro, p. 135-160, 2001.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. *Economia Monetária*. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LUCENA, Sarah Araújo de. *A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento: um estudo sobre o processo organizativo comunitário* / Sarah Araújo de Lucena.- João Pessoa, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

LUKÁCS, G. *As bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

MANZINI, E. J. **Entrevista**: definição e classificação. Marília: Unesp, 4 transparência. P&b, 2004.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. Desenvolvimento local e o papel das pequenas empresas. Manole, São Paulo. 2004.

MARTINEZ, R. S.; OLIVEIRA, S. F. P. Desenvolvimento regional e local fomentado pela participação e articulação de atores sociais. FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e gestão, v. 16, n. 3 – p.301-321, 2013.

MARTINS, R. D.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território Rio de Janeiro: RAP - Revista de Administração Pública, MAIO-JUN, 2010.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Campo Grande: Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MARTINS, S. R.; CALDAS, E. L. Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. Campo Grande: Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 10, n.2, 2009.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro II, Rio de Janeiro, Bertrand, 1991.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I, São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, K. Contribuição a crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro III, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. *Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.

MENEZES, S. M. Moedas Locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória-ES. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte-MG: UFMG - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas, 2007.

MENEZES, M. S.; CROCCO, M. A. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

MERRIAM, S. B. Qualitative research and case study applications in education. San Francisco: Jossey-Bass Inc. Publishers, 1998.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MINAYO, M. C. S. Ciências, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) Pesquisa social – teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOLLO, Maria de L. R. Capital Fictício, Autonomia Produção-Circulação e Crises: Precedentes Teóricos para o Entendimento da Crise Atual. Revista Economia, 2011.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga; UFRJ, 1965.

NASCIMENTO, E. P. C. Moedas Sociais Digitais: estudo de caso de duas experiências em Bancos Comunitários. Dissertação de Mestrado da EAESP, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

NEMIROVSKY, G. G. À Sombra do capital: as dimensões da reprodução metabólica da economia solidária. Dissertação (mestrado em administração) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Campo Grande-MS, 2012.

NESOL-USP. Metodologia de implementação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. São Paulo: USP, 2015.

NOVAES, H. T. Qual autogestão? In: SCHMIDT, C.; NOVAES, H. T. (Organizadores) Economia solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital? - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

NUNES, D. Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, E. G. A financeirização do processo de acumulação de capital: uma análise lógica da formação e desenvolvimento das formas financeiras e autonomizadas de capital fictício. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas); Campo Grande-MS: UFMS - CCHS, Departamento de Economia e Administração, 2014.

PASSOS O. A. V. D. Estudo exploratório em Bancos Comunitários: conceito, características e sustentabilidade. Bahia: Dissertação (mestrado) – NPGA Universidade Federal da Bahia, 2007.

PAULA, A. P. P. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. Rio de Janeiro: Cad. EBAPE.BR, v. 14, n1. 2016.

PAULANI, L. Brasil Delivery. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, Leda M. A autonomização das Formas Verdadeiras Sociais na Teoria de Marx: Comentário sobre o dinheiro no Capitalismo Contemporâneo. Revista Economia, 2011.

- PEREIRA, W. M.; CROCCO, M. A inclusão financeira a partir de moedas locais: um estudo exploratório do Banco Palmas, Fortaleza – CE. Ipea: Anais do I circuito de Debates Acadêmicos, 2011.
- PERROUX, François. A economia do século XX. Tradução de José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- PRIMAVERA, H. Riqueza, dinero y poder: efímero “milagro argentino” de las redes de trueque. In: HINTZE, S. (Org). *Redes de trueque y economía solidária*. Sarmiento, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002.
- RAIMUNDO, L. Finanças Solidárias e a Luta Contra Hegemônica - Um Estudo de Caso do Banco Comunitário Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade. Dissertação de Mestrado do PPSP, Florianópolis: UFSC, 2014.
- RAPOSO, J. G. Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico: gestão social comunitária para o desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado) – João Pessoa: UFPB-CCSA, 2014.
- RAPOSO, J. G.; FARIA, M. S. Banco Comunitário e Moeda Social: Organização Comunitária e Desenvolvimento Local. Organizações em contexto: São Bernardo do Campo, Vol. 11, n. 22, jul.-dez. 2015.
- REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS - RBBC. *Banco Comunitário: serviços financeiros solidários em rede*. Fortaleza: Instituto Palmas, jan. 2006.
- REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS - RBBC. Termo de referências dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Rede Brasileira de Bancos Comunitários: Caucaia - Ceará, 2007. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/termo-de-referencia-dos-bancos-comunitarios-de-desenvolvimento/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações teóricas e práticas. Tese (doutorado) Salvador: Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração, 2014.
- RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C.; LEAL, L. P. Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias: Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Proposições. v. 13, p. 39-69, 2015a.
- RIGO, A. S. ; FRANÇA FILHO, G. C.; LEAL, L. P. . Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: a Experiência das Conchas em Matarandiba/BA. Revista Interdisciplinar de Gestão Social (RIGS), v. 4, p. 15-33, 2015b.
- RIGO, A. S.; SILVA JUNIOR, J. T. ; FRANÇA FILHO, G. C. . O Desafio do Uso de Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) no Brasil: um Estudo de Caso

do Banco Palmas. In: VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2012, São Paulo. *Gestão Social: mobilizações e conexões*, v. 6, 2012.

RODRIGUES, A. B. Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RONCONI, L. F. A. A Secretaria Nacional de Economia Solidária: uma experiência de governança pública. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2008.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Notes on the Theory of the Big Push. In: ELLIS, H. S. *Economic Development for Latin America*. New York: St. Martin Press, 1962.

SABADINI, Maurício de S. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013.

SCHMIDT, C. A economia solidária: panacéia do capitalismo pós-moderno ou um caminho para o socialismo. In: SCHMIDT, C.; NOVAES, H. T. (Organizadores) *Economia solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital* - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em a saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.

SCHRAVEN, J. The economics of local exchange and trading systems: a theoretical perspective. *International Journal of Community Currency Research*, v. 4, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA, Plano Municipal de Saúde, Campo Grande, 2015. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/SESAU>>. Acesso em: 17 Jan. 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS. A Economia Solidária no Município de Dourados-MS. Dourados-MS: Prefeitura de Dourados, 2004.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso. *Cadernos Ebape*. Br, v. 4, Dez. 2008.

SILVEIRA, C. Conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social. *Revista Trimestral de Debate da FASE: Abertura do 1 Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social – Salvador*, 2006.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Revista Estudos Avançados*, nº 18 (51): 7-22, 2004.

SINGER, P. Finanças Solidárias e Moeda Social. In: FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODL, A. V. B. (Coord.). *Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

SOUZA, H. P. B.; FERNÁNDEZ, R., V. G. Moedas Sociais e Desenvolvimento: Uma Discussão Teórica. Bahia: *3rd International Conferencao Social and Complementay Currencies*, 2015.

SOUZA, M. Gestão cooperativa e desenvolvimento local: um estudo de caso na cooperativa de crédito de São Roque de Minas/Sicoob-Saromcredi. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SOUZA, Nali de J. Desenvolvimento econômico. 5 ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, Nilson A. Foi Marx que decifrou o "código da economia de crise" Disponível em: <<http://www.horadopovo.com.br/biblioteca/matesp/mat4.htm>>. Acesso em: 04/01/2016.

STAKE, R. The case study method in social inquiry. In DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *The American tradion inqualitative research*. Vol. II. Thousand Oaks, California: Sage Publicaions. 2001.

SWEEZY, Paul M. O Triunfo do Capital Financeiro. *MonthlyReview*, 1994. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/1994/06/01/the-triumph-of-financial-capital/>>. Acesso em: 04/04/2014.

TRAGTENBERG, M. Reflexões sobre o socialismo. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. Desenvolvimento local e políticas territoriais. In: Encontro Nacional de Administração Pública e Governança (EnAPG), 2. Anais. São Paulo, 2006.

VITTE, C. C.S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. *Campo Grande: Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 8, N. 13, p. 77-87, Set. 2006.

WIRTH, I. G.; FRAGA, L.; NOVAES, H. T. Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. (Organizadores) *Trabalho, Educação e Reprodução Social: As contradições do capital no século XXI*. São Paulo: Canal 6, 2011.

YUNUS, Muhammad. *O Banqueiro dos Pobres*. 1ª edição – São Paulo,SP, 2000.

APÊNDICE A – Roteiros das primeiras entrevistas exploratórias realizadas junto aos representantes das experiências analisadas

1 - Roteiro da primeira entrevista semi-estruturada realizada com representante do Projeto Pet-mania em Campo Grande-MS (março de 2016)

A história da criação e processo de implantação da moeda

- 1) Quando e como foi o surgimento do projeto e o seu processo de implementação?
- 2) Qual a grande motivação ou as principais razões para a criação do projeto?

A lógica de funcionamento e circulação da moeda social

- 3) Como é o processo de gestão da moeda ? e qual o envolvimento da comunidade nesse processo?
- 4) Como acontece o processo de emissão e circulação da moeda Ideal?
- 5) Quais fatores que mais contribuem para o envolvimento da comunidade em relação ao projeto?
- 6) Quais as principais dificuldades de funcionamento?

Informações sobre a moeda e comunidade

- 7) Quanto vale cada ideal? Qual o valor das garrafas?
- 8) Quantas pessoas aproximadamente trocam garrafas pet's por ideais?
- 9) Quais as características etárias e sociais do público ?
- 10) Faturamento, atualmente qual o valor médio mensal da receita e rendimento arrecadado pelo projeto pet mania?
- 11) Como é a questão da sustentabilidade financeira do projeto?

Os resultados e benefícios que a moeda social promove na comunidade

- 12) Como o projeto contribui para a melhoria das condições de vida da comunidade?
- 13) Como o projeto contribui para geração de renda?
- 14) Os Ideais são utilizados para quais tipos de consumo?

As perspectivas da experiência

- 15) Quais seriam os elementos mais importantes para o sucesso da pet mania?
- 16) Existe ambição de ampliação do projeto, se sim, como?
- 17) Quais seriam os principais desafios para o crescimento e desenvolvimento do projeto?

Os parceiros comerciantes

- 18) Os clientes que usam Ideais nas compras ganham descontos?
- 19) Qual o principal motivo de ser parceiro da Pet-mania?
- 20) Qual o maior benefício em ser parceiro da Pet-mania?
- 21) Existe maior fidelidade de compra dos clientes que utilizam ideais?
- 22) Percebe-se maior proximidade dos clientes que compram com ideais?
- 23) Quais os principais tipos de produtos que são trocados pelas moedas sociais?

Os beneficiados do uso das moedas sociais

- 24) Ideais são utilizados em quais formas de consumo? (alimentos ou outros bens) ou quais os principais produtos adquiridos com a moeda social?

- 25) Qual o valor semanal ou mensal de arrecadação e gastos em ideais?
- 26) Ganha descontos nas compras com ideais?
- 27) Os ganhos em ideais são importantes para aumentar sua renda?
- 28) Faria empréstimos em ideais caso existisse disponibilidade?

2 – Roteiro da primeira entrevista semi-estruturada realizada com representantes do

Banco Pire em Dourados-MS (Junho de 2016)

Histórico de criação do BCD

- 1) Quando e como foi o surgimento do Banco Pire?
- 2) Como foi o processo de implementação?
- 3) quais as principais motivações?

Perfil socioeconômico da comunidade beneficiada

- 4) Como são as características sociais?
- 5) Como é o nível de renda e escolaridade?
- 6) Quais as principais formas de ocupações e trabalho?
- 6) Quais as características dos empreendimentos que aceitam a moeda social?
- 7) Quais as características socioeconômicas dos que fazem empréstimo?

Informações sobre o BC

- 8) Como é a organização da gestão do BC e qual a participação da comunidade nesse processo?
- 9) Qual a forma jurídica do BC, caráter jurídico?
- 10) Quais as principais fontes de recursos que mantêm a organização? (questão da sustentabilidade financeira)
- 11) Qual o número de pessoas beneficiadas pelos serviços do BC? (estimativa)

Serviços prestados pelo Banco comunitário

- 12) Quais as Linhas de financiamento?
- 13) Qual o perfil dos grupos que são beneficiados pelos serviços?
- 14) Quantas pessoas são atendidas pelos serviços?
- 15) Quais os valores?
- 16) Qual a estimativa de fluxo de valores emprestados durante o mês, e para quantas pessoas?
- 17) Quais as contrapartidas e critérios de financiamento (juros, carência) ?
- 18) Estimativa do montante já financiado (ou recursos emprestados) ?

Características e lógica de funcionamento da moeda social

- 19) Como acontece o processo de emissão e controle da moeda social, o pirapire?
- 20) Qual o valor da unidade de moeda social pirapire?
- 21) Quantos empreendimentos aceitam a moeda social?
- 22) Quantas pessoas utilizam as moedas sociais dentro da comunidade?

Informações sobre resultados e benefícios para a comunidade

- 23) Quais as principais formas de troca e consumo realizados por meio da moeda social?

- 24) Moedas sociais são utilizadas em quais formas de consumo?
- 25) Existe desconto nas compras com moedas sociais; quantos por cento aproximadamente?
- 26) Como o projeto contribui para a melhoria das condições de vida da comunidade?
- 27) A comunidade ganhou alguma capacidade de auto-suficiência econômica com a atuação do BC? Se sim Quais?
- 28) A atuação do BC é importante para incrementar a renda?

Desafios e ambições da experiência

- 29) Quais seriam os elementos mais importantes para o sucesso do banco comunitário?
- 30) O BC tem ambição de ampliar sua atuação; se sim, como?
- 31) Quais seriam as principais dificuldades e desafios para o BCD?

3 – Roteiro da primeira entrevista semi-estruturada realizada com representantes do

Banco Ita em Ponta Porã-MS (Agosto de 2016)

Histórico de criação do BCD

- 1) Quando foi o surgimento do Banco Pire e como foi o processo de implementação do Banco Ita?
- 2) Quais as principais motivações?

Perfil socioeconômico da comunidade beneficiada

- 3) Como são as características sociais?
- 4) Quais as principais atividades produtivas?
- 5) Quais as características dos empreendimentos que aceitam a moeda social?

Informações sobre o BC

- 6) Como é a organização da gestão do BC e qual a participação da comunidade nesse processo?
- 7) Quais as principais fontes de recursos que mantêm a organização? (questão da sustentabilidade financeira)
- 8) Qual o número de pessoas beneficiadas pelos serviços do BC? (estimativa)

Serviços prestados pelo Banco comunitário

- 9) Quais as Linhas de financiamento?
- 10) Qual o perfil dos grupos que são beneficiados pelos serviços?
- 11) Quais os valores?
- 12) Qual a estimativa de fluxo de valores emprestados durante o mês, e para quantas pessoas?
- 13) Quais as contrapartidas e critérios de financiamento (juros, carência) ?
- 14) Qual estimativa do montante já financiado (ou recursos emprestados) ?

Características e lógica de funcionamento da moeda social

- 15) Como acontece o processo de emissão e controle da moeda social?
- 16) Qual o lastro da moeda social?
- 17) Existe desconto nas compras com moedas sociais;
- 18) Como é o quadro de aceitação e utilização da moeda social na comunidade?

Informações sobre resultados e benefícios para a comunidade

- 19) Quais as principais formas de troca e consumo realizados por meio da moeda social?
- 20) Quais as maiores dificuldades e desafios da circulação das moedas sociais?
- 21) A atuação do BC é importante para incrementar a renda?

Desafios e ambições da experiência

- 22) O BC tem ambição de ampliar sua atuação, se sim, como?
- 23) Quais seriam as principais dificuldades e desafios para o BCD?

APÊNDICE B – Registros fotográficos de visitas a campo

Foto 1: Reunião da capacitação para implementação de moeda social digital realizada na sede do Banco Pire em Dourados – MS (mês de agosto de 2016).



Fonte: registro do próprio autor

Foto 2: Registro com representantes do Banco Pire e com a assessora do Banco Bem de Vitória – ES (mês de agosto de 2016).



Fonte: registro do próprio autor

Foto 3: Entrevista com representantes do Banco Ita, na sede da experiência em Ponta Porã - MS (mês de agosto de 2016).



Fonte: registro do próprio autor

APÊNDICE C – Questões sistematizadas e adaptadas às três experiências na realização das últimas entrevistas semi estruturadas

Sistematização das questões a partir das categorias de análise e seus elementos constitutivos – aplicadas em janeiro de 2017 junto aos principais representantes das três experiências analisadas

1. Apresentação e histórico da organização

1.1 Razões e contexto de surgimento: Como surgiu a experiência? Quais os fatores ou motivos que conduziram ao surgimento? Em que se inspirou? De onde veio a idéia? Quais influencias teve?

1.2 Momentos da experiência: Quando foram iniciadas as atividades?Quais os principais incidentes e episódios críticos da experiência? Quais as principais mudanças sofridas pelo projeto? Houve alterações no propósito da organização? Quais?

3. Economia solidária

3.1 Pratica de gestão participativa: Como as principais decisões são tomadas? Qual a maior instância de decisão? Existe a preocupação com a gestão participativa e democrática entre os que trabalham na organização? A comunidade está inserida de alguma maneira na gestão da experiência? Quais os principais mecanismo são adotados para garantir uma gestão mais participativa e democrática?

3.2 Formas de trabalho: Como o trabalho está distribuído? Quais os cargos ou atividades? Qual o numero de pessoas envolvidas? Há trabalho assalariado e trabalho voluntário? O que é importante na contribuição de cada forma de trabalho? Qual a qualidade da remuneração dos membros formais da experiência?

3.3 Valores solidários: Qual a maior motivação ou missão da experiência que justificam seu caráter solidário? Qual o principal público ou grupo a ser beneficiado pelos serviços?

3.4 Articulação com outras iniciativas de Empreendimentos de Economia Solidária (EES): Quantos EES existem aproximadamente na região, o que fazem e como estão organizados? Quais são as principais características dos EES da região, atividades, grupos envolvidos? Qual a relação da experiência com os demais EES da região? Existe alguma forma de prioridade em beneficiar tais empreendimentos? Qual a qualidade do diálogo e apoio junto a esses empreendimentos?

3.5 Parcerias e envolvimento com organizações representativas da Ecosol: A experiência tem ou teve algum apoio de entidades representativas da Ecosol? Se sim, quais entidades e suas formas de apoio? De que maneira essas parcerias são importantes para o fortalecimento da experiência? Como se deu e ainda se dá a relação da experiência com outros Bancos Comunitários e com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento?

3.6 Sustentabilidade da organização: Quais os principais gastos e despesas financeiras da organização? Existe a contribuição de recursos ou subsídios por parte de entidades públicas ou privadas, quais? Quais as principais fontes e receitas financeiras ao longo da experiência? Em que condições financeiras se encontra a experiência, endividada, com dificuldades, em situação favorável e estável? A comunidade da região contribui para o fortalecimento da experiência, de que forma? O que você entende por sustentabilidade? Quais ações têm sido desenvolvidas para buscar mais sustentabilidade? Quais as maiores dificuldades para garantir a sustentabilidade da experiência?

4. Crédito solidário

4.1 Apoio a criação e fortalecimento de iniciativas produtivas locais: Qual a maior importância dos serviços de crédito para a comunidade? Qual a situação da existência ou criação de empreendimentos ou experiências solidárias no território? A experiência tem a intenção deliberada de apoiar a criação de novas iniciativas produtivas e qual a realidade dessas condições desde a implementação dos serviços de crédito solidário? Quais as características das iniciativas produtivas da região? Qual a relação de proximidade entre a experiência e os empreendimentos solidários da região? Qual a capacidade da experiência

em apoiar a criação de iniciativas e fortalecimento de iniciativas produtivas do território, há recursos suficientes?

4.2 Inclusão financeira: Quais as modalidades de serviços financeiros oferecidos a comunidade? Como é a situação do vínculo e o acesso dos serviços bancários tradicionais por parte da comunidade? Até que ponto a experiência consegue promover inclusão financeira dos que precisam? Qual o interesse e a viabilidade da experiência em trabalhar com serviços de correspondência para a comunidade?

4.3 Modalidades de empréstimos, juros e condições: Quais as modalidades de serviços de empréstimos oferecidos? Quais os critérios para aprovação em cada modalidade? Como são definidas a política de juros? Quais as razões para a definição de tais políticas. Quais são as condições de pagamento estabelecidas? Qual a frequência de casos de inadimplência? Relate também sobre as principais causas dessas causas. Quais as medidas tomadas para lidar com tais casos?

4.4 Fonte de recursos, e poupança comunitária: Qual o volume e o nível de variação dos recursos de empréstimos? Qual as principais fontes que mantêm esses recursos? Qual a condição de sustentabilidade dessas fontes? Existe alguma atuação para mobilizar a criação e a gestão de poupança comunitária? Se sim, quais as formas de atuação para essa mobilização?

5. Moeda social

5.1 Forma de lastro: Como funciona o lastro ou o valor de garantia da moeda social? Por que essa forma de lastro foi escolhida? Quais os principais benefícios de tal forma de lastro? Descreva também as principais limitações ou dificuldades.

5.2 Aceitação do público: Descreva a situação do público em relação a aceitação da moeda social, tanto a comunidade quanto os parceiros comerciais? Qual o valor que circula em moeda social? Descreva características socioeconômicas dos parceiros comerciais?

5.3 Circuito de circulação: Quais os principais momentos de circulação? Onde a moeda circula? Qual o tamanho da rede onde a moeda pode circular? Quais os principais destinos de

gasto das moedas? Quais as principais limitações do circuito de circulação? O que se poderia fazer para superá-las? Qual a principal finalidade para a circulação da moeda social? Quais os principais desafios para o sucesso dessas finalidades? Quantos por cento das moedas sociais emitidas retornam para a experiência? Qual seria o ciclo mais efetivo?

5.4 Benefícios aos usuários: Os usuários ganham descontos nas compras com moedas sociais? O que pode motivar a colaboração e a falta de colaboração dos parceiros comerciais? Qual é o estado de conscientização da comunidade a respeito do papel da moeda social?

5.5 Estímulo ao consumo endógeno: Qual o nível de efetividade da moeda social em promover o consumo endógeno da própria comunidade? Existe intercâmbio de produtos ou serviços entre membros da comunidade com a utilização da moeda social? Por parte da comunidade, existe alguma preferência pela moeda social ao invés do dinheiro convencional?

6. Desenvolvimento local

6.1 Geração de trabalho e renda: Descreva a contribuição da experiência para a geração de trabalho? Quais as principais formas de trabalho são geradas e em que nível? Qual a dimensão do impacto da experiência na renda da comunidade?

6.2 Ativação de recursos produtivos e capacidades locais: A experiência contribui para a mobilização de recursos endógenos identificados na comunidade? São identificados a ativação de quais recursos e capacidades locais a partir das contribuições da experiência? Quais as principais transformações são identificadas na comunidade com as ações da experiência de finanças solidárias? São realizadas ações de formação e capacitação. Quais formas? De que forma a captação de recursos exógenos são adaptadas as especificidades da comunidade?

6.3 Organização de rede de produtores e consumidores locais: Qual o papel da experiência em conscientizar a comunidade sobre a valorização do consumo local? A partir das ações promovidas pela experiência, em qual nível identifica-se o fortalecimento e a maior proximidade de intercâmbio entre produtores e prestadores de serviços da comunidade e os consumidores locais? Pode-se dizer que existe uma rede alternativa de produtores e

consumidores da comunidade estimulada pela experiência de finanças solidárias? Em que dimensão?

6.4 Mobilização para participação de política comunitária: Qual o nível de envolvimento coletivo da comunidade para transformação da realidade local? A experiência contribui para mobilizar políticas coletivas em prol do bem estar comunitário? De que forma e em que nível?

6.5 Emporamento de atores locais para a resolução de problemas endógenos e atendimento de necessidades: Quais os maiores problemas ou necessidades de ordem socioeconômicas e ambientais são identificados na comunidade? Existem ações comunitárias para resolve-los? Quais?

6.6 Atividades educativas de conscientização solidária: A organização promove algum curso formativo ou atuação pedagógica ? Quais as finalidades e formas de implementação das atividades educativas? Aponte os resultados pedagógicos mais importantes da atuação. Quais as maiores dificuldades e limitações da atuação pedagógica? Relate a preocupação considerada a respeito da aut capacitação comunitária para o desenvolvimento local em bases endógenas e solidárias.

